



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS: DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

PRISCILA TAMARA MENEZES DIAS

**MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:  
RESONÂNCIAS E DISSENSOS NA PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO.**

Belém

2016

PRISCILA TAMARA MENEZES DIAS

**MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:  
RESSONÂNCIAS E DISSENSOS NA PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO.**

Tese apresentada como requisito parcial ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Linha de pesquisa: Estado, instituições, planejamento e políticas públicas.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup>. Armin Mathis

Belém

2016

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

D536m

Dias, Priscila Tamara Menezes

Movimentos Sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira: ressonâncias e dissensos na proposição de um modelo de desenvolvimento alternativo / Priscila Tamara Menezes Dias. – 2016.

238f.

Orientador: Armin Mathis

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016

1. Teoria Sistêmica. 2. Produção Comunicativa. 3. Comunicação. 4. Movimentos Sociais. I. Título.

CDD. 23 . ed. 320.981

---

PRISCILA TAMARA MENEZES DIAS

**MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:  
RESSONÂNCIAS E DISSENSOS NA PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO.**

Tese apresentada como requisito parcial ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Linha de pesquisa: Estado, instituições, planejamento e políticas públicas.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup>. Armin Mathis

DATA DA APROVAÇÃO: 20/06/2016.

Banca Examinadora:

Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>o</sup>. Armin Mathis Orientador – NAEA/UFPA

Prof.<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup>. Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof.<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup>. Milton Farias Cordeiro Filho Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof.<sup>o</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Adriana de Azevedo Mathis Examinadora externa PPGSS– /UFPA

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Helena Ribeiro Cruz Examinador – Externo- PPGSS/UFPA

Belém

2016

## AGRADECIMENTOS

A finalização de uma tese resulta de um esforço coletivo, que como ambiente ou entorno que produz a complexidade para os sistemas, o apoio efetivo e os incentivos dos que me cercam contribuíram para que isto fosse possível. Desejo aqui expressar minha gratidão:

Primeiramente ao eterno Deus que, antes de qualquer comunicação (“haja”), a qual fez do mundo um potencial de surpresas ilimitado, já era o sentido de toda a existência.

À minha família, meus pais Salomão e Dilma; meu irmão Sírio; minha tia Lícia, minha vó Lídia e minha prima Vitória, que conviveram mais de perto a trajetória da minha vida acadêmica e que não pouparam esforços para compreender a minha ausência nos últimos quatro anos em que estive envolvida com o curso de doutorado. Todas as palavras de apoio e incentivos me motivaram a avançar e superar todas os problemas que a distância poderia causar. Amo vocês!

Aos meus “velhos” amigos de Salvador (Nadja, Filipe, Úrsula e Edilene) e os “novos” amigos do mesmo lugar e de “outro mundo” (Kelly e Ronaldo), a todos vocês que foram pacientes com as minhas “idas” e pouquíssimas “vindas”. Enquanto eu estava no meu isolamento necessário, pensava nas palavras e ombros que me sempre me consolavam, é bom saber que mesmo com a distância a nossa amizade sempre retoma ao mesmo ponto!

Aos meus amigos de Belém, foram muitos e para não esquecer de ninguém dentro de uma extensa lista, deixo a minha admiração por este povo que me aceitou e me ensinou muitas coisas das quais eu não sabia sobre a região, para os que sempre me diziam “chegou no Pará, parou, tomou açaí e ficou”, agora eu sei muito bem o significado disto! Obrigada aos meus amigos paraenses (de Belém, Marabá e Parauapebas) que fizeram com que eu desejasse pertencer a este lugar!

À Dr<sup>a</sup> Adriana de Azevedo Mathis, minha orientadora do mestrado e parceira nas viagens de campo, obrigada pelo incentivo pelos investimentos e exemplos de sabedoria, seriedade e lucidez! Eu te admiro!

Ao Dr<sup>o</sup> Armin Mathis, que acompanhou toda a minha trajetória acadêmica no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, pelo total apoio na construção desta tese, pela paciência no meu tratamento com uma teoria nova e complexa, muito obrigada pelos

conhecimentos, ideias, sugestões e pelo apoio material e logístico desse empreendimento doutoral!

Ao corpo docente do PDTU/NAEA pela convivência ao longos desses anos, pela troca de experiências e conhecimentos que enriqueceram e fundamentaram a minha vida acadêmica. Aos funcionários do NAEA, pelo apoio técnico e pela amizade construída ao longo dos sete anos de convívio. Aos meus colegas de turma (2012) com os quais compartilhei alegrias, tristezas, lágrimas e decepções, em especial aos que foram “ombros e ouvidos”, Cláudia, Jorge, Fernanda, Paulo e Vânia.

Ao Conselho Nacional do desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPQ), cujo financiamento dos estudos e auxílios permitiram que eu me dedicasse exclusivamente ao curso de doutorado ao longo destes quatro anos.

À Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), pela oportunidade de integração à equipe de pesquisadores, no projeto de extensão para Revisão do Plano Diretor de Paraupebas, e proporcionar auxílio financeiro para o desenvolvimento da minha pesquisa na região.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que proporcionou o custeio de todas as despesas da estadia internacional (Doutorado Sanduiche) at Centre for Latin American Research and Documentation (CEDLA) e University Van Amsterdam (UVA) em Amsterdam.

Ao CEDLA e UVA e ao corpo de professores e funcionários, em especial à Dr<sup>a</sup> Bárbara Hogenboom, minha co-orientadora cujo apoio e incentivo foram imprescindíveis na minha estadia naquela Universidade, obrigada por ter aberto a porta da sua casa e dos seus conhecimentos, muito obrigada pela riqueza de conhecimento sobre o “neo extrativismo” na América Latina, foi muito proveitoso ter participado das suas aulas, dos seminários e conferências realizados no CEDLA, voltei com muitas bagagens para o Brasil!

Ao Dr<sup>o</sup> Michael Baud, diretor do CEDLA e professor da disciplina Social movements and democracy: The struggle for citizenship in Latin America, obrigada pelo brilhantismo com o qual expôs os conteúdos da disciplina, foi muito gratificante e proveitoso participar das aulas, das apresentações e exposições de parte da minha pesquisa contigo e com uma turma tão heterogênea, de pontos de vistas e áreas de conhecimento, mas essencial na troca de experiências e contribuições para o meu objeto de estudo.

À banca examinadora, a todos os professores pela disponibilidade e disposição em ter aceitado o nosso convite e pelas contribuições ricas e pertinentes para o fechamento desta tese.

Às lideranças do Movimento social Atingidos pela Vale, pelas ricas contribuições, pelas respostas às perguntas e por permitirem que eu participasse dos encontros do movimento.

Aos moradores de Canaã, Curionópolis, Vila Sansão, Cedere I, Palmas I, Palmares II, Vila Paulo Fonteles, Açailândia e Bom Jesus das Selvas, que me concederam entrevistas, informações novas sobre os conflitos existentes na região, vivências, sonhos e esperança de um “outro mundo possível”!

Não é possível prever como o sistema se comportará, uma vez que informação é um estado que surge dentro dele mesmo.

Niklas Luhmann



## RESUMO

A pesquisa aqui realizada trata do processo original, de produção comunicativa, dos movimentos sociais, em área de mineração, na defesa de uma pauta ampliada: a de promover um modelo de desenvolvimento alternativo. Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar esse processo procurando entender como o movimento chega a esse tema, as suas origens, os protagonistas, a produção de sentidos e a criação de semânticas. Utilizamos como método, a análise da produção de sentido, da teoria sistêmica de Luhmann, assumindo-se que a análise se efetiva juntamente com os conceitos produzidos por esta teoria. Desta forma, a teoria sistêmica tendo conferido um significado teórico central à comunicação, torna-se necessário fazer o devido tratamento do que é que se diz quando algo se diz, e aqui está a importância do conceito de sentido, que é o meio que permite a criação seletiva de todas as formas sociais e psíquicas. Quando os movimentos sociais, em área de mineração, colocam em xeque o consenso pressuposto da indústria extrativista mineral e dos governos defensores das políticas de desenvolvimento regional calcadas nas atividades de mineração, eles, como resposta, tendem à promover a ressonância das expectativas divergentes, se propõem a tematizar um sentido de comunicação, para mostrar as inconsistências e precariedades por meio da construção de semânticas tais como injustiça, desigualdade, exploração dentre outros. É sob essa perspectiva que se analisa o movimento social Atingidos pela Vale, na Amazônia brasileira, a partir da criação do seu núcleo temático, que dá unidade ao movimento e produz sentidos, os quais servem para confirmar, difundir e generalizar os sentidos estabelecidos pela comunicação dominante. Ao afirmar que o movimento se propõe a busca por um “desenvolvimento” alternativo, indica que a desconstrução da ordem ou da comunicação dominante é feita por uma semântica alternativa mais abstrata que vai além de apenas ser um movimento contra a mineração, impõe-se a exigência de ser propositivo e isso leva tanto à ampliação dos que se agregam ao movimento, quanto ao aumento da capacidade de difusão da informação, o que também amplia o endereço do protesto. A possibilidade da propagação de uma semântica mais abstrata para facilitar a adesão da rede é uma constante para o movimento social que sempre requer maiores aderentes para impressionar seus adversários e produzir expectativas divergentes contra o que se quer protestar. No entanto, a ampliação produz um problema de manter a coesão do movimento, pois à medida que se amplia a temática e o problema, torna-se improvável que a comunicação produzida seja compreendida, dificultando saber o que a motiva e o que leva à mudança no endereço e na produção de resultados. Sendo assim, é difícil mostrar sucessos e resultados para manter os seguidores por muito tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria sistêmica. Produção comunicativa. Comunicação. Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

This research is about the original process of communicative production, social movements in the mining area, the defense of an expanded agenda: to promote an alternative development model. We used the method, the analysis of the production direction, systemic theory Luhmann, assuming that the analysis is effective along with the concepts produced by this theory. Thus, systems theory has given a central theoretical significance to communication, it is necessary to make the proper treatment of it is that you say when something is said, and here is the importance of the concept of meaning, which is the medium that allows selective breeding of all social and psychic forms. When social movements in the mining area, call into question the consensus assumption of mineral extractive industry and advocates governments of regional development policies sidewalks in mining activities, they, as a response, tend to promote resonance of divergent expectations if propose thematizing a sense of communication, to show the inconsistencies and precariousness through the construction of semantic such as injustice, inequality, exploitation, among others. It is from this perspective that analyzes the concrete actions of social movements in the mining area, from the creation of its thematic core, which gives unity to the movement and produces senses, which serve to confirm, disseminate and directions established by communication dominant. By stating that the move aims to search for a "development", indicates that the deconstruction of the order or the dominant communication is done by a more abstract alternative semantics that goes beyond just being a movement against mining, it must be a requirement to be propositional and this leads to both the expansion of which are added to the movement, in increasing the diffusion capacity of information, which also extends the address of the protest. The possibility of the spread of a more abstract semantics for ease of network membership is a constant for the social movement that always requires more adherent to impress his opponents and to divergent expectations against what you want to protest. However, the expansion produces a problem of maintaining the cohesion of the movement, because as it expands the theme and the problem, it is unlikely that produced communication is understood, making it difficult to know what motivates and what leads to change the address and the production of results. Therefore, it is difficult to show successes and results to keep the followers for a long time.

**KEYWORDS:** Systemic theory, Communicative production, Communication, Social Movement

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b>	Percentual do Ranking dos Principais Países de Destino de Exportações no Período do 1º Semestre de 2015	<b>108</b>
<b>Figura 02</b>	Variação dos índices de preços de commodities e os principais fatores de instabilidade econômica, entre os anos de 2000 e 2014	<b>112</b>
<b>Figura 03</b>	Sistemática das ações do Movimento	<b>149</b>
<b>Gráfico 01</b>	Participação da Amazônia no total das Exportações Brasileiras no Período de 2000 a 2016	<b>105</b>
<b>Gráfico 02</b>	Percentual de Participação da Indústria Extrativa Mineral no Valor Adicionado a Preços Básicos Incluindo Petróleo e Gás Natural no Período do Ano de 1985 a 2014	<b>110</b>
<b>Gráfico 03</b>	Participação do setor mineral no comércio exterior brasileiro 2004-2014	<b>111</b>
<b>Gráfico 04</b>	Variação dos Preços do Minério de Ferro (Preços em US\$), no Período do Ano de 1991 a 2015	<b>114</b>
<b>Gráfico 05</b>	Estoque de Mão-de-Obra do Setor de Extração Mineral no Brasil (Exceto Petróleo e Gás) no Período do 1º Semestre de 2012 ao 1º Semestre de 2015	<b>117</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b>	Oscilações do preço do minério de ferro, resultados operacionais e comportamento da mão de obra própria e terceirizadas da empresa Vale	<b>116</b>
<b>Quadro 02</b>	Missão, visão e valores apresentados pela mineradora Vale e pelo movimento Atingidos pela Vale	<b>146</b>
<b>Quadro 03</b>	Mudanças nos fatos sociais e nas tematizações do movimento Atingidos pela Vale 2007-2014 fonte a partir das informações no site da rede Justiça nos Trilhos	<b>177</b>
<b>Quadro 04</b>	Núcleos temáticos, semânticas e endereços de protestos	<b>178</b>
<b>Quadro 05</b>	inconsistências do modelo atual e semânticas do modelo alternativo produzidos pelos movimentos sociais na América Latina.	<b>185</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b>	Exportações da Amazônia (FOB) e a sua Participação no Total das Exportações Brasileiras – período de 2000 a 2016	<b>104</b>
<b>Tabela 02</b>	Percentual de Participação da Indústria Extrativa Mineral no Valor Adicionado a Preços Básicos Incluindo Petróleo e Gás Natural no Período do Ano de 1985 a 2014	<b>109</b>
<b>Tabela 03</b>	Percentual da Taxa e Variação dos Preços do Minério de Ferro (Preços em US\$), no Período do Ano de 1991 a 2015	<b>113</b>
<b>Tabela 04</b>	IDHM dos Municípios de Parauapebas, Marabá, Açailândia, Santa Inês e São Luís no Período de 1991, 2000 e 2010	<b>132</b>
<b>Tabela 05</b>	IDHM dos Municípios de Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas, Santa Rita e Vitória do Mearim no Período de 1991, 2000 e 2010	<b>133</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA	Aliança Bolivariana para os povos da nossa América
APROCPAR	Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento de Palmares
ALCA	Área de Livre comércio das Américas
AUC	Assembleia para a Unidade Cantonal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BP	Balanço de Pagamentos
CAGED	Cadastro Geral de Desempregados e Empregados
CEPASP	Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CEPASP	Centro de estudos, pesquisa e assessoria sindical popular
CGA	Comitê para gestão ambiental
CIDH	Centro Interdisciplinar de Direitos Humanos
CLAES	Centro Latino Americano de Ecologia Social
CONACAMI	Coordenação Nacional das Comunidades Afetadas na Mineração
CONACAMI	Confederación Nacional de comunidades Del Perú Afectadas por La Minería
CONATRAE	Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DHESCA	Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ECOA	ONG Ecologia e Ação
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FAOR	Fórum Amazônia Oriental
FASE	Federação dos órgãos de Assistência Social e Educacional
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FSM	Fórum Social Mundial

GEDMMA-UFMA	Grupo de Estudo Modernidade e Meio Ambiente
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GRI	Global Reporting Initiative
IALA	Instituto Agroecológico Latino Americano
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
IPACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
JNT	Rede Justiça nos Trilhos
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAM	Movimento dos Atingidos pela Mineração
METABASE	Sindicato Metabase de Itabira e Região
MST	Movimento dos Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NINJA	Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental
OCMAL	Observatório de Conflitos da Mineração da América Latina
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PGC	Programa Grande Carajás
PL	Projeto de Lei
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SIMETAL	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, mecânicas, eletromecânicas, Eletroeletrônicos, Eletrônicos, de material elétrico, de Empresas Prestadoras de Serviços Metalúrgicos, Mecânicos, Eletromecânicos, Eletroeletrônicos, Eletrônicos e de Informática do Estado do Pará

SINTICLEPLEMP	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Leve e Pesada de Parauapebas
SMOs	Social Movement organization
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
TC	Transações Correntes
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UFSJ	Universidade de São João Del Rei
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
USW	United steelworkers



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: COMPLEXIDADE AMBIENTE E A ESCOLHA METODOLÓGICA.....</b>	<b>18</b>
1.1	DESCOBERTA DO OBJETO E O SENTIDO DA PESQUISA.....	18
1.1.1	<b>Problemática, Hipótese e objeto de pesquisa.....</b>	<b>23</b>
1.2	CONCEITOS, SENTIDOS E SIGNIFICAÇÕES: UMA ESCOLHA PERTINENTE.....	30
1.3	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	39
1.4	A TESE EM SUAS SUBDIVISÕES.....	44
<b>2</b>	<b>SOCIEDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA SISTÊMICA.....</b>	<b>47</b>
2.1	TEORIA DA SOCIEDADE DA SOCIOLOGIA: PROBLEMAS DE AUTO REFERÊNCIA E OBSTÁCULOS AO CONHECIMENTO.....	47
2.2	SOCIEDADE COMO SISTEMA SOCIAL: FORMA SISTEMA/ENTORNO, AUTOPOIÉISIS E COMUNICAÇÃO.....	50
2.3	SOCIEDADE COMO SISTEMAS ABRANGENTES.....	55
2.4	SOCIEDADE DIFERENCIADA X MOVIMENTOS SOCIAIS: SISTEMAS AUTOPOIÉTICOS OBSERVADORES DA SOCIEDADE CONTRA A SOCIEDADE.....	57
<b>3</b>	<b>MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>63</b>
3.1	NEOEXTRATIVISMOS NA AMÉRICA LATINA: A NOVIDADE DE UM MODELO QUE NÃO É NOVO.....	64
3.2	ESTRATÉGIAS, OPORTUNIDADES E OS DESNÍVEIS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERA.....	70
3.3	DINÂMICAS DE RESISTÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE.....	81
3.4	MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO: PROTESTOS, DEMANDAS E PROPOSIÇÕES DE MODELOS ALTERNATIVOS À MINERAÇÃO.....	86
<b>4</b>	<b>A VALE: ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA RESPONSÁVEL PELO ORDENAMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO DE CARAJÁS, AMAZÔNIA BRASILEIRA.....</b>	<b>101</b>

4.1	VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E A DETERMINAÇÃO DA VALE COMO ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DINAMIZADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	102
4.2	A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE DE EMPRESA ESTATAL À EMPRESA TRANSNACIONAL.....	106
4.3	RELAÇÕES DESTOANTES AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS.....	127
<b>5</b>	<b>O MOVIMENTO SOCIAL ATINGIDOS PELA VALE NA REGIÃO DE CARAJÁS, AMAZÔNIA BRASILEIRA: RESSONÂNCIAS E DISSENSOS NA PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO COLETIVO.....</b>	<b>138</b>
5.1	CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO: PRODUÇÃO DE SENTIDOS DO SER “ATINGIDOS”.....	139
5.1.1	Mudanças nas tematizações e a formação do movimento em rede.....	152
5.2	HETEROGENEIDADES, ADESÃO E CONCORRÊNCIAS INTERNAS.....	157
5.3	A INTERNET COMO ELEMENTO AMPLIFICADOR E ORGANIZADOR DO MOVIMENTO E AS IMPLICAÇÕES NA REDUÇÃO DA CREDIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES E AUMENTO DE ENDOSSAMENTOS.....	164
5.4	PRODUÇÃO DE CONSENSOS, GENERALIZAÇÃO DE DISSENSOS.....	183
5.5	PROPOSIÇÃO DE UM MODELO ALTERNATIVO: DIFUSÃO DO NÚCLEO TEMÁTICO, AMPLIAÇÃO DO ENDEREÇO DE PROTESTO E AS DIFICULDADES NA MANUTENÇÃO DA COESÃO E NA OBTENÇÃO DE “SUCESSO”.....	185
5.6	PROCESSO DE APRENDIZAGEM: O MOVIMENTO COMO SISTEMA IMUNOLÓGICO DO SEU ENTORNO.....	199
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>209</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>220</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>231</b>

## 1 INTRODUÇÃO: COMPLEXIDADE AMBIENTE E A ESCOLHA METODOLÓGICA

El mundo no es un mecanismo imenso que produce estados de cosas a partir de otros estados de cosas...El mundo es más bien un potencial de sorpresas ilimitado (LUHMANN, 2007, p.29).

De acordo com Luhmann (2007), a complexidade do ambiente se apresenta como uma constante evolutiva para os sistemas. Isto inclui o próprio ato da observação em referência ao seu meio, como, por exemplo, o objeto de pesquisa para ciência.

Tal alusão se refere à escolha da *Systemtheorie* de Luhmann para tratar deste empreendimento doutoral.

Em minha trajetória acadêmica, se fez constante a aproximação com temas analíticos complexos, embora eu não tenha tomado consciência disso. Ao me deparar com os desdobramentos da pesquisa sobre o trabalho escravo na Amazônia brasileira e a exigência de um tratamento teórico-sistêmico, me vi diante da obrigação de transcender o objeto e a minha própria escolha teórica.

### 1.1 DESCOBERTA DO OBJETO E O SENTIDO DA PESQUISA

Em 2009, ao ingressar no curso de Mestrado no Núcleo de Altos Estudos, tudo era novo para uma nordestina que teve a oportunidade de se aproximar dos conflitos e tensões existentes na região Amazônica. O objeto escolhido para empreender uma dissertação de mestrado “Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: ambivalências e ambiguidades na operacionalização da política” me abria a possibilidade de compreender elementos da lógica das relações de exploração do trabalho baseada em dívida que surgia como forma de usurpação da liberdade dos trabalhadores. Os maiores índices deste tipo de relação se encontravam no Pará.

Ao longo de dois anos de permanência naquela realidade, constatei que esse sistema de utilização da mão-de-obra ocorre desde o período da indústria da borracha (entre 1879 a 1912) na Amazônia e se difundiu para todas as regiões do Brasil, sendo facilitado pela distância entre as explorações rurais e os centros urbanos, aliado ao baixo nível cultural da massa trabalhadora que, em sua maioria, ou era egressa do sistema servil ou era de nordestinos estimulados pela promessa dos ganhos altos na Amazônia (PICOLI, 2005).

Analisei a concepção dos executores da Política de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil, por meio do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, especificamente todos os executores da política representados no Estado do Pará que integravam a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), responsável pela criação e execução do plano.

Assim, identificava a institucionalização, na região Amazônica, da representação de poderes do Estado e grupos organizados em detrimento a nenhuma valorização do fator humano, devido ao fato de a região ter se transformado em área de livre acesso ao capital transnacional, na qual foram atraídos e instalados grandes grupos econômicos, enquanto as massas populares permaneciam marginalizadas do processo histórico e privadas de qualquer iniciativa que pusesse em risco a execução dos objetivos estatais (CARVALHO, 1994; PICOLI, 2005).

Ficou clara, para mim, a forma como se estabeleceu o capital na Amazônia, que mesmo tendo provocado mudanças na fronteira não contribui para o avanço tecnológico das forças produtivas e da produção, porque apesar de ter monopolizado o meio de produção agrícola, não valorizou, na mesma importância, a produtividade por meio do trabalho (HEBÉTE, MARIN, 2004).

Sendo assim, compreender a escravidão contemporânea no Brasil, a qual está ligada a um encadeamento de fatores como a pobreza, expansão da fronteira agrícola, desrespeito aos direitos humanos de forma generalizada, foi tomar conhecimento da forma como se deu o desenvolvimento no país, principalmente por meio das políticas públicas e expansão das fronteiras agrícolas que visavam acelerar o processo de integração regional, dentro da ideia de progresso consubstanciando a política desenvolvimentista para Amazônia.

A ocupação da Amazônia e o surgimento das formas contemporâneas de escravidão sinalizam que o desenvolvimento econômico da Amazônia, desde o seu início, precisou de um influxo maciço de capital e tecnologia. A lógica dos governos foi a de apoiar e facilitar com incentivos e subsídios a entrada de agroempresas e indústrias extrativistas (BRETON, 2002; ESTERCI, 1994; FILGUEIRAS, 2004; SAKAMOTO, 2009).

Identifiquei que tal modelo de desenvolvimento implantado na região está impregnado em um pacto entre o Estado e as elites econômicas e financeiras, cuja marca das contradições do capitalismo na ocupação da Amazônia se expressa nos

conflitos entre: camponeses e a grande propriedade fundiária (HEBETTE, 1991; COSTA, 1994); entre peões e a grande empresa (ESTERCI, 1987); entre Estado e atingidos por grandes projetos (CASTRO, 1989).

Esses pactos políticos orientam as políticas públicas e moldam as práticas sociais e a produção de consensos desde os mais referenciados, como os da ocupação da região Amazônica “terra sem homem para homens sem terra”, “deserto verde”, até os mais silenciados e invisíveis que recusam a defesa dos territórios e modos de vida tradicionais das populações e comunidades amazônidas.

Em 2011, ao concluir a dissertação de mestrado, tive a oportunidade de participar de um grupo de estudo intitulado: “Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na Amazônia”, no NAEA, coordenado pelo professor Armin Mathis, vinculado ao Centro Interdisciplinar de Direitos Humanos (CIDH), apoiado pelo Consórcio Latino Americano dos Direitos Humanos e pela Fundação Ford, formado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Dentre os objetivos da pesquisa, apresenta-se uma análise dos discursos e realidades da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das empresas de mineração, na Europa e no Brasil.

Na primeira viagem de campo, nos municípios de Marabá e Parauapebas, no sudoeste do Pará, prestes a observar e pensar em algo para uma pesquisa futura, deparei-me com uma série de denúncias relatadas pelos entrevistados, entre eles um juiz do trabalho que sinalizou sobre a quantidade superior a nove mil processos jurídicos contra a mineradora Vale, por descumprir normas trabalhistas<sup>1</sup>.

Ainda ao entrevistar sindicatos, ONGs e associações ligadas à atuação da mineradora Vale na região, percebi que as denúncias contra a mineradora eram recorrentes. Ela ao ser, sistematicamente, pressionada pelos movimentos sociais, por participar da cadeia produtiva do trabalho escravo e da devastação ambiental, pois sendo a única fornecedora de minério de ferro para o setor de ferro gusa na Amazônia, disponibilizava matéria-prima para as siderúrgicas, geralmente envolvidas com o desmatamento e com o trabalho escravo, que usam carvão vegetal de forma ilegal.

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada com o juiz do trabalho da região de Marabá, no ano de 2012, o qual declara a existência de mais de nove mil ações contra a mineradora Vale devido ao fato de não se respeitar o período máximo de horas trabalhadas nos turnos ininterruptos, de seis horas trabalhadas definido na constituição brasileira, porque não estava contando o tempo de percurso da casa do trabalhador até a mina, o que equivalia a quatro horas de trabalho, denominada horas “*intineres*”, que são horas extras prestadas no trajeto do trabalho.

Essa discussão se iniciou em 2008, por a Vale<sup>2</sup> ter reconhecido e anunciado que não iria mais fornecer minério de ferro às siderúrgicas que trabalhassem de forma ilegal. No entanto, nos anos seguintes, a empresa não cumpriu tais acordos.

Isto porque a tentativa de monitorar a cadeia produtiva fazia parte de uma ação de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), a qual, naquele período, ainda não havia sido adotado pelo Global Reporting Initiative (GRI), inserido no Pacto Global para a região Amazônica.

Entre os anos de 2010 e 2011, a Vale encerrou suas atividades na cadeia de alumínio, visando, de forma estratégica, reduzir sua dependência energética de fornecedores independentes e emissões de carbono. Entretanto, a discussão sobre o trabalho escravo ganha novos elementos e novos conflitos são evidenciados, após ela ter adquirido a Biopalma Amazônia S.A. e ter iniciado a produção de bicomcombustíveis, promovendo mudanças sociais e paisagísticas na Amazônia Brasileira, impulsionando confrontos de lógicas divergentes da apropriação dos territórios e dos recursos naturais.

Em 2014, a Vale reconhece, no seu relatório de sustentabilidade, a existência de inúmeras disputas e ações judiciais<sup>3</sup> sobre questões reconhecidas nos próprios relatórios de sustentabilidade produzidos pela empresa, a saber: i) recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pretendidos pela União Federal, incidente sobre parcelas da folha de pagamento do período de 1999 a 2003; ii) acidentes fatais ocorridos no exercício de atividades laborais; iii) condições de trabalho (períodos de descanso/temperaturas) na mina de potássio em Taquari Vassouras (Sergipe); iv) terceirização de atividades de plano de fogo, detonação, operações com pá-carregadeiras e perfuratrizes e atividade de monitoramento de barragem de estéril nas minas do estado de Minas Gerais, que foram questionadas pelo Ministério Público do Trabalho; v) adequação do complexo de Tubarão (ES) à Norma Regulamentadora n. 10, do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade; vi) horas in itinere em Carajás, discutidas em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, processo no qual houve acordo e está em fase de cumprimento.

---

<sup>2</sup> De acordo com o relatório do Instituto Observatório Social, intitulado: “Crimes ambientais e trabalhistas na cadeia produtiva da indústria siderúrgica instalada na Amazônia”, a Vale na Amazônia recebe diversas denúncias da sua cadeia produtiva com os problemas socioambientais. Para maiores detalhes ver a publicação em sua edição especial, publicada em junho de 2011, disponível no site: <http://www.observatoriosocial.com.br>.

<sup>3</sup> No relatório de sustentabilidade 2014 a Vale declara estas informações disponíveis em: <http://www.vale.com/pt-br/paginas/default.aspx>.

Nesse sentido, os depoimentos dos *stakeholders*<sup>4</sup>, principalmente dos trabalhadores internos e da comunidade no entorno, sinalizavam as diversas contradições do ciclo de desenvolvimento existente ao redor das atividades da Vale, as quais precisavam ser questionadas e investigadas.

Terminava minha primeira viagem de campo àquela região impactada pelo predomínio da lógica rentista em detrimento às condições de vida nas quais se encontravam os trabalhadores e as comunidades no entorno da atividade de mineração. Constatava-se como o poder econômico de uma grande empresa transnacional, nesse caso a mineradora Vale, pressiona as elites políticas e a burocracia local dentro do Estado, para atuar conforme seus interesses. Nesse contexto, o Estado não consegue exercer autonomia diante do grande poder econômico e assim não possibilita também à sociedade algum tipo de autonomia para modificar a realidade na qual se encontra.

No retorno para Belém, tendo levantado muitos questionamentos sobre o futuro, em longo prazo, daquelas comunidades e trabalhadores diante da expansão acelerada da atividade da mineração e ainda querendo pesquisar sobre a temática trabalho escravo, recebi um convite, em novembro de 2011, da representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Açailândia, para participar do I encontro Tripartite África-Canadá-Brasil, do movimento social Atingidos pela Vale, no qual a representante da ONG apresentaria algumas atividades alternativas, desenvolvidas na ONG, no combate ao trabalho escravo contemporâneo em áreas de atuação das siderúrgicas na região de Açailândia, Maranhão.

A partir da participação deste encontro, tomei conhecimento de que dentro do território Amazônico a Vale se constitui uma organização econômica importante, capaz de influenciar o desenvolvimento regional pelo fato de gerar disposições sobre o futuro que, por sua vez, reduzem as possibilidades de escolhas dos outros.

Entre novas descobertas científicas, aflorou o interesse em compreender a dinâmica de atuação de um movimento social que surge na Amazônia brasileira e que, inserido na realidade globalizada, legitima novas formas de resistência e se

---

<sup>4</sup> De acordo com Mathis e Mathis (2012), este termo se refere aos proprietários, os trabalhadores e suas representações, os indivíduos ou grupos de consumidores, clientes, governos, comunidades vizinhas, povos indígenas, ONGs, instituições públicas e privadas, fornecedores, associações comerciais e outras instituições afetados pelas atividades da corporação ou outras empresas econômicas, partes indiretamente afetadas pelas atividades de mineração.

autodeclara como força social contra-hegemônica, anticapitalista ou antissistêmica, capaz de se constituir como movimento potencialmente transformador da ordem. Ele visa transcender o caráter de um movimento social apenas contra a mineração, se declara em amplitude maior, pois se coloca a favor de um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de um movimento social que propõe um modelo alternativo. Desta forma, atentei-me para as novidades e especificidades que estas declarações do movimento poderiam apresentar.

Foi assim que resolvi dedicar minha tese ao estudo dos movimentos sociais em área de mineração, interpretando-os como uma fonte de produção de comunicação, a qual contribui para a geração de variedades alternativas na discussão sobre os rumos da região, já que os movimentos se autodescrevem propositivos.

### 1.1.1 Problemática, Hipótese e objeto de pesquisa

Durante a minha permanência nos dois projetos de estudo na região de Carajás, verificou-se que, nos últimos trinta anos, a atividade de mineração, diante da sua crescente importância econômica para o país e para a região de estudo, tem promovido inúmeros conflitos e resistências. De posse de alguns dados discrepantes coletados, surge uma problemática bastante instigante, que será abordada a seguir.

A Vale<sup>5</sup>, a maior mineradora que atua na Região de Carajás, aproveita as oportunidades do aumento da demanda mundial por minerais metálicos <sup>6</sup>para o alcance do aumento da produtividade, e, por conseguinte, do faturamento da empresa.

---

<sup>5</sup> De acordo com os dados apresentados por Sousa (2012), a empresa Vale do Rio Doce foi criada em 1942, no governo de Getúlio Vargas, mediante o decreto-lei n. 4.352, de 1 de junho de 1942, pela encampação das Companhias Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. O decreto-lei dá outras providências para explorar, sobretudo, as jazidas de ferro. Até 1996, a empresa era estatal, em 1997 ela foi privatizada por um processo em que houve uma subavaliação do valor devido ao patrimônio. Essa avaliação foi realizada por uma das empresas do grupo Bradesco, que depois aparece com o principal investidor. A empresa foi vendida por um valor aproximadamente três vezes inferior ao lucro líquido alcançado naquele ano. Também foi subestimado o valor da reserva de minério de ferro em Minas Gerais e na Serra dos Carajás, cujo volume era de 12,9 bilhões de toneladas em 1995; no momento da privatização, fora informado um volume de 3,2 bilhões, muito abaixo do volume real.

<sup>6</sup>Esse crescimento da produção mineral mundial alcançado nos últimos dez anos está relacionado, principalmente, ao aumento da urbanização e do crescimento da produção industrial da China e do continente europeu. De um lado, a demanda aquecida por bens minerais, no mercado mundial, a partir dos anos 2000, oferece a mineradora uma oportunidade de ampliar a sua estrutura produtiva na região, visando atender a demanda crescente. Por outro lado, o processo de internacionalização que a empresa inicia em 2009, com a compra da INCO canadense, e da captação de recursos financeiros no mercado global, a coloca sob observação da sociedade civil e de organismos internacionais no que tange à sua atuação referente aos direitos humanos e suas práticas de sustentabilidade.



Isto de acordo com Mello e Lisboa (2013) implica em nova forma de atuação no mercado, em vista de atender demandas da sociedade civil e dos organismos internacionais por práticas de direitos humanos<sup>7</sup> e de sustentabilidade.

Pode-se afirmar, pautado em Monteiro (2005) e (COELHO; MONTEIRO; BARBOSA, 2012), que a expansão da empresa e suas exportações encontra respaldo em uma política econômica nacional cuja prioridade é a busca por *superávits* do Balanço de Pagamentos (BP)<sup>8</sup> (MONTEIRO, 2005), (COELHO; MONTEIRO; BARBOSA, 2012) que possam compensar o resultado deficitário histórico das transações Correntes (TC). Essa estratégia macroeconômica finda por estabelecer uma trajetória de dependência externa mais profunda, fato que diversos autores (SICSÚ; DE PAULA; MICHEL, 2007; DE NEGRI; ALVARENGA, 2011) denominam de “reprimarização” ou especialização reversa da economia, principal eixo para manter o equilíbrio macroeconômico no contexto do neo desenvolvimentismo<sup>9</sup>.

Essa dependência pautada na “reprimarização” da economia pode ser visualizada no setor mineral brasileiro, uma vez que a mineração é considerada atividade estratégica no processo de expansão de atividades extrativistas intensivas para aumentos na pauta de exportação do país e manutenção da sua balança comercial favorável ou positiva (MONTEIRO, 2011, 2012; MONTEIRO; CRUZ, 2012).

Os investimentos da transnacional Vale, via projetos de mineração na região de Carajás, possibilitam o crescimento do PIB acima da média estadual. Os municípios mineradores, normalmente, se destacam pela sua participação significativa na geração de valor e apresentam altas taxas de crescimento do

---

<sup>7</sup>No Brasil, vem sendo utilizada a plataforma conhecida como Plataforma DHESCA, mecanismo que “funciona como um dispositivo de visibilização do quadro vigente de injustiça ambiental no Brasil” (MELLO; LISBOA, 2013, p.368). Essa plataforma formou-se pela articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil, que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, visando ao fortalecimento da cidadania e à radicalização da democracia.

Na contabilidade Nacional, o Balanço de Pagamentos (BP) é utilizado para aferir as relações comerciais de um país com o resto do mundo. O BP é composto por duas contas: transações correntes (TC) e a conta de capital e financeira. Na primeira, registram-se as informações anuais sobre o comércio exterior (Balança Comercial). Por meio dela, o governo brasileiro tem tentado garantir superávits, no intuito de compensar o déficit acumulado das transações correntes da década de 1990, período no qual se adota o receituário neoliberal e a liberdade do mercado, o que implica a orientação voltada ao aumento das importações brasileiras.

<sup>9</sup>O termo faz referência à um novo formato do projeto nacional-desenvolvimentista dos anos 1950. Aquele projeto, sob orientação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que implantou um modelo econômico baseado no Planejamento do Estado para subsidiar o setor privado, com participação do capital estrangeiro. Segundo Dias (2011), a aliança que o Estado desenvolve, ao longo da sua história, com o capital, mantém a sua função de transferir “mais-valia social” para o setor privado; no entanto, atualmente, o tipo de mercado é outro, como agronegócio, projetos energéticos e de infraestrutura (FEARNSIDE; LAURANCE, 2012), centrados no controle da terra, da água e do minério.

PIB, conforme comportamento do mercado internacional das commodities. Por exemplo, ao analisarmos uma série histórica, entre os anos de 2000 e 2013, constatamos que o percentual de participação do PIB da região de Carajás<sup>10</sup> no Estado do Pará, em 2000, era de 8,8%, e chegou a 23,1% em 2010, 26,5% em 2011, 21,3% em 2012 e 20,4% em 2013 (SEPOF, FAPESPA, 2014).

No entanto, o exame de algumas variáveis, como é o caso do índice de Gini<sup>11</sup>, revela que a Região de Carajás apresenta os maiores índices de desigualdade de renda (0,83) em comparação às demais regiões de integração do Estado do Pará (0,78) e do Brasil (0,56), de acordo com os dados do IBGE (2010). Isso indica que o crescimento econômico na região de Carajás, decorrente da ampliação da atividade produtiva da extração de minério de ferro da Vale, não provoca mudanças qualitativas no que se refere à distribuição equânime da renda nos municípios de Carajás.

São essas assimetrias que os movimentos sociais empregam em seus discursos contra a mineração e pretendem propagar como destoantes para a sociedade. Por conta disso, a sociedade passa a exigir, no âmbito dos parâmetros da ONU, certos tipos de medidas no que se refere à atuação das empresas transnacionais. A partir de 1970, acontecimentos pontuais que demarcam a atuação desses organismos internacionais ocorreram, tais como a criação de uma comissão da ONU, em 1973, para fiscalizar a atuação das empresas transnacionais (TCN) e a criação do comitê para Investimentos e Empreendimentos Multinacionais, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), que instituiu códigos de conduta, principalmente sobre os direitos trabalhistas. Tais acontecimentos marcam esse processo de discussão da criação de normas internacionais que coíbam determinadas atuações das transnacionais (MATHIS, MATHIS, 2012)<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup>A Região de Integração de Carajás é formada por 12 municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia. Para maiores detalhes, ver a caracterização da região descrita no quarto capítulo desta tese.

<sup>11</sup>O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Conrado Gini, em 1912. É comumente utilizada para calcular o grau de concentração ou a desigualdade de distribuição de renda, numa escala de zero a um, em que **zero** corresponde a uma **completa igualdade** na renda (hipoteticamente, todos detêm a mesma renda per capita), e **um** corresponde a uma **completa desigualdade** entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, concentra a renda em detrimento dos demais). Na prática, compara-se à renda dos 20% mais pobres com a renda dos 20% dos mais ricos.

<sup>12</sup>Esses tratados e normas internacionais estabelecidos pela OIT são respectivamente: nº 29 (Trabalho Forçado, 1930); nº 87 (Liberdade de Associação e Proteção ao Direito Sindical, 1948); nº 98 (Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva, 1949); nº 100 (Remuneração Equânime, 1951); nº 105 (Abolição do Trabalho Forçado,

No entanto, as formas de exploração dos recursos naturais se reiteram na Região de Carajás, à medida que a transnacional Vale desenvolve e intensifica os seus projetos. Destacam-se os impactos socioambientais identificados pelos movimentos sociais (pelo Movimento dos Atingidos pela Vale - extraído nas suas cartilhas, encontros e seminários): (1) desmatamento (FEARNSIDE, 2003; ALENCAR et al, 2004); (2) degradação das florestas pelo plantio de monocultura de eucalipto (POORE, 1985; FLORIANO, 2004); (3) destruição e poluição das reservas ambientais, como assoreamento de rios e igarapés; (4) redução das bacias hidrográficas, formação de crateras (BITAR, 1997); (5) invasão de terras onde se encontram os cemitérios das populações; (6) degradação de sítios arqueológicos (LILLYWHITE ET AL, 2015); (7) fechamentos de poços artesianos; (8) aumento da mortandade dos peixes nos rios; (9) alagamentos de terras agricultáveis; (10) aumento do problema da segurança alimentar de comunidades e povos tradicionais; e (11) retirada dos pescadores e agricultores dos seus locais de produção e reprodução de vida (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2012; SMITH ET AL, 1995).

Nesse sentido, na Amazônia brasileira, os movimentos sociais vêm se configurando como "grupos organizados", cuja pauta, de forma geral, é a contestação e a construção de projetos alternativos ao modelo de desenvolvimento em curso. Como exemplo, podemos citar o movimento Atingidos pela Vale; esse movimento insere-se em mobilizações e protestos por mudanças alinhadas por formas de correlação de forças locais em vista à criação de um movimento nacional, o MAM (Movimento dos Atingidos pela Mineração), em convergência com movimentos sociais globais de contestações ao capitalismo global.

Especificamente, na Região de Carajás, o movimento levanta alguns questionamentos a respeito dos impactos ambientais da mineração, com os problemas sociais, o desrespeito aos direitos trabalhistas e a desterritorialização da população local.

Sobre a forma como ocorre a desterritorialização, em nível geral, a pesquisa realizada por Silva (2004) é uma importante referência para compreendermos o processo de mudanças sócio territoriais na Amazônia a partir da implantação dos projetos da mineradora Vale.

O autor demonstra como ocorre a relação entre os grupos de poder que articulam políticas para fazer a gestão municipal envolvendo práticas que se manifestam no uso do território e no poder constituído no território de Carajás, principalmente no que se refere às emancipações territoriais ocorridas desde a década de 1980, após a implantação dos projetos da mineradora Companhia Vale do Rio doce-CVRD (até então estatal).

A região de Carajás tornou-se um território vinculado à economia extrativista mineral, ligada à escala econômica internacional, na qual uma única empresa, na época, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), até então estatal, tornou-se agente principal de interferência direta ou indireta em cada município, por meio da articulação das diferentes representações político-sociais locais, nacionais e internacionais de acordo com seus interesses.

Silva (2004) aponta algumas características marcantes desse processo. A primeira é em relação à estrutura urbana diferenciada que os municípios da região apresentam em suas plantas urbanísticas desordenadas e concentradoras, por conta da aceleração do processo de ocupação desordenada dos territórios e os conflitos sociais dele decorrentes.

A segunda se refere à implantação dos grandes projetos na região amazônica, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), o Projeto Ferro Carajás (PFC), a abertura de estradas, como a Transamazônica e a Belém-Brasília, aliada à falta de uma política agrária que amenizasse as disparidades entre as áreas de latifúndio e os expropriados. Isso propiciou o aumento da massa de trabalhadores sem-terra, refletindo a elevação demográfica e o acirramento dos conflitos na região sudeste paraense, o que promoveu mudanças drásticas nas administrações municipais de uma visão tradicionalista da oligarquia, que predominava até a metade da década de 1970, para o que Silva denominou de “poder correlacionado” ou divergente na ordenação do território, o qual depende da aliança entre os diferentes grupos locais e interesses em relação ao desenvolvimento local.

A terceira foi a instalação de grandes projetos que impulsionou a migração pelo trabalho e gerou crescimento populacional acima das taxas nacionais ao mesmo tempo criou-se as possibilidades para um processo emancipatório dos municípios impulsionado muitas vezes pela tentativa de seqüestro dos royalties da extração mineral no território municipal.

Constata-se que, na região de Carajás, a grande proliferação de municípios, ao invés de gerar riquezas, produziu mais problemas sociais, tanto em termos de aumento das dívidas entre Estados e municípios quanto no aumento dos setores da sociedade que foram excluídos as políticas públicas locais, como é o caso dos sem terra e sem teto.

Um exemplo desse processo é a implantação do projeto S11D<sup>13</sup> que iniciará suas atividades no segundo semestre de 2016, no município de Canaã dos Carajás. Com intuito de implantar um ramal ferroviário, nas localidades de Boa Esperança, Nova Esperança e a Vila Mozartinópolis (Racha Placa), a Vale deslocou camponeses daquelas terras sem garantias indenizatórias, o que causou insegurança em relação às futuras desocupações.

Da mesma forma, em outro projeto que explora níquel também no Sul do Estado do Pará, há conflitos de interesses entre a Vale e o povo indígena Xkirin do Cateté, que habitam no território e não têm certeza sobre o futuro de seus territórios e a garantia da manutenção de seus modos de vida.

De acordo com o relato dos representantes dos movimentos sociais, há problemas recorrentes em relação aos estudos e relatórios de impactos ambientais apresentados pelas grandes corporações para a obtenção de licenças de seus empreendimentos em solo amazônico. Dentre eles, estão a omissão de informação, a insuficiência de dados sobre os possíveis impactos e uma revisão bibliográfica limitada que dê conta das principais consequências da implantação de projetos de mineração.

Além disso, não há respeito quanto ao cumprimento de normas internacionais, como é o caso da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. A convenção orienta que as comunidades tradicionais sejam consultadas sobre a interferência em seus territórios. No entanto, na prática, a empresa mineradora encontra estratégias para burlar estes processos de consultas públicas.

Isto ocorre quando a Vale fraciona o licenciamento ambiental da mina de Carajás, da duplicação da EFC, da reforma dos 57 pátios de cruzamento e construção do quarto píer, no Porto da Ponta de Madeira, em São Luiz, como se fossem obras fracionadas. Devido essa estratégia, reduz-se o tempo para a

---

<sup>13</sup>Este projeto, anteriormente chamado de Serra Sul, prevê a implantação de um complexo minerário na Região de Carajás, na subdivisão da Serra Sul, para exploração de minério de ferro do bloco do corpo geológico denominado S11, localizado no município de Canaã de Carajás, no Sul do Estado do Pará.

obtenção da licença e a necessidade da realização de consultas à comunidades, já que as obras fracionadas não pressupõem tantos impactos quanto apresentariam no projeto completo.

Nesse sentido, as formas de resistências vêm ocorrendo por meio da participação de encontros e seminários, considerados espaços para estabelecer a conscientização política e a organização da população local, a partir de uma interligação internacional dos movimentos.

Destaca-se que a originalidade da atuação de um movimento tipicamente amazônico não se refere apenas à ampliação e reforço de alianças entre os diversos movimentos e organizações internacionais em rede (DAGNINO, 2000), a qual cria um novo espaço de aprendizado e de difusão de modalidades de ação ou da elaboração de diagnósticos comuns e ações continuadas que levam à diversificação nas estratégias de lutas (SVAMPA, 2011), ou na defesa das populações e comunidades tradicionais dos seus territórios de reprodução social, mas na produção de comunicação que amplia o tema de protesto para a defesa de um modelo de desenvolvimento alternativo que, por sua vez, contribui na discussão sobre os rumos da região.

Desta forma, propus, como objetivo de pesquisa, analisar esse processo bastante original, de produção comunicativa de um movimento social em área de mineração, na defesa de uma pauta ampliada: a de promover um modelo de desenvolvimento alternativo, procurando entender como o movimento chega a esse tema, as suas origens, os protagonistas, a produção de sentidos e a criação de semânticas.

Portanto, adota-se como hipótese que a ampliação da temática proposta pelo movimento serve tanto para facilitar a adesão à rede quanto para promover variedade na discussão sobre o rumo da região, ao passo que aumenta a capacidade de difusão da informação e dos endereços de protesto, o que implica na dificuldade de saber o que motiva a comunicação e a demonstração dos resultados produzidos pelo movimento. Escolhi analisar a atuação do movimento, comparando-o com a atuação de outros movimentos emblemáticos da América Latina, dentro da ótica sistêmica de Luhmann.

## 1.2 CONCEITOS, SENTIDOS E SIGNIFICAÇÕES: UMA ESCOLHA PERTINENTE

De acordo com Wartofsky (1973), os conceitos apreendidos pela ciência são ferramentas de trabalho para o pensamento científico. A maneira como o cientista aprende a compreender os fenômenos complexos possibilita a apreensão das relações para apresentá-las em forma comunicável.

Sob essa perspectiva, a referência a alguns conceitos ou categorias analíticas escolhidas para o desenvolvimento desta tese merecem atenção, porque não se trata de fazer uma revisão geral dos conceitos, mas de explicar o sentido que estes conceitos representa para a construção desta tese.

Desde o primeiro contato com o objeto desta tese, a vasta literatura e as diversas correntes de análise existentes sobre os movimentos sociais, que se dividem entre si no campo teórico, tanto nas abordagens europeias quanto nas abordagens americanas, forçaram-me a fazer uma escolha para caminhar dentro do objetivo proposto nesta. Limito-me aqui a tratar de alguns aspectos do grande debate teórico que orientaram o desenvolvimento da tese e que são pertinentes para o contexto dos movimentos aqui apresentados.

A minha primeira escolha diz respeito ao uso do termo “novos” movimentos sociais, pois é inegável que este termo tenha causado desconfortos ou surpresas nos debates acadêmicos sob os quais tencionam na substituição dos movimentos operários emblemáticos da época do maio francês de 1968, e na emergência de espaço de demandas e construção de novas identidades culturais por meio da busca pelo reconhecimento do caráter multiétnico e multicultural num contexto de fragmentação da sociedade civil

A partir de inspirações geradas pelos acontecimentos do “maio francês”, que foram marcados por lutas e revoltas de estudantes e outros grupos sociais independentes da participação do Estado, sindicatos e partidos políticos, surgem as teses dos acionalistas Touraine (1988 e 1989) e Evers (1984), que trouxeram o termo “novos” movimentos sociais para o debate, rejeitando e se distanciando tanto dos processos ligados ao bloco capitalista como ao bloco socialista. Eles defendiam uma mudança generalizada que partissem de ações fora do Estado e dos partidos políticos e das contradições entre capital e trabalho. Nesse sentido, suas teorias ficaram conhecidas como uma sociologia da ação.

Sob forte influência da sociologia da ação e das utopias de Habermas (1981)<sup>14</sup>, os “pós-modernos Laclau (1986), Laclau e Mouffe (1988) e Santos (1997, 2005) difundem que algumas questões sobre os movimentos sociais não se encontram inseridas nas explicações e debates nas relações do modo capitalista de produção, eliminando assim a tão propalada perspectiva da luta de classes e da revolução defendida pelas correntes marxistas e neomarxistas.

Embora estes autores proponham teorias distintas sobre a modernidade, convergem no entendimento de que ao longo do século XX mudanças macroestruturais modificaram a natureza do capitalismo a qual não mais centralizava na produção e no trabalho, por esta razão se estava diante de uma nova sociedade que exigia também novos temas e agentes para as mobilizações coletivas já que os conflitos não mais se localizam na esfera exclusivamente econômica, mas na vida privada e em dimensões simbólicas. Os movimentos sociais ressurgem como novos representantes coletivos que portam um projeto cultural, o qual não demanda democratização política ao Estado, mas a democratização social no plano dos costumes.

De acordo com os pós-modernos, persegue-se a construção de uma nova sociabilidade contra a universalização dos direitos (que ocorreu no *Welfare state*), já que as pluralidades presentes nas sociedades contemporâneas requerem tratamento diferenciado, pois são novas formas de “opressão” (guerra, poluição, machismo, racismo). Essas diversas lutas ou diversos movimentos são, agora, categorizados como particulares, transclassistas, em vez de interesses de classes.

Desta forma, as ações perseguiriam objetivos específicos e localistas (nacionais, locais), como as questões culturais e de qualidade de vida, e não mais de bem-estar e riqueza. Por esta visão, há uma diferenciação entre os movimentos sociais e político-críticos do período compreendido entre o século XIX e início do século XX e os movimentos sociais da contemporaneidade, ou, do termo cunhado por Touraine, de uma sociedade pós-industrial.

Melucci (1980) a que mais se aproxima das teses de Touraine no entendimento da sociedade contemporânea, caracterizada como pós-industrial, introduz a sociedade da informação como mecanismo de acumulação e controle

---

<sup>14</sup> Habermas (1981) ao supervalorizar os procedimentos institucionais na formação da vontade nacional coletiva, anula a participação dos sujeitos coletivos bem como os conflitos de classe, para ele, a negociação racional por meio da exposição, argumentação e persuasão, constituem em discursos que transcendem qualquer interesse particular. Ele compreende a Sociedade Civil na sua dimensão normativa, como “agente” capaz de promover o processo de democratização por meio dos procedimentos democráticos.



social da sociedade avançada ou de massas, cujas contestações “pós-materialistas” se fundamentam em motivações de ordem simbólica e de construção ou reconhecimento de identidades coletivas.

Embora Habermas (1981) e Touraine tivessem defendido os novos movimentos sociais como portadores de identidades coletivas, foi Melucci (1980) quem se dedicou no desenvolvimento de uma teoria da identidade coletiva, na tentativa de tentar explicar como um ator coletivo é formado e quais as relações e processos levam os indivíduos a se envolverem *coletivamente* numa ação política. (ALONSO, 2009), por isso, de acordo com Alonso (2009) recorreu-se à argumentações construcionistas e processuais à medida em que os atores construiriam a ação coletiva ao passo que houvessem comunicação, produção e negociação de significados e, posteriormente, avaliação e reconhecimento do que há em comum entre eles para a tomada de decisões.

Para Alonso (2009), Touraine e Melucci, apesar de defenderem teorias particulares, convergiam no postulado central, o da especificidade dos movimentos sociais da segunda metade do século XX. Este postulado está relacionado a uma mudança macrossocial a qual teria gerado uma nova forma de dominação, no âmbito cultural, por meio da tecnologia e da ciência. Isso provocou mudanças entre público e privado, e, conseqüentemente nas subjetividades e uma nova zona de conflito. Por estas razões, as reivindicações teriam se deslocado das questões redistributivas, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, na qual emergem demandas baseadas na democratização de suas estruturas e afirmação de novas identidades e valores.

Estes autores passaram a defender a politização da vida privada. Os movimentos de classe dariam lugar aos novos movimentos simbólicos, identitários, tais como os movimentos ligados à questão do feminismo, do pacifismo, do ambientalismo, e estudantil. Isto é, os movimentos que tomaram a cena na época em que estes autores escreviam.

De acordo com Alonso (2009) a partir dos acionalistas, os novos movimentos sociais passariam a ser entendidos mais como grupos ou minorias do que grandes atores coletivos reunidos. Suas demandas seriam simbólicas, cujas propostas perseguiriam o reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Nesse sentido, a novidade na forma de atuação do movimento estaria relacionada à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica,

descentralizada, desburocratizada. Assim, o local de atuação destes movimentos não estariam mais no Estado, mas na sociedade que separada do Estado propõe mudanças culturais a longo prazo.

O “novo” para estas teorias, definitivamente estaria nos aspectos culturais, por isso o motivo da sobrevalorização das análises nestes aspectos, como elementos distintivos das novas mobilizações com relação as “velhas” mobilizações.

Estes foram os pressupostos que estabeleceram as bases da teoria dos novos movimentos sociais, a saber nas análises sobre os aspectos simbólicos e cognitivos ou emoções coletivas, e incluindo-os na definição de movimentos sociais, e o abandono das análises do ambiente político em que as mobilizações transcorrem bem como aos interesses e recursos materiais que ela envolve.

Embora essa tese não se proponha a aprofundar esse debate, importa destacar que a aproximação com o termo “novos” movimentos, está baseada no sentido de reafirmar a apropriação de outros sistemas de valores defendidos por estas teorias (ALONSO, 2009), a perseguição por outras vias para a realização de suas demandas, como as iniciativas de solidariedade e fora do sistema político (CABO, 2008) e as novas formas de organização e a dimensão que tomam os protestos difundidos em meios de comunicação e redes mobilizadoras (CASTELLS, 2003).

As semelhanças entre aquelas teorias e a abordagem sistêmica de Luhmann se referem ao fato desta teoria aceitar também que os protestos não poderiam ser mais comparados com os movimentos de reformas religiosas, políticas ou distúrbios e rebeliões econômicas do velho mundo, pois na sociedade moderna, há outras múltiplas consequências vivenciadas pelos movimentos sociais que não se referem mais ao socialismo, industrialização ou distribuição de bem estar, são motivos e temas mais heterogêneos desde os movimentos feministas aos movimentos ecológicos, que mobilizam recursos e fixam novos vínculos, os quais não necessariamente se resolvem pelo combate ou conquista do Estado.

No que se refere ao conceito de movimentos sociais, importa aqui destacar os conceitos mais referenciados pelos teóricos dos novos movimentos sociais e, em seguida, considerando que o conceito deva estar relacionado com a forma que cada teoria compreende a relação entre movimentos sociais e a sociedade, define-se o conceito de movimentos sociais, o qual será tratado nesta tese, a partir da teoria sistêmica de Luhmann.

Alain Touraine (1972), precursor do pensamento acionalista, defende que o importante para a ciência da ação social estaria no entendimento dos atores sociais em relação às suas ações coletivas e identidades desenvolvidas.

Nesse sentido, o conceito de movimentos sociais é apresentado como conjunto de atores, que questionam, lutam pelas finalidades da produção cultural (educação, cuidados médicos e a informação de massa, defesa de direitos do homem e da vida) e são construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais.

Sob a influência da sociologia da ação, autores tais quais Melucci (1994), identifica ação coletiva, como caracterizada pela identidade, solidariedade e a tentativa de quebrar os limites de um determinado sistema, sob os quais os movimentos acontecem. Assim, para Melucci (1994), os movimentos sociais questionam as estruturas da sociedade, propõem novas formas de organização e sociedade civil e política e são lentes que através das quais os problemas abordados na sociedade são amplificados, porque tudo é gerado pelo agir coletivo.

Aprofundando a teoria da ação coletiva proposta por Merlucci, autores como McCarthy e Zald (1996), McAdam e Tarrow (1996) e Tilly (2005, 2006) desenvolveram a teoria da mobilização política, na qual o fundamental a ser apreendido são os processos institucionalizados pelas ações coletivas, assim como os vínculos e redes construídos pela sociabilidade da interação. Estes autores enfatizam as oportunidades políticas que os movimentos sociais podem ter em institucionalizar as formas de participação. Sob essa perspectiva, McCarty e Zald (1996) apresentam o conceito dos movimentos sociais como organizações que mobilizam recursos, da mesma forma McAdam e Tarrow (1996) denominaram os movimentos sociais como sendo grupos que tomam vantagem das oportunidades políticas ou rede de indivíduos e organizações que buscam um objetivo comum relacionado à criação de repertórios de ações coletivas. Nesse sentido, Tilly (1975) afirma que os movimentos são como a interação sustentada entre os desafiadores e os detentores do poder.

Conforme exposto acima e diferentemente destes conceitos que propõem os representantes destas teorias expostas acima, Luhmann (2007) refuta toda tradição sociológica que reduz sociedade à disposição humana como a intenção, a vontade, ação ou racionalidade da consciência humana e apresenta um conceito não a partir

dos atores sociais ou das suas ações emancipatórias, mas da função ou do papel social que os movimentos sociais desempenham para e na sociedade<sup>15</sup>.

Importa também situar, dentro do debate sobre os novos movimentos sociais, nas de teorias contemporâneas, a escolha de teorias que são reelaboradas na América Latina, visto que não houve receptividade das teorias americanas sobre os novos movimentos sociais, acima supracitadas, pela maioria dos teóricos latino Americanos, por isso, segundo (GOHN 2010, 2012), foram desenvolvidos na América Latina seis eixos analíticos para se tratar dos movimentos sociais na contemporaneidade, a saber: eixos culturais, da justiça social, colonização dos saberes, ênfase nos aspectos institucionais das ações coletivas, abordagens transnacionais e resistência como foco básico.

A escolha pelo último eixo teórico apresentado por (GOHN 2010, 2012) se justifica por se tratar da capacidade de resistência dos movimentos sociais. Interessa-nos, então, compreender desta abordagem o consenso que se tem produzido sobre a construção de um “novo mundo” e novas relações sociais propostas pelos movimentos sociais, na América Latina, em alternativa ao modelo econômico dominante.

Para isto, recorre-se às abordagens de Algranati (2006), Seoane (2003), Seoane, Taddei (2005, 2006), pesquisadores do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), instituto que visa promover o debate sobre novos modelos de desenvolvimento propostos pelos movimentos sociais na América Latina. O tratamento que estes teóricos deram a esta questão é o ponto de partida para as análises do objeto desta tese.

Sob a perspectiva das novas formas de resistência na América Latina, a passagem dos anos de 1980 para os de 1990 marca um momento particularmente importante para os movimentos sociais. A adoção da política neoliberal modificou as formas de “conflitividade” (SEOANE; TADEI, 2005; SEOANE, TADEI, ALGRANATI,

---

<sup>15</sup> Diferente de como o conceito de novos movimentos foi trazido pelos acionistas e, posteriormente, pós-modernos, cuja diferenciação estava na ênfase aos fins que os movimentos perseguem. Os “novos” movimentos nesta tese, longe de se constituírem como organizações ou organizadores de decisões, são entendidos, aqui, como espelho da sociedade, que observa as consequências das estruturas da sociedade funcionalmente diferenciada, como será visto com maior detalhamento no segundo capítulo desta tese.

Luhmann (2007) compreende os movimentos sociais como sistemas autopoiéticos de índole própria, no qual o protesto funciona como seu momento catalisador e também como espelho, já que os movimentos sociais pensam a sociedade de dentro da sociedade, por tanto, a sua comunicação, elaborado dentro da sociedade, expressa a negação dessa sociedade.

2006), o que resultou, no primeiro momento, em formas de resistência fragmentadas em nível social, focalizadas quanto ao nível setorial e incapazes de desarticular a implementação das políticas públicas sociais. No segundo momento, ocorre uma renovação dessa “conflitividade”, o que marca um novo ciclo de protestos que originam novos focos e novas lutas internacionais de resistência.

Os espaços sociais vêm sendo produzidos por meio de mobilizações, como: o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade contra o Neoliberalismo, logo após a campanha contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI<sup>16</sup>), no México, em 1996<sup>17</sup>; o Movimento dos Desocupados, na Europa, em 1997, contra o resultado das aplicações neoliberais e das políticas de “ajustes” aprofundadas pelo acordo de Maastrich; o Movimento dos Trabalhadores dos Correios Privados, nos EUA, em 1997, contra a precarização e flexibilização das normas trabalhistas; a batalha de Seattle, nos EUA, em 1999, contra as políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que se configurou em um movimento planetário, e a atualização da experiência dos movimentos sociais, das décadas de 1960 e 1970.

A partir do Encontro Internacional das Resistências às alternativas para obtenção e anulação da dívida e o abandono definitivo dos programas de ajustes neoliberais, consolidou-se a coordenação entre diversos movimentos sociais e organizações tais como Zapatistas, no México, e o Movimento dos Sem Terra (MST), no Brasil. As edições do Fórum Social Mundial<sup>18</sup>, no Brasil são os principais movimentos, dentre tantos outros, que demarcam os chamados movimentos antimundialização ou altermundialista, que legitimam o surgimento das novas formas de resistência (SEOANE; TADEI, 2005).

O Fórum Social Mundial (FSM) é a experiência mais destacada nesse processo de convergência internacional das lutas dos movimentos denominados de antineoliberais (SEOANE; TADEI, 2005; SEOANE; TADEI; ALGRANATI, 2006)

---

<sup>16</sup>Segundo Seoane; Tadei (2005), o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) foi proposto pela Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como a “nova bíblia do capitalismo mundial”, elaborada em segredo. Ele passaria a orientar a proteção das inversões estrangeiras em detrimento da capacidade regulatória dos Estados e dos povos, constituindo-se na nova ordem da hegemonia plena do capital transnacional. Por essa razão, a convocatória do I Encontro pela Humanidade foi caracterizada como luta contra a OCDE. As principais organizações sociais presentes foram associações de ecologistas e de Direitos Humanos.

<sup>17</sup> O que representou a primeira vitória do Movimento antimundialização neoliberal por articular pautas da Europa e EUA.

<sup>18</sup> Embora o Fórum Social Mundial seja um evento que reúne diversos movimentos, é também considerado movimento no sentido de se constituir um espaço de convergência dos movimentos sociais na formação de redes de movimentos.

desde a Batalha de Seattle<sup>19</sup>. Ele se configura como espaço de intercâmbio e de debates de temas ligados à construção de uma hegemonia alternativa à hegemonia neoliberal.

As principais formas de resistência apontadas pelos autores, na contemporaneidade, dizem respeito às seguintes características comuns aos Movimentos Sociais: 1) ações de protestos com duração de tempo prolongado ou indeterminado; 2) maior generalização das formas de lutas confrontativas em detrimento das demonstrativas; 3) difusão regional de algumas modalidades de ações, como o bloqueio de ferrovias (por exemplo, o protesto dos trabalhadores desocupados da Argentina e os movimentos indígenas e cocaleiros da região Andina); 4) ocupações de terras, de edifícios públicos ou privados (visualizadas, por exemplo, nos movimentos camponeses); 5) marchas e manifestações que se estendem a espaços regionais e nacionais.

Os principais debates que atravessam o consenso desses movimentos encontram-se: 1) nas táticas de protesto na defesa de ação direta sem violência; 2) no questionamento das estratégias a serem desenvolvidas frente às instituições do poder mundial, em que surge o debate para se pleitearem reforma dos organismos internacionais<sup>20</sup>; 3) na compreensão de que os movimentos se relacionam social e politicamente (sem uma visão dicotômica de público/privado); e, 4) nas propostas que tendem a modificar o atual processo de concentração da riqueza e do poder, pois os movimentos insurgem com uma pauta propositiva de uma proposta alternativa (SEOANE; TADEI, 2005; SEOANE, TADEI, ALGRANATI, 2006).

Nessa perspectiva, todas essas novidades apontam para a produção do que muitos autores têm denominado de resistências. Compreender o que há de novo nas formas de resistências hoje e qual a implicação dessas novidades na produção de comunicação dos movimentos, em área de mineração, é também importante para a construção dessa tese.

Harvey (2004) reconhece a diferença entre as lutas de hoje e as lutas proletárias clássicas, pois compreende que as novas formas de resistências emergem diante das sucessivas ondas de acumulação capitalista, gerando um movimento antiglobalização mundial. A novidade consiste nas formas de lutas, que

---

<sup>19</sup>Protestos ocorridos em 1999 em Seattle contra as políticas impostas pela Organização Mundial de Comércio, ver SEOANE e TADEI (2005).

<sup>20</sup> Como por exemplo, a proposta de incluir cláusulas sociais nos acordos de Livre Comércio na busca de "empoderamento" das instituições.

hoje são de natureza distintas das clássicas ou das lutas proletárias associadas a reprodução ampliada, porque há uma variedade de forças em funcionamento na transição do sistema global, alianças formadas entre diversos vetores de lutas em direção a uma forma de globalização inteiramente diferente, não imperialista, que enfatiza o bem estar social e os objetivos humanitários relacionados com formas criativas de desenvolvimento geográfico.

Essa novidade nas formas de lutas também é visualizada por Dagnino (2000), que na defesa de uma abordagem pós-colonialista, declara que todos os movimentos sociais põe em movimento forças culturais, ou uma política cultural em suas lutas contínuas, contra projetos dominantes de construção da nação. Nesse sentido, o novo se refere ao fato dos movimentos sociais hoje em vez de tomar o poder, requerem outro tipo de política, uma política da cultura, na qual as lutas passam a ser travadas em torno de novas formas de sociabilidade.

Diferentemente, Sankey (2014) e Lust (2014) apresentam que as novas formas de resistências têm sido acompanhadas pela entrada de novos atores no cenário de conflitos. Eles mencionaram a composição de um novo proletariado: de trabalhadores e assalariados mineiros e trabalhadores camponeses sem terra, os quais são semiproletarizados excedentes para as exigências do capital extrativo. Além disto, os autores identificam que o maior ator que tem emergido no contexto de novas resistências tem sido a comunidade, que é formada por indígenas, trabalhadores rurais não proletarizados ou proletarizado ou pequenos agricultores familiar, proprietários de terras e camponeses, cuja preocupação centra-se nos meios de subsistência baseados no acesso a terra, a proteção dos seus direitos de territórios, de suas liberdades de exploração e degradação do meio ambiente e a manutenção de suas relações com a natureza.

Autores como Svampa (2013), Leff (1996), Toledo (2000) e Bebbigton (2011), autores que fazem parte de uma corrente de aproximação da ecologia política, e enfatizam os impactos negativos da indústria extrativa e dos megas projetos de mineração, as quais são consideradas atividades mais poluentes e devastadoras sobre o meio ambiente, comunidades indígenas e agrícolas.

Sobre essa perspectiva, o conceito de resistências, hoje, contra o extrativismo mineral, sinaliza o horizonte de uma modernidade alternativa, implicando maior demanda por participação na tomada de decisões e controle local sobre os recursos naturais sob uma análise racional que enfatiza a importância da

matriz de fatores ambientais, sociais e culturais para o entendimento da função desempenhada pelos movimentos sociais em área de mineração.

Dessa forma, é inegável que se está diante de um novo ciclo de expansão do mercado capitalista, no qual as reformas impostas pela globalização neoliberal, agora facilitadas por governos de esquerda, geram novos eixos de conflitos, os quais revelam contradições mais complexas. Nesse sentido, Daza et al (2012) afirmam, que diante de cenários mais complexos, se originam novos caminhos de organização social, articulação, resistência e alternativas ao *status quo*, no delineamento do que Hardt e Negri (2006) denominam de novo ciclo internacional de lutas. Assim, compreender como se produz a comunicação dessas novidades é o grande propósito desta tese.

### 1.3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

As análises desenvolvidas nesta tese são resultados de dados coletados a partir da participação de alguns encontros realizados pelo movimento social Atingidos pela Vale (tais como I encontro Tripartite Moçambique, Canadá- Brasil e III encontro Regional dos Atingidos pela Vale, em 2011, realizado em Açailândia no Maranhão e o V Encontro Regional dos Atingidos pela Vale, em 2013, em Parauapebas, Pará) e dos dados que foram coletados, em conjunto com o professor Armin Mathis, na ocasião da participação de dois projetos<sup>21</sup> de pesquisa em parceria com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, entre os anos de 2012 e 2015.

Portanto, a escolha da área empírica de estudo, a região de Carajás, foi orientada tanto pela oportunidade de participar de dois projetos de pesquisa na região e pela descoberta dos seguintes aspectos, os quais marcaram definitivamente a minha escolha em relação ao trabalho de pesquisa: 1) Local de surgimento e atuação do movimento social Atingidos pela Vale, região que se localiza ao longo da ferrovia Ferro-Carajás, Pará/Maranhão, no território Amazônico; 2) O local é fortemente impactado por projetos de mineração e, principalmente, por ações do Estado na implantação de grandes projetos infraestruturais; 3) A região apresenta os piores indicadores sociais conforme os dados coletados de base de dados secundários e visita in locus; 4) Conta com uma série de denúncias de

---

<sup>21</sup> O segundo projeto de extensão, se refere à revisão do Plano Diretor Participativo do município de Parauapebas (2006) e elaboração dos Planos Específicos, realizado entre o período de 2013 a 2015.



organismos nacionais, internacionais e movimentos sociais, na mídia falada e escrita, dos impactos socioambientais provocados pela atuação da transnacional Vale nas comunidades no entorno; e 5) gesta um movimento social, que, pela primeira vez na história das lutas e resistências nacionais, surge da Amazônia para se tornar um movimento nacional e internacional e propõe um modelo alternativo de desenvolvimento para a região.

As fontes de informações foram diversas, como as observações realizadas nas participações dos encontros do movimento. Além dessas, destacam-se as entrevistas formais, a partir de um roteiro pré-estabelecido, e as semiestruturadas, realizadas com representantes de entidades que compõe o movimento; são eles: 11 representantes de ONGs (Movimento Debate em Ação; CEPASP - Centro de estudos, pesquisa e assessoria sindical popular; Justiça nos Trilhos; ONG WLS, de Moçambique; CDVDH/CB, Açailândia; ONG Debate em Ação; Fórum da Cidadania e JUPAZ); 11 representantes de Sindicatos (Metalúrgicos; Ferroviários; Metabase de Inconfidentes; Trabalhadores Rurais), sendo um do Canadá, três do Moçambique e o restante da região de Carajás e Minas Gerais; 22 lideranças comunitárias e de associação de moradores; dez representantes dos assentamentos; dez trabalhadores (dois rurais, cinco de Moçambique, dois do Canadá e um da região de Carajás-Pará); e cinco lideranças das comunidades quilombolas; representantes do poder público local (câmara municipal, secretarias municipais e prefeituras de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Marabá e Parauapebas); juiz do trabalho de Marabá.

Visitas in locus foram realizadas nas comunidades no entorno da mineração, em oito localidades no Estado do Pará: Canaã, Curionópolis, Vila Sansão, Cedere I, Palmares I, Palmares II, Vila Paulo Fonteles, Marabá. Foram feitas duas visitas, também, no Estado do Maranhão: Açailândia e Bom Jesus das Selvas. Foi feito o acompanhamento dos registros feitos pelo movimento Atingidos pela Vale, por meio do site da Rede Justiça nos trilhos nos anos de 2009 a 2015. Foi analisado todo o material produzido no site da ONG Justiça nos Trilhos, por conter um maior número de publicações organizadas e dispostas por data de ocorrência, tanto em materiais, entrevistas e notícias produzidas pelo movimento quanto as que foram endossadas de outras fontes e publicadas no referido site. Estas fontes foram relevantes para a análise, no sentido de compreender como o movimento produz a comunicação sobre si e sobre os seus endereços de protestos.

O uso do gravador, quando utilizado, porque por diversas vezes foi desligado por inibir o entrevistado, esteve condicionado à autorização dos participantes das entrevistas, tendo recaído sobre mim a total responsabilidade de reproduzir *ipsis litteris* o teor da conversa gravada. Optei aqui por não colocar o nome das pessoas entrevistadas e a função que cada um desempenha no movimento social, como forma de preservá-las, já que sofrem constantemente ameaças de morte.

Pelo fato do nosso trabalho indagar, na atualidade, movimentos que defendem um tema de protesto propositivo de alternativas ao modelo de desenvolvimento, a preocupação central da tese partiu das seguintes questões: de que forma atua um movimento social em área de mineração que se autodeclara promotor de uma amplitude maior, em seus temas de protesto, do que simplesmente se constituir em movimento contra a mineração? Como o movimento chega a esse tema propositivo? Quais as implicações na criação de causalidades do movimento, no endereçamento dos protestos e nos espaços para defender e apresentar o modelo alternativo de desenvolvimento?

Nesse sentido, tendo em vista os objetivos propostos para esta tese, consideram-se três objetos principais na análise do movimento social atingidos pela Vale. O primeiro objeto se refere aos fatos sociais e endereços sociais. Para isto, trabalha-se com as seguintes variáveis: história do movimento apresentado pelo próprio movimento como as definições de si mesmo; definições do endereço de protesto. O segundo objeto concerne às campanhas de mobilização cujas variáveis correspondem à criação de semânticas, duração das campanhas, tipos de ações desenvolvidas e o impacto dessas campanhas, tanto nos meios de comunicação, como nos encontros do movimento e na relação entre o estado e a empresa. O terceiro objeto diz respeito à produção comunicativa, cuja pretensão é a análise de como se origina a produção de comunicação do movimento, a identificação do que é comunicado, bem como as ferramentas para a produção de comunicação e a capacidade de difusão das informações produzidas pelo movimento.

Utilizamos como método, a análise da produção de sentido, da teoria sistêmica de Luhmann, assumindo-se que a análise se efetiva juntamente com os conceitos produzidos por esta teoria. Isto porque, em concordância com Luhmann (2007), a metodologia clássica funciona como adestramento dos investigadores como único sujeito, os quais seguem sempre a tradição lógico-ontológica do

ser/pensar, não que esta tentativa de atingir o ser pelo pensar não seja proveitosa, o problema é o que se perde diante de tal procedimento, visto que a metodologia, diante da sociedade como sistema policontextual, não consiste em apenas assegurar uma descrição correta ou monocontextual da mesma, mas trata-se de formas refinadas de produção e tratamento das informações internas ao sistema.

Da mesma forma, a diferença entre métodos qualitativos e quantitativos só finda por distrair os verdadeiros problemas: a recomendação metodológica habitual que formula os conceitos de variáveis e trata das relações entre elas e as suas correlações e condições de suas dependências, que ignoram a relação entre o que se inclui ou exclui daquilo que, por questão de carência de informação ou ignorância, não se consegue explicar (LUHMANN, 2007).

Desta forma, como a teoria sistêmica tem conferido um significado teórico central à comunicação, torna-se necessário fazer o devido tratamento do que é que se comunica quando algo se comunica, e aqui está a importância do conceito de sentido, que é o meio que permite a criação seletiva de todas as formas sociais e psíquicas.

Um sistema surge num processo de redução da complexidade. A origem do sistema é um problema, o sistema social se constitui como uma sequência (conjunto) de comunicações que obedecem a um sentido específico e por isso se distinguem dentro do universo dos processos comunicativos que formam a sociedade. O problema da complexidade do mundo, que fez com que a sociologia clássica desistisse da tarefa de elaborar teorias universais, passa a ser a condição para que isto seja possível e produtivo (ARRIAGA ÁLVAREZ, 2003, pág. 278).

O sentido tem uma forma particular, cujos dois lados são realidade e possibilidade ou também atualidade e potencialidade. É uma conquista própria dos sistemas sociais e dos sistemas psíquicos, que permitem dar forma à autorreferência e à construção da complexidade de tais sistemas (CORSI, et al., 2006, pág. 199). É por meio do sentido que os sistemas atualizam suas operações, lidam com a complexidade e realizam seleções entre as possibilidades que se apresentam. É por meio do sentido, nas palavras do autor que o mundo está dividido em algo com sentido e algo sem sentido.

Desta forma, o sentido é a única forma de mobilização de qualquer sistema, pois é a partir da produção de sentido que se estabelecem expectativas e que as operações elementares do sistema ganham forma. Os movimentos sociais se

utilizam do sentido para afetar as estruturas dos sistemas políticos, econômicos e jurídicos, para que estes reconfigurem os sentidos de suas operações.

Quando os movimentos sociais, em área de mineração, colocam em xeque o consenso pressuposto da indústria extrativista mineral e dos governos defensores de políticas de desenvolvimento regional calcadas nas atividades de mineração. Como resposta, eles tendem a promover a ressonância das expectativas divergentes e se propõem a tematizar um sentido de comunicação, para mostrar as inconsistências e precariedades por meio da construção de semânticas tais como injustiça, desigualdade, exploração dentre outros.

É desta forma que se pretende analisar o movimento social a partir da criação do seu núcleo temático, que dá unidade ao movimento e produz sentidos, os quais servem para confirmar, difundir e generalizar os sentidos estabelecidos pela comunicação dominante.

A partir de então, procede-se a análise sistemática das entrevistas e dos documentos produzidos e publicados no site eletrônico, pelo movimento social Atingidos Pela Vale, desde o início da sua fundação, na observância principalmente da relação entre a produção de sentidos e semânticas propaladas pelo movimento.

Quanto às dificuldades do processo de pesquisa, estas se deram no decurso da realização das entrevistas, quando por duas vezes fui vista como uma espiã infiltrada no movimento. Na primeira vez, a dúvida se eu era espiã da Vale foi esclarecida, justamente, por eu conhecer uma representante da ONG que integra o movimento, a qual intermediou a desagradável situação. Na segunda vez, tendo participado de outro encontro do movimento, por conta própria, o meu caderno de anotações desapareceu, quando fui convocada para me retirar da sala de reuniões, para o movimento tratar de ações confrontativas. Deixei os meus pertences na cadeira na qual estava sentada e quando voltei, o discurso foi mudado para a pauta da espionagem; entendi porque não havia mais encontrado o caderno.

A interpretação da pesquisadora como espiã é resultado do sentido que rege o movimento, o mundo é dividido em os “atingidos”, os que sofrem com os riscos e as conseqüências do processo de extração mineral e os que são responsáveis pelo seu sofrimento. Não há espaço para a inclusão do excluído, o que representa uma visão distinta da academia

Depois disso, tive que conviver com um sentimento dúbio, que invadiu o meu pensamento naqueles três dias em que convivi com eles, dentro de um

acampamento do MST a 80 km distante da cidade de Parauapebas. Fiquei decepcionada por ter sido compreendida daquela forma e pela realidade vivida por muitos representantes que integram o movimento, os quais sofrem constantemente ameaças de morte das empresas e entidades que se sentem ameaçadas pelas atividades do movimento. Assim, as decepções que apareceram nesse momento da pesquisa não foram maiores do que a vontade de continuar compreendendo a atuação desse movimento.

#### 1.4 A TESE EM SUAS SUBDIVISÕES

Esta tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro (de Introdução), priorizamos apresentar um panorama mais geral, da escolha do objeto de pesquisa, a problemática, hipótese, objeto e metodologia da pesquisa. De forma geral, apontam-se as diversas contradições existentes em áreas de atuação da mineradora Vale e a forma original com que os movimentos sociais locais, naquelas áreas, têm emergido em suas dinâmicas de atuação.

Faz-se necessário, nesse capítulo introdutório, esclarecer quais conceitos e categorias analíticas foram abordadas na tese, sobretudo quanto ao uso dos termos movimentos sociais, novos movimentos sociais e resistência. O debate existente sobre aquelas temáticas não se aprofundou. Procurou-se pontuar que ao se referir aos novos movimentos sociais, entende-se que a novidade está no fato de eles observarem a sociedade por suas consequências estruturais, que atualmente, se apresentam sob novas formas e em múltiplas dimensões.

Da mesma forma, o ato de resistir está intrinsecamente ligado à construção de uma modernidade alternativa ou modelo alternativo de desenvolvimento por meio da comunicação de uma novidade, que possui um significado que os movimentos sociais adquirem na atualidade, o qual será apreendido por esta tese.

Para melhor analisar estas questões, no segundo capítulo desta tese, dispomos sobre a escolha da abordagem sistêmica para a compreensão do papel que os movimentos sociais desempenham atualmente em área de mineração. Desta forma, priorizamos discutir o conceito de sociedade, trazida por Luhmann, o qual, ao utilizar algumas teorias do campo das investigações interdisciplinares, propõe o desenvolvimento do conceito de sociedade como sistema autopoiético.

A partir desta discussão, apresentamos o conceito de comunicação, o qual possui significado central para a teoria da sociedade na ótica sistêmica, e o seu papel como processo inerentemente seletivo, de produzir eficácia simbólica para a regularização da vida social na forma de organização sistêmica.

A partir disso, definimos o conceito de movimentos sociais, os quais não são aqui entendidos como sistemas de interação ou pensados como organizações, mas como sistema autopoietico que se reproduz a si mesmo e se comunica dentro da sociedade, que como espelho desta, observa as consequências de suas próprias estruturas, mobiliza recursos e fixa novos vínculos e subsiste sob a tensão entre tema e protesto, êxito e falta de êxito.

Sobre esta perspectiva, no terceiro capítulo da tese, dispomos a apresentar a complexidade ambiente, os fatos sociais que possibilitaram o aumento das atividades das empresas de mineração e conseqüentemente no aumento dos conflitos sobre o uso dos recursos, na distribuição dos resultados e sobre o uso dos territórios.

Diante destes conflitos há uma reação da população local que não se sente representada pelo Estado e desenvolve diversas modalidades de resistência contra as formas de atuação do Estado e das empresas. Estas resistências se constituem em diversas formas de atuação.

Defende-se neste capítulo, que estes movimentos sociais de resistência tem o papel de produzir reações que visam alterar a comunicação destoante das demais comunicações produzidas pelos subsistemas funcionais que compõe o sistema sociedade, e, o que os movimentos sociais, em área de mineração, tem produzido, como fonte de produção comunicativa, é o que interessa compreender neste capítulo.

Feito isto, no quarto capítulo da tese apresentamos e caracterizamos a Vale como organização econômica fundamental e responsável por estabelecer o ordenamento espacial na região favorecido pela política de valorização da Amazônia e a Região de Carajás, local onde as comunidades são impactadas pela atuação da mineradora e onde emerge o movimento social atingidos pela Vale que pretende propor outro modelo de desenvolvimento para a região por meio da sua produção comunicativa.

Para compreender de que forma o movimento social Atingidos pela Vale tem produzido novidades no que tange à produção comunicativa de modos alternativos

de desenvolvimento na Amazônia brasileira, é preciso, primeiro, compreender a atuação da mineradora Vale na região e os fatos sociais que determinaram o surgimento e a formação de um movimento que se auto intitula “atingidos” pelos projetos de exploração mineral.

No quinto capítulo, analisamos um movimento social em área de mineração na Amazônia brasileira, o movimento dos atingidos pela Vale. Caracterizamos seu processo de constituição e produção de sentidos, com base em entrevistas e documentação que foram realizadas *in loco* com representantes locais envolvidos na formação do movimento.

Na perspectiva da sociedade moderna funcionalmente diferenciada, na qual os conflitos são potencializados, abre-se a possibilidade de seleções contingentes mediante a observação dos subsistemas funcionais (economia, política, direito).

Com esta potencialização dos conflitos, são produzidas reações contra fáticas, ou resistências sistêmicas para alterar a comunicação destoante das demais produzidas pelos subsistemas funcionais. É aqui que se destaca o papel que o movimento social atingidos pela Vale representa para a região de Carajás, na Amazônia brasileira, o de fonte de produção comunicativa divergente, no sentido de provocar variação na ordem vigente ao irritar a comunicação dos sistemas funcionais e produzir variedades nas discussões sobre os rumos da região.

Por fim, no sexto capítulo da tese, apresentamos as conclusões acerca da pesquisa desenvolvida e suas contribuições para estudos futuros.

## 2 SOCIEDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA SISTÊMICA

“La sociología – em su actual comprensión de ser ciência- difícilmente puede hacer a um lado la pretesión de explicar fenómenos de la realidade social. Esto requiere, a su vez que los fenómenos, y que de de la manera más precisa se determinen los rasgos distintivos. Preguntas del tipo ‘ que és lo que uma cosa és (por ejemplo ¿ que és una empresa?, ¿ que és un movimiento social?, ¿ que és una sociedad?) exigen, por el sólo hecho de ser perguntas, indicar los rasgos essenciais; exigen, pues, concepciones esencialistas que si bien ya no están arraigadas hoy día en la naturaleza, sí lo están en las exigencias metodológicas de la investigación científica.”

O debate contemporâneo sobre movimentos sociais tem se caracterizado por uma pluralidade de posições e perspectivas teóricas. Em virtude disso, e diante a complexidade das sociedades contemporâneas, estabelecemos, nesta seção, alguns esclarecimentos sobre a escolha da abordagem sistêmica para a compreensão do papel que desempenham os movimentos sociais em área de mineração. Antes de definir o que se entende por movimentos sociais, é necessário compreender de que sociedade se está tratando nesta tese.

Em uma perspectiva de definir a sociedade como conjunto de comunicação, o ser humano, como sistema psíquico, é considerado ambiente. A sua ligação com a sociedade é descrita por Luhmann como acoplamento estrutural, que expressa a dependência mútua entre sociedade e sistema psíquico. Ambos baseiam as suas operações básicas no sentido e ambos existem somente em conjunto com o outro.

### 2.1 INTRODUÇÃO À TEORIA SISTÊMICA DE LUHMANN

O sociólogo alemão Nicolas Luhmann inova ao construir um conceito de sociedade que substitui a identidade substancial reservada ao indivíduo, inscrita no pensamento político europeu dominante, por uma identidade funcional e “desantropomorfizada” da noção organicista da relação parte e todo. Isto proporciona a Luhmann um lugar destacado na história do pensamento social do século XX<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Disciplinas científicas e propor novos significados para os conceitos antigos da sociologia clássica, o sociólogo alemão desenvolve um conhecimento científico verdadeiramente transdisciplinar (LUHMANN, 2005, 2006, 2007; RODRIGUES E NEVES, 2012). Luhmann (2007) demonstra que o problema da sociologia clássica reside no estabelecimento da sociologia como ciência dos fatos sociais, cujas razões da determinação dos fatos somente se apresentam no mundo como fato. Isso significa que a sociologia precisaria dar conta de sua própria condição, no âmbito total de sua investigação, como fato; portanto, este é um problema que não se resolve simplesmente pela demonstração do interesse por uma sociologia da sociologia, como já se tem feito.



Do nosso ponto de vista, as reflexões de Nicolas Luhmann, em especial, as que se referem aos sistemas sociais autopoieticos, constituem o rompimento com os conceitos da sociedade humanista e regionalista, estabelecidas pelas ciências sociais vigentes, e possibilitam apreender a sociedade como composta por operações próprias organizados e reproduzidos por meio de elementos próprios. Isso também implica que, ao trazer novos conceitos das diversas disciplinas científicas e propor novos significados para os conceitos antigos da sociologia clássica, o sociólogo alemão desenvolve um conhecimento científico verdadeiramente transdisciplinar (LUHMANN, 2005, 2006, 2007; RODRIGUES E NEVES, 2012).

Para Luhmann (2007), a sociologia precisa compreender sua relação com a sociedade como relação de aprendizagem e não como de ensino. O fato é que diante da imensa complexidade da sociedade, não foi desenvolvida uma metodologia adequada capaz de tratar os sistemas complexos e diferenciados, porque a tradição sempre respondeu às perguntas naturais e foi convincente em suas respostas.

De acordo com Luhmann (2007), tudo isso se constitui em bloqueio ao conhecimento e estão presentes na própria ideia de sociedade defendida pela sociologia clássica, sob a forma de quatro pressupostos:

- (1) Que la sociedade está constituida por hombres concretos y por relaciones entre seres humanos.
- (2) Que, por conseguinte, la sociedade se establece- o por lo menos se integra- através de consenso de los seres humanos, de la concordância de sus opiniones y de la complementariedad de sus objetivos.
- (3) Que las sociedades son unidades regionales, territorialmente delimitadas, or lo cual Brasil es una sociedade distinta de Tailandia; los Estados Unidos son una sociedade distinta de lo que hasta hace poco se llamo Unión Soviética, Y también Uruguay es una sociedade distinta de Paraguay.
- (4) Y que, por tanto, las sociedades pueden observarse desde el exterior como grupos de seres humanos o como territorios (LUHMANN, 2007, p. 11).

Luhmann (2007) afirma que os três primeiros pressupostos impedem a exata determinação conceitual do objeto chamado “sociedade” e discorda da diferença entre homem e animal contida naqueles pressupostos, cujas distinções estão diretamente relacionadas à razão, entendimento, vontade, imaginação, emoção e moralidade, os quais não foram especificados empiricamente, nem em seu modo de operação.

---

Nesse sentido, Luhmann critica a sociologia pela sua incapacidade de estabelecer um conceito teórico convincente que ilumine as relações entre indivíduo e sociedade, dentro de uma tradição teórica que pensa a sociedade como conjunto de indivíduos. O autor reconhece que é na unidade da diferença entre o indivíduo e a sociedade que reside o problema da sociologia.

No entanto, ao passo que a sociologia tenta resolver seus problemas internos, tem produzido reconhecidos avanços em termos de metodologia da teoria e da acumulação do conhecimento empírico. No entanto, para Luhmann (2007), a sociologia clássica tem trabalhado de forma coercitiva para manter a descrição da sociedade como se conhece hoje, a qual está fundamentada na distinção sujeito e objeto.

Dessa forma, o que se produz de investigações sobre a sociologia da sociologia, ou mesmo uma espécie de sociologia reflexiva do conhecimento, não superar os problemas, mas geram outros de autorreferência. Mesmo que haja um esforço em isolá-los como fenômenos especiais, ou tratá-los como singularidades ou dificuldades metodológicas, eles persistem.

De acordo com Luhmann (2007), a saída estaria na teoria sistêmica formulada por Talcott Parsons como teoria geral do sistema de ação. No entanto, mesmo que esta teoria apresente uma codificação do saber dos clássicos e uma elaboração do entendimento conceitual da ação, com ajuda de uma metodologia diferente baseada em diagramas do cruzamento de diferentes variáveis, esta teoria deixa em aberto questões de autoimplicação cognitiva, porque não esclarece a conceituação analítica e a formação real dos sistemas e não considera que o conhecimento das ações é, já em si mesmo, uma ação.

Nesse sentido, Luhmann julga que a teoria sistêmica de Parson, a qual poderia responder aos problemas da sociologia clássica, é incapaz de distinguir de maneira sistemática o sistema social de sociedade.

Luhmann (2007) sugere que o desafio que se apresenta à sociologia é o de entender o porquê de a sociedade causar muitos problemas para ela mesma, independente das intenções melhoradas que são desenvolvidas no campo das ideias com solidariedade, emancipação, comunicação racional, integração social dentre outros.

A partir dessas concepções, Luhmann rompe com a sociologia clássica e demonstra que quando se associa o conceito de sociedade às premissas

centralistas, no que tange aos valores da dominação, não apenas subestima-se a variabilidade e a complexidade das relações que se processam humanística e regionalmente, como também nega-se a dimensão descentralizada e conexionista com a qual se comunica por meio de redes complexas na sociedade da informação.

De acordo com Luhmann (2007), o problema consiste em nada mais do que dificuldades de ordem lógica, que se manifestam na técnica da teoria, dificuldade que tem de ser enfrentada quando se trabalha com conceitos autológicos e se vê obrigado a descobrir a si mesmo no próprio objeto, ou seja, ver-se obrigado a descobrir a sociologia como autodescrição da sociedade. Isso leva ao que Luhmann (2007, p.19) sustenta no desenvolvimento de sua teoria sobre a sociedade: “a realidadd se reconece por la resistênciã que opone, pero tambiãn a que dicha resistênciã frente a la comunicaciãn sũlo puede efectuarse mediante comunicaciãn”.

## 2.2 SOCIEDADE COMO SISTEMA SOCIAL: FORMA SISTEMA/ENTORNO, AUTOPOIÉSIS E COMUNICAÇÃO

Luhmann (2007) constrói a sua teoria como “teoria de distinção” ou “teoria da diferença”, e utiliza recursos teóricos fora da tradição conceitual da sociologia da teoria da sociedade, tais como os conceitos da cibernética, *cognitive sciences* e teoria da comunicação e teoria da evolução, as quais tratam de contextos de discussão interdisciplinar e têm promovido um processo radical de transformação.

Inspirado nos trabalhos de Spencer Brown, Luhmann desloca o seu foco de análise sistêmica da distinção aberto e fechado, que dominou a discussão sistêmica nos anos 1950 e 1960 para a análise dos processos que mantêm a diferenciação entre sistema e o seu meio. A operação que mantêm o sistema como parte distinta do seu meio se constitui em objeto de investigação e chave para explicar as transformações na sociedade. A escolha teórica faz com que o foco de observação da teoria se desloque do sistema para a diferença sistema e meio (entorno).

Considera-se também, a partir dessa nova concepção de forma, que não há repetição quando se atravessa e volta a atravessar um dos lados e que também não se trata de uma identidade única; assim, daqui se desenvolve o princípio de que uma distinção não pode identificar-se em si mesma. A teoria de sistema de Luhmann utiliza a distinção sistema e entorno como forma de suas observações e descrições.

Por fim, o conceito de forma satisfaz o requisito que se buscava, de validar a teoria, a qual, na relação que sustenta com o seu objeto, se vê obrigada a produzir conclusões autológicas sobre si mesma.

É por isso que os avanços recentes da teoria de sistemas, apontados por Luhmann, a partir da teoria da diferença, aparecem como variações do tema sistema e entorno.

A manutenção da diferença sistema e entorno é resultado de operações internas do sistema. Esse processo reprodutivo do sistema conta somente com os elementos, operações e estruturas que já existem no sistema. Esse entendimento é sublinhado por Luhmann pela escolha dos conceitos de auto-organização e autopoiesis, porém ambos não pertencem ao vocabulário tradicional da sociologia<sup>23</sup>.

Para Luhmann (2006), não se deve conceber a autopoiesis como a produção de uma determinada forma; o que é decisivo nesse conceito, segundo o autor, é a produção de uma diferença entre sistema e entorno. Os sistemas sociais usam o sentido como última instância para validar uma operação como pertencente ao sistema. Assim, os sistemas apenas reconhecem como operações próprias aquelas que se relacionam em formas de sentido.

A operação básica que Luhmann define para os sistemas sociais é a comunicação. A comunicação é definida como uma sequência de escolhas ou distinções, tais como: a) informação; b) mensagem; e c) compreensão. A primeira escolha se refere à seleção no universo das possíveis escolhas de um dado assunto ou tema que constituirá a informação da comunicação. A terceira escolha se refere ao destinatário da comunicação e à sua capacidade de compreensão da comunicação. Luhmann adota de Bates<sup>24</sup> o critério para definir o êxito de um processo comunicativo, que é a modificação do receptor da comunicação.

Desta forma, apreende-se que o sistema sociedade não se caracteriza por uma determinada essência, nem por uma determinada moral (tais como felicidade, solidariedade, nivelção das condições de vida, integração pelo consenso racional, dentre outros), mas pela operação que produz e reproduz a sociedade, que é a comunicação.

---

<sup>23</sup> Com a introdução do conceito de autopoiesis trazido por Maturana, que se refere aos sistemas que em si mesmos produzem suas estruturas e seus elementos que os constituem, abandona-se a maneira de explicar a sociedade fundamentada na invariabilidade do ser na ontologia e a diferença sujeito e objeto e eleva o conceito de autopoiesis a princípio balizador no entendimento de sistemas.

<sup>24</sup> "A difference that makes a difference".

Luhmann (2006) sintetiza duas teses sobre a relação entre sistema e comunicação. A primeira diz respeito à comunicação como dispositivo fundamental da dinâmica evolutiva dos sistemas sociais e a segunda refere-se ao fato de que a evolução do dispositivo comunicacional requer que os seus referentes sejam agregações coletivas de caráter funcional: os sistemas e não o homem.

A comunicação é um processo inerentemente seletivo e que se desenvolve em três níveis: 1) na produção de um conteúdo informativo; 2) na difusão de tal conteúdo informativo; e 3) na compreensão para aceitar ou rejeitar tal conteúdo informativo. Assim, a comunicação é a unidade composta por três componentes produzidos por ela própria: 1) informação; 2) mensagem; 3) compreensão. Uma vez definida a comunicação como operação fundamental dos sistemas sociais, fica evidente que cada transformação social se transforma como mudança do processo comunicativo.

Um sistema de comunicação só se mantém no momento em que está operando, ao utilizar o meio do sentido para determinação de suas operações dentro daquilo que o mundo apresenta confluindo simultaneamente.

Desse modo, Luhmann (2007) ressalta que aquelas possibilidades devem ser abandonadas, para que se compreenda, de forma precisa, a comunicação, que só pode ser compreendida se for considerada operação própria de um sistema fechado, operativamente determinado pela estrutura.

Luhmann (2006, 2007) apresenta uma abordagem problematizante da comunicação, pois para ele ela é improvável. Primeiro porque para se compreender o que se quer dizer, considerando o isolamento e a individualização das consciências, os sentidos só são decifrados mediante o contexto próprio de cada memória. Segundo, porque é improvável que a comunicação ecoe para além das pessoas que estão presentes em determinada situação, pois há uma limitação espacial e temporal da capacidade de recepção da informação. Terceiro, porque é improvável que mesmo que a comunicação tenha sido entendida, ela seja introjetada como premissa de comportamento, ao adotar os conteúdos como premissas das ações (pensar, agir, assimilar novos conhecimentos etc.).

A existência da improbabilidade da comunicação e a forma de superá-la e transformá-la em probabilidades regula a formação dos sistemas sociais. Desta forma, Luhmann (2006) entende o processo de evolução sociocultural como transformação e ampliação das possibilidades de estabelecer comunicação exitosa.

Esse é um processo seletivo que cria as estruturas sociais e seleciona quais sistemas sociais são viáveis e quais serão excluídos por conta da sua improbabilidade.

Considerando que as formas de improbabilidade citadas acima se reforçam mutuamente, levando à impossibilidade de convertê-las em probabilidade, ao tratar de cada aspecto de forma isolada se reduz a possibilidade de solução em outros aspectos, pois solucionar uma improbabilidade implica atenuar os problemas das outras. Como foi esclarecido por Luhmann (2006), quando uma comunicação é entendida, aumentam-se os motivos para sua rejeição e, da mesma forma, se a comunicação se expande para além dos participantes presentes, a compreensão da informação torna-se mais difícil e, conseqüentemente, aumenta a possibilidade de sua rejeição.

A existência das improbabilidades ameaça a existência dos sistemas e afeta a capacidade de decisão. Por esta razão, foram criados mecanismos para transformar a comunicação improvável em provável e aumentar o grau de difusão da informação, como também tornar a comunicação mais redundante. Luhmann (2007) denominou estes mecanismos de meios, os quais trabalham concomitantemente com as três improbabilidades da comunicação.

Luhmann (2006) faz referência ao conceito de meio trazido por Parsons, o qual criou o conceito de meios de comunicação simbolicamente generalizado e esboçou uma teoria referente ao caso prototípico do dinheiro. Por isso, o conceito passou a ser difundido nas ciências sociais por significados diferentes e o significado passou a depender de contextos ou de esclarecimentos adicionais.

Com esta referência ao conceito de meio trazido por Parsons, Luhmann (2006) propõe soluções para o problema gerado pelo espraiamento diverso desses meios, a partir de formas de superar e enfrentar a improbabilidade da comunicação.

A primeira delas é o meio da linguagem, que eleva a compreensão da comunicação a um nível acima do que se foi percebido previamente, por meio do uso de generalizações simbólicas, para substituir, representar ou combinar as percepções do mundo e se fazer entendível.

A segunda forma corresponde ao meio da difusão, já definido como meio de comunicação de massa, ao atuar de forma seletiva sobre a cultura. Ele amplia a memória, engendrando novas formas de transmissão da informação (rádio, tv, internet, mídias sociais).

No entanto, estes dois meios findam por aumentar a capacidade de difusão e os endereços da comunicação, o que implica no aumento da dificuldade para saber o que motiva essa comunicação, gerando improbabilidade da comunicação.

É nesse sentido que surge o terceiro meio, o meio de comunicação simbolicamente generalizado, ou meio de sucesso. Ele associa condicionamento e motivação para estabelecer condições que aumentem a probabilidade e aceitação da comunicação, como é o caso do poder para a comunicação dentro da política e o dinheiro para a comunicação dentro da economia (LUHMANN, 2006, 2007).

De acordo com Luhmann (2006), há esferas sociais para as quais não existem meios de comunicação simbolicamente generalizados. Educação, tratamentos terapêuticos e a reunião dos membros de um movimento social, por exemplo, são atividades em que a interação entre os presentes é a única possibilidade de convencer os indivíduos a ultrapassarem uma realidade que não existe.

Há um acoplamento estrutural entre os sistemas de consciência e os sistemas de comunicação. Isso significa dizer que sem consciência não é possível realizar a comunicação, pois todo sistema autopoietico opera como sistema determinado pela estrutura, e que o acoplamento estrutural restringe o campo das possíveis estruturas com as quais um sistema pode realizar sua autopoiesis. Entende-se que somente por meio de suas próprias estruturas um sistema pode determinar suas próprias operações; nesse sentido, todo sistema está adaptado ao seu entorno (LUHMANN, 2007).

O conceito de acoplamento estrutural traz o entendimento de que a adaptação do sistema não se realiza por meio de uma seleção natural, nem como resultado da realização cognitiva do sistema. Importa considerar que na relação entre dois sistemas autopoieticos, um precisa do outro para o seu funcionamento. Isso significa que os sistemas não serão determinados por acontecimentos do meio, pois o meio apenas serve como base de informação para o sistema (LUHMANN, 2007).

O acoplamento estrutural entre consciência e comunicação se realiza por meio da linguagem e dos esquemas ou *scripts*, os quais designam combinações de sentido que servem à sociedade e aos esquemas psíquicos para formação de uma memória, a qual esquece todas as operações próprias que se conservam em formas esquematizadas para novamente poder utilizá-las (LUHMANN, 2007).

Ao utilizar esquemas ou scripts, a comunicação pressupõe que toda consciência participante entende o que se quer dizer. Eles se apresentam na codificação de bem e mal, verdadeiro e falso, propriedade e não propriedade.

### 2.3 SOCIEDADE COMO SISTEMAS ABRANGENTES

A partir dos desdobramentos dos pressupostos tratados acima, Luhmann (2005, 2006, 2007) desenvolve uma teoria da sociedade que é a teoria do sistema social abrangente, a qual abarca em si todos os demais sistemas sociais.

Nesse sentido, o ponto de partida no entendimento da sociedade é a ideia de sistema ou forma e sistema que não é nada mais do que a distinção sistema e entorno. Desta forma, Luhmann (2007, p.56) apresenta três distintos planos de análise da sociedade:

- “(1) La teoría general de sistemas y, em ella la teoría general de los sistemas autopoieticos.
- (2) La teoría de los Sistemas sociales.
- (3) La teoría del sistema sociedade como caso particular de la teoría de los sistemas sociales”.

A comunicação, diferente de qualquer processo biológico, é uma operação intrinsecamente formada da capacidade de se auto-observar. Assim, cada comunicação comunica e ao mesmo tempo ela é a própria comunicação. Isso se aplica a todos os sistemas sociais, o que inclui a sociedade, a qual só pode realizar-se como sistemas que são observados a si mesmos. Dessa maneira, a comunicação funciona como a unidade da diferença (informação/dar-se a conhecer/entender-se), mas que não comunica essa unidade.

Isso levou Luhmann a renunciar a fundamentação da sociologia em termos individualistas da teoria da ação, e a afirmar que a operação de auto-observação depende daquela distinção, resultando no fato de que toda observação está condicionada pelo que ele chamou de “punto ciego”, pois é possível se auto-observar porque não pode ver seu ver.

Isso, portanto, não significa que o conceito de auto-observação indique que o sistema tenha uma única possibilidade correspondente de auto-observação, visto que muitas comunicações podem realizar-se e se auto-observar, simultaneamente. O mesmo é aplicado na observação da unidade do sistema, na diferença do seu entorno. Desta forma, o sistema social, como a sociedade, observa-se a si mesma,



simultaneamente e sucessivamente, de maneira muito diversa, “policontexturales”, como é o caso dos movimentos sociais que correspondem a uma observação da sociedade contra a sociedade, como será tratado no próximo item (LUHMANN, 2007, p.62).

O processo comunicativo interpretado como sequência de seleções remete a um outro conceito-chave na teoria de Luhmann: o da observação. A observação é uma operação que tem como foco outras operações. Ela é, portanto, uma operação que acontece dentro de um sistema e ela não é um fato isolado, mas parte de uma sequência que, por sua vez, caracteriza o sistema.

Cada observação se baseia em uma distinção que é a escolha daquilo que foi denominado como observação e ao mesmo tempo exclusão do outro lado da escolha, do não escolhido. O observador, da mesma forma, é resultado de uma distinção (sistema e meio) e de uma denominação, isto é, a escolha de um lado dessa distinção.

A operação da observação pode ocorrer no sistema que é objeto de observação (auto-observação) ou se refere a um outro sistema. Ela pode ter como alvo a observação de um outro sistema, para averiguar como esse sistema observa como ele aplica distinções que o permitem ser observado. Essa forma de observação de segunda ordem permite descobrir, desvendar os pontos cegos, as distinções não feitas pelo sistema. A observação é pré-condição para a comunicação.

A definição da observação como uma operação interna de um sistema baseado na seleção e explicação de distinções específicas faz com que haja uma diversidade de formas de observar os acontecimentos sociais.

Assim, a sociedade se constitui como policontextual, em que inúmeras visões do mundo, e conseqüentemente inúmeros pontos-cegos, formam o universo das observações da sociedade. Não existe mais local privilegiado de observação, as observações são iguais no seu foco restrito.

Assim, os limites da sociedade são os limites da comunicação e tudo o que não for considerado comunicação está fora do sistema.

Essa interpretação de sociedade como conjunto ou totalidade das comunicações abre para Luhmann a possibilidade de localizar, conceitualmente, os seres humanos na sua representação como sistema psíquico, abstraindo, assim, sua condição biofísica como sistema bioquímico, fora da sociedade. Essa

construção teórica permite estabelecer uma relação entre sociedade e sistema psíquico. O nexa entre os dois tipos de sistema é o fato que ambos, os sistemas sociais e os sistemas psíquicos operam baseado nos seus processos basilares (comunicação e pensamento orientado por sentido)<sup>25</sup>.

Por outro lado, ambos os acontecimentos sistêmicos, a comunicação e o pensamento necessitam um do outro. Não há comunicação sem consciência e não há consciência sem comunicação.

No entanto, vale lembrar que o mesmo acontecimento, uma comunicação com participação de uma consciência, é operado dentro de cada estrutura sistêmica e por isso traz resultados distintos no nível do sistema social e no nível da consciência de um sistema psíquico.

A principal função dos sistemas sociais é a redução da complexidade mundo, para que este possa ser entendido pelas pessoas ou sistemas psíquicos; mas para isto ocorrer, leva-se em conta que a comunicação pressupõe a contingência, que pode ser aceita ou rejeitada.

#### 2.4 SOCIEDADE DIFERENCIADA X MOVIMENTOS SOCIAIS: SISTEMAS AUTOPOIÉTICOS OBSERVADORES DA SOCIEDADE CONTRA A SOCIEDADE

Desde a última metade do século XXI, os movimentos sociais retomam a importância no cenário político contemporâneo. Para um conjunto de autores, os movimentos sociais põem em movimento forças culturais ou política cultural em suas lutas contínuas, contra projetos societários hegemônicos e dominantes de construção da nação (DAGNINO, 2000, DAZA et al, 2012). Para outros autores, os movimentos sociais são fundamentais para a expansão da cidadania e do uso e criação de espaços públicos para fins populares, que fortalecem a participação e a democracia (DIMOND, 1994; AVRITZER, 2002).

Nesse sentido, diversos autores apontam que os movimentos sociais, tais como o indígena no equador (1990), Zapatista em Chiapas(1994), greve geral de Coreia (1996), os protestos contra a privatização da água em Cochabamba (2000), a batalha de Seattle (1999) e a criação do Forum Social Mundial no Brasil (2001) são

---

<sup>25</sup> Luhmann (2007) descreve isso como acoplamento estrutural.

denominados de “novos movimentos sociais”<sup>26</sup> e marcam a insurgência desse cenário de novas forças sociais; eles apontam para a materialização das novas formas de organização social, de articulação e de resistência, inseridas nesse novo ciclo internacional de lutas (HARDT, NEGRI, 2004; DAZA, 2012).

Nesse contexto, também na Amazônia brasileira, os movimentos sociais vêm se configurando como "grupos organizados", cuja pauta de forma geral é a contestação e a construção de projetos alternativos ao modelo de desenvolvimento em curso.

Nessa perspectiva, tais movimentos sociais apontam para a materialização de novas formas de organização social, de articulação e de resistência, inseridas nesse novo ciclo internacional de lutas (HARDT, NEGRI, 2004; DAZA, 2012). Isso leva a afirmações que se está diante da insurgência de movimentos sociais inseridos na realidade globalizada, que ganha força no contexto dos movimentos denominados “altermundialistas”, que legitimam novas formas de resistência. Eles são analisados como forças sociais contra-hegemônicas, anticapitalistas ou antissistêmicas capazes de se constituírem como movimentos potencialmente transformadores da ordem (SEOANE, TADEI, ALGRANATI, 2006).

Importa, para o desenvolvimento desta tese, compreender o significado que os movimentos sociais adquirem na atualidade e o sentido da aparição dessas novas formas de organização, materialização e formas de resistência na atualidade. Não se pretende defender uma visão apologética (DIMOND, 1994; DAGNINO, 1998, 2006; DAZA et al, 2012) os sentidos, ou as possibilidades contidas no ideal emancipatório dos movimentos sociais.

Trata-se de perseguir a função que o movimento social desempenha e compreender o seu papel no sistema social; para isso, parte-se do que a teoria dos sistemas sociais de Luhmann apreende sobre movimentos sociais.

O ponto de partida para a compreensão dos movimentos sociais, a partir da teoria dos sistemas sociais autopoieticos de Luhmann (2006, 2007), é entender a sociedade moderna como sociedade funcionalmente diferenciada.

Na sociologia clássica, a diferenciação presente na sociedade considerada de forma crescente é concebida com base no modelo de divisão do trabalho, o qual

---

<sup>26</sup>Não se pretende aqui de entrar no debate sobre “velhos” e “novos” movimentos sociais, como já fora tratado na introdução da presente tese, mas utilizar o termo novos movimentos sociais dentro da teoria de sistemas.

foi introduzido nos séculos XVIII e XIX e refutado por Luhmann ao apresentar três problemas principais que aquele modelo apresenta.

O primeiro problema se refere ao fato de o próprio postulado do modelo requerer um *terminus* da evolução social, e este fim foi alcançado na sociedade pós-industrial.

O segundo problema concerne ao que o modelo postulava como um tipo de compensação para a diferenciação, a qual seria a integração e aumento das crenças partilhadas como a coordenação compensada pela divisão do trabalho, um posicionamento otimista, mas que subestimou os efeitos inconvenientes da diferenciação extrema.

O terceiro diz respeito à incapacidade do modelo de tratar de forma adequada os problemas e os fatos da estratificação social, o que levou a defesa da ideologia política da classe dominante.

A diferenciação da sociedade e a diferenciação da comunicação é que formam áreas de comunicação distintas. Luhmann (2006) define três tipos de diferenciações, as quais significam também diferenciação da comunicação, a saber:

- 1) Segmentária, cuja base de diferenciação está na igualdade entre sistemas e ambientes, como por exemplos as sociedades arcaicas.
- 2) Estratificação, cuja base da diferenciação está na igualdade de cada sistema (classe ou estrato) e desigualdades entre sistemas e seus ambientes (centro e periferia), e aqui há uma diferenciação hierárquica (centro e periferia), como exemplo disso, tem-se as altas culturas.
- 3) Funcional, cuja base de diferenciação está na base em que cada subsistema assume uma função específica na reprodução do sistema sociedade e dos meios.

Luhmann (2006) adverte para o fato de que a evolução social não foi caracterizada por uma linearidade crescente de uma diferenciação, mas da mudança no princípio primário de cada diferenciação, pois o que houve, ao longo da história, foi tanto a convivência de diversas formas, como a supressão de uma diferenciação a partir do surgimento de um princípio de diferenciação mais exigente.

Dada a tese da diferenciação da sociedade moderna como sociedade diferenciada funcionalmente, entende-se que os subsistemas - política, ciência, economia, família, educação, direito e arte - elaboram estruturas próprias de comunicação, ao utilizarem meios de comunicação simbolicamente generalizados e

códigos binários, tais como poder e não poder, governar e não governar, verdade e não verdade, pagar e não pagar, bonito e feio, lícito e ilícito etc. Assim, eles se articulam a partir de três referências de sistema: em relação à sociedade como função institucionalizada; em relação aos subsistemas vizinhos como performance sobre o que é recebido e o que é produzido; e com relação a si mesmos como autorreflexo.

Desta forma, estas referências não são reduzidas a outras, nem podem isoladamente regular os processos seletivos de um subsistema; o fato é que cada sistema possui um código e uma visão de mundo específica que são iguais entre eles nas suas diferenças. A unidade da sociedade se constrói a partir do nível do sistema funcional, se constituindo em unidade auto e heterorreferencial de sua observação.

E é na sociedade moderna que os conflitos são potencializados, pois se abre a possibilidade de seleções contingentes mediante a observação dos sistemas funcionais, o que produz reações contrafáticas, que apresentam resistência sistêmica em alterar a comunicação dissonante das demais.

Para Luhmann (2007), os movimentos sociais surgem na sociedade moderna para responder aos problemas da sociedade de forma paradoxal, ao se expressarem como protesto da sociedade contra a sociedade e tudo isso acontecendo dentro da sociedade.

De acordo com Campilongo (2012, p.87), os movimentos em seus protestos, ao produzirem comunicação divergente, objetivam desestabilizar a comunicação dos sistemas, é por esse motivo que a pretensão dos movimentos sociais é sempre de “alterar a ordem e lutar contra o sistema”.

Ainda segundo o autor, os movimentos sociais propõem perturbar ou irritar os sistemas funcionais com a criação de instabilidade no interior do sistema, por meio da condensação e generalização com a diferença consenso/dissenso. O meio para isso é com a produção de um sentido distinto, “já que produzir sentidos significa produzir instabilidade” (CAMPILONGO, 2012, p. 140).

Para Luhmann (2007), os movimentos sociais atuais são diferentes e não podem ser comparados com os movimentos do “velho mundo”, os quais emergiram como os movimentos religiosos de reforma ou as rebeliões econômicas. É nesse ponto que a teoria sistêmica de Luhmann vem responder o porquê se falar em novos movimentos sociais e novas formas de resistência na contemporaneidade.

Para o autor, os movimentos sociais da atualidade não são como modelos de protesto do socialismo, porque já não se referem mais às consequências da industrialização, nem portam como objetivo único a luta por melhor distribuição de bem-estar. Os movimentos observam a sociedade a partir de suas consequências; assim, descobrem-se, hoje, outras múltiplas consequências das estruturas da sociedade moderna.

Luhmann (2007) afirma que houve uma mudança nos temas e motivos dos protestos que agora são muito mais heterogêneos e diversificados, o que faz com que seja mais difícil entender os movimentos apenas a partir dos fins que eles perseguem.

É por isso que, na teoria de Luhmann, os movimentos sociais não são entendidos como sistemas de interação, embora a interação seja fundamental para indicar a magnitude do movimento e o compromisso dos participantes em estar juntos, como em passeatas, nas quais é imprescindível o sucesso da adesão.

O sentido de estar juntos está fora do estar juntos, está presente nos problemas altamente individuais dos participantes na busca de sentido e autorrealização. Nesse sentido, a presença física não é a base da comunicação.

Da mesma forma, os movimentos sociais não são pensados como organizações, pois não organizam decisões e sim motivos, *commitments* e vínculos. Eles trazem ao interior do sistema a motivação dos seus membros e guardam a política para resolver demais problemas.

Luhmann (2007) entende que os movimentos sociais ou movimentos da sociedade moderna diferenciada congregam indivíduos mais fragmentados, os quais enfrentam as exigências de suas vidas como paradoxos e precisam externalizar os sentidos desses paradoxos frente à autodeterminação do seu modo de vida ou do não impedimento. É desse modo que estes se apresentam, como afetados em favor dos afetados.

Como estes movimentos sociais estão diante de um público mais instável, o potencial de recrutamento baseia-se no pertencimento e sob a influência do estado de direito na vida privada; por este motivo, hoje dependem mais das condições estruturais em relação a sua diferenciação, como é o caso da desconfiança na condução do estado ou na normalidade social da diferença de opiniões entre gerações.

Os movimentos sociais se distinguem das simples demandas por reformas, pois portam uma forma de protesto e disposição de empregar medidas mais fortes quando esbarram na possibilidade de não serem ouvidos.

Assim, as formas de protestos se tornam uma decisão cortante contra os procedimentos cognitivos em favor dos procedimentos reativos. Para isso, utilizam-se *scripts* reconhecidos, como, por exemplo, o slogan de uma campanha de mobilização do tipo: “Sim à vida e não à mineração”. Este slogan é capaz de ressoar e se canalizar contra determinadas soluções dos problemas, já que se refere a estar contra a mineração.

Da mesma forma, as formas de protestos produzidas pelo movimento social comunicam também que há interessados e afetados; elas mostram de quem se pode esperar o respaldo, pois os movimentos servem também para mobilizar recursos e fixar novos vínculos. Quando os movimentos se dirigem para mobilizar recursos e fixar novos vínculos, pode-se afirmar que é um sistema autopoietico, que se reproduz a si mesmo.

Nesse sentido, não se pode esperar dos movimentos uma reflexão de segunda ordem, uma “reflexão da reflexão” dos sistemas funcionais. No lugar disso, importa atentar para as formas de protestos que, diferentemente da oposição política, atuam como se tivessem que defender a sociedade de seu sistema político. Isso serve para delimitar o sistema político sobre si mesmo, e os movimentos, então, encontram uma provocação para provocar.

Portanto, não se espera que os movimentos sociais compreendam por que algo é como é, nem se espera que deem conta das consequências futuras sobre o protestar. Eles vivem sempre a tensão entre tema e protesto, êxito e falta de êxito. A falta de êxito desanima os participantes; este dilema talvez seja a razão pela qual, quando não se identificam com os consensos dominantes, busquem sempre contatos entre si e simpatizem com as causas dos outros (LUHMANN, 2007).

Tem-se aqui a visualização do que hoje muitos autores têm defendido, como a criação de redes de movimentos sociais, as quais sempre estão ligadas a algum tema mais abstrato de protesto, como o que será analisado aqui nesta tese: propor um modelo alternativo de desenvolvimento.

### **3 MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

Este capítulo se propõe a apresentar os dados da realidade como comunicações dentro da sociedade, para isto, faz-se necessário a escolha de autores, independente de escolas teóricas os quais são filiados, que traduzam estas comunicações enfatizando os fatores ambientais, sociais e culturais para o entendimento da complexidade do sistema sociedade.

Destaca-se que a partir dos anos 2000 a América Latina vivencia o boom mineral em função da alta de preço das commodities e do aumento da demanda Asiática por minerais.

Importa ressaltar que embora o extrativismo não seja uma novidade por preconizar a história da conquista e colonização da América Latina, atualmente se manifesta com nova roupagem. A novidade em discussão se refere à possibilidade da flexibilização do papel do Estado, abrindo espaços para a coexistência de governos conservadores, que mantém suas matrizes política com base no consenso das commodities, como é o caso da Colômbia e México, e, de governos progressistas, que mesmo tendo questionado o modelo neoliberal, utilizam da renda mineral para promover programas sociais, como é o caso da Argentina, Brasil, Chile e Uruguay.

O fato é que essas orientações políticas possibilitaram o aumento das atividades das empresas de mineração e conseqüentemente no aumento dos conflitos sobre o uso dos recursos, a distribuição dos resultados e o uso dos territórios.

Diante destes conflitos há uma reação da população local que não se sente representada pelo Estado e desenvolve diversas modalidades de resistência contra as formas de atuação do Estado e das empresas. Estas resistências se constituem em diversas formas de atuação, normalmente são auto organizadas, isto significa que emergem a partir de organizações sociais já existentes, como na maioria dos casos na América Latina, de representações de comunidades tradicionais e indígenas.

São movimentos sociais de resistência que se estabelecem de diversas formas, uns são mais radicais, e se posicionam totalmente contra a mineração em aliança com o poder local, como na Argentina. Outros visam maior apropriação dos resultados da extração mineral como no caso do Brasil, Equador e Peru.



Defende-se aqui que estes movimentos sociais de resistência tem o papel de, sobretudo, produzir reações que visam alterar o discurso dominante nos sistemas políticos nacionais e jurídicos dos estados. A observação da produção comunicativa dos movimentos sociais será o instrumento para desvendar os olhares, as distinções usadas na interpretação da realidade social tema da comunicação.

### 3.1 NEOEXTRATIVISMOS NA AMÉRICA LATINA: A NOVIDADE DE UM MODELO QUE NÃO É NOVO

O extrativismo tem sido uma constante nas institucionalidades política, econômica e social Latino-americanas, as quais estão submetidas ao que um corte de autores tem denominado de “maldição dos recursos naturais”, que está definido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como determinismo geográfico do desenvolvimento, ao declarar que quanto maior a riqueza em recursos naturais de um país, maiores são as suas desigualdades internas (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2009).

Atualmente, o extrativismo assume diferentes formas. Uma delas é a continuidade dos regimes de governo em relação à adoção do neoliberalismo como base de desenvolvimento nacional sob a orientação do consenso de Washington <sup>27</sup> e do imperialismo Americano, como é o caso da Colômbia e México. Outra forma se dá por meio de um neoliberalismo progressivo, ou pelo que muitos autores têm denominado de desenvolvimentismo neoliberal, sob o qual as políticas públicas são geradas, a partir do regulacionismo pós-neoliberal moderado conjugado com o intervencionismo estatal e extrativismo, como é o caso da Argentina, Brasil, Chile e Uruguay (ACOSTA, 2011).

Embora o extrativismo, atividade que explora grande volume de recursos naturais para exportação, não seja recente, por preconizar a história da conquista e colonização da América, África e Ásia, há mais de 500 anos, somente a partir dos anos 2000 que a América Latina experimenta o *boom* do extrativismo mineral.

---

<sup>27</sup> Em 1989, ocorre uma reunião realizada entre economistas de instituições financeiras, em Washington D.C., para estabelecerem ajustamentos macroeconômicos para os países em desenvolvimento que enfrentavam a crise, com base no texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, foram criadas as diretrizes e recomendações da política monetária do Fundo Monetário Internacional (FMI) com vistas à acelerar o desenvolvimento econômico de diversos países os quais aceitaram que os consensos apregoados tais como estabilizar, privatizar e liberalizar fossem o pacote econômico perfeito para a recuperação de suas derrocadas econômicas.

Pode-se afirmar que não há nada de novo no paradigma extrativista mineral quando se está diante das premissas pontuadas por Henry Veltmeyer e James Petras (2014), que colocam o extrativismo e a exportação de commodities como processos que sempre desempenharam o mesmo papel, a saber: pilhagem de recursos naturais e transferência de riquezas para o centro do sistema capitalista, com a prerrogativa sobre a propriedade privada das desposseções, desterritorializações e exploração dos recursos naturais e do trabalho.

A novidade, deste modelo neoextrativista, como muitos autores (GUDYNAS, 2009, 2012; ACOSTA, 2011) o tem denominado, não só diz respeito ao alcance de altos percentuais nas pautas de exportações dos produtos primários minerais, mas sobretudo pela estratégia utilizada, pela maioria dos governos Latino-americanos, de obterem crescimento econômico via exportações de produtos minerais na pretensão de superar as desigualdades sociais.

De acordo com Gudynas (2009), o neoextrativismo nada mais é do que uma nova versão contemporânea do neodesenvolvimentismo, cujos pilares para o crescimento econômico se fundamentam no pretense financiamento de programas sociais pelas atividades minerais.

Já para Acosta (2011), o que está presente na região Latino-americana é um conjunto de novas institucionalidades que advêm das crises econômicas recorrentes na região, da existência de instituições clientelistas e patrimonialistas e da construção de instituições democráticas frágeis que se organizam em torno do extrativismo.

De acordo com Svampa (2015), o neoextrativismo está relacionado tanto com a ruptura quanto à continuidade do modelo proposto pelo consenso de Washington no final da década de 1980. Continuidade quando o que está em jogo é a valorização financeira no centro da agenda política e ruptura no sentido de haver uma tendência a uma maior flexibilização do Estado. Isso tem promovido coexistências de governos progressistas e conservadores que defendem o consenso das commodities como parte indispensável de suas políticas econômicas e para o pretense financiamento das políticas sociais.

Nessa perspectiva, a marca do neoextrativismo tem sido a exploração predatória dos recursos e a apropriação territorial. Svampa (2015) explica que a América Latina vivencia a multiplicação da quantidade programas de desenvolvimento baseados em projetos de extração em larga escala (gás, soja,

petróleo e minerais), cujas consequências para as condições sociais, ambientais, culturais e políticas são negadas ou minimizadas pela ausência de licença social ou, na maioria dos casos, pela falta de consulta popular ou falta de controles ambientais aliada à ausência do Estado ou sua presença seletiva.

Para Gudynas (2009), no neoextrativismo, o Estado deixa de exercer o papel de mantenedor e regulador das atividades produtivas, para desempenhar o papel de protagonista nas atividades minerais. Aliado a isto, ele utiliza-se desta estratégia para promover a competição entre os países por investimentos estrangeiros, intensificando as flexibilizações trabalhistas e promovendo a fragmentação territorial e a conseqüente redução na qualidade de vida, formando novos enclaves de produção para a região. Autores como Henry Veltmeyer e James Petras (2014) o têm apontado como armadilha do desenvolvimento.

Por esta razão, explica-se porque em alguns países, como Peru e Brasil, as mineradoras de origem estatal (Companhia Vale do Rio Doce- CVRD, no Brasil e a Minero Peru, no Peru), mesmo depois de serem privatizadas, continuaram sendo responsáveis pelo ordenamento espacial nas regiões onde atuam.

O neoextrativismo também é predatório, porque consolida o que muitos autores (DUMONT E MOTTIN, 1982; SHIVA, 1988; TORTOSA, 2011) tem caracterizado como modelo de mau desenvolvimento, o qual se fundamenta em um paradoxo: o alcance de crescimento da produtividade e da riqueza com o mau uso dos recursos e do trabalho, o que provoca problemas que afetam o sistema como um todo e que reduzem as satisfações e oportunidades humanas.

Sob o discurso ideológico propalado na década de 1990 das “oportunidades econômicas” e vantagens comparativas, o modelo defendido baseado na apropriação e na exploração dos bens comuns promove um modelo de inclusão pelo consumo, no qual o cidadão se realiza por meio dele, o que garante o sucesso eleitoral para que os governos permaneçam no poder dando continuidade aos imaginários argumentos do modelo hegemônico proposto (SVAMPA, 2015).

No entanto, contra aqueles discursos dos governos que defendem os benefícios ou oportunidades dos recursos minerais, têm-se alguns argumentos apresentados por Henry Veltmeyer e James Petras (2014). Eles demonstram que se trata de maldições, porque: 1) Não há desenvolvimento sem industrialização e acerca dessa perspectiva o modelo tende a seguir uma deterioração nos termos de troca pela exportação dos commodities, vis a vis da importação de produtos

manufaturados, o que leva ao desenvolvimento no centro e desenvolvimento e pobreza na periferia, o que significa que a longo prazo os termos de troca sempre recaem contra os exportadores; 2) Tanto o extrativismo quanto a primarização da economia implica em altos e baixos e mesmo que se expanda a economia em períodos de altos crescimentos, a exportação de produtos primários carrega em si uma armadilha, pois tem impacto negativo na troca da taxa vis a vis da exportação dos produtos em outros setores da economia, o que pode levar a um impacto descrito como “doença holandesa<sup>28</sup>”; 3) O desenvolvimento baseado na extração natural de recursos, necessariamente, apresenta enclaves linkados ao mercado global, e isso reflete na mudança da taxa do real no Brasil devido, em parte, ao decréscimo na exportação de produtos primários; 4) O capital extrativo é caracterizado por alta composição orgânica do capital e baixa propensão do uso do trabalho no processo de produção, o que não promove um desenvolvimento sustentado; 5) Há restrita base social associada à estrutura social enviesada de distribuição de renda, porque quando a extração de recursos depende de fundos de desenvolvimento internacionais, isso inibe a formação de capital doméstico, e isso tem estreita base social que exclui muitos na participação dos benefícios e tende a levar a uma forma externa de desigualdade, ou seja, enquanto os benefícios se acumulam no pequeno extrato de investidores estrangeiros e corporações multinacionais, a redução das desigualdades dependem, cada vez mais, de mudanças estruturais.

Nestas condições, pode-se afirmar que não há qualquer inovação institucional referenciada à adoção daquele modelo, e sim uma reafirmação de aspectos historicamente enraizados do cenário econômico e político Latino-americano, tais como os do modelo de desenvolvimento adotado entre as décadas de 1950 e 1960, o da industrialização via substituição de importações, mesclado com interesses privatistas e rentistas do neoliberalismo propagado no final da década de 1980. Por esta razão, ele foi requalificado como “neo-desenvolvimentismo”, como será tratado no próximo item.

---

<sup>28</sup> Esta expressão foi utilizada nos anos 1960 para demonstrar o problema da desindustrialização holandesa provocado pelo aumento do gás, das receitas de exportação, a valorização cambial e conseqüentemente a desvalorização dos produtos produzidos internamente. Atualmente, esta expressão é utilizada para denominar economias as quais a abundância dos recursos naturais geram vantagens comparativas na especialização destes tipos de produção inibindo a produção interna, que resulta na desindustrialização e, a longo prazo, entrave no processo de desenvolvimento econômico.

O fato é que as grandes empresas transnacionais constituem-se em organizações econômicas hegemônicas e promotoras da “via única” para o progresso e desenvolvimento. Desta forma, o modelo não consegue nem atender as demandas das populações locais, nem gerar consentimentos; do contrário, tem sido marcado pela geração de conflitos socioambientais, os quais comumente estão relacionados ao acesso e controle dos recursos naturais e do território (SVAMPA, 2015).

Desta forma, estes conflitos são respondidos por resistências de movimentos sociais, principalmente pelo fortalecimento das lutas dos movimentos indígenas e camponeses e com o surgimento de novas formas de mobilização e participação das comunidades locais, que se posicionam contra os governos locais ou contra as empresas mineradoras (SVAMPA, 2015).

Em resposta a isso, o objetivo principal dos governos que defendem o “consenso das commodities” é o de coibir as resistências locais e qualquer possibilidade de criação de outras noções de desenvolvimento que não sejam as neoextrativistas, neodesenvolvimentistas e/ou progressistas pautadas na estreita associação com o capital multinacional (SVAMPA, 2015).

Destarte, o tema sobre os recursos minerais tem assumido a centralidade do debate político-eleitoral antineoliberal para muitas nações (Hogenboom, 2012). Na América Latina, dois casos se destacam, o Peru e Argentina, com a emergência de mobilizações coletivas, como é o caso da Confederación Nacional de comunidades Del Perú Afectadas por La Minería (CONACAMI) e o Movimento no a La mina, formado a partir dos Encontros de las comunidades Afectadas pela Minería de La Argentina; ambos movimentos são considerados antimineração e antineoliberal.

Para os governos progressistas que apoiam estas noções de desenvolvimento, pautadas no modelo neoextrativista e neoliberal, qualquer discurso defendido fora daquelas noções é considerado antimoderno, ambientalista colonialista ou ecologista infantil (SVAMPA, 2015; LEFF, 2006).

Na verdade, de acordo com Svampa (2015), os conflitos socioambientais expressam disputas entre as diferentes concepções de território, natureza, meio ambiente, desenvolvimento e democracia, haja vista que a implementação dos megaprojetos tendem a reconfigurar não apenas o território, mas a dinâmica socioeconômica e o alcance da democracia, quando a defesa do neoextrativismo é colocado acima dos interesses das populações locais e sem o devido

consentimento, o que só produz mais divisões na sociedade, criminalizações e repressões a resistências.

É neste cenário que emerge o que Leff (2006) chamou de ambientalização das lutas indígenas e camponesas, que promove a construção de um pensamento ambiental na América Latina. São novas linguagens de valorização do território e dos recursos naturais e novas formas de lutas e articulações entre diferentes representações, tais como os movimentos indígenas, camponeses, movimentos socioambientais, ONGs ambientalistas e a formação de redes de articulações locais e globais.

A exemplo da criação de redes auto-organizadas, tem-se: a criação da Confederação de Comunidades afetadas pela Mineração (que se inicia no Peru em 1999); a União das Assembleias cidadãs (iniciada na Argentina em 2006, na tentativa de unir as organizações de base contra a megamineração); e a Assembleia Nacional dos Afetados ambientalmente (Criado no México em 2008, para se posicionarem contra megamineração, usinas hidrelétricas e agricultura industrial em larga escala).

Da mesma forma, tem-se a criação de uma rede transnacional, a Rede Coordenadora Andina de Organizações indígenas, a qual, desde 2006, reúne organizações de diversos países como Peru, Bolívia, para a defesa da criação de um tribunal Internacional de crimes ambientais. Aliado a isso, há diversos observatórios de pesquisas nos quais os intelectuais se dedicam a temáticas dos projetos de mineração em larga escala e dos conflitos socioambientais, como é o caso do referenciado Observatório de Conflitos da Mineração da América Latina (OCMAL), o qual iniciou suas atividades desde o ano de 1997 e agrega mais de 40 organizações (SVAMPA, 2015).

De acordo com os dados da OCMAL (2015), os conflitos Latino-americanos aumentaram consideravelmente. Em 2012, a quantidade de conflitos<sup>29</sup> era de 161, envolvendo 212 comunidades afetadas por 173 projetos. Em 2014, os conflitos aumentaram para 198, envolvendo 297 comunidades afetadas por 207 projetos.

---

<sup>29</sup> No Brasil, foram contabilizados 20 conflitos. Importa ressaltar que estes números não retratam a realidade, visto que são considerados apenas os conflitos que tiveram maiores repercussões em nível local e internacional.

### 3.2 ESTRATÉGIAS, OPORTUNIDADES E OS DESNÍVEIS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

De acordo com Bebbington (2008), entre o início e o final da década de 1990, a exploração extrativista mineral teve um incremento de 400%, a qual foi impulsionada tanto pelo aumento da demanda mundial por minerais metálicos quanto por condições legais e institucionais estabelecidas nos territórios, o que autores como Acelrad e Bezerra (2010) têm entendido como a configuração de licença social para operar.

Ponte (2004) e Holt Gimenez (2007) apontam para mudanças nos fluxos de investimentos em mineração a partir dos efeitos das mudanças dos quadros regulamentares de mais de 90 países do mundo.

As consequências disto foi que parte crescente desses investimentos fluiu para a América do Sul. Segundo Bebbington (2007 a), entre os anos de 1990 e 2001, 12 dos 25 maiores investimentos de capital em mineração foram destinados à América do Sul, e estas mudanças nas geografias de investimentos globais foram refletidas em nível nacional tanto pelas reivindicações de terras a mineração quanto pelo aumento notável de mobilização social e conflitos (BEBBINGTON, 2007 b).

Desta forma, com vistas ao desenvolvimento e a inserção internacional das economias via exportação, os governos Latino-americanos têm criado estruturas e dinâmicas políticas propícias ao fortalecimento dos setores extrativistas.

E está é uma das principais estratégias utilizadas no chamado “novo desenvolvimentismo”, o qual pressupõe um Estado não protecionista que garanta o bom funcionamento do mercado e promova as condições necessárias para que os setores sejam especialmente competitivos para que possam exportar (BRESSER-PEREIRA, 2006).

De acordo com Bresser-Pereira (2006), embora o papel do Estado seja fundamental para garantir poupança forçada e investimentos nos setores estratégicos, o novo desenvolvimentismo aposta na capacidade empresarial do setor privado nacional. Além de rejeitar a tese neoliberal de que o Estado não dispõe de recursos, mas que isto depende da forma como as finanças estatais são administradas, também sinaliza que nos setores em que haja competição o Estado não deva ser o investidor direto, mas tão somente defender e garantir a

concorrência, já que se defende a capacidade que tem o mercado de coordenar o sistema econômico com mais eficiência.

Com isso, no que tange ao setor mineral, o Estado torna-se crucial na criação de legislações e códigos de mineração dentro de um marco legal que favorece os direitos de exploração mineral em detrimento aos direitos de propriedade, ao passo que promovem isenções tributárias e flexibilizações socioambientais, no intuito de eliminar qualquer entrave na atração das rendas minerais.

Nessa trajetória “neodesenvolvimentista”, isso tem possibilitado o que os autores Acselrad e Bezerra (2010) e Svampa e Sola (2010) denominam de participação seletiva do Estado, ou ausência seletiva para Szablowski (2007), no sentido de desenvolver estratégias de regulação que favoreçam algumas áreas que garantam as inversões da indústria extrativista mineral, e se ausentar do desenvolvimento de outros setores, o que permite o controle das empresas sobre a exploração dos territórios.

Destaca-se que a exploração dos territórios se refere ao processo de mercantilização e transnacionalização dos espaços geográficos, o que significa que o território, lugar de reprodução das práticas sociais, econômicas e culturais, torna-se desterritorializado e reterritorializado em função da acumulação capitalista (DAZA et al, 2012).

Estes espaços são integrados em redes de produção e negócio transnacional, gerando maiores lucros para as atividades capitalistas. De outro lado, os espaços são desintegrados de suas identidades e institucionalidades coletivas (DAZA et al, 2012).

De acordo com Bebbigton et al (2013), estas desposseções não se referem apenas às perdas de territórios ou dos recursos naturais que são explorados, mas também ao desprovimento de formas de vida e meios de subsistência, os quais estão diretamente ligados às mudanças de paisagens, aos significados e à capacidade da população local em controlar seus espaços de vivência.

Na Amazônia brasileira, diferente da região Andina, as relações socioterritoriais são historicamente estabelecidas por processos migratórios, o que implica afirmar que nem todas as desposseções que afetam os territórios naquela realidade se referem ao lugar de identidade, mas ao lugar de reprodução.



Nesse sentido, a base das desposseções está ligada também ao discurso do desenvolvimento, crescimento econômico e modernização tecnológica, cuja rota natural é a extração de recursos, para a pretensa promoção de investimentos sociais e diversificação produtiva, como pode ser visualizado no discurso da presidente do Brasil, Dilma Rousseff<sup>30</sup>:

A nova regulamentação para o setor mineral que nós submetemos hoje a apreciação do Congresso Nacional, ela vai permitir um grande avanço em mais um setor estratégico da nossa economia. Avanço que será medido em mais competitividade para os negócios e maior retorno para o conjunto da sociedade [...].

O Brasil tem algumas das maiores reservas e potencialidades minerais do mundo. Somos um grande país produtor e um grande exportador de minério. A despeito dessa relevância, o setor mineral convive ainda hoje com uma regulamentação frágil e burocrática. Problemas que começam agora a serem enfrentados com transparência e determinação. Com esse novo Marco da Mineração estamos criando as condições para que a pesquisa, a exploração e a comercialização dos recursos minerais se transformem numa atividade mais eficiente, mais rentável e mais competitiva.

O exercício da atividade mineraria será feito por título único da pesquisa até a lavra. A licitação para áreas com favorabilidade geológica permitirá ao país um planejamento para a utilização de seus minerais estratégicos. Assim como o mecanismo da chamada pública dará transparência e estimulará a competitividade para aquelas áreas onde exista interesse de mercado mais ainda sem favorabilidade geológica comercial.

Queremos que aqueles que exploram e produzam nossos minerais tenham estabilidade e segurança jurídica [...].

E é pela defesa destes *framings*, também presentes nos discursos dos presidentes Evo Morales (Bolívia) e vice-presidente Álvaro Garcia Linera, avanço/modernidade, eficiência produtiva/rentabilidade, e ainda primitivismo/pobreza/comunidades tradicionais, que se justificam certas estratégias para garantir as desposseções, sejam elas no uso da força bruta e confrontações armadas ou no uso de estratégias legais por parte do poder público ou estratégias discursivas utilizadas pelo poder executivo e empresas do setor de mineração (BEBBINGTON ET AL, 2013).

Bebbigton et al (2013) apontam que as estratégias mais utilizadas para aquisição de espaços geográfico e exploração dos recursos minerais são:

- 1) estratégias da legislação que permitem a aquisição e utilização das terras, de acordo com o livre mercado, mesmo que essas terras estejam ocupadas por

---

<sup>30</sup>Este trecho foi extraído do portal do planalto ([www2.planalto.gov.br](http://www2.planalto.gov.br)) sob o título: Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração, publicado em 18 de junho de 2013.

comunidades. Além disto, há o uso de poderes presidenciais, para declarar a mineração como interesse nacional, como na declaração da presidente do Brasil, citada acima, o que facilita a elaboração de leis que direcionem as questões ambientais ao aprovar processos ou se eximir de revisões.

- 2) O uso de mecanismos de pagamento de mercado, que servem tanto para aquisição de terras quanto para afirmar direitos de uso e compensação como mercado de troca, o que significa que a compensação financeira funciona como moeda de troca para obter terras, recursos e para tentar amenizar os danos socioambientais (dinheiro para terra, dinheiro para água e dinheiro para danos).
- 3) Defesa da Responsabilidade Social Corporativa, a qual serve para estabelecer clientelismos com as populações locais sob os quais se constrói uma base de apoio para atuação das empresas de mineração, porque a companhia emoldura a consciência da comunidade a favor da atuação da empresa.

Um exemplo de legislações que favoreçam as atividades de extração mineral, encontram-se na constituição federal brasileira e no código de mineração, está previsto o acesso ao solo e subsolo para fins de exploração mineral, fundamentado no princípio de utilidade pública e interesse nacional garantido pela soberania da União Federal sobre os recursos hídricos e minerais, sem a referência à regulação e à exploração. Ele não está baseado em um amplo processo de decisão democrática, envolvendo o interesse das comunidades localizadas em torno de projetos minerais, como está disposto no artigo 22, inciso XI, da Constituição: “registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios”; e no artigo 1º do código de mineração: “Compete à União administrar os recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais”.

Da mesma forma, os artigos 2º e 176 da Constituição Federal, que preveem compensação financeira das atividades minerais à União, aos Estados e municípios, confirmam o fato de que este tipo de exploração causam impactos socioambientais e que não há qualquer compromisso estabelecido para que as compensações promovam justiça socioambiental ou econômica.

No que tange aos mecanismos de mercado para o acesso às terras, a criação dos processos de licenciamento, com base no estudo de impacto ambiental (EIA) e nos Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), funcionam como forma de regulação pública e espaço potencial no tratamento de conflitos. Ao buscar a incorporação dos impactos ambientais e sociais e a transferência de externalidades negativas das empresas para outros agentes, estes processos de licenciamento tem sido alvo de denúncias e omissões por parte dos movimentos sociais, o que demonstra ser um instrumento deficiente e facilitador dos processos de desterritorialização e conflitos socioterritoriais (Muñoz Gaviria e Teixeira, 2013).

Isto está evidenciado nos estudos de Svampa et al (2009) sobre os efeitos “Alumbrera” e “Esquel”<sup>31</sup> e as experiências das “assembleas barriales” na Argentina, os quais demonstram que a problemática mineração a céu aberto, beneficiada pelo marco legal escandaloso, implantado desde a década de 1990, para promover as empresas transnacionais no chamado modelo de desenvolvimento, vêm se desenvolvendo de maneira silenciosa e sem qualquer consulta à populações envolvidas (SVAMPA et al, 2009).

Nesse sentido, em 2003, as assembleias multissetoriais são estabelecidas naquelas localidades por meio de grupos de profissionais e das populações locais, os quais exigem a consulta popular ao propagarem a semântica “não à mineração”, o que resultou na criação da primeira lei provincial que proibiu a mineração a céu aberto nessas localidades.

Desde então, as resistências se multiplicaram e por conta da crescente articulação regional entre os movimentos, por meio de mobilizações multissetoriais, socialização da informação e construção de redes territoriais, assiste-se entre os anos de 2003 e 2008 sete províncias sancionando leis que passaram a proibir alguns aspectos da mineração a céu aberto em suas localidades.

O mesmo problema enfrentado na Argentina, pelos movimentos em área de mineração, é percebido pelos movimentos em área de mineração e exploração de hidrocarbonetos em Cajamarca, Peru, e em Cotacachi, no Equador. Os estudos de Bebbigton et al (2013) apontam o surgimento de vários conjuntos de protestos como forma de reação às incertezas e aos riscos percebidos pela extração mineral. Dentre

---

<sup>31</sup>Segundo estudos de Svampa et al (2009) a origem dos movimentos sociais “asambleas ciudadanas” em torno da mineração na Argentina está marcada por duas experiências, a saber: a primeira se refere a experiência das populações locais no entorno da mineração em Alumbrera, em Catamarca e a segunda, se refere as experiências das populações no entorno da Mineração na localidade de Esquel e outros povos de cidades patagônicas, as quais passam a questionar os projetos de mineração a céu aberto no país.

estes grupos, destaca-se como temática recorrente, a frustração que as pessoas sentem de não serem consultadas a respeito da expectativa futura da extração mineral nos territórios que eles ocupam, e esta frustração está diretamente ligada ao medo de perderem os seus modos de vida e os meios de subsistência, e isso tem influenciado a economia política da extração a gerar variações nas discussões sobre o futuro da região.

Os autores identificam que mesmo que algumas mobilizações não tenham alcançado seus objetivos, no sentido de bloquear a indústria extrativa ou negociar em termos sobre os quais as companhias, estados e populações interagem no espaço, as dinâmicas ao redor da mineração têm mudado profundamente toda a região, principalmente porque os movimentos têm levado à esfera pública a discussão dos instrumentos políticos para a regulação ambiental, tais como manejo das rendas fiscais e os processos de consulta às populações afetadas.

De acordo com Bebbigton et al (2013), os movimentos têm demandado o que economistas institucionais denominam de mudanças nas regras do jogo, porque perseguem o respeito aos seus territórios e modos de vida, e buscam por maior compartilhamento dos benefícios e maior influência no processo que lhes afetam e também demonstram exigir ordem e planejamento do Estado.

Estas disposições estão ligadas, nas palavras de Bebbigton et al (2013), à capacidade de concentração geográfica de “oportunidades” que as empresas de mineração apresentam como benefícios para as políticas regionalistas.

Assim, tem-se a defesa de um consenso internacional sobre as chamadas “vantagens comparativas” do papel que a América Latina representa como exportador de natureza para ganhos do Produto Nacional Bruto - PIB como forma de desenvolvimento econômico. Isso privilegia a ideia de que os investimentos externos garantam a geração de emprego e crescimento econômico e que as rendas minerais proporcionem investimentos na área de educação e saúde.

O fato é que o extrativismo defendido ou como destino, opção política, ou caminho civilizatório, tem levado a uma dependência cada vez maior da exportação dos produtos primários, o que leva a uma reprimarização da economia com a concentração econômica, especialização produtiva e aquisição das rendas ricardianas<sup>32</sup> da extração mineral.

---

<sup>32</sup>Há mais de um século atrás o economista neoclássico David Ricardo (1982, p. 69) já previu os problemas de superprodução gerados pelas vantagens da renda da terra sobre os demais fatores de produção, assim como a

A especialização na exportação dos produtos primários a longo prazo tem efeitos negativos, tanto pela deterioração dos termos de troca, que se refere aos desequilíbrios entre as dotações dos recursos - importar produtos primários e exportar produtos manufaturados -, quanto pelo impacto na troca vis a vis da taxa de exportação de outros produtos em outros setores da economia, o que os economistas têm denominado de “doença holandesa”.

Segundo Acosta (2011), isso explica porque os países de economias extrativistas não podem participar plenamente das ambições propostas pelo crescimento econômico e do progresso técnico em escala mundial.

Aliado a isso, é ainda mais agravante o fato de os países extrativistas extraírem os recursos e não processá-los, ou ainda importar os derivados dos produtos que se exporta e possuírem uma estrutura heterogênea em termos de aparatos produtivos, no sentido de coexistir sistemas produtivos de alta produtividade e sistemas produtivos atrasados ou de subsistência.

De acordo com Acosta (2011), a questão mais crítica das economias extrativistas se refere à volatilidade de preços que sofrem as matérias primas no mercado internacional. Isso gera constantes desequilíbrios e crises na balança de pagamento e nas contas fiscais, produzindo uma dependência financeira externa cada vez maior e o aumento das questões ambientais e o esgotamento dos recursos que esta atividade provoca.

Nesse sentido, constata-se que as economias primárias exportadoras ou as recentes economias extrativistas apresentam concentração de poucos produtos, o que leva a uma densa diversificação horizontal, baixa complementariedade setorial e inexistente integração vertical, o que demonstra a falta de encadeamentos dinâmicos e sinérgicos deste tipo de economia, ou a ausência de propostas integradoras das atividades extrativistas com o restante da economia local (ACOSTA, 2011).

---

criação de uma nova renda, “renda ricardiana”, a partir da exploração dos fatores naturais, como afirma o pensador: “Se o ar, a água, a elasticidade do vapor e a pressão atmosférica tivessem diferentes qualidades; se pudessem ser apreendidas e se cada qualidade existisse apenas em quantidade moderada, esses agentes, assim como a terra, dariam origem a renda, à medida que as diferentes qualidades fossem sendo utilizadas”. Nesse sentido, o aumento da renda da terra decorre sempre do aumento da riqueza, mas que não é a causa da riqueza, pois a riqueza sempre cresce mais do que a renda, a qual pode permanecer estacionária ou decrescer. Ele já apontava um tipo de crescimento empobrecedor e dependente ao afirmar que as altas taxas de extração levam a uma superprodução, quando os preços do mercado mundial são altos, e isto é evidente também, mesmo em momento de crises, quando o excesso de oferta, para compensar a queda dos preços, beneficia apenas os países industrializados.

Existem três principais consensos que sustentam as “oportunidades” apresentadas pelas empresas de mineração para a defesa do extrativismo como a principal via de desenvolvimento local. Coloca-se ênfase nos benefícios dos empregos gerados em área de mineração, há distribuição do pagamento dos Royalties em cada região, e desenvolve um discurso da participação das comunidades via implantação de projetos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (BEBBINGTON et al, 2013).

Estes são consensos que reduzem a escolha dos agentes locais, porque dispõem de prerrogativas que não permitem a persecução a outras formas de desenvolvimento local que não estejam baseadas na economia extrativa mineral.

Apesar da força que estas prerrogativas representam para a tomada de decisões dos governos locais, as principais consequências da defesa deste modelo de desenvolvimento se referem aos conflitos socioambientais visíveis, tanto na luta pela terra de povos ancestrais, movimentos indígenas, camponeses e comunidades tradicionais, quanto pelos conflitos relacionados à defesa dos recursos naturais, à biodiversidade, ao meio ambiente, ao acesso e ao controle dos recursos naturais.

Diante deste cenário, emergem os que autores tal como Leff (2006) têm apontado: “la ambientalización de las luchas indígenas y campesinas y la emergencia de un pensamiento ambiental latino-americano”. Já Svampa (2011) destaca que os novos movimentos socioambientais rurais e urbanos buscam apresentar um diagnóstico comum, que vai além da problemática local ou nacional na diversificação das estratégias de luta, por meio da criação de uma rede densa de organizações e espaços de coordenações, tais como as vias campesinas, a Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (ALBA), Área de livre comércio das Américas (ALCA) e Iniciativas para Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA).

Os movimentos que emergem na atualidade têm desconstruído os discursos dominantes por meio da defesa de seus saberes locais, aliados à generalização e aplicação de instrumentais técnicos e legais para tratar com os conflitos que surgem em torno da mineração. Um exemplo disto, diz respeito a generalização das inconsistências sobre a defesa da geração de empregos pelas atividades extrativistas, as quais são vistas, pelos movimentos sociais, como promessas sem fundamento, ou mera propaganda para a validação social das atividades de mineração.

Nesse sentido, as frustrações com as promessas de emprego e o desenvolvimento econômico têm sido a causa da mudança de direção das mobilizações dos movimentos em área de mineração, tais quais as “assembleas barriales”, como observa Svampa (2009) em Catamarca e Esquel. As expectativas de emprego para estas regiões em 1994 eram de 160 postos de trabalhos diretos para cada 100 postos de trabalho gerados na mina. Por esta razão, as demandas dos movimentos se dirigiam à obtenção de uma participação na cobrança por empregos e desenvolvimento econômico.

No entanto, como os postos ocupados foram muito menores e a sua grande maioria se originava da província vizinha (Tucumán), isso gerou diversos conflitos entre os empregados e comunidades localizadas no entorno da mina, o que culminou, entre os anos de 2000 e 2003, na multiplicação de protestos e a constituição de grupo de “autoconvocados”, que seguindo os passos da experiência de Tambogrande<sup>33</sup> no Peru, passaram a se posicionar contra a mineração.

Assim, em 2003, na região de Esquel, na organização de um plebiscito, o qual reuniu 81% da população em outras localidades vizinhas, alcançaram até 90% da população articulada em favor do território e das comunidades locais e contra a mineração, o que culminou na formação de rede de comunidades afetadas pela mineração e “unión de assembleas ciudadanas” para adensar outros coletivos e espriar outras problemáticas.

Estas expectativas divergentes propagadas pelo movimento social revelam o fato de que os projetos em área de mineração enfatizam os benefícios que o emprego trará. Na realidade, a atividade extrativista mineral tem baixa capacidade de absorção da força de trabalho, como vários estudos, como os de Bebbigton et al (2013), têm demonstrado. Esta modalidade tem gerado altos níveis de subemprego, desemprego e pobreza nas regiões onde atuam, já que a economia voltada para o mercado externo inibe os incentivos e as potencialidades do mercado interno. É incontestável que as regiões no entorno das áreas de mineração não têm logrado desenvolvimento sustentado, como já fora tratado na parte introdutória desta tese, sobre o município de Parauapebas, na região de Carajás.

---

<sup>33</sup> Tambogrande é um distrito localizado ao norte do Peru, onde foram instaurados grandes conflitos provocados pela exploração de ouro, prata, cobre e zinco pela empresa Canadense Manhattan Mineral Corporation, desde a década de 1990. Em 2002, por meio da criação da “consulta vecinal”, como mecanismo de expressão da opinião pública, por meio da pressão dos movimentos sociais, o governo Peruano se viu obrigado a anular o contrato que permitia a empresa explorar na região. O resultado da consulta foi expressivo, 98.65% da população decidiram “não” à incorporação da atividade mineira, o que significou a força da formação e coordenação de grupos autoconvocados e assembleares (GIARRACA e HADAD, 2009).

Da mesma forma, Bebbigton et al (2013) apontam que em áreas de mineração, as “oportunidades” estão concentradas durante a fase de construção, com opções mais limitadas na fase operacional; além disto, há segmentação entre os consumidores locais e trabalhadores mineiros, no sentido de que os trabalhadores participam de um mercado de consumo que, inflacionado pelo aumento do poder de compra da mão de obra contratada, exclui os demais consumidores, gera desigualdades entre os que recebem e os que não recebem dos “benefícios” da mineração.

Nessa mesma perspectiva, os tão propalados recursos gerados pelos Royalties, os quais dependem de acordos específicos dos governos e seus sistemas fiscais de redistribuição em cada região, também têm gerado desigualdades regionais das receitas. De acordo com Gorriti apud Bebbigton et al (2013), eles têm motivado protestos e mobilizações com sentimentos antiminação em toda a sociedade de Cajamarca, no Peru.

Além disso, no que tange às “oportunidades” apregoadas pela chamada Responsabilidade Social Corporativa-RSC, estas são dirigidas às comunidades adjacentes à mina e pouco para as comunidades distantes e ausentes; isso resulta na pressão sobre os bens e serviços públicos das comunidades no entorno das comunidades adjacentes.

Nesse sentido, o que tem sido acordado entre empresas e comunidades não é suficiente e ainda gera outras desigualdades entre as comunidades que recebem e as que não recebem; nas palavras de Bebbigton et al (2013, p. 256): “This, in turn, fosters new forms of differentiation and relationship of power in the local and regional economics [...]”.

Segundo Acosta (2011), sob o famoso slogan “exportar o morir”, os governos locais têm perdido a capacidade de dinamizar as economias locais, aprofundando as desigualdades das economias regionais, aumentando as incertezas e vulnerabilidades, configurando assim, economias de enclave.

Além disto, ainda no que tange às promessas de geração de emprego em torno das atividades extrativistas mineral, do total dos empregos gerados, os diretos representam muito pouco em relação aos indiretos, já que a reprimarização da economia vem acompanhada das atividades de terceirização. Assim, os empregos diretos e fixos são altamente especializados e não são demandados nos locais de



atuação das empresas de mineração, o que agrava ainda mais a fragmentação territorial.

Nesse sentido, a indispensabilidade do extrativismo para combater a pobreza e promover o desenvolvimento é uma espécie de sofisma, que nas palavras de Gudynas (2009, p.25) “No hay duda ‘ el neextractivismo es parte de una versión contemporânea del desarrollismo própria de América del sur de onde se mantiene el mito del progreso y del desarrollo bajo una nueva hibridación cultural y política”.

Da mesma forma, aparecem como inconsistentes os consensos gerados a respeito de que a renda fiscal fornecida pelo extrativismo possa ser utilizada para o gasto com políticas públicas, de redistribuição de renda ou investimentos públicos.

O fato é que a aplicação de recursos oriundos de compensação financeira nas regiões onde há extração de recurso mineral, na maioria dos casos, que deveria compensar os impactos negativos da atividade e, principalmente, promover investimentos para a diversificação produtiva para um futuro sem mineração, contribui para reforçar os enclaves da produção extrativista mineral, e é feito através dos investimentos de infraestrutura para base produtiva da mineração, tais como construção de estradas, alargamento de vias públicas ou mesmo a ampliação dos bens e serviços públicos demandados pela população.

No entanto, a falta de clareza interpretativa da legislação, na maioria dos países da América Latina, referente aos repasses dos royalties e à falta de priorização em investimentos pró-diversificação da base produtiva, para garantir uma alternativa futura para as localidades, tem impulsionado a produção de comunicações divergentes dos movimentos sociais quando tentam propagar que a sociedade necessita desenvolver uma estratégia de desenvolvimento pós-extrativista que elimine a dependência exportadora de recursos minerais e que garanta incentivos às dinâmicas socioprodutivas locais, reduzindo também os custos socioambientais desta atividade.

É assim que podemos compreender porque os movimentos sociais, na atualidade, reclamam pela construção de um novo marco regulatório que contemple a participação da sociedade nas decisões que se referem à apropriação dos recursos, do meio ambiente e das possibilidades de escolha sobre o desenvolvimento da região.

Nessa perspectiva, um conjunto de autores tem apontado para a emergência de novas formas de resistência, pois os movimentos sociais que emergem no

contexto de boom mineral não apenas são movimentos de protesto contra a indústria extrativa mineira, há algo mais que os motivam ao ponto de declararem movimentos propositivos por um novo modelo de desenvolvimento ou “outro mundo possível”, e o que está por trás dessa motivação cabe a nós investigar.

### 3.3 DINÂMICAS DE RESISTÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE

As mudanças pelas quais o mundo atravessa, tanto em termos de revolução tecnológica da informação, como defende Castells (2000), quanto no sentido das globalizações econômicas<sup>34</sup>, culturais e políticas de transformações intensas e complexas, que Hoetmer (2011) ousa em chamar de mudança de época, têm promovido o aparecimento de uma “nova onda” de movimentos sociais, a qual Hardt e Negri (2004) identificam como um novo ciclo internacional de lutas que se configuram como parte de todo esse processo de transformação do mundo.

Nesse sentido, os movimentos vêm expressar a busca por diferentes visões de mundo e projetos políticos por um tipo diferente de futuro, sociedade e outros modos de vida. De acordo com Hardt e Negri (2004), estes movimentos difundem novas práticas, linguagens, condutas, formas de vida e desejos de futuros melhores.

O requerimento de um futuro diferente, ou de uma nova sociedade ou outros modos de vida proposto pelos movimentos sociais, atualmente, vai de encontro à incorporação dos novos espaços e âmbitos da vida na lógica do mercado transnacional, a qual preconiza um processo de reterritorialização dos espaços ao redor do planeta, com suas consequências tanto locais quanto globais.

Desta forma, os movimentos que apareceram nas últimas décadas vão de encontro às relações de dominação material e institucional, promovidas pelas políticas nacionais, como identificou Michael Foucault (2004), as quais se sustentam no campo historicamente construído de concepções e representações hegemônicas, práticas cotidianas e imaginários sociais, que intencionam exercer manipulações sobre as populações, seus desejos e suas resistências.

---

<sup>34</sup> De acordo com Sassen (1996), as globalizações econômicas vêm acompanhadas por uma nova geografia de poder, por meio do compartilhamento da soberania política entre redes transnacionais, formadas por instituições supranacionais, mercados de ações, meios de comunicações, estados nacionais e outros atores transnacionais como as empresas de mineração. No entanto, essas redes conformam uma cidadania econômica global, pelo fato de essa nova geografia de poder ter como base acordos dentro das negociações entre as organizações internacionais, tais como a Organização Mundial ou tratado de livre comércio, os quais servem para garantir direitos e segurança para o favorecimento de empresas ao redor do mundo, o que gera como consequência é que não há construção simultânea de cidadania política ou social para outros atores do mundo.

Os movimentos pretendem irritar o que foi defendido como consenso crescente das promessas de bem estar defendidas por Fukuyama, de progresso, igualdade, liberdade e paz, a partir das experiências adquiridas por meio das diferentes formas de desigualdade tais como discriminações, mercantilização, exclusões sociais e destruição do meio ambiente.

E é na base da promessa de igualdade que se realiza, simultaneamente, a exclusão e inclusão material sem precedentes, que abre a possibilidade para uma parte da população mundial, da escolha da construção de seu futuro, enquanto outros são excluídos da cidadania como condição social de sujeitos de direitos nas democracias contemporâneas (LUHMANN, 1997).

Os movimentos sociais também buscam outro tipo de política contra o que Aníbal Quijano (2003) chamou de colonialidade de poder, que é a naturalização ou justificativa do modelo cultural e histórico de dominação que fora desenvolvido como mito fundacional desde a conquista da América, com a descoberta do novo mundo, até a formação da civilização europeia. Isso está visivelmente explícito nas codificações binárias hierárquicas defendidas, tais como civilizado/primitivo, moderno/tradicional, ocidente/oriente e as demais derivações, as quais são apresentadas como natural.

Nessa perspectiva, a necessidade de descolonização do poder é também uma hipótese de mudança defendida pelos movimentos sociais por meio de um outro tipo de política, que os teóricos pós-coloniais, na atualidade, Alvarez, Escobar e Dagnino (2000), identificam como política da cultura, a qual tende a desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes por meio da defesa de modernidades alternativas.

Independente do posicionamento dos movimentos sociais, o fato é que neste novo contexto se originam novos caminhos de organização social, articulação e resistência (DAZA, HOETMER e VARGAS, 2012), e dentre as diversas novidades destaca-se a capacidade propositiva dos movimentos sociais em defender propostas alternativas; diversos autores (SEONI, TADE, 2005, 2006) têm vislumbrado como “outro mundo possível”.

Assiste-se à gestação de uma nova ordem solidária de resistência em resposta à realidade de injustiças para a maioria da população do mundo. A realização do I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, foi a expressão desse processo da vontade de mudança, e o ponto de partida e de chegada do processo

de experiências e convergências internacional antimundialização, a qual fora difundida em Seattle em 1999 (SEONI, TADEI, 2005).

A partir da década de 2000, há uma expansão e intensificação dos protestos, os quais se expandem geograficamente para todos os continentes, expressando o enriquecimento das reivindicações e propostas, novas formas de lutas e a entrada de novos membros na composição dos movimentos sociais (SEONI, TADEI, 2005).

Na América Latina, os movimentos sociais Zapatistas, no México, e o Movimento dos sem Terra (MST), no Brasil, ilustram essa mudança, o que os autores chamam de “conflitividade social” e o surgimento de novas formas de resistência. Segundo Seoni, Tadei (2005, 2006), estes movimentos estão inseridos num cenário de atuação diferente da década anterior, principalmente pela profundidade, extensão e radicalidade das formas que assumem.

Os movimentos sociais que surgem ganham legitimidade sem precedentes na história; eles se fortalecem e amadurecem suas formas de coordenação, como ocorreu com o Fórum Social Mundial, o qual foi considerado a expressão dos múltiplos processos de convergências e legitimação no quadro da conflitividade Latino-americana e o marco da constituição de um movimento internacional e antineoliberal.

Com isso, criou-se um espaço plural de debates, propostas e articulação das experiências nacionais e internacionais, o que leva a diferentes perspectivas e a convergirem em debates que atravessem o movimento no seu conjunto em direção à produção de consensos nas táticas dos protestos, na defesa de um tipo específico de ação direta ou institucional e nas construções de estratégias de ação.

Estas novas formas de atuação dos movimentos promovem convergências multissetoriais. Denúncias contra a corrupção e demandas por maior participação democrática e transparência no setor público motivaram as populações a formarem mobilizações comunitárias, e influenciaram os movimentos sociais a produzirem mobilizações em maior duração de tempo, ações de protestos e mobilizações prolongados por tempo indeterminado.

Nesse sentido, no que se refere à América Latina, Seoni e Tadei (2005, 2006) afirmam existir uma maior generalização das formas de lutas confrontativas em detrimento das medidas demonstrativas, bem como a difusão regional das modalidades de ações tais como os bloqueios de estradas, ocupações de terras e

edifícios públicos, o que indica uma tendência à reapropriação coletiva do espaço comunitário e a recuperação da visibilidade social desses espaços negados pelos mecanismos de poder.

Da mesma forma, a consolidação de movimentos de origem rural, indígenas e camponeses alcançam maior influência nos níveis regionais e nacionais, pois desenvolvem a capacidade de interpelar e articular ao propor questionamentos mais amplos em relação aos sistemas econômico e político.

Isso porque, de acordo com Seoni e Tadei (2005) e Seoni, Tadei, Algranati (2006), há três elementos que caracterizam a configuração particular que distingue as experiências dos movimentos sociais contemporâneos. O primeiro elemento se refere à busca por apropriação territorial que caracteriza a prática coletiva dos movimentos territoriais e urbanos, que tem sido apresentada como resposta estratégica ao processo de desterritorialização produtiva, privatização do público e da política promovida pelas reformas neoliberais.

Nesse contexto, há uma tendência à reapropriação comunitária dos espaços públicos no sentido de requerer a autogestão produtiva, a resolução coletiva das necessidades sociais e formas autônomas de gestão dos assuntos públicos. A título de ilustração, tem-se a criação das assembleias populares na Argentina. De acordo com Seoni e Tadei (2005) e Seoni, Tadei, Algranati (2006), essa crescente territorialização dos movimentos sociais é resultado da extensão das formas de reciprocidade alternativa ao mercado e uma forma de propor coerência no que se apresenta como inconsistente.

O segundo elemento, se refere ao fato de que as práticas e os discursos da maioria dos movimentos sociais, na atualidade, aparecem atravessados pela revalorização dos mecanismos democráticos no que tange à participação e decisão, e são inspirados nas referências da democracia direta e semidireta, que orientam os modelos organizativos e programáticos dos movimentos.

Nessa perspectiva, há uma orientação por parte dos movimentos do uso de formas participativas mais horizontais em detrimento à desconexão entre os níveis organizativos, burocratização ou manipulação. Desta forma, o confronto à hegemonia neoliberal tem se traduzido em questionamento às formas do regime político da democracia representativa. Por esta razão, assiste-se à crescente exigência por consultas públicas e referendos, impulsionada principalmente por movimentos indígenas e comunidades tradicionais.

O terceiro elemento diz respeito às experiências de auto-organização vinculadas à forma de organização em assembleias, o que caracterizou a emergência de muitos dos movimentos na contemporaneidade, tais como organização dos trabalhadores desocupados, as assembleas barriales, na Argentina. Os movimentos que promoveram a guerra da água e a guerra do gás na Bolívia demandaram referendos sobre o gás e a convocatória à assembleia constituinte; eles demonstraram o alcance de experiências na gestão comunitária das comunidades indígenas e comunidades rurais e tradicionais.

Além disso, o acesso à governos locais pelos representantes dos movimentos sociais tem indicado a busca realizada em torno de mecanismos de participação e controle popular sobre o futuro do desenvolvimento local e o delineamento do que seja uma “outra América possível”.

De acordo com Daza (2012), há dois elementos que têm implicações profundas na constituição dos movimentos na atualidade. O primeiro é que as mobilizações são resultados do tipo de sociedade e da forma como se apresenta o modelo de desenvolvimento e crescimento econômico, e o segundo se refere ao papel das novas ferramentas de comunicação (twitter, youtube, facebook), que têm desempenhado a geração de solidariedade internacional e a criação de cenários de mobilização de maneira mais descentralizada e capacitada para disputar os meios de comunicação de massas.

Para Vanden (2007), as mobilizações sociais são diferentes porque os sistemas de comunicação de massa e as tecnologias de fácil acesso possibilitaram níveis mais altos de alfabetização, ampliação do acesso ao ensino superior, maior liberdade e expressão política no processo de democratização. Nesse sentido, o papel dos movimentos sociais na atualidade não é o de promover uma revolução radical, mas buscar novas formas de organização e estruturas políticas que respondam às demandas articuladas pela sociedade.

Por meio da internet, os movimentos sociais são capazes de criar delegações e reuniões em níveis internacionais, como foi o Fórum Social Mundial, e gerar consciência de dimensões internacionais e possibilitar networkings, entre outros movimentos.

Um novo ciclo de protesto, sinalizado por diversos autores, a partir da década de 2000, não se refere apenas à resistência contra a realidade carregada de injustiças percebidas pelos que são afetados, mas por expressar a busca por

alternativas ao consenso pressuposto pelos sistemas político e econômicos (LANG, 2011).

De acordo com Lang (2011), os movimentos transcendem as demandas setoriais e propõem novas propostas de país, a exemplo da Bolívia, Equador e Venezuela, que construíram, coletivamente, novas constituições, impulsionados não por partidos ou governantes, mas por movimentos de camponeses, de mulheres, de população indígena, que demonstram requerer mudanças nas “regras do jogo” e sobre as decisões sobre o futuro das regiões ao propagarem novas visões de integração regional, maior participação da população local e o cumprimento dos direitos territoriais coletivos. É nesse cenário que despontam as chamadas assembleias constituintes.

Aliado a isso, também como expressão da busca por alternativas, insurgem ideias ligadas à construção de um novo modelo, tais como “buen vivir”, “Pachamama”, sobre direitos da natureza ou sobre as outras formas de propriedade, como será visto mais adiante.

### 3.4 MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO: PROTESTOS, DEMANDAS E PROPOSIÇÕES DE MODELOS ALTERNATIVOS À MINERAÇÃO

De acordo com Bebbigton e al (2007 a), historicamente, os movimentos em área de mineração surgem para tratar de questões da exploração dos trabalhadores, os quais demandam por compensações e benefícios da atividade de mineração. No entanto com as mudanças tecnológicas e o aumento da fronteira da mineração, que passa a atingir as áreas ocupadas, sobre as quais sobrevêm ameaças ecológicas, materiais e culturais sobre os meios de subsistência humana, os movimentos sociais passaram a protestar contra a desapropriação dos territórios, a perda da quantidade de recursos naturais (terras, cursos d'água, pastagem e minerais) e a qualidade destes recursos (sentidos na poluição da água, do ar).

Além disso, os movimentos sociais em área de mineração produzem diferentes críticas a diferentes endereços de protestos e produzem diferentes alternativas aos consensos estabelecidos, as quais, de acordo com Bebbigton (2008), se apresentam de duas formas: 1) ou totalmente contra a extração de recursos minerais e os modos de governanças locais; 2) ou permitem que as

atividades de mineração tenham continuidade, desde que haja maior participação da população local na tomada de decisões em termos de gestão dos recursos e distribuição equitativa dos benefícios econômicos provenientes da exploração.

E é a partir dessa forma de diferenciação que os movimentos produzem críticas, endereçam seus protestos ou produzem alternativas e estratégias de ação que influenciam nos padrões de desenvolvimento em área de mineração.

De acordo com Bebbigton et al (2013), há duas observações a serem feitas no que tange à influência dos movimentos sobre os padrões de desenvolvimento territorial que ocorrem entre os movimentos e indústrias de extração mineral. A primeira observação se refere ao fato de os movimentos se posicionarem totalmente contra as despossessões sofridas de seus modos de vida e valor de troca; nestes casos, por não estarem dispostos a negociar, podem impedir as operações, como também sofrer as retaliações de empresas intransigentes e dos governos locais que se utilizam da força, o que pode resultar tanto na repressão quanto na destruição do movimento.

A segunda observação diz respeito à tentativa dos movimentos em negociar indenizações ou garantias contra as despossessões, cujas demandas se direcionam principalmente às compensações. Nestes casos, os movimentos quando obtêm sucesso, são capazes de negociar compensações favoráveis para a sociedade como todo e se vencidos, as lideranças de tais movimentos são passíveis à corrupção ou manipulação.

Defende-se, nessa tese, que os movimentos podem influenciar nos discursos sobre os padrões de desenvolvimento dos territórios. Cabe investigar de que forma os movimentos têm produzido a comunicação divergente no sentido desconstruir a semântica vigente e alterar a estrutura sistêmica. Supõe-se que isto depende de como os movimentos enfrentam o processo de aprendizagem, no sentido de mudar o comportamento mediante a expectativas ou frustrações advindas na relação com as empresas mineradoras.

A fim de analisar um movimento social em área de mineração na Amazônia brasileira, como ponto de partida, importa destacar os casos mais emblemáticos da América Latina ocorridos no Peru, Equador e Argentina.

Os estudos realizados por Bebbigton et al (2008, 2013) na região de Cajamarca no Peru, no entorno da mineradora Newmont Mining Corporation (US sede em Denver, Colorado) e na região de Cantão no Equador, no entorno da



mineração Bish Metal (subsidiária da Mitsubishi no Canadá), demonstram que ambas as regiões se tornaram emblemáticas na discussão sobre as relações entre as indústrias extrativas minerais, desenvolvimento rural e conflitos sociais, principalmente a partir das promessas de redinamização do Peru e dinamização do Equador.

O destaque destes casos se refere ao fato de que, em ambos os locais, os movimentos sociais produziram efeitos sobre as formas em que interagiram para influenciar os padrões de desenvolvimento territorial.

Em ambos os contextos, os representantes locais passaram a desenvolver ligações com entidades ou grupos internacionais, tais como as Redes de Amigos da Terra Internacional e Grupos Ambientais da área da Baía, o que resultou no envolvimento de organizações e povos indígenas. Aliado a isto, os conflitos foram evidenciados pelos meios de comunicação nacionais e as agências governamentais foram atraídas para os conflitos, o que contribuiu para o aumento de intercâmbio e partilha de informação entre os ativistas e organizações envolvidas nos dois casos.

No que se refere aos conflitos em Cajamarca, a aquisição de terras foi fundamental para o sucesso da mineração a céu aberto, e além disso foram exigidos, além dos direitos do uso do solo, os direitos sobre os subsolos para o sucesso das operações, o que representou um ponto de discórdia política no programa de aquisições de terras, gerando rumores e descontentamentos generalizados mais por questões de como as terras estavam sendo adquiridas do que pela perda, em si, dos ativos (BEBBINGTON, 2008).

Nesse sentido, as reclamações giraram em torno dos preços idenizatórios a serem pagos, da pressão indevida exercida sobre as famílias - em sua maioria, camponeses - na venda de suas terras e as pressões inflacionárias sobre os mercados de terra local.

Inicialmente, em 1990, as reclamações partiram das comunidades eclesiais locais e dos grupos de direitos humanos ligados à igreja católica local; em seguida, a Federação das rondas camponesas, formada por grupos de vigilantes camponeses, passou a assumir o papel de articulação do movimento. A federação passou a organizar protestos em Cajamarca e a desenvolver articulações entre os grupos ambientais internacionais ligados aos EUA.

Os protestos não foram orientados para acabar totalmente com a mineração local, e sim para exigirem compensações mais justas, tratamentos civis e maior

participação nos benefícios que a mina estava gerando. O apoio e envolvimento internacional aumentaram consideravelmente, havendo visibilidade nacional e internacional.

Desta forma, o rápido aumento dos investimentos em mineração e, concomitantemente, o aumento dos conflitos e o espraiamento das reflexões levou à criação de uma Coordenação Nacional das Comunidades Afetadas na Mineração (CONACAMI). No entanto, com o aparecimento de uma série de conflitos originados de diversos grupos de interesse, partido político, correntes e líderes (local e nacional) e divergências internas e entre organizações, ficou evidente que a aliança estabelecida para a formação da CONACAMI foi de curta duração e incapaz de estabelecer mudanças significativas de base.

Assim, as preocupações que antes se restringiam às zonas rurais, a partir da década de 2000, passam a crescer nas áreas urbanas de Cajamarca, onde diversos grupos ambientais surgem apontando os efeitos adversos<sup>35</sup> sobre a qualidade do abastecimento da água e as consequências do vazamento de mercúrio.

Com o apoio de organizações internacionais, difundiu-se um vídeo que retratou a forma como ocorreu o vazamento de mercúrio e como os governos locais responderam às reclamações dos moradores e as mobilizações ocorridas na região de Choropampa. Isso resultou na visibilidade internacional do problema e na mudança interna e nos discursos que compunham o movimento; ou seja, no lugar de grupos baseados em organizações comunitárias rurais camponesas, passaram a integrar o movimento, grupos de expertises urbanas e profissionais.

Neste sentido, mudam-se os discursos, passando de confronto direto, que na década de 1990 não era considerado nem um movimento ambientalista nem antiminação, mas um movimento preocupado em exigir tratamento justo e compensação adequadas para as formas de expropriação que ocorreram em comunidades rurais, para um movimento urbano com discurso mesclado entre

---

<sup>35</sup> Dentre estes efeitos adversos, destaca-se a situação de saúde da população de Choropampa, área urbana em Cajamarca, a qual fora gravemente afetada pelo derramamento de mercúrio em 2000. O caminhão que transportava o carregamento de mercúrio metálico de 151 kg, da mineradora Yanacocha, tombou, afetando mais de mil campesinos, os quais não tinham conhecimento dos efeitos toxológicos do acidente. Após oito anos do ocorrido, os problemas de saúde vêm à tona e a Direção Geral de Saúde Ambiental (DIGESA) do Ministério de Saúde (MINSU), a partir de estudos realizados no local, declara que este foi o maior desastre mundial de mercúrio metálico. Desta forma, a comissão do Congresso da República abriu uma investigação para sancionar as responsabilidades e exigir que as autoridades tomassem medidas de proteção à saúde. No entanto, há duas implicações neste fato: a primeira delas diz respeito à falta de legislação que regulasse o transporte de substâncias tóxicas, o qual estava sob a auto regulação da empresa mineradora, e a segunda implicação se refere à negligência presente nas relações estabelecidas entre as empresas mineradoras e as autoridades de saúde locais, que se negaram a implementar as recomendações advindas das diversas auditorias realizadas.

ambientalismo e exigências da participação do Estado e governança da mina e controle dos lucros.

Os protestos e as mobilizações camponesas não desapareceram, mas cada vez mais passaram a ser direcionados por intelectuais, ONGs e autoridades locais urbanas sob o discurso ambiental no que se refere ao abastecimento de água e a quantidade global da oferta deste recurso.

Tanto as mobilizações e protestos camponeses quanto as pressões dos movimentos urbanos contribuíram para a paralisação de uma mina e para mudança de postura do governo local.

Em 1990, a expansão dos protestos camponeses locais, na área conhecida como Cerro Quilish, levou à criação de um decreto-lei municipal que declarou Quilish área protegida, por ser uma região responsável pelo abastecimento de água das cidades no entorno. No entanto, devido à contestação judicial da mineradora, em 2004, o governo local concedeu o direito de exploração e reinício das atividades. Com o espraiamento dos protestos urbanos e o apoio de organizações internacionais, os quais questionaram a priorização do governo local na “licença social para operar”, exigiram uma mesa de negociação para apresentarem propostas com vistas à resolução dos conflitos, o que resultou na mudança de postura do governo local, que retirou o pedido de autorização da operação da mina.

Mesmo com as diferenças internas do movimento, em termos da discordância sobre quem sentaria à mesa de negociação, e sobre a defesa de uma diversidade de motivações de protestos (desde preocupações em torno do abastecimento da água à expectativas sobre a perda relativa da classe média e de autoridade, indicando uma variação de demandas antimineração e pró-mineração) o que demonstrou baixa capacidade do movimento de explorar a oportunidade que foi concedida, o movimento exerceu influência sobre as relações entre mineração, desenvolvimento local e meios de subsistências, no sentido de que as mobilizações promoveram mudanças em algumas práticas da mineração local.

Entre os anos de 1999 e 2004, os investimentos da mineração, no nível local, em remediação ambiental triplicaram e os investimentos em Responsabilidade Social Corporativa aumentaram nove vezes (MOREL apud BEBBIGTON et al, 2008). Além disso, os protestos ocorridos na região de Cajamarca permitiu repensar planos de expansão das atividades de mineração, como ocorreu em Quilish.

Isto produziu mudanças no comportamento da empresa mineradora e resultados práticos da intervenção à mineração, produzidos pelos movimentos sociais, através da defesa dos territórios e de agendas alternativas de desenvolvimento, propostas pelo movimento social. Essas propostas são definidas pelas diferenças nas relações de poder da empresa de mineração, o quanto de recurso ela gerencia para dissipar os conflitos, e também depende da fragilidade do movimento em relação ao papel do governo local.

No que concerne à experiência ocorrida em Cotacachi, Equador, a concessão da mina também ocorreu como em Cajamarca, nas zonas rurais, no entorno das populações Quichua, formada por colonos e mestiços. Mas diferente do que ocorreu em Cajamarca, a formação espontânea de um movimento social, em Cotacachi, se deu, primeiramente, pelo interesse de uma ONG ambiental, a “Acción Ecológica”; no caso de mineradoras japonesas atuando no Equador, foi feito um processo de educação ambiental com as comunidades locais, o que difundiu as informações sobre a mineração e os riscos ambientais para as populações locais.

A partir disso, diversos grupos passaram a desenvolver argumentos de que a invasão da mineração, naquelas áreas, colonizaria os modos de vida, as tradições culturais locais, a paisagem e a qualidade dos recursos ambientais; isso gerou um forte sentimento de antiminação e levou à formação do que McCarthy e Zald, apud Bebbigton et al (2008) denominaram de “Social Movement organization - SMOs”, uma ONG que reuniu grupos de sacerdotes, empresários do ecoturismo, ambientalistas e organizações das comunidades diretamente afetadas.

A atuação da SMOs, que no confronto direto decidiu atacar e queimar os acampamentos, levou a mineradora Bishi Metals a se retirar do local e do centro dos conflitos. Nesse sentido, o governo local, o qual não assumiu uma posição totalmente pró-mineração, desempenhou papel de mediador dos conflitos e permitiu a criação de espaços de discussão, o que resultou no fortalecimento do movimento.

Aliado a isso, o movimento nacional Indígena passou a apresentar candidatos para as eleições municipais. A crescente força do movimento social e a visibilidade do debate sobre as questões indígenas resultou na eleição de vários candidatos oriundos dos movimentos sociais.

Em 2008, a prefeitura local inicia um modelo de governança municipal baseado no planejamento participativo e na incorporação de diversas representações nos assuntos municipais. O instrumento desse modelo foi a criação

da Assembleia para unidade Cantonal (AUC), a qual organizou um Comitê para gestão ambiental (CGA), o que contribuiu para a criação de uma lei municipal, a qual declarou a região de Cantão uma região ecológica e rejeitou qualquer atividade de mineração no desenvolvimento territorial local.

Desta forma, devido à participação organizada, no âmbito municipal, o movimento social se desenvolveu para além das fronteiras geográficas e criou parcerias entre diferentes grupos de diferentes localidades, o que resultou no posicionamento de 71% da população local contra a mineração e 29% da população a favor da permissão das atividades de mineração.

Aliado a isso, destaca-se o apoio da organização dos movimentos indígenas das montanhas à resistência da entrada da mineração, o que também contribuiu para a retirada da mineradora Bishi Metals e para ausência de qualquer ação relacionada à mineração.

Isso contribuiu para que as organizações do movimento social: a) consolidassem as diversas ligações nacionais e internacionais, o que promoveu visibilidade internacional das experiências locais; b) mobilizassem recursos; e c) elaborassem propostas para formas de desenvolvimento rurais que não fossem baseadas na mineração, tais como incentivos dados à produção na mercadologia de café orgânico, desenvolvimento do artesanato e ecoturismo geridos pelas comunidades locais.

As propostas alternativas que surgem com base em propostas ditas sustentadas, no sentido de que possui um significado prático da necessidade de oferecer alternativas que substituam as atividades de mineração, gerem emprego e desenvolvam uma visão compartilhada do desenvolvimento territorial baseado em modos de vida rural, se propõem, em sua maioria, aliadas ao desenvolvimento de atividades econômicas, à educação ambiental nas escolas e nas comunidades.

De acordo com Bebbigton et al (2008), outra empresa de mineração, a Ascendant Copper Corporation, adquiriu concessão para exploração mineral e iniciou um programa de relações comunitárias que buscavam desenvolver as relações das comunidades nas áreas da mineração. No entanto, as limitações financeiras da empresa impossibilitaram investimentos em programas sociais e em fornecimento de serviços para as comunidades, o que resultou na manutenção da organização do movimento social e de sua agenda ambiental comum de forma

coerente e intacta, refletido no sentimento antiminação na população de Coatacachi.

E aqui está a grande diferença entre a atuação do movimento social em Cajamarca e em Coatacachi: as relações de poder estabelecidas entre os movimentos as empresas mineradoras e os governos locais. Coatacachi, por apresentar uma economia mais dependente a hidrocarbonetos do que em minerais, e por existir um governo local mais favorável às agendas do movimento, ele tem tido mais capacidade de administrar problemas internos e estabelecer uma agenda compartilhada sobre desenvolvimento local e mobilizar apoio não apenas no sistema político.

Segundo Bebbington et al (2013), os movimentos sociais em área de mineração na Bolívia, Equador e Peru têm influenciado as relações entre as dinâmicas territoriais e indústria extrativa e a economia política da extração, no sentido de bloquear algumas atividades ou em termos de negociar espaços sobre os quais as companhias mineiras, Estado e populações locais interagem.

Para os autores, as dinâmicas ao redor da extração têm mudado toda a região, e isto reflete nos resultados da mudança do protesto social. Existem alguns indicadores de tais mudanças: 1) A mudança no foco das mobilizações, elas iniciam com base na preocupação sobre um assunto em específico como a utilização do recurso (água), o uso dos territórios e a perda das rendas e se expandem para posições assumidas que são totalmente opostas à indústria da extração mineral; 2) Os custos e os riscos do protesto são principais motivações para os movimentos tomarem as ruas; e 3) Os protestos iniciam em uma mina específica e rapidamente assumem a posição de rescindir com todas as concessões de minas nos territórios.

Nesse sentido, os autores sinalizam que as principais demandas apresentadas pelos movimentos em área de mineração giram em torno das seguintes exigências: a) do respeito por seus territórios e modos de vida; b) do maior compartilhamento dos benefícios da mineração em termos de distribuição de renda e empregos; c) de exercerem maior influência no processo que os afeta; d) em alguns casos, exigem ordem e planejamento. A demanda, nesses casos, é para o Estado que se mantenha contra algumas das despossessões, ao mesmo tempo que facilite as formas locais de criatividade por regulação da proteção ambiental, que cobre maiores taxas e royalties e retorne o seu poder de governança que foi delegado às companhias mineiras.

Os autores concluem que o tema recorrente das mobilizações, ou o que se comunica, é que o único caminho viável para confrontação da despossessão, a longo prazo, é por meio do Estado.

No que tange aos casos da atuação dos movimentos sociais na Argentina, Svampa (2009) aponta para três fatores que contribuíram para que as sete províncias do país sancionassem leis de proibição à mineração a céu aberto. O primeiro fator se refere ao fato de a mobilização ter ocorrido na forma de assembleias multissetoriais, o segundo fator, por ter tido socialização da informação e o terceiro fator, pela construção de redes territoriais.

O principal cenário que impulsionou os conflitos na Argentina se refere ao fato de as empresas de mineração, instaladas na região desde 1997, estarem realizando as atividades de forma silenciosa e vertiginosa, sem a consulta popular. É por esse fato que, em 2003, as comunidades e movimentos sociais locais passaram a se unir com vistas a exigir a consulta popular e promover uma campanha de “não à mineração”.

A origem dos movimentos de “assembleas “ contra a mineração em larga escala, está marcada por duas grandes experiências: das populações no entorno da mineradora Alumbrera, em Catamarca, e das experiências dos outros povos e das cidades patagônicas.

Os denominados “autoconvocados” de Esquel foram o ponto de partida para o aprendizado das comunidades, e se somaram aos questionamentos e protestos contra a mineração.

As mobilizações tiveram dois momentos. No primeiro momento, elas foram guiadas pelas expectativas de emprego, acompanhadas por outras expectativas relacionadas à ideia de progresso e desenvolvimento local, regional. No segundo momento, devido à ampliação da temática, as demandas passam a ser dirigidas pela busca por royalties, no sentido de cobrança dos benefícios da mineração.

Em 2003, os “vecinos autoconvocados” organizaram um plebiscito e mais do que oportunidades políticas, representou novidade na configuração das mobilizações, principalmente pela articulação entre saberes especializados oferecidos por diversos profissionais e pelo uso de uma linguagem de valorização do território, diferente da concepção dominante.

O “efeito Esquel” atuou como multiplicador de experiências e despertou outras regiões onde se havia implantado ou se projetavam empreendimentos de

mineração. A partir disso, iniciam-se as diversas articulações entre vários grupos, o que culminou na criação de uma Rede de Comunidades Afetas pela Mineração - RED CAMA, e logo a partir do primeiro encontro da rede, a temática ambiental assumiu maior visibilidade.

Em 2006, houve a iniciativa de realizar uma mobilização em Buenos Aires e desde então se defende a campanha “Não ao saque dos minérios e contra a mineração”, isso porque as diferentes assembleias de base, formadas em conjunto com as comunidades afetadas pela mineração (UAC), adotam a ação direta como ferramenta de luta, acompanhadas da ação institucional, tais como bloqueios de estrada e passagens até chegar a um nível de informação dos conflitos que promova a apresentação de petições, injunções, denúncias, ações legais para revogação e anulação das leis nacionais de mineração e do código de mineração, bem como a demanda por uma legislação que proíba a mineração a céu aberto. Além disso, os movimentos passaram a realizar consultas ou plebiscitos a nível local e nas províncias nas qual estavam localizadas as comunidades afetadas.

Destaca-se que em cada encontro realizado nacionalmente, a metodologia de trabalho das assembleias locais estava ligada à elaboração de conteúdos participativos tanto no que se refere ao plano organizativo, quanto à “mística” do evento pautados nas especificidades locais.

Ao agregar a participação de diversos integrantes de assembleias de outros lugares, afirmando a heterogeneidade das experiências, os encontros passaram a ter um caráter nacional, evidenciando resultado positivo em termos de articulação política e aumento do potencial de mobilização.

Desta forma, a grande novidade trazida por Svampa et al (2009) se refere ao fato de que nos encontros se desenvolve uma novidade no repertório de ação dos movimentos: o julgamento oral e público da empresa mineradora Barrick Gold, dentro de um cenário de teatralização que simula o tribunal com a presença de advogados, fiscais, peritos e testemunhas da sociedade civil, na qual foi proferida uma sentença que com eficácia simbólica e pedagógica contribuiu para que os movimentos tivessem uma compreensão mais ampla da problemática. Foi assim que se aprofundaram as discussões sobre outras problemáticas socioambientais e se levou à criação de uma rede de territórios, originando diversos grupos de organizações tais como “Asamblea Regional no a Pascua-lama y el Plenario de Organizacions del Noa” (SVAMPA, 2009, p. 132).



Nesse sentido, foi criado um espaço no qual se forjam os novos repertórios e se amplia o horizonte de ação bem como a plataforma discursiva e representativa. Este espaço é plural devido à heterogeneidade, pois agrega homens, mulheres com ocupações e saberes diversos ou sem experiências ou formação política prévia, e outros com experiência anteriores e trajetórias militantes (oriundos das assembleias barriales, da militância sindical, ecologista, universitária e territorial), além da participação de ONGs e organizações sociais. É também um espaço horizontal e apartidário, pois os membros centrais são, no protagonismo do conflito, as assembleias e organizações de base afetadas.

Aliado a isso, o caráter multi-escalar dos movimentos sociais, em área de mineração, na Argentina, e a dinâmica particular entre as diferenças de escala de ação (local, regional, nacional e global), conduzem a uma resistência cada vez maior das populações afetadas e a obtenção satisfatória das demandas, principalmente no que tange à criação de leis proibitivas do uso de substâncias tóxicas nas atividades de mineração e na paralização da exploração de projetos de mineração, o que alguns autores (HONÓRIO 2003) têm destacado como a “judicialização” dos conflitos.

Para Svampa et al (2009), a efetividade da resistência à indústria da mineração depende da característica das matrizes sociopolítica e sociodemográfica de cada localidade. Se a sociedade está estabelecida sob as bases produtivas competitivas, diversificadas e pouco hierárquicas, a resistência à indústria extrativa é mais efetiva do que em regiões já colonizadas, submersas ou devastadas social e ambientalmente pelas atividades extrativistas e com baixa qualidade institucional.

Nessa perspectiva, mesmo que a Argentina apresente uma matriz social hierárquica e pouco diversificada em termos produtivos, e governos atravessados por laços clientelistas sob processos de corrupção, os efeitos “Esquel” e “Alumbrera”, na dinâmica de lutas locais, têm desempenhado papel inegável na mudança de oportunidades políticas. Dentre elas, destacam-se as experiências de auto-organização, a articulação entre população urbana e organizações indígenas, votação de leis antimineração, zoneamento territoriais, além da promoção e organização de referendos e consultas públicas e a incorporação do reordenamento territorial como tema da agenda legislativa. Esta é a maior proposta de um modelo alternativo à mineração: a participação da população na decisão dos rumos sobre o futuro.

Nessa perspectiva, a emergência dos movimentos sociais, em área de mineração na Argentina, não se explica apenas pelas novidades apresentadas nas formas de organização em “asambleas de autoconvocados”, mas também pelo papel que passam a representar as organizações campesinas e originárias (tal como a população Calchaquíes). Este processo marca a formação de redes territoriais no desenvolvimento de ações conjuntas em direção ao cumprimento do direito à consulta e à participação dos povos indígenas sobre os territórios que habitam, como constam em diversos tratados internacionais inseridos na constituição Argentina (SVAMPA et al, 2009).

Por esta razão, as principais demandas dos movimentos sociais, como expressão das demandas das comunidades indígenas, giram em torno do respeito aos direitos territoriais, à gestão dos recursos naturais, à sua cultura e à sua cosmovisão.

As sucessivas legislações do não à mineração demonstram não só a produtividade das escalas dos movimentos sociais, mas também a potencialidade das redes territoriais que agregam regiões e províncias na direção da construção de objetivos comuns.

Os movimentos sociais em área de mineração têm gerado novos instrumentos cognitivos e novo horizonte de sentido, o que significa que tem se produzido uma pluralidade e formas de resistências e de existência social (DAZA, 2012, QUIJANO, 2012).

Ao se reconhecer as diferenças entre realidades com ou sem a presença da mineração, evidenciam-se dimensões da realidade que têm sido negadas e inviabilizadas. Dispõem-se, assim, de projetos políticos próprios, os quais não se reduzem à estratégia de atuação política no sentido estrito, mas produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas e são fonte de produção comunicativa na discussão sobre os rumos da região.

Importa ressaltar que não se pretende nesta tese analisar os movimentos sociais com base em suas modalidades de negociação institucional com o estado ou com as empresas mineradoras, por meio de mobilizações e ações de contestações; limitamo-nos a uma perspectiva de compreensão dos processos prévios subordinados ao sistema político e, assim, desconsideramos a capacidade de construção de alternativas à realidade local.

Na perspectiva que orienta a escrita desta tese, os movimentos sociais em área de mineração defendem a construção de outras linguagens, práticas e relações sociais em seus territórios, como forma de confrontar as ações das grandes corporações transnacionais com organizações econômicas hegemônicas do modelo neoextrativista, e as orientações econômicas e políticas dos governos que defendem o neoextrativismo como única via de desenvolvimento. Assim, anunciam-se paradigmas alternativos ou outros modelos de desenvolvimento.

De acordo com Svampa (2015), conceitos como bem viver, direitos da natureza, bens comuns e ética do cuidado passam a ser conceitos mobilizadores que se propõem a novas formas de relações entre os seres humanos e a natureza. Nesta busca por um novo paradigma civilizatório, questiona-se a relação entre crescimento e desenvolvimento e propõe-se que as relações comerciais sejam baseadas no princípio da economia solidária como forma de desmercantilização das relações sociais.

Aliado a isto, a defesa da noção de direitos da natureza, que pressupõe igualdade e respeito na inter-relação homem e natureza, promove o que autores como Gudynas (2011) e Svampa (2014) sinalizam como a emergência de outro campo da justiça promovido pelos movimentos sociais: a busca por justiça ecológica.

Esta busca por justiça ecológica, cujos pressupostos fundamentais não preconizam apenas a cobrança por multas e danos nas formas de compensações econômicas, mas buscam garantias dos processos vitais dos bens comuns e a regeneração de seus ciclos, foi responsável pela promoção do debate sobre os direitos da natureza no Equador e a inserção da natureza como sujeito de direito em sua Constituição, como pode ser visualizado no artigo 71, da Constituição de 2008, a saber: “A natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz e realiza a vida, tem o direito a que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos”.

Diferente do que fora estabelecido na constituição brasileira de 1988, em seu artigo 225, a qual assegura que “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo”, o sujeito de direito são as pessoas que dispõem do usufruto do meio ambiente, o qual é considerado um bem coletivo.

Segundo Svampa (2015), esta retomada pelo debate sobre os bens comuns corrobora para que as lutas na América Latina sejam marcadas pelas lutas pelos bens comuns, tais como a defesa das sementes, proteção das águas, bens naturais e territórios como espaços de vida coletiva e de ecossistemas. Sobre este ponto de vista, os produtos da natureza não são entendidos apenas como meras mercadorias ou commodities, tão pouco são aceitos como recursos estratégicos ou bem públicos defendidos pelos governos extrativistas.

Nesse sentido, os movimentos sociais, em área de mineração, têm apresentado outra noção de construção de territórios. Essa não é a definida pelas narrativas desenvolvimentistas dos governos extrativistas como “território produtivo”, mas como espaços onde são realizadas as relações sociais baseadas em cooperação social no uso e gozo do bem comum (SVAMPA, 2015). Esta noção de território foi descrito por Echeverría (2002) como “ethos comum” e por Esteva (2007) como “esferas de comunalidade”.

Nessa perspectiva, Svampa (2015) tem identificado que as novas formas de resistências na América Latina se manifestam por meio da emergência de espaços de comunidades e novas sociabilidades que são construídos para referenciar ou estruturar um “ethos”, no qual os valores da vida e suas coerências práticas pretendem ser opostos ao modelo extrativista hegemônico.

Nesse sentido, são propostas visões de mundo baseadas na solidariedade comunal e estruturas autogestionadas de cooperação que confrontam o modo de atuação do Estado e do funcionamento do mercado formal por meio da criação de redes de cooperação que se encarregam do debate, elaboração e implementação de propostas alternativas viáveis ao neoextrativismo (SVAMPA, 2015).

Dentre estas redes, destacam-se as experiências do Grupo de Trabalho Permanente sobre Alternativas para o Desenvolvimento, formado por acadêmicos e ativistas que representam diferentes organizações de diversos países da América Latina (Bolívia, Equador, Venezuela, Argentina e Uruguai, entre outros) e Europa (Alemanha e Áustria), que passam a propor alternativas de desenvolvimento, por meio de diferentes formas de intervenção em escala local e regional, e capacitar as experiências já existentes nos locais.

Da mesma forma, destacam-se as propostas que têm sido elaboradas pelo Centro Latino Americano de Ecologia Social (CLAES)<sup>36</sup>, liderado pelo acadêmico uruguaio Eduardo Gudynas, o qual argumenta que a transição para um modelo pós-extrativista está na elaboração de um conjunto público de políticas para repensar a articulação entre a questão ambiental e a questão social longe de alternativas propostas dentro do próprio modelo desenvolvimentista (SVAMPA, 2015).

Isto porque, segundo Gudynas (2011), as alternativas propostas para funcionarem dentro do modelo extrativista não conseguem quebrar com as lógicas operativas desenvolvimentistas e conviver com a valoração de práticas econômicas, culturais e simbólicas já presentes nos territórios, como a filosofia do bem viver, propagada pelos povos indígenas.

E é nessa perspectiva que os movimentos sociais, na América Latina, em área de mineração, têm gerado novidades em termos de produção comunicativa de modos alternativos de desenvolvimento. Com base nessa perspectiva, eles têm denunciado as formas de atuação das empresas mineradoras e dos governos extrativistas.

Entretanto, não há como descartar, no meio de todas as novidades trazidas em termos de formação e metodologia das dinâmicas de lutas, que eles produzem também aprendizagem para as empresas de mineração e governos locais, que sempre buscam novas vias para legitimar o modelo de desenvolvimento com base na mineração, seja pela criminalização dos protestos pelo uso da violência ou pela criação de decretos municipais, como ocorreu na região de Malarguie, Argentina, onde o governo local repudiou todos os tipos de convocatórias a reuniões dos movimentos e difundiu a ideia de que as organizações são inflexíveis e deterioraram o sistema democrático.

---

<sup>36</sup> O CLAES é uma organização não governamental independente que surge a partir do grupo de trabalho em ambiente e desenvolvimento criado no Centro Franciscano Ecológico (CIPFE) do Uruguay, no início da década de 1980. Atualmente, os objetivos desta organização é realizar investigação e promover ações de ecologia social, para que sejam reconhecidas a vinculação homem e seu entorno ambiental em um contexto de conflitos socioambientais. Para a realização deste objetivo, a organização dispõe de uma equipe de investigadores e promotores multidisciplinares, que possuem diferentes formações e experiências pessoais. O CLAES foi responsável pela criação de diversas redes nacionais e internacionais, bem como por apoiar outras redes existentes e criar vários espaços coletivos, dentre eles a plataforma para promover a transição alternativa ao modelo de desenvolvimento. As principais linhas de trabalho são: meio ambiente e desenvolvimento; recursos naturais e biodiversidade; agricultura e manejo da terra; economia e integração latino-americana e comércio internacional; democracia e direitos humanos; e globalização. Para maiores detalhes, vide o site da organização: <http://ambiental.net/>

Além disso, foram criados projetos de zoneamento territorial que habilitavam as áreas de sacrifício para a exploração mineral e, de forma sistemática, intensificou trabalhos propagandísticos da Responsabilidade Social Corporativa da empresa de mineração.

#### **4 A Vale: organização econômica responsável pelo ordenamento territorial da região de Carajás, Pará**

Para compreender de que forma o movimento social Atingidos pela Vale tem produzido novidades no que tange à produção comunicativa de modos alternativos de desenvolvimento na Amazônia brasileira, é preciso, primeiro, compreender a atuação da mineradora Vale na região e os fatos sociais que determinaram o surgimento e a formação de um movimento que se auto intitula “atingidos” pelos projetos de exploração mineral.

Questiona-se aqui o porquê que as propostas alternativas ao modelo de extrativistas, apresentadas pelos movimentos sociais em área de mineração, não conseguem romper com as lógicas operativas desenvolvimentistas do sistema funcional econômico.

Na tentativa de responder a este questionamento, faz-se necessária a construção deste capítulo em três partes. A primeira diz respeito à compreensão dos determinantes econômicos da constituição do Programa Grande Carajás (PGC) como principal eixo para o plano de desenvolvimento da Amazônia e, conseqüentemente, o estabelecimento da mineradora Vale como organização econômica fundamental na condução do processo de desenvolvimento local e no ordenamento espacial da região.

A segunda e terceira parte, no intuito de entender a formação e o local de atuação de um movimento social que surge na Amazônia e se expande em redes locais e globais, apontam os principais determinantes que influenciaram a sua formação e demonstram que apesar de a Amazônia apresentar um quadro contrastante de protestos desorganizados, os movimentos sociais, que surgem nessa região, alcançam graus de sofisticação organizacional e passam a influenciar a política local e, que mesmo, em sua maioria, tendo sido formados por pequenos agricultores com baixa formação em termos de coalizões políticas, as formas de resistências crescem e constituem-se em desafios aos consensos estabelecidos.

##### **4.1 Valorização da Amazônia e a determinação da Vale como organização econômica dinamizadora do desenvolvimento regional**

De acordo com Picoli (2005), existiram nas últimas décadas quatro tipos de estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro para a ocupação da Amazônia. A primeira, que ocorreu no período de 1946 a 1964, foi a política de valorização da Amazônia, principalmente em face da recuperação do declínio da borracha; a segunda, que compreendeu o período de 1964 a 1984, constitui-se na política de integração nacional; a terceira, do período de 1985 a 1994, foi a política de integração voltada às questões ambientais; e a quarta, a partir de 1995, e que está se processando até os dias atuais, é a política de globalização da Amazônia.

Embora essa classificação seja questionável, importa destacar a elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento regional, na fase da intervenção do governo militar, que marcou a integração da Amazônia ao mercado mundial.

Os princípios definidores daquela estratégia se pautavam nos interesses econômicos e geopolíticos, visando fundamentalmente ocupar e integrar, sob um modelo de desenvolvimento que passou a ser orientado pelos interesses da política nacional do comércio exterior para fazer face ao endividamento externo (CARVALHO, 1994).

Nesse sentido, a política de desenvolvimento regional, estabelecida pelo Estado, com o objetivo de adquirir a fronteira de recursos, passou a ser confundida com a política de ocupação e integração da Amazônia, a qual priorizou a implantação dos grandes projetos agropecuários, industriais e infraestruturais, mesmo com todos os reflexos negativos no âmbito socioambiental.

Foi assim que o Estado brasileiro, principalmente a partir de 1964, se tornou o meio para o desenvolvimento de um projeto para a Amazônia, nas palavras de Picoli (2005), “arquitetado pelo capital”, para atender aos interesses nacionais e internacionais das classes dominantes. Foi uma tentativa para abrir novas perspectivas de desenvolvimento econômico e minimizar a crise cíclica do capital.

Nessa intermediação, os governos militares foram responsáveis em garantir a execução das metas estabelecidas e capazes de determinar a forma como seria dada a agregação de valor e conversão de recursos minerais em mercadoria, bem como o alargamento dos grupos organizados, facilitando a concentração e exploração da terra na região.

Inicialmente, a valorização de recursos minerais ocorre via exploração de reservas de minérios de manganês da Serra do Navio, no Amapá, Amazônia oriental, no final da era Getúlio Vargas (1946), que perdurou por quase duas

décadas. Posteriormente, com a mudança nas políticas implementadas logo após o golpe militar de 1964, criou-se a doutrina de segurança nacional que, aliada à geopolítica, passou a propagar a ideia de “ocupar” a Amazônia para “integrar”.

Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento foram adotadas com base na articulação de interesses privados e no estabelecimento de políticas de incentivos fiscais e creditícias para a atração das grandes empresas mínero-metalúrgicas.

Nessa direção, na década de 1980, o Governo Federal, exercendo o papel de promotor das obras de infraestrutura para impulsionar a instalação e o início das operações dos projetos mínero-metalúrgicos, cria o Programa Grande Carajás (PGC).

Destaca-se que as expectativas econômicas que o Brasil vivia na época da instalação dos projetos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), tais como a utilização dos recursos naturais da Amazônia brasileira como forma de duplicar as exportações brasileiras, para o pagamento da dívida, foram as próprias condições criadas para a justificativa da implantação e legalização da instalação dos projetos na Amazônia fundamentados no esgotamento das reservas da CVRD no centro-sul do país (BENATTI, 1997).

E é sob essas condições que se entende o porquê de a Amazônia brasileira estar relacionada a uma das fronteiras de expansão do capital internacional na América Latina; com essa possibilidade de “desenvolvimento” da Amazônia, a Companhia Vale do Rio Doce CVRD (estatal) se torna organização econômica fundamental e responsável para representar o Estado, como principal acionista na associação do capital privado nacional e internacional, e de estabelecer o ordenamento espacial na região, mesmo após a sua privatização.

Nessa direção, o sudeste Paraense foi escolhido para a extração do minério de ferro da Serra dos Carajás, o qual, desde 1977, estava sendo conduzido pela CVRD, que desenvolveu na região uma megaestrutura envolvendo a criação da *companytown*, na Serra dos Carajás, um complexo de minas, instalações de beneficiamento e um pátio de estocagem, instalações portuárias e a Estrada de Ferro Carajás para interligar os 890 quilômetros de extensão entre a Serra dos Carajás e o terminal marítimo de Ponta de madeira, em São Luiz, no Estado do Maranhão.

As operações do PGC iniciaram-se em 1985, primeiramente voltadas à extração do minério de ferro de Carajás. Posteriormente, as jazidas de manganês



ganham viabilidade econômica e passam a atrair, em sua área de abrangência, a instalação de empresas produtoras de ferro-gusa, ferroligas e silício metálico cuja produção ampliada causa pressão sobre o desmatamento de novas áreas, principalmente a partir de 2004, com a elevação da produção de ferro gusa<sup>37</sup>.

Destarte, o que foi estabelecido na região de Carajás<sup>38</sup> foi uma estratégia de agregar valor à indústria mínero-metalúrgica, com vistas a assegurar sua viabilidade econômica. A produção de ferro gusa se desenvolve num contexto das chamadas vantagens comparativas, provenientes da possibilidade de acessar recursos e serviços ambientais a baixo custo, sem a necessidade de haver integração ou interação com arranjos produtivos locais.

Aliado a isso, o governo brasileiro propaga a ideia de que, ao lado da existência de recursos naturais, o capital humano e o social seriam elementos determinantes para o estabelecimento de vantagens competitivas que permitiriam processos de desenvolvimento socialmente enraizados.

Mesmo após a guinada neoliberal dos anos 1990, a qual trouxe reorientação das políticas econômicas para a maioria dos países Latino-americanos, as premissas de “crescimento para fora” e a valorização das exportações continuam a ser a principal estratégia de desenvolvimento. Além disso, o intuito de responder à crise financeira, o pagamento de dívidas e a “redução” dos Estados via privatizações, como foi o caso da CVRD, marcam o processo de inserção internacional do Brasil.

Aliado ao fato de que o processo de inserção internacional foi marcado pela baixa competitividade dos produtos internos industrializados, houve o reforço à defesa na exportação de produtos intensivos em recursos naturais, o que levou a uma especialização da região Amazônica na comercialização destes produtos para a obtenção de divisas necessárias à importação de bens intensivos em tecnologia.

---

<sup>37</sup> Desde o ano de 2012, as usinas de ferro gusa diminuíram a produção devido à crise de abastecimento de carvão vegetal pelas indústrias siderúrgicas do polo de Carajás. Por conta de uma campanha realizada pelo IBAMA e Ministério Público contra o trabalho escravo, desmatamento ilegal e corrupção na produção de carvão vegetal, obtido por meio da queima da madeira, a repressão a ilegalidades, no setor, provocou uma crise de abastecimento. Assim, muitas carvoarias fecharam, o que provocou a redução da produção de ferro gusa, principal matéria prima do aço. Além disso, devido ao fato das empresas guseiras não possuírem minas próprias, dependendo da Vale para sobreviverem, em 2013, tendo a Vale cobrado das empresas guseiras o mesmo preço aplicado para exportação, o custo da produção do ferro-gusa se tornou maior ou igual ao preço praticado pelo mercado, desta forma, muitas empresas fecharam, agravando ainda mais a crise no setor. A exemplo disso, em 2015, o fechamento da maior siderúrgica do Pará Sidepar, a qual empregava cerca de 9000 mil trabalhadores retrata o cenário de crise que enfrenta o setor. Das 11 guseiras que atuavam na região de Marabá, atualmente apenas uma empresa mantém a produção de um alto-forno, empregando cerca de 250 trabalhadores.

<sup>38</sup> Sobre essa região, as explicações encontram-se no item específico deste capítulo.

Neste contexto, a região Amazônica tem se destacado na participação do total das exportações brasileiras, conforme demonstrado nos dados dispostos abaixo, desde o ano de 2000, e esta participação tende a crescer significativamente. Em 2000, a participação da Amazônia nas exportações brasileiras era de 9,28%, em 2015 alcança 15,34 % e até maio de 2016 a participação da Amazônia no total das exportações brasileiras atinge 22,78%.

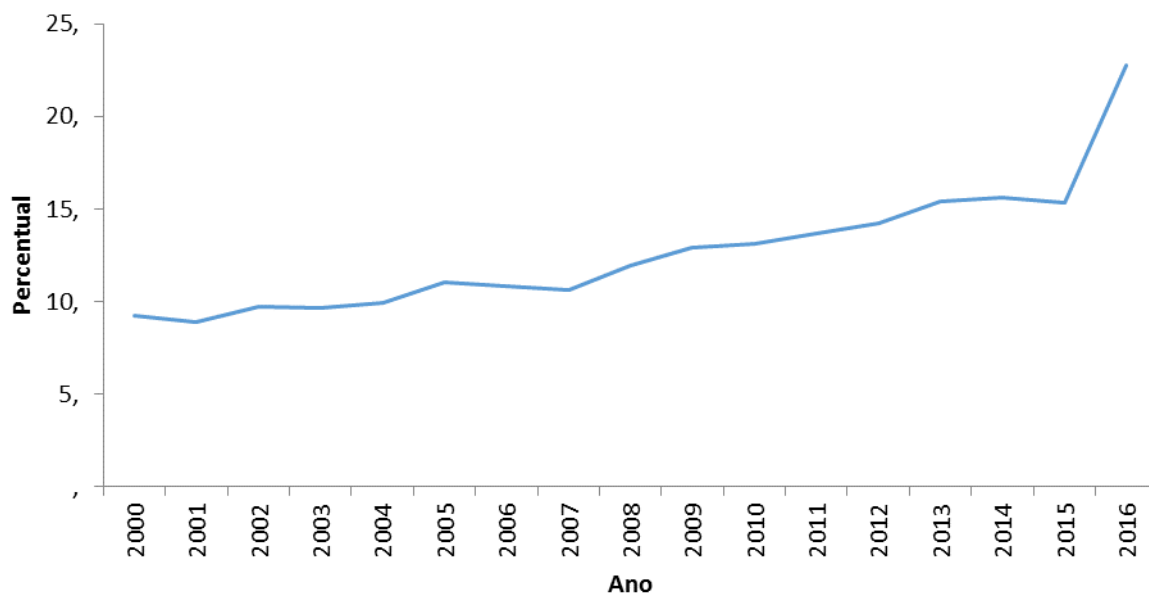
**Tabela 1:** Exportações da Amazônia (FOB) e a sua Participação no Total das Exportações Brasileiras – período de 2000 a 2016

<b>Ano</b>	<b>Exportações (FOB)</b>	<b>Participação da Amazônia (%)</b>
2000	5,114,021,668	9,28
2001	5,182,254,768	8,89
2002	5,896,122,616	9,76
2003	7,077,097,019	9,67
2004	9,609,898,783	9,94
2005	13,071,020,666	11,03
2006	14,964,367,168	10,86
2007	17,116,867,686	10,65
2008	23,708,547,521	11,98
2009	19,771,503,714	12,92
2010	26,493,415,889	13,12
2011	35,008,078,633	13,67
2012	34,582,497,739	14,26
2013	37,246,493,741	15,39
2014	35,189,355,022	15,63
2015	29,327,947,262	15,34
2016	12,740,923,324	22,78

Fonte: Ministério do desenvolvimento indústria e comércio exterior-MDIC.

Sinaliza-se que o gráfico da participação das exportações da Amazônia, no total das exportações brasileiras, tem comportamento ascendente, conforme demonstrado na figura abaixo:

**Gráfico 1:** Participação da Amazônia no total das Exportações Brasileiras no Período de 2000 a 2016



**Fonte:** Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior-MDIC.

E é sob essas condições econômicas favoráveis que a empresa mineradora Vale, na região Amazônica, aproveita as oportunidades para desenvolver seus projetos apoiados na escolha e prioridades políticas locais.

#### **4.2 A Companhia Vale do Rio Doce de empresa estatal à empresa transnacional**

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi fundada em 01/06/1942 durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945), sob o Decreto 4.352, o qual atendia os acordos de Washington no que se refere ao suporte das nações aliadas por meio do abastecimento de matérias-primas, inclusive minérios, em troca de garantias de compras e empréstimos feitos pelos Estados Unidos.

Nesse sentido, segundo as orientações daquele acordo, o governo Britânico adquire a Iron Ore Company, com sede em Londres e transfere os direitos minerais que a empresa possuía na região de Itabira, Minas Gerais, para o governo brasileiro.

Aliado a isso, o governo americano concedeu financiamento para a compra de equipamentos.

No entanto, após a retirada dos americanos da agência mista que administrava estes recursos, a CVRD se desloca para o mercado Japonês, que passa a demandar ferro e aço para a reconstrução da infraestrutura do país, no pós-guerra. Desde então, há um redirecionamento para o alcance de novos mercados, nos quais há a criação de uma estrutura própria de comercialização com contratos de fornecimento de longo prazo e preços pré-estabelecidos.

Nessa perspectiva, a CVRD, em 1970, firma um *Joint Venture* com a US Steel, para exploração das jazidas de ferro de Carajás, e em 1979, a CVRD cria o projeto Ferro Carajás que no âmbito do Projeto Grande Carajás (PGC) se constitui o principal eixo para o plano de desenvolvimento regional.

Mesmo com a crise econômica global que atingiu a capacidade de acesso aos recursos externos para o financiamento do projeto, a CVRD consegue realizar a venda antecipada de parte da produção para clientes no Japão e Alemanha e com isso manter os contratos de longa duração e preços fixados na entrega do produto e utilizá-los como garantia para os seus financiamentos.

Da mesma forma, a criação de debêntures no mercado nacional e internacional contribui para que a CVRD acessasse os recursos para o financiamento da Companhia.

Há alguns acontecimentos que são pontuais para a atuação da CVRD na região Amazônica brasileira, tais como: a) Entre os anos de 1982 e 1983 assiste-se à discussão sobre o caráter estatal da Companhia; b) Em 1985, inaugura-se a Estrada de Ferro Carajás, construída para a interligação entre os Estados do Pará e Maranhão, para o escoamento da produção; c) A entrada da Albrás e Alunorte na produção de alumínio constitui-se um ciclo de alumínio na Amazônia e direciona toda a produção da CVRD, proveniente de Minas Gerais, para o mercado nacional Argentino enquanto que a produção de ferro, em sua totalidade, para a exportação.

Além da produção de alumínio e ferro, a CVRD se especializa também na produção de Manganês (na mina denominada Azul), ouro (na mina Igarapé Bahia) e cobre (nas minas Sossego e Salobo).

Em 1997, ocorre a privatização da CVRD por meio de um consórcio liberado pela Companhia Siderúrgica Nacional, a qual adquire a empresa pelo preço mínimo de USD 3,338 bilhões. E, posteriormente a esta compra, a companhia inicia uma

série de compras e vendas de empresas, com o objetivo de consolidar a posição de principal produtora e exportadora de minério de ferro do Brasil.

Com isso, há uma ampliação das ações da empresa fora do país e a internacionalização dos seus negócios, principalmente no que tange à aquisição de unidades operacionais fora do país e à abertura do mercado Chinês para o crescimento da empresa.

Em 2001, a Vale S.A. estabelece contratos de longa duração com a maior produtora de aço da China, aproveitando as oportunidades do “Boom mineral” com a entrada no mercado Chinês<sup>39</sup>; como já fora tratado no capítulo anterior desta tese, a Vale se beneficia tanto do crescimento alcançado quanto pelas diversificações de sua atuação com o aumento das exportações.

A título de ilustração, este processo de diversificação das atividades da empresa se refere à sua entrada na produção de carvão, em 2004, a partir da criação de uma Joint Venture com empresas chinesas para a produção e fornecimento de Carvão, o que nos anos seguintes vai possibilitar que a empresa ganhe licitação para atuar na exploração de uma jazida de carvão em Moçambique<sup>40</sup> e iniciar operações de extração de carvão na Austrália<sup>41</sup>.

Da mesma forma, em 2006, a Vale adquire a mineradora Canadense INCO, o que permite que a empresa além de ser líder na produção de minério de ferro também seja na produção de níquel, atuando com suas unidades produtivas no Canadá, Brasil, Nova Caledônia e Indonésia.

A dinâmica do mercado global de minérios é marcada, nas primeiras décadas deste século, pelo aumento da demanda e do preço de minério de ferro, o que criou um cenário favorável para a Vale na expansão de sua produção e na ampliação de suas atividades.

---

<sup>39</sup> Atualmente o mercado chinês é responsável por 33,1% das vendas da empresa.

<sup>40</sup> De acordo com os dados dispostos no relatório de sustentabilidade da Vale de 2015, Moçambique ainda representa uma região estratégica para a Vale, desde 2004, a empresa ganha o concurso internacional para explorar a mina de carvão em Moatize, uma das maiores reservas carboníferas do mundo, em 2008, inicia-se as obras para implantação da unidade operacional naquela região e em 2011 entra em funcionamento, em 2015 estavam previstos pela Vale o investimento de US\$ 8 bilhões de dólares para a realização de novos projetos, como o Moatize II, com o objetivo de duplicar a capacidade de produção do complexo de mineração naquele país.

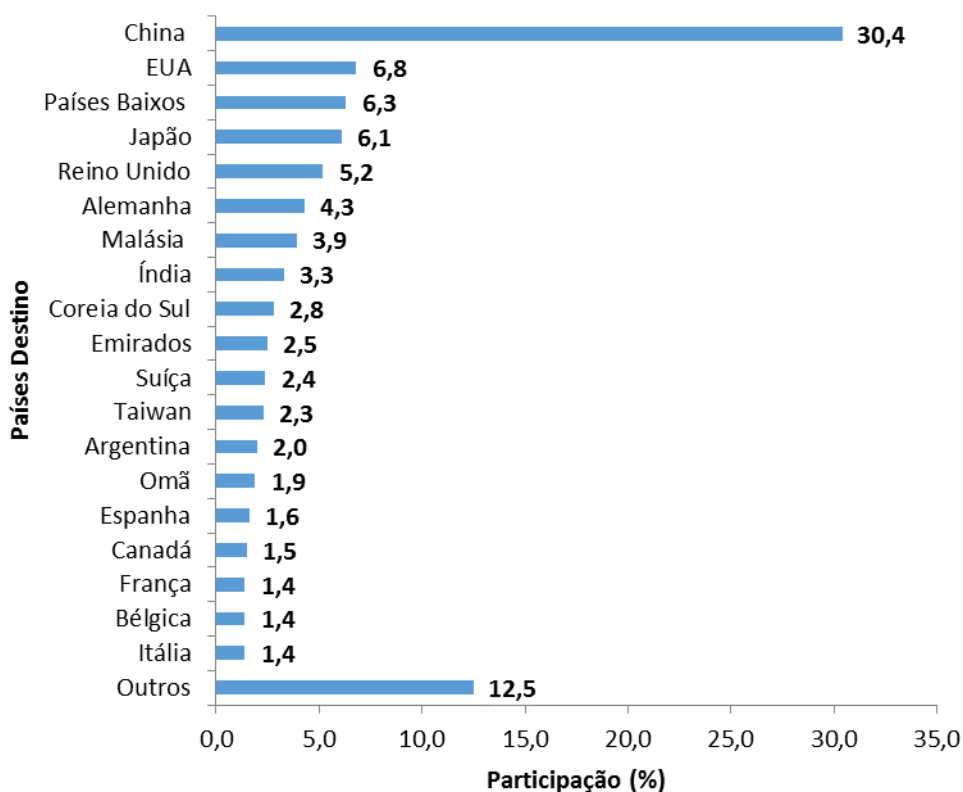
<sup>41</sup> De acordo com os dados do relatório de sustentabilidade da Vale de 2015, a mina de carvão na Austrália, chamada Integra estava em manutenção desde ano de 2014, até a Vale reconhecer a que os baixos preços do carvão inviabiliza a manutenção da abertura da mina. A mina, chamada Integra, estava em manutenção desde julho de 2014, quando a Vale disse que os baixos preços do carvão tornavam insustentável mantê-la aberta, por isso colou a mina à venda como estratégia para deter ativos e aumentar da capacidade de produção de grandes volumes a custos competitivos.

Entretanto, a partir de 2009, devido à crise financeira internacional, este quadro se modifica e as vendas da empresa passam a declinar, e mesmo com a recuperação no ano seguinte, que resultou na duplicação das vendas em relação ao ano da crise, as oscilações do preço do minério de ferro do mercado internacional reflete na forma como são desenvolvidos os seus projetos no nível local, como será tratado a seguir.

A partir do contrato de longa duração - desde 2001 - firmado entre a Vale e a Shangai Boasteel, considerada a maior produtora de aço da China, as exportações de minério de ferro da Vale para china aumentaram em 795%, de 17,5 milhões de toneladas, em 2002, para 156,7 milhões de toneladas, em 2014 (DNPM, 2014).

Constata-se que a China é o principal destino das exportações do setor mineral; corresponde a 34,7% do destino das exportações do setor mineral, enquanto que o resto mundo corresponde a 65,3% do destino das exportações minerais brasileira, conforme pode ser visualizado na figura abaixo:

**Figura 1:** Percentual do Ranking dos Principais Países de Destino de Exportações no Período do 1º Semestre de 2015



Fonte: DNPM

Isso só vem confirmar o crescimento e a expansão da atividade econômica da indústria extrativa mineral brasileira, principalmente no que se refere ao aumento dos valores adicionados a preços básicos. O produto do setor mineral, que correspondia a 0,7 % do PIB em 2000, passa a representar 4,0% do PIB, o que corresponde a R\$ 188.756,2 milhões, conforme demonstrado na tabela e gráfico abaixo:

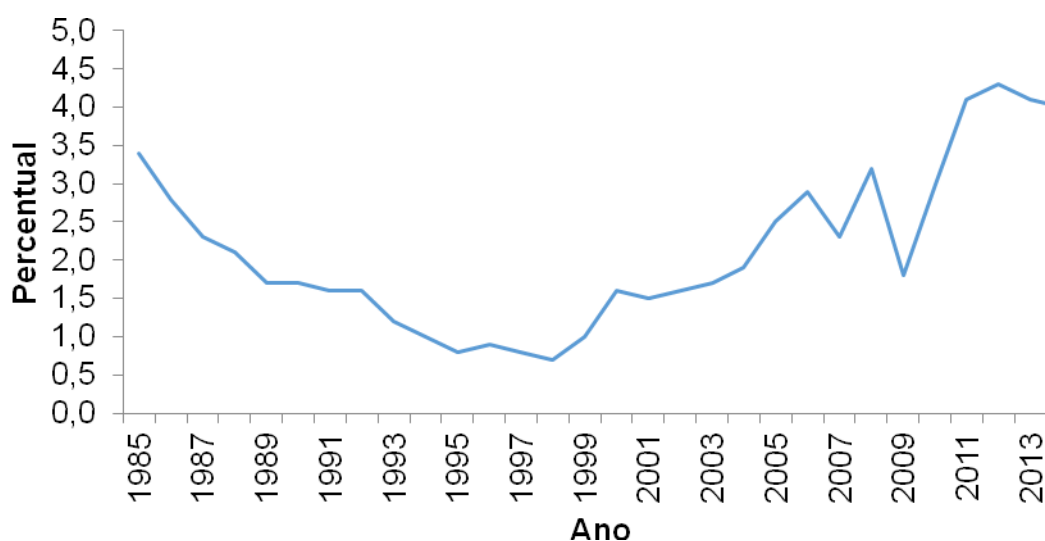
**Tabela 2:** Percentual de Participação da Indústria Extrativa Mineral no Valor Adicionado a Preços Básicos Incluindo Petróleo e Gás Natural no Período do Ano de 1985 a 2014

Ano	Percentual
1985	3,4
1986	2,8
1987	2,3
1988	2,1
1989	1,7
1990	1,7
1991	1,6
1992	1,6
1993	1,2
1994	1,0
1995	0,8
1996	0,9
1997	0,8
1998	0,7
1999	1,0
2000	1,6
2001	1,5
2002	1,6
2003	1,7
2004	1,9
2005	2,5
2006	2,9
2007	2,3
2008	3,2
2009	1,8
2010	3,0
2011	4,1
2012	4,3
2013	4,1
2014	4,0

Fonte: IBGE.

Constata-se o comportamento ascendente no gráfico da participação da indústria extrativa mineral no valor adicionado a preços básicos:

**Gráfico 2:** Percentual de Participação da Indústria Extrativa Mineral no Valor Adicionado a Preços Básicos Incluindo Petróleo e Gás Natural no Período do Ano de 1985 a 2014

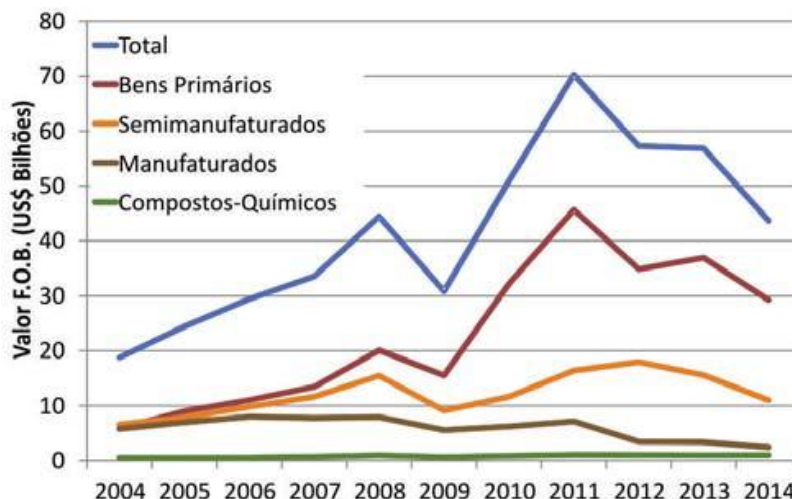


Fonte: IBGE.

A procura crescente por minerais, sendo o mercado internacional o principal responsável pela ampliação dessa procura, impulsionou o aumento da demanda e do preço de minério de ferro, o que representou um cenário favorável para a produção e ampliação das atividades de mineração da Vale, principalmente a partir de 2000, cujo preço alcança uma marca de R\$ 250 reais por tonelada de minério.

No que tange ao comércio exterior do setor mineral, com relação às transações comerciais totais do Brasil, constata-se o crescente peso do setor mineral no comércio exterior brasileiro, principalmente ao saldo da balança comercial brasileira. Em 2014, as exportações de produto mineral representaram 19,4% das exportações nacionais; evidencia-se aqui a importância do setor mineral como mola propulsora das contas externas do país, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



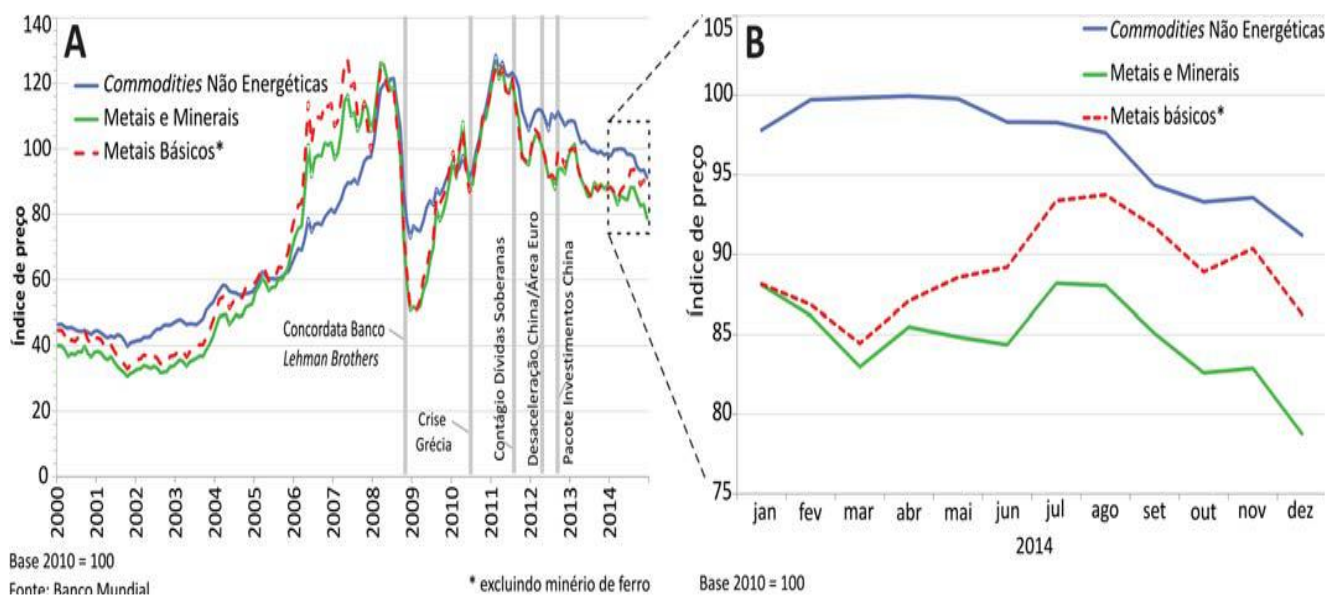
**Gráfico 3:** Participação do setor mineral no comércio exterior brasileiro 2004-2014

Fonte: MDIC/SECEX, DNPM/DIPLAM

No entanto, desde a crise financeira internacional, de 2009, observa-se uma tendência à queda nos preços dos minérios. De acordo com os dados do Banco Mundial<sup>42</sup>, o comportamento declinante dos preços dos minérios está relacionado a dois fatores: 1) menor demanda da China, devido à diminuição da taxa de crescimento Chinês; 2) excesso da demanda global, principalmente devido à expansão de produtores de baixo custo, como é o caso do ferro produzido no Brasil e na Austrália para mercados já saturados da oferta daquele produto, como pode ser visualizado no gráfico abaixo, do Banco Mundial, que apresenta o comportamento dos preços das commodities, minerais e metais.

<sup>42</sup> O Banco Mundial publicou no dia 26 de janeiro de 2016 o documento intitulado: “Perspectivas para os mercados de commodities”, neste documento divulgou as previsões para o ano de 2016, em destaque uma nova queda nos preços das matérias-primas. Segundo o documento, o valor do petróleo e do minério de ferro cairá pelo terceiro ano seguido e isto fará com que se acentue a desaceleração econômica dos países emergentes, como o Brasil. O documento aponta que o preço médio do barril do petróleo, que em 2013 foi negociado a US\$ 104,10, estará em US\$ 37 neste ano, queda de 27% sobre o preço médio de US\$ 50,80 em 2015.

**Figura 2:** Variação dos índices de preços de commodities e os principais fatores de instabilidade econômica, entre os anos de 2000 e 2014



Os minerais que tiveram maiores quedas nos preços, de acordo com as cotações de preços de metais da *London Metal Exchange (LME)*<sup>43</sup>, no ano de 2015, percentuais entre -0,4% a -26,2%, foram: cobre, níquel, chumbo, zinco, alumínio, Estanho, Cobalto, molibdênio, ferro, ouro e prata. Considerando que para o nosso objeto de estudo a produção de minério de ferro é mais expressiva na região e que suas oscilações causam maiores impactos na região de estudo, ressalta-se o comportamento declinante do seu preço, explicitado nas figuras abaixo:

<sup>43</sup> A LME é uma bolsa de valores especializada que faz intermediação entre compradores e vendedores de bens minerais por meio de contratos futuros e de opções e que concentra em torno de 95% do comércio ultramarino de metais não ferrosos, a cotação dessas transações é referência para a determinação de preços dessas substâncias em todo o mundo.

**Tabela 3:** Percentual da Taxa e Variação dos Preços do Minério de Ferro (Preços em US\$), no Período do Ano de 1991 a 2015

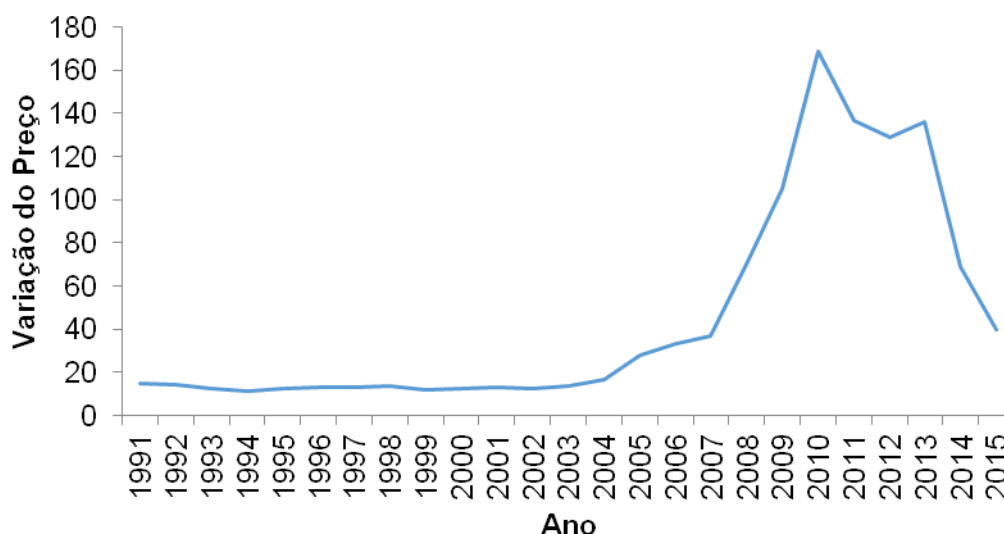
<b>Ano</b>	<b>Preço</b>	<b>Taxa de variação (anual)</b>
1991	15,03	0,00
1992	14,31	0,00
1993	12,58	0,00
1994	11,45	0,00
1995	12,27	0,00
1996	12,97	0,00
1997	13,04	0,00
1998	13,41	0,00
1999	11,93	0,00
2000	12,45	0,00
2001	12,99	0,00
2002	12,68	0,00
2003	13,82	0,00
2004	16,39	0,00
2005	28,11	0,00
2006	33,45	0,00
2007	36,63	0,00
2008	69,98	0,15
2009	105,25	0,06
2010	168,53	0,05
2011	136,46	0,01
2012	128,87	0,07
2013	135,79	0,00
2014	68,8	-0,06
2015	39,6	-0,14

**Fonte:** Index Mundi.

Conforme os dados dispostos na tabela acima, constata-se que entre os anos de 2008 e 2013 o preço do minério de ferro alcança os maiores valores (US\$ 69,98; US\$ 105,25; US\$168,53; US\$ 136,46 US\$ 128,87; US\$ 135,79); entretanto, a partir de 2010, verifica-se o declínio dos preços em 76%. Em 2010, o preço da tonelada de ferro era de US\$ 168,53; em 2015, este preço atinge o valor de US\$ 39,68. Estes

dados revelam o comportamento oscilante e declinante dos preços do minério de ferro, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

**Gráfico 4:** Variação dos Preços do Minério de Ferro (Preços em US\$), no Período do Ano de 1991 a 2015



**Fonte:** Index Mundi.

Este comportamento declinante dos preços dos minerais reflete no mercado de trabalho brasileiro do setor de extração mineral, o qual, com exceção do petróleo e gás natural, perdeu 1.388 postos de trabalho em 2014, de acordo com informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Aliado a isso, a Vale tem modificado sua estratégia empresarial na Amazônia brasileira. No lugar da diversificação das atividades econômicas, passou a trabalhar com empreendimentos grandes, porém com baixos custos operacionais.

Isso faz parte da atuação empresarial pautada na escolha por altos retornos financeiros para os acionistas, bem como na redução da dependência energética de fornecedores independentes, como está evidenciado no encerramento das atividades da empresa na extração de caulim e da cadeia de alumínio e na aquisição da Biopalma Amazônia S.A., entre os anos de 2010 e 2011.

O maior reflexo do comportamento declinante dos preços minerais e da mudança da estratégia empresarial da Vale, no Brasil, se refere às mudanças na

organização do trabalho, no que tange à redução da mão de obra e da oferta de empregos próprios em relação aos empregos terceirizados.

O total de mão de obra empregada pela Vale, no Brasil, era de 152.724 em 2007; reduziu para 146.813 no ano de 2009, uma perda de 5.911 postos de trabalho no setor em 2 anos.

Da mesma forma, apesar de o cenário de expansão da produção e ampliação das atividades da empresa estar impulsionado pela recuperação da economia mundial e, conseqüentemente, pela alta dos preços dos minérios a partir de 2010, constata-se que, em 2014, houve uma nova desaceleração nos preços dos minérios e no ritmo do crescimento do mercado de trabalho do setor extrativo mineral. Com isso, houve uma perda de 5.931 postos de trabalho, no setor, entre os anos de 2013 e 2014, e uma perda de mais de 17 mil postos de trabalho entre os anos de 2014 e 2015, de acordo com dados fornecidos no relatório da Vale<sup>44</sup>.

Isso indica a dependência do mercado de trabalho às oscilações dos preços dos minérios em âmbito mundial. Um dos rebatimentos disso na região Amazônica, e em específico na região de Carajás<sup>45</sup>, é o comportamento não linear do mercado de trabalho, apresentando fases de crescimento acelerado (nos anos de 2001, 2002, 2005 e 2008) e fases de retração da mão de obra (nos anos de 2003, 2009, 2014 e 2015), o que indica que desde o ano de 2011 há uma perda da dinâmica do mercado de trabalho local.

A título de ilustrar melhor este comportamento declinante do mercado de trabalho em relação às oscilações dos preços do minério, ao comparar os preços do minério de ferro, os resultados operacionais da empresa mineradora e a quantidade de mão de obra alocada em cada período, chega-se à conclusão de que à medida que os preços do minério reduzem-se, os lucros também diminuem, exceto, no ano de 2011, que mesmo com a redução no preço do minério de ferro, houve um aumento no lucro em 126% com relação ao ano de 2010.

Além disto, verifica-se também que as oscilações dos preços do minério de ferro está diretamente relacionado com a redução do número de empregados próprios e aumento do número de empregados terceirizados na empresa Vale. Entre os anos de 2011 e 2014, o preço do minério de ferro tem uma queda de 49,58%.

---

<sup>44</sup> Estas informações se encontram nos relatórios de sustentabilidade, disponíveis no site da empresa: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/sustainability/Paginas/default.aspx>.

<sup>45</sup> Sobre a Região de Carajás, local onde desenvolve as principais atividades de exploração mineral na região Amazônica brasileira, ver maiores informações no próximo item deste capítulo.

Verifica-se que em 2011 o total de empregados próprios era de 79, 6 mil pessoas e o total de empregados terceirizados era de 108,1 mil pessoas. Em 2014, o total de empregados próprios reduziu para 85, 3 mil pessoas e o total de empregados terceirizados aumentou para 129,9 mil pessoas, como pode ser verificado no quadro abaixo:

**Quadro 1:** Oscilações do preço do minério de ferro, resultados operacionais e comportamento da mão de obra própria e terceirizadas da empresa Vale

Anos	Preço do ferro (US\$)	Resultado (US\$)		Mão de obra (milhares)		Total
		Lucro	Prejuízo	Própria	Terceirizada	
2006	33,45	6.52 MILHÕES		40,6	75,7	116,3
2007	36,63	11.82 MILHÕES		56,4	90,4	146,8
2008	69,98	13.21 MILHÕES		62,5	83,2	145,7
2009	105,25	5.34 MILHÕES		60	80,6	140,6
2010	168,53	17,3 BILHÕES		70,8	103,3	174,1
2011	136,46	39,2 BILHÕES		79,6	108,1	187,7
2012	128,87	22,2 BILHÕES		85,3	110,3	195,6
2013	135,79	12,26 BILHÕES		83,3	129,1	212,4
2014	68,8	657 MILHÕES		76,5	129,9	206,4
2015	36,6		12,129 BILHÕES	Não Informado relatório	-	74,098
2016	*59,58	**1,776 BILHÕES			Não Publicado	-

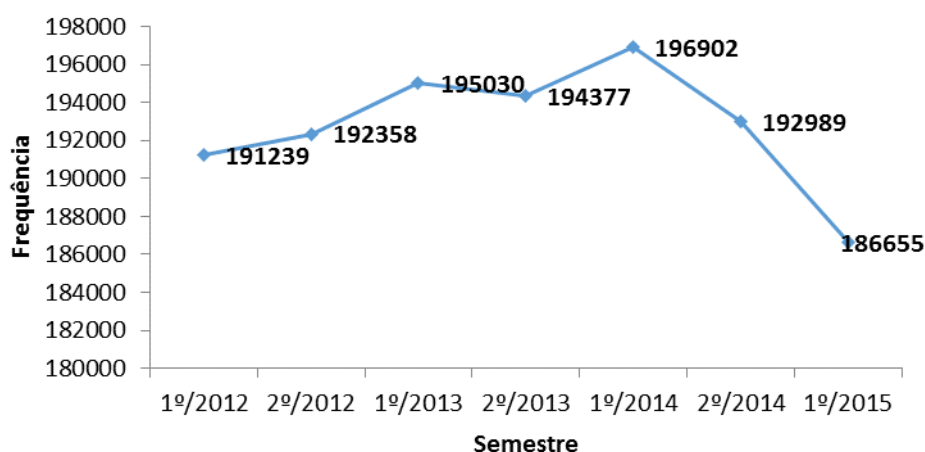
**Fonte:** Elaboração da autora com base nas informações dos relatórios de sustentabilidade da Vale.

\* preço de Abril de 2016.

\*\*Corresponde ao resultado do 1º trimestre

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no biênio 2014/2015 há uma tendência crescente na redução dos postos de trabalho em empregos formais no município de Parauapebas, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo.

**Gráfico 5:** Estoque de Mão-de-Obra do Setor de Extração Mineral no Brasil (Exceto Petróleo e Gás) no Período do 1º Semestre de 2012 ao 1º Semestre de 2015



**Fonte:** CAGED/MTE.

A título de ilustração deste comportamento não linear do mercado de trabalho do setor mineral, observam-se recorrentes elevações, tanto do número de admissões quanto de desligamentos. Entre os anos de 2001 e 2015, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), constata-se que a média do total de admissões foi de 55% do total de postos de trabalho existentes e a média do total de desligamentos atingiu 52% do total de postos de trabalho existentes.

Aliado a isso, no que concerne à análise temporal das formas de inserção no mercado de trabalho local, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Desempregados e Empregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), constata-se que há um aumento das admissões por meio de contratos de trabalho por tempo determinado. Em 2013, as admissões por meio de contratos de trabalho por tempo determinado representou 11,6%, e em 2015, este percentual manteve-se em 11,4%.

Ainda de acordo com dados do CAGED/MTE, entre os anos de 2007 e 2013, constata-se nova mudança no mercado de trabalho local, como exemplo no

município de Parauapebas, onde as demissões sem justas causas, que representavam 80% do tipo de dispensa, passaram a reduzir a partir de 2009, dando lugar ao aumento das demissões a pedido do empregado e por término de contrato de trabalho. Entre os anos de 2007 e 2015, a demissão sem justa causa reduziu para 71,1%, enquanto que as demissões a pedido do empregado e término de contrato passou a representar 27,6% dos tipos de dispensas.

São mudanças no mercado de trabalho que refletem localmente toda a dinâmica oscilante do setor extrativo mineral, o qual é dependente das oscilações dos preços internacional dos minérios para estabelecer suas estratégias de atuação que findam por estabelecer mudanças profundas e negativas na dinâmica de trabalho local.

Além disto, a Vale se constitui também como fonte de conflitos na dinâmica de trabalho local: a) nas relações contratuais entre a Vale e suas contratadas, no que tange à disputa sobre os direitos, obrigações e qualidade dos serviços das contratadas em relação à contratante Vale; b) Nas relações entre a Vale, suas contratadas e as empresas locais, no que concerne à falência das contratadas e conseqüentemente demissão em massa e o aumento da inadimplência com empresas locais; c) nas relações trabalhistas entre a Vale e as prestadoras de serviços, no que se refere às condições contratuais, segurança, saúde e disparidades salariais entre os que trabalham na Vale e os que prestam algum tipo de serviço.

Estes conflitos sinalizam as assimetrias de poder existentes nas relações estabelecidas localmente, que proporcionam à Vale impor as “regras do jogo” na medida em que objetiva a redução de custos e altos ganhos de lucros para os seus acionistas, isto finda por promover uma volatilidade das relações contratuais entre a Vale e as outras empresas locais, o que determina que o mercado de trabalho local seja caracterizado pela alta rotatividade do emprego.

Da mesma forma, ao analisar outros indicadores, entre os anos de 2006 e 2012, como por exemplo, o valor adicionado do PIB, verifica-se que este aumentou quase seis vezes, alcançou o valor de 16, 7 bilhões de reais no ano de 2012; entretanto, apesar da indicação de crescimentos significativos no PIB, esta variável não demonstra, de fato, o comportamento da distribuição da renda, visto que a maior parte da renda gerada no município é apropriada pelo principal agente econômico local, a saber: Vale.



Isto ocorre porque, como foi demonstrado na pesquisa realizada por Monteiro (2001), a qual indica que nas áreas em que ocorre a exploração de recursos minerais, estas atividades não produzem efeitos de encadeamento com a economia local, isto é, não há resultados significativos no desenvolvimento endógeno na/para geração de emprego, na distribuição de renda, na melhoria da qualidade de vida da população no seu entorno e na preservação ambiental. Isso se deve, ainda segundo o autor, sobretudo à dependência exclusiva do modelo primário-exportador.

É neste cenário de contradições que emergem os movimentos sociais para produzirem a comunicação destoante sobre os consensos propagados pelos sistemas funcionais, e especificamente surge um movimento que se autodenomina “atingidos” pelos projetos de exploração mineral. O surgimento, a formação e o local de atuação deste movimento serão tratados a seguir. Primeiro, será feita uma análise dos determinantes históricos que corroboraram para a formação de movimentos sociais na região de Carajás, Amazônia brasileira.

Importa pontuar que os movimentos sociais originados na Amazônia, diferente dos movimentos sindicais desenvolvidos no centro sul do país, sempre foram lutas de resistências camponesas contra a violência e crises agrárias existentes e persistentes na região.

No que se refere à oposição camponesa institucionalizada em movimentos sociais, o Brasil é palco de longa história de revoltas e protestos camponeses, desde o período colonial ao tempo em que a dominação oligárquica dos Coronéis era recorrente.

Há uma longa lista de levantes; os mais referenciados são os movimentos quilombolas, messiânico de Canudos, Contestado, Trombas, os quais indicam que entre 1954 e 1964, a militância camponesa cresceu e se disseminou por todo o país, mesmo com tentativas do governo repressivo de desarmar os conflitos. Por meio dos Programas de Colonização e irrigação, as ações de resistência dos trabalhadores rurais despontaram, e o Movimento dos Sem Terra (MST) é a ilustração da maior e bem mais organizada ação, que com o apoio da Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores (PT), consegue mobilizar e ocupar propriedades com maior força do que qualquer outro movimento (Azevedo, 1982, Anthony Hall, 1991).

Embora, se observe o aumento substancial do protesto camponês em todo o país, de acordo com Hall (1991), não se pode afirmar o mesmo para a Amazônia

oriental<sup>46</sup>, devido à permanência de fragmentações e desorganizações, primeiro porque os agricultores e os trabalhadores rurais por conta da desunião política e a divisão interna entre os partidos políticos nascentes na região, levaram a uma fragmentação política. Segundo, a população rural, da Amazônia Oriental, é tradicionalmente desconfiada das instituições (Estado e partidos políticos), o que corrobora para que as associações e relações de confiança se estabeleçam cada vez maior, com a Igreja Católica e os movimentos sindicais.

Hall (1991) considera a Igreja como fonte institucionalmente mais organizada de oposição à grilagem, a prova disso é que após a II Conferência Latino-americana dos Bispos, em 1968, a igreja passa a ser socialmente consciente das lutas e conflitos no campo. Embora a igreja, ao longo de sua história, tivesse sido considerada como portadora de uma visão distorcida dos problemas sociais no campo, tratando a terra como “sagrada”, excluindo outras preocupações e tutelando politicamente os índios e grupos camponeses, o que Martins de Souza (2011) chamou de “Coronelismo progressista”, é inegável a importância que exerce na região, principalmente a partir do desenvolvimento da “teoria da libertação”, tanto na divulgação da luta pela terra e violência rural, quanto na assistência judiciária, na busca por conscientização e desenvolvimento da autoconfiança dos agricultores na direção da luta por justiça social.

Os sindicatos, mesmo tendo produzido impactos marginais sobre os protestos camponeses, a sua influência torna-se importante somente a partir de 1980, isso porque a criação dos sindicatos já nasceu atrelada ao controle do Ministério do Trabalho, não sendo produto de luta de classes, criados de cima pelo governo como instituições corporativistas.

Posteriormente a criação das centrais sindicais, o número de filiais de sindicatos rurais aumenta junto com o compromisso com o movimento. O movimento ganha força e as questões tratadas se ampliam e se estendem para a política agrária e desenvolvimento sustentável (HALL, 1991).

Para Hall (1991), mesmo que os produtores independentes conseguissem se organizar com a ajuda dos movimentos dos sindicatos de trabalhadores rurais, não houve no Pará uma tradição de atividade sindical de trabalhadores assalariados sem

---

<sup>46</sup> A Amazônia oriental é composta pelos seguintes estados: Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. E a Amazônia ocidental é constituída pelos seguintes estados: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, instituídos pelo decreto lei 356/68.

terra devido ao isolamento histórico, à violência brutal e à conivência com judiciário, polícia e grandes proprietários contra os trabalhadores na Amazônia.

É por essa razão que as organizações privadas, tais como a Igreja (eclesiásticas de base, igreja Católica, Comissão pastoral da Terra -CPT) e os sindicatos (Sindicatos dos trabalhadores rurais - STR), têm desempenhado um papel importante, tanto na divulgação, fortalecimento de alianças entre sindicatos rurais e Igreja e no apoio financeiro, logístico e moral.

Essas organizações se tornam ativas desde a ditadura, devido ao desenvolvimento político das organizações que emergem, que mesmo no período de repressão passaram a atuar com práticas de educação e mobilização a partir da abordagem de Paulo Freire, espalhada pela igreja católica. A exemplo disso tem-se a Federação dos órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), Centro de educação, Pesquisa e Assessoria Sindical (CEPASP) e Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Estas organizações, mesmo tendo suas ações limitadas por falta de recursos e divergências ideológicas, atuaram na criação da conscientização global dos perigos sociais e ecológicos dos grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia oriental, exercendo pressão sobre os bancos de financiamento, como foi o caso das grandes ONGS europeias e norte-americanas que se levantaram contra o desenvolvimento dos projetos do Programa Grande Carajás (PGC)<sup>47</sup>.

Este modelo específico de investimentos industriais e agropecuários no Programa Carajás exacerbou a situação da crise agrária na região. Em vez de ser usado como oportunidade para amenizar a crise, agravou-a, visto que o desenvolvimento destes projetos implicou no aumento da violência rural, no aumento de mortes no campo, invasões de territórios, construção de barragens, linhas de transmissão, reservas sem demarcação, assassinatos de ativistas, atos de intimidação, sequestros, estupros, emprego de tortura e trabalho escravo, prisões ilegais, incêndios de propriedades, expulsão dos camponeses e o aumento da conivência oficial por parte da polícia, judiciários e grileiros contra os pequenos

---

<sup>47</sup> Refere-se a um dos grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia oriental; é um projeto de exploração mineral iniciado nas décadas de 1970 e 1980, criado pela empresa mineradora Vale do Rio Doce, que naquele período era uma empresa estatal brasileira, para explorar áreas minerais nos territórios do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão, totalizando mais de 900 mil km<sup>2</sup> de área, que corresponde a um décimo de todo o território brasileiro. Para a consecução desse projeto, foi necessária a implantação de projetos de infraestrutura, como a criação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a estrada de Ferro Carajás, que facilitou o escoamento e a exportação do minério e a construção dos portos de Ponta de madeira, e de Itaqui, localizados no Maranhão. Projetos de grandes envergaduras de suas capacidades de produção e geração de conflitos socioambientais nos seus entornos.

agricultores, o que faz com que a concentração de terras se torna inevitavelmente mais grave.

Hall (1991) considera que esses problemas resultam tanto dos efeitos diretos quanto indiretos do PGC. Diretamente, pelos subsídios concedidos pelo Estado aos investidores de projetos industriais e agropecuários, o que concentra cada vez mais a terra; e, indiretamente, o PGC produziu impacto nos sistemas de posse da terra, pois causou aumento dos valores da terra, provocados pelos crescentes investimentos em infraestrutura<sup>48</sup>. Nesse período, em termos macroeconômicos, a aquisição de terras na Amazônia era um mecanismo de defesa contra a inflação galopante, que atingia mais de 1000% ao ano. O Estado só reforça a existência de estruturas de propriedade desigual, em vez de redistribuir.

Este fato pode ser percebido tanto na atuação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), quanto na Constituição de 1988, que elimina a desapropriação compulsória nos termos da reforma agrária do país.

Para explicar o agravamento da crise agrária e as mudanças profundas dela decorrente como forma de ambientalizar a área de estudo e o posterior surgimento do movimento atingidos pela Vale, destacam-se aqui os indicadores levantados por Hall (1991) no início do processo de instalação dos projetos de mineração, tais como a crescente da violência, aumento do ritmo da emigração, diminuição da segurança em termos alimentar.

Isto evidencia a formação do pauperismo urbano, o aumento dos altos níveis de desemprego, mortalidade infantil e desnutrição, principalmente em cidades no entorno dos projetos da Vale, tais como Parauapebas, Marabá, Açailândia, Imperatriz e Tucuruí, onde a presença desses empreendimentos torna-se mais visível. Além destes indicadores, a destruição ambiental é acentuada pela criação de gado, formação de pastagens e extração de madeiras. O PGC acrescenta outro fator crítico na questão ambiental; ele aumentou a criação de usinas de ferro gusa e unidades de beneficiamento de minerais ao longo da estrada de ferro de Carajás.

Percebe-se que os ganhos econômicos desse projeto são sempre acompanhados de consequências sociais e ecológicas catastrófica. A avaliação

---

<sup>48</sup> Como foi o caso da instalação da Eletronorte, subsidiária da regional Eletrobrás, para fazer frente ao modelo desenvolvimento pautado na exploração da pesquisa mineral energética e na construção de barragens (CASTRO, 1989), o que de acordo com Pinto (1982) foi um projeto necessário para a sustentação dos grandes projetos de desenvolvimento da região, que apesar de empreender a geração de divisas e o aumento das receitas anuais do governo brasileiro, foi um empreendimento altamente consumidor de energia e recursos naturais e altamente degradador do meio ambiente.

ambiental do impacto ambiental foi desrespeitada, assim como foi ignorado o papel das comunidades tradicionais no desenvolvimento da região, e, segundo Hall (1991), aceitaram-se os efeitos negativos das políticas de desenvolvimento sobre a população e o meio ambiente como preço do progresso.

Entretanto, diante deste cenário de conflitos, também se verifica o aumento crescente da resistência camponesa e o aparecimento de ONGs que se colocam contra os projetos do PGC.

Mesmo tendo sido discutível se a intervenção das ONGs influenciou na aplicação do Programa Carajás, Hall (1991, p.216) ressalta a persistência e o impacto potencial daquelas ações. No entanto, ele destaca que a pressão das ONGs contra as grandes instituições financeiras foi menor em Carajás, primeiro, porque todos os empréstimos iniciais já haviam sido embolsados e os grandes credores não iriam pôr a perigo suas relações com o governo brasileiro por considerar que estariam interferindo em “assuntos internos”; segundo, as empresas também não cederiam às tentativas das ONGS de retardar suas atividades, o que demonstra como o Estado foi estabelecendo pactos em relação às elites em busca do desenvolvimento econômico. Na verdade, os lucros comerciais e os ganhos políticos foram as grandes prioridades do Programa Grande Carajás (PGC).

No que concerne às formas espontâneas de resistência em Carajás, de acordo com Hall (1991), é comum associar forte oposição das vítimas contra as políticas de desenvolvimento hostis ao lado de estruturas bem organizadas e altamente institucionalizadas, como os sindicatos, partidos políticos e Igreja Católica Radical. Nesse sentido, o autor defende a tese de que se constrói um mito na ausência dessas instituições, de que os protestos estejam condenados ao fracasso.

O PGC põe fim a esse mito, demonstrando que outras formas de revolta têm sido veículo para a defesa dos direitos. Portanto, emergiram formas de protesto e resistências informais, tal qual a criação da “república camponesa” (HALL, 1991, p.219) em Trombas Goiás, no Acre, onde camponeses e seringueiros organizaram focos de resistência com a crescente cooperação entre eles, o que levou à criação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), que passou a pressionar o governo na formulação de políticas específicas de reservas extrativistas.

Isso demonstra o impacto potencial dos movimentos amazônicos sobre a política do Estado e na socialização política das massas e o aumento das demandas

da sociedade pelo reconhecimento dos conflitos gerados pela grilagem de terras e projetos de desenvolvimento local.

Um dos maiores exemplos do crescimento dessas resistências diz respeito às invasões camponesas na Amazônia, ocorridas no “polígono dos castanhais” (HALL, 1991, p. 222), entendidas pela imprensa oficial e proprietários de terras como bandidos.

Foi assim também nos processos de autodemarcação de áreas pertencentes a quilombolas na década de 1980. Devido à luta pelo reconhecimento de seus direitos sobre os territórios e da defesa de seus modos de vida, de acordo com Marin e Castro (1999), essa luta significou também um processo de aprendizagem, visto que os quilombolas passam a demonstrar o domínio técnico de topografia, dos códigos oficiais de instituições de pesquisa de órgãos da estrutura fundiária, que no início dos conflitos não tinham.

Isto só reforça o que Moreira (2008) afirmou em sua tese de doutorado: a existência, na Amazônia, de um desenvolvimento de uma rede de comunicação eficaz na Amazônia, de populações tradicionais, quilombolas, indígenas e migrantes, os quais, por meio de encontros, reuniões, seminários e grupos de estudos, têm aprendido a desenvolver experiências e aprendizagens para a defesa de seus territórios.

Essas ações na Amazônia são, em geral, resultados da pressão sobre as circunstâncias que se encontram as populações amazônicas, as quais buscam criar estratégias para sobreviver em meio às profundas desvantagens.

Nesse sentido, segundo Hall (1991), o envolvimento da Igreja, Sindicatos e Partidos Políticos tendem a conduzir ao estabelecimento dos movimentos sociais de forma mais organizada para produzir mudanças no desenvolvimento da região. Isso acontece porque, conforme a experiência do PGC, no qual o campesinato ainda encontrava-se diversificado em termos de ocupação e disperso geograficamente, sem representação política efetiva no nível nacional, desintegrado e desunido. A aliança estabelecida com aquelas organizações levou a uma maior unidade organizacional.

Hall (1991) entende que a direção do desenvolvimento que foi estabelecido na Amazônia, distorcido por uma aliança do capital industrial dominante, estrangeiro e nacional, determinado quase exclusivamente pela estratégia global empresarial de

grupos minerais estrangeiros, pode e deve ser modificada, no sentido de evitar que o desastre social e ecológico seja ainda maior.

Nesse sentido, para ele o campesinato amazônico pode desempenhar papéis decisivos em direção ao futuro da Amazônia, sobretudo pelo potencial de alcance da escolha por um desenvolvimento local diferente a partir de propostas de outros modelos e práticas alternativas, tais como do manejo da floresta e capacidade de expansão agrícola. Vários são os exemplos de sucesso da racionalidade camponesa que valorizam práticas agroflorestais sustentáveis, tais como o manejo de floresta da Tribo Kayapós (TURNER, 1991), o cultivo do babaçu (ACEVEDO e ALMEIDA, 2006), a agrossilvicultura comercial em pequena escala em Tomé-açu (COSTA, 1994), o que realmente poderia contribuir para o planejamento do desenvolvimento rural sustentado na Amazônia, contrário ao que foi priorizado no PGC, por meio de incentivos fiscais. Com a criação de gado e a produção de carvão vegetal para beneficiamento de minerais, os pequenos agricultores foram excluídos das decisões das políticas impostas pelas estratégias de desenvolvimento do Estado em aliança com os interesses comerciais e financeiros, mas não estão inertes aceitando esse modelo como o único a ser aceito para o desenvolvimento da região.

No que concerne às contribuições das entidades ligadas à igreja católica para a formação dos movimentos sociais amazônicos, as organizações privadas, assim com a Igreja e os sindicatos, têm desempenhado um papel importante, tanto na divulgação, fortalecimento de alianças entre sindicatos rurais e Igreja e no apoio financeiro, logístico e moral.

Inicialmente, essas invasões foram movimentos totalmente desorganizados. Isso gerou um processo de aprendizagem, no qual os mal organizados tornam-se alvos fáceis de repressão e conivências de policiais; eles aprenderam a planejar suas ações e a tomar precauções necessárias. Todos os casos descritos pelo autor como: os casos da fazenda Castanhal Ubá, da fazenda princesa, da fazenda castanhal pau ferrado e da fazenda agropecus e da fazenda forkilha, demonstram a determinação dos pequenos produtores de reagir à monopolização aparente da terra pelos latifundiários na Amazônia oriental.

Essas ações na Amazônia são, em geral, resultados da pressão sobre as circunstâncias que se encontram as populações amazônicas, os quais buscam criar estratégias para sobreviver em meio às profundas desvantagens.

Nesse sentido, segundo Hall (1991), o envolvimento da Igreja, Sindicatos e Partidos Políticos tendem a conduzir ao estabelecimento dos movimentos sociais de forma mais organizada para produzir mudanças no desenvolvimento da região, porque conforme a experiência do PGC, na qual o campesinato ainda encontrava-se diversificados em termos de ocupação e dispersos geograficamente, sem representação política efetiva no nível nacional, desintegrados e desunidos, a aliança estabelecidas com aquelas organizações levaram à uma maior unidade organizacional.

Hall (1991) entende que a direção do desenvolvimento que foi estabelecido na Amazônia, distorcido por uma aliança do capital industrial dominante, estrangeiro e nacional, determinado quase exclusivamente pela estratégia global empresarial de grupos minerais estrangeiros, pode e deve ser modificada, no sentido de evitar que o desastre social e ecológico seja ainda maior.

Nesse sentido, para o autor o campesinato amazônico, pode desempenhar papéis decisivos em direção ao futuro da Amazônia, sobretudo pelo potencial de alcance da escolha por um desenvolvimento local diferente a partir de propostas de outros modelos e práticas alternativas tais como do manejo da floresta e capacidade de expansão agrícola (BRANDÃO, 2004).

Vários são os exemplos de sucesso da racionalidade camponesa que valorizam práticas agroflorestais sustentáveis, tais como, já identificado por inúmeros estudos; manejo de floresta da Tribo Kayapós (TURNER, 1991), a agrossilvicultura comercial em pequena escala em Tomé-açu (COSTA, 1994), o cultivo do babaçu (ACEVEDO e ALMEIDA, 2006), economia familiar com base no manejo de pesca comunitária e a influência na formação da renda (ALMEIDA e RIVERO, 2009).

Estes exemplos indicam outras contribuições ao planejamento do desenvolvimento rural sustentado na Amazônia, contrário ao que foi priorizado no PGC, por meio de incentivos fiscais, como a criação de gado, a produção de carvão vegetal para beneficiamento de minerais, em que os pequenos agricultores foram excluídos das decisões das políticas impostas pelas estratégias de desenvolvimento do Estado em aliança com os interesses comerciais e financeiros, mas isto não significa que estejam inertes, ou que estejam compactuando este modelo como o único a ser adotado para o desenvolvimento da região. Há outras produções de comunicação divergentes, que pretendem ressoar como novos consensos, como se verá a seguir.



### 4.3 Relações destoantes ao longo da Estrada de Ferro Carajás.

Que trem é esse  
 Que chega buzinando em meu ouvido  
 Dissimula toda forma de perigo  
 Vem trazendo para a terra Grandes Males  
 Que trem é esse  
 Que chega buzinando em meu ouvido  
 Dissimula toda forma de perigo  
 Desse Jeito, desse jeito assim não Vale  
 O rio que estava aqui  
 Natural desse lugar  
 Perecendo hoje está  
 Suspirando a penar  
 A linha de ferro vem  
 Atravessou o meu quintal  
 Voraz Gigante o Ferro Vai  
 Alimenta o capital  
 A noite e o dia vão  
 Nas beiradas desse trem  
 O sossego falta aqui  
 A bonança vai para quem?  
 Não Vale a pena acumular  
 Grande riqueza nesse trem  
 Se a vida sofre é bom lembrar  
 Gente sofrida vai além  
 Índios nativos quilombolas  
 Vilas, cidades Piquiá  
 Atormentados em suas casas  
 Isso não Vale, pausa lá  
 Agente junto pode mais  
 Pode enfrentar esse dragão  
 Anunciando um novo dia  
 Construindo em mutirão

É com esta poesia, declamada em um dos encontros do movimento<sup>49</sup>, que se anuncia o local de sua atuação, que diferente de uma escolha espaço-territorial, é o percurso do trem que dá significado as ações dos “atingidos”, como está escrito: “Nas beiradas desse trem, o sossego falta aqui [...]”.

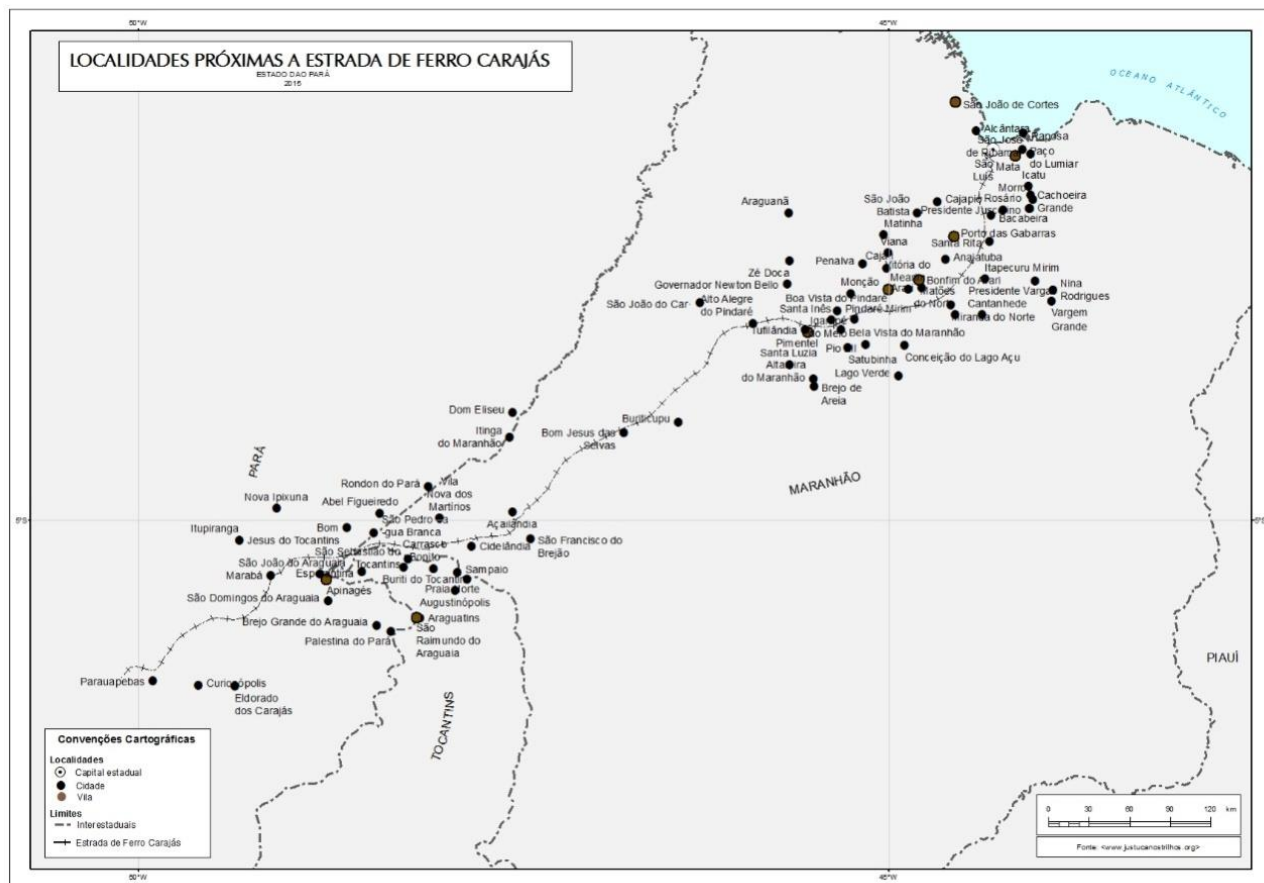
Este local é onde se desenvolve um dos principais projetos de desenvolvimento brasileiro (HÉBETTE, 1991; CASTRO; MOURA; MAIA, 1995) e é

---

<sup>49</sup> Nos encontros realizados pelo movimento, como por exemplo, no I encontro tripartite Canadá, África e Brasil dos Atingidos pela Vale, realizado em Açailândia, Maranhão, em 2011, dentre os vários momentos existentes para organização das pautas, o de recitar poesias, cantar músicas ou apresentar danças ou peças teatrais constitui o momento da “mística do evento, no qual os integrantes expressam por meio de simbologias as suas vivências em área de mineração.

considerado o principal eixo de atuação da mineradora Vale no Brasil, o qual envolve direta e indiretamente mais de 100 municípios dos estados do Pará e do Maranhão, numa área de cerca de 12 milhões de hectares, como pode ser visualizado no mapa abaixo:

**Mapa 1** Localização da estrada de ferro Carajás e os municípios do entorno.



**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2015.

A estrada de Ferro Carajás foi inaugurada em 1985, para facilitar o transporte e a exportação dos minérios extraídos na região de Carajás, ligando as minas que estão localizadas no Estado do Pará ao Porto de embarque em São Luiz do Maranhão<sup>50</sup>. Este empreendimento não apenas serviu para impulsionar novas atividades econômicas, como é o caso da vinda das indústrias siderúrgicas (atualmente existem 14 siderúrgicas concentradas entre o município de Marabá, no Pará e Açailândia, no Maranhão)<sup>51</sup> e do aumento da produção de ferro gusa para o abastecimento da produção de minério de ferro na

<sup>50</sup> A EFC possui 5 estações nos seguintes municípios: Marabá e Parauapebas, no Pará e Açailândia, Santa Inês e São Luiz, no Maranhão.

<sup>51</sup> Como já fora citado na primeira parte desse capítulo, o setor siderúrgico, desde o ano de 2013, tem enfrentado inúmeras crises.

região, mas modificou a paisagem e os modos de vida locais intensificando os conflitos socioambientais, como já fora relatado na parte introdutória desta tese.

A partir da intensificação das atividades siderúrgicas que atendiam à demanda da mineradora, iniciam-se as mobilizações dos movimentos sociais, os quais, dirigidos por representantes eclesiais, passam a se organizar contra o que se é percebido como impactos provocados pelas atividades da mineradora, principalmente ao que se refere ao transporte do minério ao longo da Estrada de Ferro Carajás. Desta forma, a Estrada de Ferro Carajás é a principal fonte de conflitos socioambientais relacionados à atuação da empresa Vale no Brasil.

Dentre os impactos observados ao longo do percurso do trem, o movimento passa a perceber as inconsistências do modelo econômico estabelecido na região e assim define o seu espaço de atuação.

Estas inconsistências, que aparecem nas falas dos representantes dos movimentos sociais, se referem ao que Nunes (1997) identifica, com a implantação dos grandes projetos na Amazônia, a intensificação a explosão demográfica dos diversos núcleos urbanos ou pela criação de novos núcleos.

A construção de núcleos urbanos, em forma de condomínios fechados, para abrigar os funcionários da empresa e promover uma imagem de ordenamento nos projetos desenvolvidos para a região amazônica, tanto na Serra de Carajás e quanto no Maranhão, contrasta com a falta de infraestrutura dos outros núcleos urbanos no entorno.

Enquanto os núcleos habitacionais da empresa dispõem de infraestrutura de “primeiro mundo” e controle social para todos que adentram naqueles territórios, as localidades no entorno dos projetos de mineração não são beneficiados pelos propalados efeitos multiplicadores do Programa Grande Carajás, de Parauapebas, no Pará, a São Luiz, no Maranhão, conforme apontado no mapa exposto acima. Constatou-se que a maioria dos municípios vivencia diversos problemas socioambientais e situações de pobreza extrema sem expectativa de crescimento econômico que impulse a melhoria dos indicadores sociais.

No território do Pará, o local onde estão localizados os projetos de exploração mineral da empresa Vale e onde se inicia a Estrada de Ferro Carajás, abrange uma região denominada Carajás<sup>52</sup>, que é formada por 12 municípios: Bom Jesus do

---

<sup>52</sup>Esta denominação se refere à proposta de regionalização e integração para o Estado do Pará, a partir de 2011, quando se constatou que as divisões estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia, com extensão territorial de 44.751 km<sup>2</sup>, o que representa 3,6% do território paraense, concentrando 7,5% da população paraense, atualmente de 629.174 (IDESP e SEPOF-PA, 2014). E como exposto no item anterior deste capítulo, apesar do crescimento do PIB, não dispõe de bons indicadores sociais que signifiquem melhoria na qualidade de vida para as suas populações locais.

No que se refere ao território do Maranhão, o qual possui 217 municípios, e é o local de chegada do minério para o seu embarque no porto de São Luiz, possui três estações de trem, das cinco existentes ao longo da ferrovia, que atravessam os municípios de Açailândia, Santa Inês e São Luiz e afetam, de forma direta e indireta, vinte e três municípios, os quais encontram-se no entorno da ferrovia, localizados na região oeste do estado, tais como: Cidelândia, São Pedro da água Branca, Vila nova dos Martírios, Itinga do Maranhão, Açailândia, Piquiá de Baixo, São Francisco do Brejão, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jardim, Pindaré Mirim, Igarapé do meio, Santa Inês, Tufilândia, Vitória, Arari, Anajatuba, Miranda do Norte, Itapecuru Mirim, Santa Rita, Bacabeira e São Luiz.

O estado do Maranhão, atualmente, tem sido considerado um dos estados mais violentos do país, e vem noticiando uma onda de violência nos presídios locais e apresenta os piores indicadores sociais do país.

O Estado represente a 17<sup>a</sup> economia do País, de acordo com os dados do IBGE (2014), e tem enriquecido por meio do comportamento positivo do PIB, principalmente entre os anos de 2010 e 2011, o qual atinge o crescimento de 15,3%, acima do crescimento brasileiro que foi de 2,7%, no mesmo período. Assim como na Região de Carajás, no Pará, este crescimento não se traduz em melhoria da qualidade de vida.

Segundo os dados do Censo do IBGE de 2010, dos 50 municípios mais pobres existentes no Brasil, 32 municípios estão localizados no Maranhão.

---

entre Mesorregião e Microrregião não refletiam a realidade estadual. Assim o governo do Pará, à época, o de Júlia Carepa, dividiu as regiões em doze regiões de Integração, considerando as características de concentração populacional, acessibilidade, complementaridade e interdependência econômica (SEIR-PA). Embora no governo atual não se trabalhe com esta metodologia, o termo Carajás ainda é utilizado para referenciar os 12 municípios citados acima localizados na região sul e sudeste do Estado.

Além disso, o estado apresenta a pior renda per capita do país, de R\$ 360,43 reais mensais. Nesse sentido, o percentual de pobres no estado chega a 39,53%, enquanto o índice brasileiro é de 15,20% (IBGE, 2014).

O trabalho infantil é um dos problemas sociais mais críticos enfrentados pelo estado do Maranhão. O Censo demográfico do IBGE (2010) apontou que do total de 579.582 crianças com idades entre 10 e 13 anos, cerca de 7%, o correspondente a 42.297, estavam trabalhando na semana da pesquisa. Quando se analisa a população de 10 a 17 anos, este número é ainda maior. Entre a população de 1.140.287 pessoas naquela faixa etária, mais de 12% estava trabalhando, aproximadamente 144.309 pessoas.

Com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2014), o Maranhão tem o segundo pior índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país (0,74), 0,639, ficando atrás somente de Alagoas (0,631), que é o primeiro.

De acordo com os dados do IBGE (2014), é no Maranhão que se concentra o maior número de miseráveis em sua população. Entre 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhões estão abaixo da linha da miséria, subsistindo com até R\$ 70 reais por mês. No Brasil, existem 6,62% de pessoas extremamente pobres, no Maranhão, existem cerca de 22,47%.

Também no que tange aos índices educacionais, o Maranhão apresenta os piores índices de analfabetismo, no Brasil, 3,24% da população entre 11 e 14 anos são analfabetas. No Maranhão, este índice chega a 7,59%, e ainda pior para a população de 15 anos ou mais que representa 20,87% em comparação com o Brasil, que naquela faixa etária apresenta 9,61% (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2014).

No que se refere aos índices de mortalidade infantil, o Brasil registra índice de 16,70%, e o estado do Maranhão 28,03%. Da mesma forma, a expectativa de vida, cuja média no Brasil é de 75 anos, não chega a 70 anos.

Diferente da análise dos impactos das atividades da mineradora Vale na Região de Carajás, feita no item anterior deste capítulo, importa destacar que se naquela as atividades de exploração mineral não produzem efeitos de encadeamentos para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida locais, no Maranhão, tendo se desenvolvido ali as indústrias siderúrgicas e produtoras de ferro gusa, fornecedores da mineradora, os impactos foram mais discrepantes.

Ao comparar os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios (IDHM)<sup>53</sup> onde se localizam as estações de trem da Vale, tais como Marabá, Parauapebas, Açailândia, Santa Inês e São Luiz com relação aos indicadores do índice de Desenvolvimento Humano de alguns dos Municípios (IDHM) localizados no entorno<sup>54</sup> da Estrada de Ferro Carajás (EFC) tais como, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré, Santa Rita e Vitória do Mearim, chega-se às seguintes conclusões:

Os municípios mineradores (Parauapebas, Marabá) e os que possuem as estações de trem bem como receberam empresas da cadeia de produção do aço, ferro e carvão, tais como guseiras, siderúrgicas, ou seja, situam-se no complexo logístico da mineradora (Açailândia, Santa Inês, São Luiz), apresentam maiores índices de desenvolvimento humano em comparação com índices do Brasil (0,69), Pará (0,64) e Maranhão (0,63), conforme pode ser visualizado na tabela abaixo:

**Tabela 4:** IDHM dos Municípios de Parauapebas, Marabá, Açailândia, Santa Inês e São Luís no Período de 1991, 2000 e 2010.

<b>Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Parauapebas	0,439	0,553	0,715
Marabá	0,401	0,536	0,668
Açailândia	0,344	0,498	0,672
Santa Inês	0,408	0,512	0,674
São Luís	0,562	0,658	0,768

Fonte: PNUD

Embora a presença da mineradora ou de seu complexo logístico não seja determinante nos resultados da melhoria dos índices de desenvolvimento apresentados pelos municípios acima, pode-se afirmar que as atividades de mineração geram impacto na renda per capita municipal, mesmo que tendencie à sua concentração.

Com relação aos municípios, situados no entorno da ferrovia, estes se encontram nas faixas de médio e baixo desenvolvimento humano, o que indica que

<sup>53</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), utilizado para analisar estes municípios no entorno da ferrovia, foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, os quais são agrupados por meio da média geométrica, resultando no índice IDHM, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, em termos de garantia das necessidades básicas refletidas nas oportunidades de saúde, educação e renda.

<sup>54</sup> A escolha destes municípios se refere ao fato de que são municípios onde se têm as maiores queixas, das comunidades locais, com relação à presença da ferrovia.

os municípios que são atravessados pela ferrovia não obtêm qualquer melhoria das condições de vida, a presença do complexo logístico da mineração, nestes municípios, traz conflitos sociais, econômicos e ambientais,

**Tabela 5:** IDHM dos Municípios de Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas, Santa Rita e Vitória do Mearim no Período de 1991, 2000 e 2010.

<b>Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Buriticupu	0,237	0,342	0,6
Alto Alegre do Pindaré	0,19	0,336	0,558
Bom Jesus das Selvas	0,198	0,364	0,558
Santa Rita	0,312	0,446	0,609
Vitória do Mearim	0,322	0,438	0,596

Fonte: PNUD

Ressalta-se que a região do Pará e Maranhão, cortadas pela Estrada de ferro Carajás, presenciou o crescimento desordenado das cidades, com o aumento de áreas de periferia, o que acentuou ainda mais a pobreza e a precariedade das condições de vida.

Além disso, a Estrada de Ferro estimulou a chegada de usinas de ferro gusa e siderurgias<sup>55</sup> que, inicialmente, passaram a estabelecer relações contratuais com a mineradora Vale, a única fornecedora de minério de ferro. A partir de então, multiplicam-se a produção de carvão vegetal, milhares de fornos primitivos são instalados e a região enfrenta problemas de desmatamento e surgimento de trabalho análogo à escravidão.

Além disso, surgem áreas agricultáveis para fornecimento da indústria guseira, principalmente plantações de eucalipto<sup>56</sup>. Nesse sentido, foram instaladas 14 usinas no Pará<sup>57</sup> e no Maranhão, formando o Polo Siderúrgico de Carajás.

<sup>55</sup> Como já tratado anteriormente neste capítulo, o mercado de ferro e siderurgia atravessa uma crise sem precedentes, tanto por conta da redução da produção de carvão vegetal quanto pelo aumento do custo de produção. A maioria das guseiras instaladas na região encerraram suas atividades e demitiram milhares de trabalhadores.

<sup>56</sup> O eucalipto, além de ser uma monocultura para a produção de carvão, gerando problemas para os trabalhadores rurais, que são expulsos das suas terras, é uma planta ácida, que enfraquecem o solo, e, por serem cultivados por herbicidas, contaminam os seres vivos, animais e plantas, o ar e a água das populações no entorno.

<sup>57</sup> Como já fora pontuado, no início deste capítulo, sobre a diversificação das atividades econômicas da Vale e sua redução de dependência energética e do encerramento de atividades na cadeia de alumínio, vale indicar aqui a necessidade de estudos futuros para verificar os impactos provocados com o possível desinvestimento das empresas siderúrgicas da região.

Desta forma, devido à falta de planejamento nos municípios localizados no entorno dos projetos minerais e à falta da participação da sociedade para pensar o desenvolvimento local em todos os municípios que convivem com esta realidade, insurgem movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, os quais refletem o tipo de desenvolvimento que a empresa tem praticado ao longo da sua existência, sob o qual, de um lado, a comunidade convive com os impactos socioambientais, tais como: os resíduos, as contaminações, as doenças e as mortes; do outro lado, não há compartilhamento da riqueza e dos benefícios que são prometidos.

No que tange aos problemas socioambientais gerados pela atuação da Vale<sup>58</sup> nas comunidades onde ela está presente, estes se referem também à exclusão das comunidades do entorno, sob o discurso de atuação de forma propalada do desenvolvimento sustentável (SOUSA, 2012). Além disso, externalizam problemas socioambientais relacionados, por exemplo, ao deslocamento do trem, que realiza o transporte do minério de ferro: barulho excessivo; rachaduras nas paredes das casas; excesso de poeira na área, causando problemas à população; acidentes; atropelamentos e mortes de animais e de moradores do entorno; além do isolamento das comunidades e problemas para escoação da produção local.

De acordo com relatos de representantes de movimentos sociais na região, explicitados no “Dossiê de impactos das atividades da Vale” (JUSTIÇA NOS TRILHOS et al, 2010), as atividades de mineração da empresa provocam aumento da população, pelo fluxo migratório, atraída pelo trabalho e aumento das demandas dos serviços públicos locais, o que reduz a qualidade dos serviços de educação, saúde e assistência social, e aumenta os índices de violência, prostituição infantil e tráfico de drogas (JUSTIÇA NOS TRILHOS et al, 2010). Além de tudo isso, os direitos sociais são cada vez mais desrespeitados e, ao mesmo tempo, a concentração de renda cresce, o que gera mais pobreza e miséria.

Relativamente ao grande fluxo migratório registrado na região, traz-se como exemplo o município de Parauapebas, que, frente à intensidade desse fluxo, apresenta problemas em capturar e registrar dados relativos ao crescimento

---

<sup>58</sup>No Dossiê da atuação da Vale, elaborado pelo movimento social atingidos pela Vale a partir de estudos de casos e produzido no I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, em 2010, foram relatados que em todos os casos descritos em nível nacional, tais como: nos Estados de Minas Gerais, Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Ceará e os casos em nível internacional, tais como; no Chile, Argentina, Peru, Canadá, Moçambique e Indonésia, apresentam as mesmas dimensões de impacto (ambiental, trabalhista, social e cultural) mesmo que algumas dimensões variem em relação as outras.



populacional e à densidade demográfica, visto que, por mais que se tenham as estimativas das fontes secundárias (IBGE, 2015) sobre tais fluxos no município, os dados ainda são incapazes de acompanhar e retratar a real dinâmica do intenso movimento migratório local, tais como definir a quantidade, as características e as interconexões deste, como todo, para aquele município.

De acordo com os dados do IBGE (2015), entre os anos 2000 e 2015, a população do município mais do que duplicou; o número de habitantes aumentou de 80.515 pessoas, em 2000, para 189.921 pessoas, em 2015. As taxas de crescimento anual daquele município alcançou o valor de 6,6%, mais do que a média do Estado do Pará e do Brasil, que é de 1,8% e 1,3%, respectivamente.

Corroborando para a intensidade do fluxo migratório, o aumento da demanda por serviços no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Município. De acordo com a coordenadora do TRE<sup>59</sup> de Parauapebas, o fluxo migratório pode ser percebido pela quantidade de atendimentos (em média 150 por dia) para regularização do título de eleitor.

Esse processo de migração pelo trabalho é ainda maior devido à campanha de publicidade realizada na região pela Vale, baseada em promessas e benefícios sociais, principalmente relacionadas à expansão do desenvolvimento regional e à geração de emprego e renda para a população.

Entretanto, a expectativa criada em torno da geração de empregos nos municípios em que a Vale executa seus projetos gera um fluxo migratório intenso (FEARNSIDE, 2008)<sup>60</sup>, cujo crescimento populacional é acompanhado pelo aumento das taxas de urbanização e densidade demográfica, implicando na necessidade de ampliação de vários serviços públicos.

Na prática, no que concerne às questões trabalhistas, assinala-se, na região, aumento da precarização do trabalho por meio da terceirização e da exploração da mão de obra barata, paralelamente ao aumento das violações das relações de trabalho e ao aumento da demanda por justiça do trabalho (MORAIS, 2008).

Na realidade, os problemas do mercado de trabalho decorrem de problemas de baixa escolaridade e da inexistência/insuficiência de políticas de qualificação e capacitação para atender às necessidades de formação da comunidade.

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada dia 08 de Julho de 2013, em Parauapebas, Pará.

<sup>60</sup> Segundo o autor, chegam constantemente até 100 famílias por semana em Marabá, que fornecem uma fonte praticamente inesgotável de colonos sem terra, e trabalhadores que migram para o centro de Pará.

Tudo isto ocorre sob as premissas da desregulamentação neoliberal do Estado, o qual promove o que alguns autores (ACSELRAD, 2010; BEZERRA, 2010; SVAMPA; SOLA, 2010) chamam de participação “seletiva” do Estado na resolução de conflitos, isto é, enquanto os Estado deliberam ações na promoção da aplicação das políticas de “ajustes”, no âmbito local, as empresas mineradoras passam, por exemplo, a assumir o papel de agentes políticos nos territórios. Isso significa que essas empresas mantêm suas operações dentro de condições sociopolíticas aceitáveis (juridicamente). Sendo assim, há o poder da transnacional de controle sobre o território e a presença seletiva e precária do Estado, no contexto da globalização de dimensão “perversa” (SANTOS, 2001).

Este controle sobre o território exercido pela Vale implica em perda do domínio territorial das comunidades locais<sup>61</sup>, seja por meio da desvinculação com a terra ou à sua fragmentação, pois quando há o enfraquecimento das relações sociais estabelecidas nos territórios, afeta os agentes locais e gera resistências, que são formas de reação daqueles que são afetados ou atingidos, os quais negam a nova realidade instaurada.

E é por meio desse conceito de desterritorialização ou perda de territórios que emerge o termo “atingidos”, o qual não é considerado apenas uma categoria social, mas uma forma de os movimentos sociais legitimarem os seus direitos sobre determinados grupos sociais que os afetam (VAINER, 2003).

Ao considerar que, de acordo com Vainer (2003), os processos de impactos estão ligados às mudanças sociais e físicas que desestruturam as relações sociais e alteram a organização territorial, tanto em termos paisagísticos, morfológicos, quanto ecológicos, instaurando uma nova dinâmica socioeconômica, pode-se afirmar que os

---

<sup>61</sup> Com a chegada das empresas tanto de mineração quanto das siderúrgicas que se instalaram na região de estudo, constata-se mudanças nos territórios, principalmente no que se refere à perda dos meios de sobrevivência ou modos de vidas das comunidades. A chegada das empresas modifica não só a paisagem local, mas as relações sociais estabelecidas. A título de ilustração de como é recorrente este processo, tem-se o caso dos moradores de Piquiá de Baixo, bairro localizado em Açailândia, Maranhão. Em 2008, por meio da associação de moradores, foi realizada uma consulta na qual os moradores acordaram pela realização de um reassentamento coletivo dos 308 moradores, em face à poluição provocada pelas empresa siderúrgicas na região. Este fato repercutiu na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), que em 2015, realizou audiência pública em Washington (EUA) para debater a violência praticada contra defensores e de direitos humanos e do meio ambiente, que atuam em todo o continente americano. A audiência cujo o objetivo era o de discutir a perseguição dos defensores, especialmente nas regiões onde há interesses de mineradoras, petroleiras e de produção de energia, resultou na interpelação do Estado brasileiro pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas, solicitando respostas a dez perguntas específicas sobre a situação das pessoas e do meio ambiente em Piquiá de Baixo. Logo após isto, o Tribunal de Justiça de São Luís julgou os processos judiciais movidos por 21 famílias do bairro Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, e por decisão unânime, os desembargadores, confirmaram que a empresa deveria indenizar as vítimas, pela poluição provocada no bairro. Em 2016, as obras, do novo local onde as famílias serão realocadas, se iniciarão.

atingidos pela mineração que emergem, nesse novo cenário, são os que reclamam direitos à produção e reprodução dos meios de subsistências e a manutenção dos modos de vida garantidos no território. É neste cenário que emerge o movimento social denominados de Atingidos pela Vale, cuja constituição e ações serão caracterizadas no próximo capítulo.

## **5 O MOVIMENTO SOCIAL ATINGIDOS PELA VALE NA REGIÃO DE CARAJÁS, AMAZÔNIA BRASILEIRA: RESSONÂNCIAS E DISSENSOS NA PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO COLETIVO.**

Este capítulo objetiva analisar o movimento social Atingidos pela Vale, em área de mineração na Amazônia brasileira.

Importa ressaltar que os movimentos sociais são um fenômeno da sociedade moderna, a qual é caracterizada, por Luhmann (2007), por sua forma de diferenciação. Nesse contexto, os movimentos sociais insurgem como sistemas típicos da sociedade moderna, justamente por não serem sistemas funcionais, mas por atuarem na crítica às inconsistências do funcionamento dos sistemas funcionais (VILAS BÔAS FILHO, 2009).

Nessa perspectiva, a sociedade moderna funcionalmente diferenciada, na qual os conflitos são potencializados, abre-se a possibilidade de seleções contingentes mediante a observação dos subsistemas funcionais (economia, política, direito).

Com esta potencialização dos conflitos, serão produzidas reações contra fácticas, ou resistências sistêmicas para alterar a comunicação destoante das demais produzidas pelos subsistemas funcionais. É aqui que se destaca o papel que o movimento social atingidos pela Vale representa para a região de Carajás, na Amazônia brasileira, o de fonte de produção comunicativa divergente, no sentido de provocar variação na ordem vigente ao irritar a comunicação dos sistemas funcionais e produzir variedades nas discussões sobre os rumos da região.

A modificação de uma estrutura comunicativa dominante exige a geração de instabilidade no subsistema funcional. A instabilidade é resultado da apresentação de novos sentidos a partir da negação ou contestação de atos comunicativos no

subsistema. A estabilidade e a duração das novas estruturas depende da amplitude do consenso que o dissenso inicial, a negação do sentido, consegue gerar no sistema comunicacional.

Vale lembrar que o “novo” sentido introduzido a partir da negação de formas de observar e interpretar o mundo, uma vez constituído se torna possível de contestação e negação. Assim, a mudança estrutural não é estática, ela precisa ser mantida pelas operações comunicativas do sub-sistema.

A irritação, é, na teoria sistêmica, o primeiro momento dessa mudança. Quando uma comunicação se propõe a modificar uma comunicação dominante, ocorre pela produção de instabilidade no interior dos subsistemas funcionais. Para isso, o movimento social propõe-se a interferir nas estruturas dos sub sistemas funcionais por meio da produção de sentidos.

#### 5.1 CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO: PRODUÇÃO DE SENTIDOS DO SER “ATINGIDOS”

O Brasil é palco de longa história de revoltas e protestos camponeses, desde o período colonial ao tempo em que a dominação oligárquica dos Coronéis era recorrente.

Há uma longa lista de levantes; os mais referenciados são os movimentos quilombolas, messiânico de Canudos, Contestado, Trombas, os quais indicam que entre 1954 e 1964, a militância camponesa cresceu e se disseminou por todo o país, mesmo com tentativas do governo repressivo de desarmar os conflitos. Por meio dos Programas de Colonização e irrigação, as ações de resistência dos trabalhadores rurais despontaram, e o Movimento dos Sem Terra (MST) é a ilustração da maior e bem mais organizada ação, que com o apoio da Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores (PT), consegue mobilizar e ocupar propriedades com maior força do que qualquer outro movimento (AZEVEDO, 1982, HALL, 1991).

Hall (1991), importante pesquisador da Amazônia brasileira que estudou os impactos sociais e ambientais do Programa Grande Carajás e diversas experiências de vários movimentos sociais que emergiram na região, na década de 1990, destaca a Igreja como fonte institucionalmente mais organizada na institucionalização dos movimentos sociais na região, a prova disso é que após a II Conferência Latino-americana dos Bispos, em 1968, a igreja passa a ser socialmente consciente das

lutas e conflitos no campo. Embora a igreja, ao longo de sua história, tivesse sido considerada como portadora de uma visão distorcida dos problemas sociais no campo, tratando a terra como “sagrada”, excluindo outras preocupações e tutelando politicamente os índios e grupos camponeses, o que Martins de Souza (2011) chamou de “Coronelismo progressista”, é inegável a importância que exerce na região. Principalmente, a partir do desenvolvimento da “teoria da libertação”, ela atua tanto na divulgação da luta pela terra e violência rural, quanto na assistência judiciária, na busca por conscientização e desenvolvimento da autoconfiança dos agricultores na direção da luta por justiça social.

A influência dos sindicatos torna-se importante somente a partir de 1980. A criação dos sindicatos atrelada ao controle do Ministério do Trabalho e não sendo produto de luta de classes, criados de cima pelo governo como instituições corporativistas fez com que eles tivessem produzido impactos marginais sobre os protestos camponeses.

Depois da criação das centrais sindicais, o número de filiais de sindicatos rurais aumenta junto com o compromisso com o movimento. O movimento ganha força e as questões tratadas se ampliam e se estendem para a política agrária e desenvolvimento sustentável (HALL, 1991).

Para Hall (1991), as organizações privadas, tais como a Igreja (eclesiásticas de base, igreja Católica, Comissão pastoral da Terra -CPT) e os sindicatos (Sindicatos dos trabalhadores rurais - STR), têm desempenhado um papel importante, tanto na divulgação, fortalecimento de alianças entre sindicatos rurais e Igreja e no apoio financeiro, logístico e moral.

Essas organizações se tornam ativas desde a ditadura, devido ao desenvolvimento político das organizações que emergem, que mesmo no período de repressão passaram a atuar com práticas de educação e mobilização a partir da abordagem de Paulo Freire, espreada pela igreja católica. A exemplo disso tem-se a Federação dos órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), Centro de educação, Pesquisa e Assessoria Sindical (CEPASP) e o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Estas organizações, atuaram na criação da conscientização global dos perigos sociais e ecológicos dos grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia oriental, exercendo pressão sobre os bancos de financiamento, como foi o

caso das grandes ONGS europeias e norte-americanas que se levantaram contra o desenvolvimento dos projetos do Programa Grande Carajás (PGC)<sup>62</sup>.

Este modelo específico de investimentos industriais e agropecuários no Programa Carajás exacerbou a situação da crise agrária na região. Em vez de ser usado como oportunidade para amenizar a crise, agravou-a, visto que o desenvolvimento destes projetos implicou no aumento da violência rural, no aumento de mortes no campo, invasões de territórios, construção de barragens, linhas de transmissão, reservas sem demarcação, assassinatos de ativistas, atos de intimidação, sequestros, estupros, emprego de tortura e trabalho escravo, prisões ilegais, incêndios de propriedades, expulsão dos camponeses e o aumento da conivência oficial por parte da polícia, judiciários e grileiros contra os pequenos agricultores, o que faz com que a concentração de terras se torna inevitavelmente mais grave.

Hall (1991) para explicar o agravamento da crise agrária e as mudanças profundas dela decorrente como forma de ambientalizar a área de estudo e o posterior surgimento do movimento Atingidos pela Vale, destaca: a crescente violência, aumento do ritmo da emigração e diminuição da segurança em termos alimentar.

Isto evidencia a formação do pauperismo urbano, o aumento dos altos níveis de desemprego, mortalidade infantil e desnutrição, principalmente em cidades no entorno dos projetos da Vale, tais como Parauapebas, Marabá, Açailândia, Imperatriz e Tucuruí, onde a presença desses empreendimentos torna-se mais visível. Além destes indicadores, a destruição ambiental é acentuada pela criação de gado, formação de pastagens e extração de madeiras. O PGC acrescenta outro fator crítico na questão ambiental; ele aumentou a criação de usinas de ferro gusa e unidades de beneficiamento de minerais ao longo da estrada de ferro de Carajás.

Percebe-se que os ganhos econômicos desse projeto são sempre acompanhados de consequências sociais e ecológicas catastrófica. A avaliação ambiental do impacto ambiental foi desrespeitada, assim como foi ignorado o papel

---

<sup>62</sup> Refere-se a um dos grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia oriental; é um projeto de exploração mineral iniciado nas décadas de 1970 e 1980, criado pela empresa mineradora Vale do Rio Doce, que naquele período era uma empresa estatal brasileira, para explorar áreas minerais nos territórios do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão, totalizando mais de 900 mil km<sup>2</sup> de área, que corresponde a um décimo de todo o território brasileiro. Para a consecução desse projeto, foi necessária a implantação de projetos de infraestrutura, como a criação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a estrada de Ferro Carajás, que facilitou o escoamento e a exportação do minério e a construção dos portos de Ponta de madeira, e de Itaqui, localizados no Maranhão. Projetos de grandes envergaduras de suas capacidades de produção e geração de conflitos socioambientais nos seus entornos.

das comunidades tradicionais no desenvolvimento da região, e, segundo Hall (1991), aceitaram-se os efeitos negativos das políticas de desenvolvimento sobre a população e o meio ambiente como preço do progresso.

Entretanto, diante deste cenário de conflitos, também se verifica o aumento crescente da resistência camponesa e o aparecimento de ONGs que se colocam contra os projetos do PGC.

Mesmo tendo sido discutível se a intervenção das ONGs influenciou na aplicação do Programa Carajás, Hall (1991, p.216) ressalta a persistência e o impacto potencial daquelas ações. No entanto, ele destaca que a pressão das ONGs contra as grandes instituições financeiras foi menor em Carajás, primeiro, porque todos os empréstimos iniciais já haviam sido embolsados e os grandes credores não iriam pôr a perigo suas relações com o governo brasileiro por considerar que estariam interferindo em “assuntos internos”; segundo, as empresas também não cederiam às tentativas das ONGs de retardar suas atividades, o que demonstra como o Estado foi estabelecendo pactos em relação às elites em busca do desenvolvimento econômico. Na verdade, os lucros comerciais e os ganhos políticos foram as grandes prioridades do Programa Grande Carajás (PGC).

No que concerne às formas espontâneas de resistência em Carajás, de acordo com Hall (1991), é comum associar forte oposição das vítimas contra as políticas de desenvolvimento hostis ao lado de estruturas bem organizadas e altamente institucionalizadas, como os sindicatos, partidos políticos e Igreja Católica Radical. Nesse sentido, o autor defende a tese de que se constrói um mito na ausência dessas instituições, de que os protestos estejam condenados ao fracasso.

O PGC põe fim a esse mito, demonstrando que outras formas de revolta têm sido veículo para a defesa dos direitos. Portanto, emergiram formas de protesto e resistências informais, tal qual a criação da “república camponesa” (HALL, 1991, p.219) em Trombas Goiás, no Acre, onde camponeses e seringueiros organizaram focos de resistência com a crescente cooperação entre eles, o que levou à criação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), que passou a pressionar o governo na formulação de políticas específicas de reservas extrativistas.

Isso demonstra o impacto potencial dos movimentos amazônicos sobre a política do Estado e na socialização política das massas e o aumento das demandas da sociedade pelo reconhecimento dos conflitos gerados pela grilagem de terras e projetos de desenvolvimento local.

Foi assim também nos processos de auto demarcação de áreas pertencentes a quilombolas na década de 1980. Devido à luta pelo reconhecimento de seus direitos sobre os territórios e da defesa de seus modos de vida, de acordo com Marin e Castro (1999), essa luta significou também um processo de aprendizagem, visto que os quilombolas passam a demonstrar o domínio técnico de topografia, dos códigos oficiais de instituições de pesquisa de órgãos da estrutura fundiária, que no início dos conflitos não tinham.

Isto só reforça o que Moreira (2008) afirmou em sua tese de doutorado: a existência, na Amazônia, de um desenvolvimento de uma rede de comunicação eficaz na Amazônia, de populações tradicionais, quilombolas, indígenas e migrantes, os quais, por meio de encontros, reuniões, seminários e grupos de estudos, têm aprendido a desenvolver experiências e aprendizagens para a defesa de seus territórios.

Essas ações na Amazônia são, em geral, resultados da pressão sobre as circunstâncias que se encontram as populações amazônicas, as quais buscam criar estratégias para sobreviver em meio às profundas desvantagens.

Nesse sentido, estas estratégias findam produzir novas discussões sobre os rumos do desenvolvimento regional e local, as quais pode desempenhar papéis decisivos em direção ao futuro da Amazônia, sobretudo pelo potencial de alcance da escolha por um desenvolvimento a partir de propostas de outros modelos e práticas alternativas, de propostas de outros modelos e práticas alternativas tais como do manejo da floresta e capacidade de expansão agrícola (BRANDÃO, 2004).

Vários são os exemplos de sucesso da racionalidade camponesa que valorizam práticas agroflorestais sustentáveis, tais como, já identificado por inúmeros estudos; manejo de floresta da Tribo Kayapós (TURNER, 1991), a agrossilvicultura comercial em pequena escala em Tomé-açu (COSTA, 1994), o cultivo do babaçu (ACEVEDO e ALMEIDA, 2006), economia familiar com base no manejo de pesca comunitária e a influência na formação da renda (ALMEIDA e RIVERO, 2009).

Estes exemplos indicam contribuições alternativas ao planejamento do desenvolvimento rural sustentado na Amazônia. Contrário ao que foi priorizado no PGC, por meio de incentivos fiscais, como a criação de gado, a produção de carvão vegetal para beneficiamento de minerais, e a exclusão dos pequenos agricultores das decisões políticas, impostas pelas estratégias de desenvolvimento do Estado.



Isto mostra que há uma produção de comunicação divergente na região, que pretendem ressoar como novos consensos, como será analisado a seguir.

É neste contexto que emerge o movimento social Atingidos pela Vale, e o primeiro momento na produção de sentido deste movimento diz respeito à sua autodeclaração, o que identifica o critério de escolha para se estar dentro ou fora do movimento de “Atingidos”; ao mesmo tempo, vincula essa escolha a um tema e endereço específico de protesto, conforme a descrição no site<sup>63</sup> do movimento sobre “o que somos”:

Somos famílias inteiras desrespeitadas, sem acesso a alguns dos direitos mais fundamentais; somos trabalhadores explorados em minas de ferro, carvão, níquel, cobre; somos sindicalistas, ambientalistas, feministas, políticos; somos estudantes, somos professores; somos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, camponeses; somos migrantes, refugiados, homens, mulheres e crianças arrancados do chão que pariu e alimentou suas famílias; somos cidadãos enganados, desempregados, favelados, marginalizados, doentes; somos sem terra, sem teto, sem trabalho. Somos brasileiros, chilenos, peruanos, argentinos, moçambicanos, canadenses, Indonésios... Indignados com o saque cotidiano de riquezas que pertencem a nossos povos. Somos todos lutadores sociais em busca de um desenvolvimento que alcance de forma igualitária a todos os cidadãos e respeite verdadeiramente o meio ambiente, os direitos humanos e a vontade própria das comunidades tradicionais.

E juntos trabalhamos instrumentos e estratégias comuns para expor a verdadeira Vale, com testar seu poder absoluto e fortalecer os trabalhadores e todas as populações atingidas por suas ações.

Na produção do sentido de quem são os atingidos, o movimento desenvolve sua autopoiesis, ou seja, cria sua própria estrutura e os elementos que a compõe; assim, se organizam com base na autorreferencialidade da comunicação, ou seja, da unidade entre a sua identidade e a sua diferença.

Desta forma, a negação do que é definido a partir do “somos” exclui os que não são atingidos, define a diferença, tais como: as famílias que não foram desrespeitadas, as que têm acesso a alguns direitos fundamentais, os que não são trabalhadores explorados nas minas de ferro, carvão, níquel, cobre, etc.

Evidencia-se que na auto declaração do movimento, a exclusão de uma categoria será a inclusão de outras, ou seja, pretende-se com a identidade de quem somos reduzir o máximo a diferença de quem não somos para tentar incluir o máximo de “seres atingidos” que se possa classificar.

---

<sup>63</sup> Esta informação foi coletada no site da rede Justiça nos trilhos [www.justicanostrilhos.or.br](http://www.justicanostrilhos.or.br) sob o título “o que somos”.

Ser “atingidos pela Vale” não se traduz apenas o que é percebido de forma imediata como atingidos, mas só adquire sentido porque existem os atingidos e algo que os atinge, que neste caso é considerado como a atuação da mineradora Vale.

Nesse sentido, a constituição de sua identidade ocorre a partir de uma heteroreferência em relação à Vale, o movimento só existe enquanto a Vale existir e no momento em que houver o fim da Vale, também se estabelece o fim do movimento.

Constata-se que há dois objetivos contidos na autodefinição do movimento. O primeiro se refere à busca pela unificação dos “atingidos” como está explícito no trecho:

“somos todos lutadores sociais em busca de um desenvolvimento que alcance de forma igualitária a todos os cidadãos e respeite verdadeiramente o meio ambiente, os direitos humanos e a vontade própria das comunidades tradicionais”.

Esta busca pela unificação demonstra a necessidade que o movimento possui de adquirir maior adesão ao consenso que se quer propagar.

O segundo objetivo, contido na autodefinição do movimento, concerne à proposta defendida de atuação do movimento contra a mineradora Vale, como demonstrado no último parágrafo da autodefinição do movimento:

E juntos trabalhamos instrumentos e estratégias comuns para expor a verdadeira Vale, como testar seu poder absoluto e fortalecer os trabalhadores e todas as populações atingidas.

Este trecho sinaliza que o principal instrumento de ação do movimento é a comunicação, na qual se pretende expor a organização econômica contra a qual se quer protestar.

Este trecho sinaliza que quando o movimento afirma que pretende testar o poder da empresa, abre-se a possibilidade para gerar a oportunidade de atribuir à empresa o poder. Isto significa que se a empresa possui poder, ela não utilizará a força física para atuar contra os movimentos sociais, se não tem poder, ela utilizará a força física por meio de criminalização dos protestos ou uso da justiça para requerer a legalidade dos mesmos e estes se tornarem caso de justiça.

Este uso da força física tem se tornado uma tendência nas relações entre empresas mineradoras e movimentos sociais em área de mineração na América Latina. Nesse sentido, testar o poder se refere a um tipo de aprendizagem captado pelo movimento social.

O “testar poder da empresa” está relacionado ao uso de instrumentos e estratégias para atuar contra a “verdadeira Vale”, por meio dos quais pretende expor a empresa Vale diferente de como ela é apresentada, ou contra os discursos defendidos por ela.

O movimento Atingidos pela Vale, como espelho da sociedade, propõe a construção de uma outra imagem da realidade por meio da desconstrução da imagem que é apresentada pela mineradora Vale, tanto em relação a missão, visão e valores, quanto em relação à atuação da mineradora.

No que concerne à missão, visão e valores apresentados pela Vale nos relatórios de sustentabilidade, em 2012, o movimento produziu um relatório intitulado insustentabilidade da Vale e apresentou os contrargumentos daquela definição<sup>64</sup> como pode ser visualizado no quadro abaixo:

**Quadro 2:** Missão, visão e valores apresentados pela mineradora Vale e pelo movimento Atingidos pela Vale

VALE	ATINGIDOS PELA VALE (contrargumentos)
<b>Missão:</b> Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável.	<b>Missão:</b> Atuar a nível global para transformar recursos naturais em catalizadores de lucros, continuamente crescentes, para os acionistas, desconsiderando os direitos e expectativas dos trabalhadores, comunidades, populações tradicionais e gerações futuras a uma vida digna.
<b>Visão:</b> Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta.	<b>Visão:</b> Lucrar, acima de tudo e todos, extraindo o máximo de recursos naturais, com os menores custos possíveis, a partir da desobstrução de qualquer entrave: legislação trabalhista e ambiental e direitos humanos.
<b>Valores:</b> A vida em primeiro lugar Valorizar quem faz a nossa empresa Cuidar do nosso planeta Agir de forma correta Crescer e evoluir juntos Fazer acontecer	<b>Valores:</b> Atitude arrogante • Acumulação global • Desrespeito à legislação trabalhista e ambiental, tanto brasileira como internacional • Graves violações aos direitos humanos • Legado de severa destruição ambiental, cultural e social • Sustentabilidade para os lucros e não para as pessoas

<sup>64</sup> Este relatório está disponível no site da rede justiça nos trilhos, na seção publicações: [www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br).

**Fonte:** elaboração da autora a partir dos relatórios de sustentabilidade da Vale e o relatório de insustentabilidade elaborado pelo movimento social Atingidos pela Vale.

No que se refere à atuação da mineradora Vale, a elaboração pelo movimento do dossiê de impactos e violações da Vale no mundo (2010) e o relatório de insustentabilidade da Vale (2012) são considerados pelo movimento marcos no processo de expor a atuação da Vale sob a perspectiva do movimento social, como está evidenciado no seguinte trecho:<sup>65</sup>

O Dossiê de impactos e violações da Vale no mundo (2010), Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012, organizado pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, e o relatório “Mineração e Violação de Direitos Humanos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.”, realizado pela Plataforma Dhesca, em 2013, são apenas dois recentes marcos neste longo processo de expor a atuação dessa corporação, a partir de uma perspectiva dos territórios onde ela atua.

Esta produção de relatórios e diagnósticos, com o objetivo da exposição dos problemas produzidos pelas atividades de mineração, e divulgados por meio de uma rede de movimentos, em um site eletrônico, é uma tendência, da maioria dos movimentos sociais da América Latina. Isto está evidenciado na relação que a rede justiça nos trilhos estabelece com outras redes semelhantes na América Latina, que funcionam como fonte de informação, conforme explicitado no seguinte trecho:<sup>66</sup>

O site "JnT" é expressão de uma rede de movimentos sociais, pesquisadores universitários, organizações sindicais, pastorais da igreja católica e lideranças comunitárias que se consideram atingidas pelos negócios da Vale S.A. nos Estados do Maranhão e do Pará. Justiça nos Trilhos faz parte de redes mais amplas, como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a Rede Internacional dos Atingidos pela Vale e o Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina. Tem servido como fonte de informação para meios de imprensa de prestígio no Brasil e no mundo.

O movimento social Atingidos pela Vale, como espelho da sociedade, captura a imagem apresentada pela Vale e a apresenta para a sociedade como uma imagem que precisa ser abandonada e propõe uma outra imagem a ser aceita pela sociedade como seu próprio reflexo, para isto enfatiza a produção de comunicação como forma de enfrentar a empresa Vale, conforme explicitado na Carta

<sup>65</sup> Este relatório está disponível no site da rede justiça nos trilhos, na seção publicações: [www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br).

<sup>66</sup> Trecho extraído da notícia intitulada: Trabalhadores da agricultura familiar concluem curso de agroecologia em alternativa à economia da Vale, publicada em janeiro de 2013, disponível no site da rede justiça nos trilhos: [WWW.justicanostrilhos.org.br](http://WWW.justicanostrilhos.org.br)

Internacional dos Atingidos<sup>67</sup> e implícito no Dossiê de impactos e Violações da Vale no mundo<sup>68</sup>, respectivamente:

A vida das comunidades, dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o planeta deve estar acima do lucro desenfreado das grandes empresas transnacionais. Atrás de uma falsa imagem verde e amarela, a Vale destrói e mata ecossistemas e comunidades inteiras.

Procuramos construir e disseminar informações com o objetivo de consolidar e fortalecer estratégias políticas comuns de enfrentamento da empresa.

Desta forma, o movimento atingidos pela Vale elege como alvo os efeitos da extração de recursos naturais que provocam inconsistências e precariedades para a sociedade, e que são tematizadas por meio do uso de indicadores das divergências dos sistemas funcionais, como explicitado na auto declaração do movimento sobre o que somos através das palavras: exploração, marginalização, desigualdade e desrespeito.

Constata-se que o movimento social tem atribuído à empresa Vale o problema estrutural vivenciado pela sociedade, o da falta de inclusão no sub sistema funcional economia.

Além disso, na última parte da declaração, sobre “o que somos” :

Somos todos lutadores sociais em busca de um desenvolvimento que alcance de forma igualitária a todos os cidadãos e respeite verdadeiramente o meio ambiente, os direitos humanos e a vontade própria das comunidades tradicionais.

O movimento propõe a busca por um “desenvolvimento”. Isto indica que a desconstrução da ordem ou da comunicação dominante é feita por uma semântica alternativa mais abstrata que vai além de apenas ser um movimento contra a mineração. Impõe-se a exigência de ser propositivo. Isso leva tanto à ampliação dos que são considerados atingidos pela Vale, quanto o aumento da capacidade de difusão da informação, o que também amplia o endereço do protesto, como será visto mais adiante.

---

<sup>67</sup> Trecho extraído da Carta Internacional dos Atingidos pela Vale, produzido no I encontro internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2010. Esta carta está disponível no site da rede justiça nos trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)).

<sup>68</sup> O dossiê dos impactos e violações foi elaborado logo após o I encontro internacional dos Atingidos pela Vale, o qual significa a compilação de todos os casos relatados pelos movimentos sociais, por representantes de comunidades e trabalhadores no entorno da área de mineração. O referido documento foi publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2010.

Na definição sobre “o que somos” também está implícito o que se faz para ser atingidos, ou como o movimento propõe a sua organização enquanto movimento. Conforme escrito no último trecho, daquela definição:

E juntos trabalhamos instrumentos e estratégias comuns para expor a verdadeira Vale, contestar seu poder absoluto e fortalecer os trabalhadores e todas as populações atingidas por suas ações.

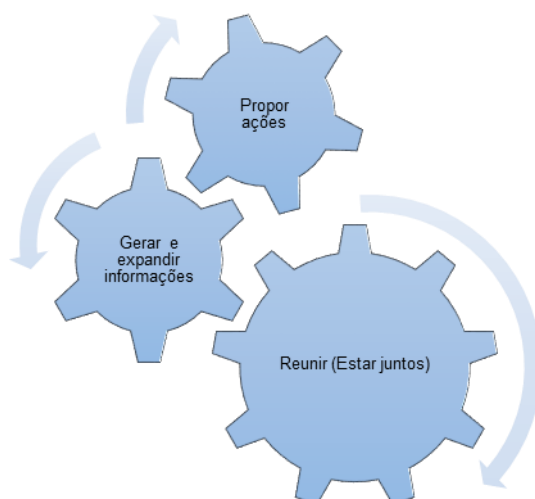
Embora, de acordo com Luhmann (2007), o movimento social não seja definido a partir do estar juntos, mas da diferença entre o estar juntos e o não estar juntos, os instrumentos e estratégias, que compõem a rotina de funcionamento do movimento e que enfatizam o estar juntos dão significado à própria existência do movimento. Em primeiro lugar, o estar juntos, é defendido por meio da realização de encontros, encontros regionais e internacionais, os quais são realizados uma vez por ano; além disso, propõe-se encontros, seminários e cursos de formação política. É nesses encontros que o movimento tem gerado e expandido informações a respeito das problemáticas da mineração e seus endereços de protestos.

Desta forma, a produção de material didático, tais como panfletos, cartilhas, relatórios, dossiês, diagnósticos e estudos, faz parte das estratégias produzidas no enfrentamento dos problemas gerados pelas atividades de mineração.

E a partir da produção destes materiais informativos, o movimento propõe as formas de mobilização e agitação que serão elaboradas pelos integrantes do movimento.

Nesse sentido, as formas de mobilização e agitação do movimento dependem sempre da reunião do movimento e da geração e expansão das informações, como ilustrado na figura abaixo:

Figura 3 Sistemática das ações do Movimento



**Fonte:** Elaborado pela autora.

O reunir é a principal “engrenagem” que dá sentido ao “estar juntos” e o que vai proporcionar a geração e expansão das informações para que se possa desenvolver a força para sua própria manutenção e sua autopoiesis, porque é a partir da reunião que se dispõe de força necessária para enfrentar a empresa e ao mesmo tempo manter o movimento em funcionamento, como explicitado na fala<sup>69</sup>: [...] A gente está aqui para crescer, para se articular e para se unir [...]. O encontro visa unir essas vozes, para que juntas tenham força suficiente para enfrentar a Vale.

O movimento considera que a disseminação das informações é a marca da atuação do movimento; isso está claro na publicação de um vídeo intitulado compreendendo a Vale<sup>70</sup>:

É a marca de uma sistemática de atuação do movimento: “Construir e disseminar informações” [...]. O movimento existe para mostrar o que eles estão fazendo, tem que mostrar o que está acontecendo.

E é assim, a partir dessa disseminação das informações que o movimento consegue uma maior adesão de seus participantes e se desenvolve em rede. Em 2007, a partir de uma campanha denominada “Justiça nos Trilhos”, <sup>71</sup>realizada por missionários Combonianos, surge uma rede de movimentos, a rede Justiça nos

<sup>69</sup> Trecho extraído da notícia intitulada Encontro começa em clima de esperança, elaborada pelo movimento e publicada no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2010.

<sup>70</sup> Trecho extraído do vídeo intitulado: “compreendendo a Vale”, publicado no site da rede Justiça nos trilhos, em 2011.

<sup>71</sup> Os missionários combonianos fazem parte de uma congregação da Igreja Católica, em diversas localidades do Estado do Maranhão, esta entidade propõe a defesa do meio-ambiente e das populações ameaçadas na região amazônicas, localizadas no entorno da Estrada de Ferro Carajás e sua principal liderança passa a atuar na localidade e cria a rede Justiça nos trilhos.

Trilhos, a qual objetiva agregar três segmentos da sociedade: os movimentos populares, o meio acadêmico e as instituições públicas locais.

Os principais objetivos propostos para as atividades da rede se restringiam à avaliação dos impactos das atividades da mineradora Vale, ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), e a proposição de debate sobre a construção de mecanismos que viabilizasse a internalização de recursos da Vale para o desenvolvimento “sustentável” das comunidades localizadas no entorno da EFC.

Nessa direção, a campanha “Justiça nos Trilhos” se estende para o ano de 2008, com os seguintes encaminhamentos: 1) Estudos e pesquisas são realizados sobre o impacto ambiental da ferrovia, os danos provocados às populações locais e ao solo, as leis ambientais existentes, para que dados fossem gerados a partir da comparação das atividades da Vale em outras regiões do Brasil e da situação econômica contábil da empresa; 2) Conscientização e mobilizações dos integrantes do movimento, principalmente por meio da realização de encontros de formação, seminários, produção de materiais de divulgação por meio de comentários, cartilhas, e notícias no site do movimento.

Observa-se que nas primeiras mobilizações da rede Justiça nos Trilhos, o principal tema de protesto se referia à cobrança do fundo de desenvolvimento<sup>72</sup>, que obrigava a mineradora Vale, antes de ser privatizada, a repassar oito por cento do seu faturamento para investimentos nas comunidades diretamente afetadas pelas minerações. A rede, assim, requeria os “benefícios” da mineração, que, por meio

---

<sup>72</sup>Toda essa discussão inicial dos movimentos sociais se referia à busca pela reativação do “Fundo de Desenvolvimento”, em território nacional, que a mineradora tinha antes de ser privatizada, o qual foi autorizado pela Lei 7.566 de 19 de dezembro de 1986, que previa em seu Art 2º: O Fundo para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Doce tem por finalidade captar recursos financeiros destinados à execução de pesquisas, estudos e obras, visando ao desenvolvimento integrado do Vale do Rio Doce.

§ 1º Os recursos do Fundo para Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Doce devem ser empregados prioritariamente com o objetivo de assegurar a contenção de enchentes e a navegabilidade do rio.

§ 2º As obras a serem executadas devem incluir medidas para recuperação e preservação do equilíbrio ecológico, especialmente aquelas relacionadas com a proteção permanente dos recursos ecitológicos em todo o Vale e o reflorestamento da área da bacia.

A Constituição Federal de 1988 segue a tendência anterior a da defesa pela recuperação socioambiental e a preocupação para amenizar a carga imposta às presentes e futuras gerações, como está escrito no seu artigo 225 no § 2º: Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente na forma da lei.

Também está previsto no art. 1º do Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989, que regulamenta o art. 2º, VIII, da Lei nº 6.938/81, no qual há a inserção do dever de recuperar no processo de estudo da viabilidade ambiental da atividade mineral, estabelecendo: empreendimentos que se destinem à exploração de recursos minerais deverão, quando da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, submeter à aprovação do órgão ambiental competente um plano de recuperação de área degradada.

Entretanto, diferentemente dos países desenvolvidos, que exigem uma garantia financeira para a recuperação de áreas degradadas, e com o abandono da Lei 7.566, o Brasil torna-se desprovido em seu sistema jurídico de mecanismos que garantam a efetiva realização dos projetos, e a maior consequência disso se refere ao fato de que em uma eventual extinção ou insolvência das empresas após o término da exploração da jazida, tem-se o risco da concretização da recuperação das áreas, recaindo a responsabilidade para o Poder Público.



dos pagamentos de Royalties e indenizações, supririam as populações com recursos e projetos sociais.

Desta forma, constata-se que a constituição inicial do movimento não se propôs a um posicionamento contra a mineração por acreditar que os “benefícios” daquelas atividades fossem distribuídos. Esse posicionamento ficou explícito na chamada da rede para participação de sua luta, sob a semântica luta por justiça<sup>73</sup>: “Participe dessa luta por Justiça e uma equa-repartição dos bens da terra, para a vida dos povos e do meio-ambiente ao longo da Estrada de Ferro Carajás”.

Em 2009, graças à realização da nona edição do Fórum Social Mundial (FSM), em Belém, considerado espaço de mobilização internacional de movimentos anti-imperialistas e anticapitalistas na luta contra o neoliberalismo, a articulação do movimento Atingidos pela Vale vai sendo constituído, por meio da rede Justiça nos Trilhos. Dois fatores contribuíram para isso: os grandes debates realizados no FSM sobre a situação dos conflitos na Amazônia e a organização de uma atividade preparatória realizada pela Via Campesina, a qual se propôs a realização de uma caravana internacional pela Amazônia no intuito de aprofundar os conhecimentos sobre os problemas daquela região e as formas de enfrentamentos. Foi assim que a Vale passou a ser mencionada como organização econômica responsável pelos impactos socioambientais causados às populações amazônicas.

Verifica-se que em 2009, antes da institucionalização do movimento dos atingidos pela Vale e da criação de uma articulação internacional em rede, o movimento, sob a configuração da rede Justiça nos Trilhos, confronta os pressupostos do subsistema economia, exigindo o retorno do fundo de desenvolvimento bem como a solicitação da participação pelos lucros para um projeto de desenvolvimento regional. A contestação não é da lógica do sistema econômico (pagar e não pagar), a contestação é para exigir da Vale uma compensação financeira (dinheiro). A Vale assim poderia usar o meio de comunicação simbolicamente generalizado como instrumento de gerar aceitação de sua atuação na região.

Nesse sentido, o movimento como espelho, através da tematização lucro e sofrimento propaga a informação de que a sociedade deve formar um consenso a

---

<sup>73</sup> Este trecho foi extraído do documento produzido pela Rede Justiça nos Trilhos, denominado: Justiça nos trilhos, a vida do povo e da Vale ao longo da Estrada de Ferro Carajás, proposta de ação reivindicando justiça e respeito ao meio ambiente, publicado no site da Rede Justiça nos Trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)), em 2009, na seção: o que somos.

respeito da recuperação socioambiental das áreas sob exploração mineral, bem como exigir que investimentos nas comunidades sejam feitos pela empresa mineradora Vale.

### **5.1.1 Mudanças nas tematizações e a formação do movimento em rede**

Constata-se em um vídeo produzido pelo movimento denominado Trabalhadores da Vale em defesa do Emprego (4)<sup>74</sup> as palavras de ordem: “o povo está na rua, vale a culpa é sua! O movimento sindical, o movimento popular está unido para dá um basta no desemprego”, como demonstrados nos estudos sobre os movimentos sociais no Peru, Equador e Argentina, que o movimento em área de mineração inicia uma pauta sobre a exploração do trabalho e depois se expande para outras questões, como pode ser visualizado na fala abaixo:

Convocamos todos os sindicatos comunidades para essa luta [...] todos os movimentos sociais, religiosos e esportivos para defender a vale como patrimônio nacional que está sendo atacado, neste momento devemos nos unir independentemente da posição de cada grupos... para garantir que a vale não seja destruída pelo capital internacional, temos que preparar greves como fizemos em 1989, pois esta é a única linguagem que os patrões entendem [...]. É determinante para garantir nenhuma demissão, estabilidade no emprego e readmissão dos demitidos, a reabertura de minas fechadas [...].

Assim, pelo espraiamento das tematizações, tais como lucro/direitos trabalhistas e lucro/sofrimento, o movimento Atingidos pela Vale transmite a informação para a sociedade acerca do consenso a respeito da exploração do trabalho e desempregos que estão ligados à atuação da Vale. Isto produz uma maior visibilidade das informações, o que implica em maior adesão de membros ao movimento.

Como nos estudos, citados no capítulo anterior, sobre a atuação dos movimentos sociais, em área de mineração, tanto no Peru, Equador quanto na Argentina, há uma tendência da constituição de um caráter multiescalar dos movimentos sociais, nas ligações com entidades internacionais, organizações e criação de coordenações de movimentos, o que contribui para um intercâmbio e

---

<sup>74</sup> Trecho extraído do vídeo publicado pelo movimento intitulado Trabalhadores da Vale em defesa do Emprego (4), publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2010.

compartilhamento das informações, resultando numa maior visibilidade internacional e maiores resistências.

E por esta razão, verifica-se, que as alianças estabelecidas de forma mais ampla em escalas nacionais e internacionais resultam na formação do movimento, o qual se estabelece pela rede Justiça nos Trilhos e pela articulação internacional dos movimentos sociais dos atingidos pela Vale, que coordenam grupos e movimentos sociais nos seguintes países: Argentina, Canadá, Chile, Indonésia, Moçambique, Nova Caledônia e Peru. E, posteriormente, amplia para um número maior de apoiadores, como é o caso da congregação de dois grandes movimentos nacionais: o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), e dois movimentos regionais bastante expressivos, como o Movimento pelas Serras e Águas de Minas e Movimento Xingu Vivo para Sempre.

É assim que o movimento Atingidos pela Vale inicia suas atividades por meio de um intercâmbio gerado entre as diversas organizações, movimentos sociais, organizações ambientalistas e de direitos humanos, que se identificam com o sentido de ser atingidos proposto pelo movimento, como neste trecho que propõe a semântica de que “somos todos”: “Somos todos lutadores sociais em busca de um desenvolvimento que alcance de forma igualitária a todos os cidadãos e respeite verdadeiramente o meio ambiente, os direitos humanos e a vontade própria das comunidades tradicionais”.

O movimento social Atingidos pela Vale, ao longo dos anos, amplia e reforça as alianças entre os diversos movimentos e organizações internacionais em rede, principalmente a partir da realização do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale<sup>75</sup>, momento de sua primeira aparição como movimento estabelecido, em 2010, realizado no Rio de Janeiro.

A partir dessa formação em rede, os conflitos ganham maior visibilidade e as lutas tornam-se mais amplas no seu alcance e produz uma consciência generalizada do conceito de “Atingidos”.

Desta forma, a rede Justiça nos Trilhos se estabelece a partir das articulações entre diversas representações e lideranças (comunidades; movimentos sociais; sindicatos; pastorais da Igreja Católica; acadêmicos; entidades de defesa

---

<sup>75</sup> O I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale contou com a participação de mais de 160 participantes de 80 organizações, movimentos sociais, sindicais e representantes de comunidades tradicionais e urbanas dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França, Itália, Moçambique, Nova Caledônia, Peru, Taiwan.

dos direitos humanos), com o objetivo de assessorar as comunidades afetadas pelo programa Grande Carajás, ao longo da Ferrovia ferro Carajás, no sul do Pará, Amazônia brasileira, na qual se localiza a maior reserva de minério de ferro do mundo.

A Rede Justiça nos Trilhos é composta pelas seguintes representações de entidades religiosas:

- a) Cáritas Regional Maranhão;
- b) Cáritas Regional Pará;
- c) Comitê Dorothy Belém;
- d) Conselho indigenista missionário;
- e) Comissão Pastoral da Terra (CPT) Marabá;
- f) Dioceses de Imperatriz e Viana;
- g) Missionários Combonianos.

Das seguintes entidades sindicais:

- a) Central única dos Trabalhadores (CUT) Maranhão;
- b) Sindicato dos Ferroviários de Maranhão, Tocantins e Pará;
- c) Sindicato dos Ferroviários de Maranhão, Tocantins e Pará.

Das seguintes representações de movimentos sociais:

- a) Movimento Atingidos por Barragens (MAB)-Marabá;
- b) Movimento do Sem Terra (MST);
- c) Movimento pelas Serras e Águas de Minas;
- d) Movimento Xingu Vivo para Sempre;
- e) Movimento dos Sem Terra (MST).

Das seguintes entidades ligadas às universidades:

- a) Grupo de Estudo Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA-UFMA);
- b) Grupo de Trabalho Articulação Siderurgia;
- c) Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Ambiental;
- d) Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de São Luiz;

- e) Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP – Marabá).

Das seguintes ONGs ligadas aos direitos humanos:

- a) Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos;
- b) Sociedade Paraense de Direitos Humanos.

E algumas ONGs e institutos relacionados à pesquisa e desenvolvimento local Amazônico e Latino Americano:

- a) Associação de Juízes para Democracia;
- b) Fórum Amazônia Oriental (FAOR);
- c) Fórum Carajás;
- d) Fórum Reage São Luiz;
- e) Fórum Social Maranhense;
- f) Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE);
- g) Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul;
- h) Justiça Global;
- i) ONG Ecologia e Ação (ECOIA);
- j) Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

Em 2010, durante a realização do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, institucionaliza-se a articulação internacional do movimento, composta por representações de entidades, organizações e movimentos (a seguir relacionados) dos diversos países nos quais há atividade da Vale:

- a) Agence Kanak Development (Nova Caledônia);
- b) Agrupación Defensa Valle Chalinga (Chile);
- c) Asamblea Popular por el Agua (Argentina);
- d) Associação de Moradores de Chapada do A (Argentina);
- e) Centro de Integridade Pública (Moçambique);
- f) Comissão Pastoral da Terra (Brasil);
- g) Fórum Carajás (Brasil);
- h) Fórum de Defesa de Anchieta (Brasil);
- i) Frente Defesa Cuenca Rio Cajamarquino (Peru);
- j) FSP-KEEP (Indonésia);

- k) GRUFIDES (PERU);
- l) Jubileu Sul Américas;
- m) Justiça Ambiental (Moçambique);
- n) Justiça Global;
- o) Justiça nos Trilhos ;
- p) Mining Watch (Canadá);
- q) Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST);
- r) Movimento pelas Serras e Águas de Minas;
- s) Movimento Xingu Vivo Para Sempre;
- t) Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB);
- u) Observatório de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL);
- v) ONG 4 Cantos do Mundo;
- w) Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS);
- x) Plataforma BNDES;
- y) Rede Brasileira de Justiça Ambiental;
- z) Sindicato Metabas de Congonhas;
- aa)SINDIMINA-RJ;
- bb)SINDIQUÍMICA-PR;
- cc)SINTICIM (Moçambique);
- dd)SP KEP IncoSoroako (Indonésia);
- ee)STEFEM;
- ff) United Steel Workers (Canadá).

Em termos práticos operacionais, constata-se que a organização interna do movimento Atingidos pela Vale é composta por um pequeno grupo que coordena os processos administrativos. Um líder principal<sup>76</sup>, responde pelas ações do movimento, um grupo de voluntários coordena as publicações das informações no site do movimento e um assessor jurídico orienta as organizações das pautas e das ações de enfrentamento do movimento, principalmente as que se referem aos processos na justiça contra a empresa, conforme explicitado no seguinte trecho:

Um modesto site, coordenado por grupos em sua maior parte voluntários e sem recursos financeiros à disposição, pode estar tendo a força suficiente

---

<sup>76</sup> Como está demonstrado na mídia escrita e falada, qualquer ato do movimento é respondido pelo Padre Dario, missionário Comboniano, que fundou a rede Justiça nos Trilhos e está à frente do movimento Atingidos pela Vale, e na maioria de tudo que é publicado ou vídeos que são produzidos levam o endosso desta liderança.

para incomodar uma transnacional que se vangloria de ser a segunda maior mineradora do mundo.

## 5.2 HETEROGENEIDADES, ADESÃO E CONCORRÊNCIAS INTERNAS

Pode-se afirmar que a atuação dos movimentos sociais, por meio de novas práticas, global e local (multi/trans-escalar) (VAINER, 2001), se traduz nas novas formas de resistência na Região de Carajás. Isso é sinalizado na fala do representante da comunidade de Palmares I, Parauapebas-Pará,<sup>77</sup> e suas formas de ações de resistência:

[...] Salobo agora vai cruzar pela Serra Almeida [...]. Estamos a uns trezentos metros da linha [...]. Palmares vai ficar cercado pelas 2 linhas [...]. Como viver nesse barulho, vocês sabem estas histórias de longe, parece fácil, mas nós não[...] Essa briga com a Vale é como o machado que corta pedra, nós somos fracos, pobres, pequenos [...]. Se não nos unirmos, a tendência é nosso pedido de socorro não chegar a lugar nenhum [...].

Essas formas de ações de resistências vêm ocorrendo por meio da participação de encontros e seminários, considerados espaços para estabelecer a conscientização política e a organização da população local, a partir de uma interligação internacional dos movimentos, como expressa o advogado da rede Justiça nos Trilhos<sup>78</sup>:

Estamos avançando, muda-se o nível da negociação, da conversa, é uma oportunidade [...]. Essa ferrovia existe a mais de 20 anos, há tempos atrás não existia gente para conversar com sorriso amigo, hoje precisam de vocês, sabe que precisam de licença da autorização da população, hoje tem essa exigência e não se faz a obra sem a licença, essa licença, para ser dada, vai depender dos nossos encaminhamentos [...]. Em 2011 o encontro internacional aconteceu em Minas Gerais, não fomos lá só escutar problemas, **mas escutar como enfrentar o problema** [...]. Aprendem-se novas coisas na caminhada, estamos chegando na mídia, estamos trilhando lutas [...]. Grifo nosso.

Esse fragmento é interessante, pois nas primeiras análises dos dados da pesquisa de campo, deste trabalho, percebeu-se a presença de divergência internas dentro do movimento, o que implica a existência de diferentes concepções em relação à atuação da transnacional Vale na região de Carajás e, nas formas de apresentação de estratégias propostas pelos movimentos. No entanto, o que os estudos de Bebbigton (2007, 2013) e Svampa (2009, 2011), apresentados nesta

<sup>77</sup> Entrevista realizada no I encontro tripartite África-Canadá-Brasil e III encontro regional dos atingidos pela Vale, realizado em novembro de 2011, no município de Açailândia, Maranhão.

<sup>78</sup> Entrevista realizada no I encontro tripartite África-Canadá-Brasil e III encontro regional dos atingidos pela Vale, realizado em novembro de 2011, no município de Açailândia, Maranhão

tese, têm demonstrado é que mesmo com a existência de diferenças internas, os movimentos têm apresentado mudanças nas dinâmicas e oportunidades políticas locais sobre as relações entre mineração e desenvolvimento local, isso porque a variação na produção de alternativas finda por gerar aprendizagem.

De acordo com Luhmann (2007) a existência das divergências internas resulta de um cenário de complexidade dos conflitos gerados. Cada vez mais se amplia o compartilhamento dos apoiadores da rede justiça nos trilhos e o movimento dos Atingidos pela Vale, que porta cada vez mais heterogeneidades, isto porque, segundo Luhmann (2007), os movimentos estão sempre abertos a novos aderentes para impressionar os adversários e assim, desestabilizar as expectativas geradas pelos consensos difundidos. No entanto, isto gera complexidade ao movimento social, no sentido de congregar interesses e lógicas diversas.

Nesse sentido, de acordo com Luhmann (2006), o aumento da complexidade ambiente, que é uma constante evolutiva absoluta para qualquer sistema social, será sempre uma fonte geradora de problemas. Isso implica que esta evolução ocorre independente das operações empreendidas pelo sistema na resolução dos problemas e na redução dessa complexidade.

As complexidades relacionadas à variedade da escala geográfica do movimento, que ao mesmo tempo em que atuam com campanhas focadas nas transformações territoriais locais, também dispõe da capacidade de reunir movimentos e outras representações no âmbito internacional, implica na manutenção dos diversos movimentos, já que passam a apoiar eventos, lideranças e a manutenção de redes de movimentos (LUHAMNN, 2007; BEBBIGTON ET AL 2008).

Desta forma, pelo fato de os movimentos apresentarem diferentes lideranças e causalidades, isso determina tanto a amplitude do movimento quanto pode ser fonte de fraqueza ou de poder, porque, de um lado, se houver tensões sobre as divergências internas, resultará na fraqueza pela falta de adesão ou capacidade de endereçar os protestos e mostrar os seus resultados. Por outro lado, estas diversidades que levam à amplitude do movimento, o qual permite o alcance geográfico do movimento, por meio do compartilhamento das experiências, das alianças entre membros diferentes, resulta tanto no aumento do poder do movimento, quanto o tornam suscetível às fraquezas. (LUHAMNN, 2007)



Nesse sentido, a heterogeneidade presente em cada entidade, que compõe o movimento Atingidos pela Vale, promove uma visão de mundo diferente. Essa diferença da lógica de organização interna e as divergências entre as demandas apresentadas por cada entidade, levam à existência de diferenças internas. E a maior dificuldade da existência de diferenças internas diz respeito à dificuldade de se estabelecer uma pauta única, como evidenciado na fala<sup>79</sup> da liderança sindical:

“Neste momento devemos nos unir independente da posição de cada grupo...para garantir que a Vale não seja destruída pelo capital internacional, temos que preparar greves como fizemos e 1989, pois é a única linguagem que os patrões entendem [...]”.

Um exemplo da existência de diferenças internas dentro do movimento se refere ao recebimento de apoio de um movimento dos trabalhadores desempregados na região rural de Parauapebas. Isto indica uma contradição interna do movimento, no sentido de que ao mesmo tempo em que o movimento pretende defender um modelo de desenvolvimento alternativo, convive com apoiadores que possuem interesses completamente distintos, como é o caso deste movimento que defende a criação de empregos na região, o que descarta a possibilidade deste movimento se posicionar contra a mineradora.

Ressalta-se que o intercâmbio permite que o movimento, dentro das restrições sistêmicas, aprenda com os sucessos e fracassos dos outros parceiros. Ao mesmo tempo essa forma de aprendizagem traz restrições, já que os problemas enfrentados, dos ambientes nos quais os movimentos estão inseridos são diferentes.

Desta forma, a busca para tentar unir as pautas, ao mesmo tempo em que permite reconhecer as diferenças, a solução que se estabelece é predominantemente a de concentrar a produção de sentido e semânticas no que é proposto pela liderança que assume a direção do movimento em determinado momento. A liderança tem a função de produzir legitimidade às falas, como exposto na citação acima. Quando é a liderança sindical que está à frente do movimento, as causalidades apresentadas se referem aos interesses dessa representação, e é por esse motivo que apesar da tentativa de se unir as pautas, o instrumento de ação, nesse período, é o de preparar as greves.

Isso significa que, quando o movimento faz intercâmbio com outros movimentos ou organizações, agregando novos participantes ao movimento, quanto

---

<sup>79</sup> Fala da liderança do sindicato metabase de Itabira, Minas Gerais, extraída de um vídeo sob o título trabalhadores da Vale em defesa do emprego 4, produzido pelo movimento e publicado no site da rede Justiça nos trilhos, em setembro de 2009.

maior a coligação de divergências, maior é a concorrência interna na busca pela liderança e imposição da pauta a partir do interesse próprio de cada organização. Isso fica claro também na eleição da pauta e da organização dos protestos pelos sindicalistas no ano de 2009, pois do total de doze vídeos produzidos pelo movimento, nove vídeos tratam das condições do trabalho na mineradora Vale e as pautas bem como as sugestões de ações de mobilizações são definidas pelas organizações sindicais. Por esta razão, a principal campanha estabelecida pelo movimento, no ano de 2009, se refere ao consenso produzido pelos sindicatos, tal como: “Não Vale reduzir os postos de trabalho”.

Da mesma maneira, quando houve o predomínio das falas de representantes de entidades de direitos humanos e da presença de advogados das organizações que compõe o movimento, como foi no I Encontro tripartite África-Canadá-Brasil, a causalidade e a estratégia para resolução do conflito se modifica, como pode ser visualizado por meio da fala do assessor jurídico da rede justiça nos trilhos<sup>80</sup>, o qual enfatiza que:

As comunidades estão isoladas. De pouco a pouco percebem que esse trem une a todos, é um esforço que estamos fazendo, mas é um trabalho progressivo, tem muita gente que não nos escutam, não temos rede globo para chegar rápido nesses lugares, mas estamos tentando [...]. Tem o IBAMA, MPF, DPU, JF, esses órgãos públicos para nos ouvir, estes órgãos devem ser acessados e transforma isso numa demanda jurídica.

Nesse sentido, a existência de concorrência interna dentro do movimento também significa que há temáticas defendidas que não geram consenso, como pode ser percebido nas falas<sup>81</sup> da liderança do Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) e do assentado da região de Palmares I, zona rural do município de Parauapebas, respectivamente:

[...] As pautas são diferentes, as manifestações também são, mas é isso, são os encontros e desencontros...Queremos neste ano juntar as pautas, fazer um ato público na quadra da escola, uma manifestação para mostrar a sociedade o nosso enfrentamento em relação à mineração...Vamos tirar uma pauta conjunta para nos ajudar no enfrentamento de lutas... Temos debates, mas não conseguimos impor uma relação como é que se junta para fazer uma leitura comum e como se comportar....

Ao mesmo tempo, a diferença interna produz dificuldades na coesão do movimento, tanto em termos de unificar as pautas, das diversas entidades

---

<sup>80</sup>Trecho extraído das observações e gravações sobre o I encontro Tripartite África-Canadá-Brasil dos Atingidos pela Vale, realizado em Açailândia, Maranhão, em 2011.

<sup>81</sup> Entrevista realizada no 5º encontro Regional dos Atingidos pela Vale por soberania popular frente à mineração, realizado em julho de 2013, no Instituto Agroecológico Latino Americano (IALA), em Palmares II, zona rural do município de Parauapebas, Pará.

participantes do movimento, quanto no sentido de criar consensos que desconstruam a semântica estabelecida pelos sistemas funcionais políticos e econômicos, gerando instabilidades no interior do movimento. Essa diferença serve também na criação de variação das estruturas do sistema que permite uma aprendizagem, que aqui é considerada como a mudança de comportamento a partir de uma expectativa ou frustração. O processo de aprendizado ocorre quando o movimento percebe que as estratégias que estavam sendo utilizadas, já não produzem mais os mesmos efeitos, ou que é preciso criar novas estratégias para a solução de problemas novos, como pode ser explicitado no trecho a seguir<sup>82</sup>:

Solicitamos os problemas da Vale, ela mostrou um laudo que estava locada a essas pessoas, fotos com todos os dados [...] como desmentir isso no Ministério Público Federal? Devemos ter estratégias, aconteceu na nossa comunidade, ganhou carro, emprego e foi contra a gente em favor da empresa, devemos cobrar dentro do Ministério Público  
O que vemos? Perdeu-se o espírito da comunidade, tem que aprender com Paulo Freire, trabalhar o contexto da comunidade, tivemos que voltar e recuperar o que é comunidade [...]. Como fazer esse processo de formação no corredor? No que isso vai desembocar? Que tipo de articulação fazer para essa cartilha chegar nas 94 comunidades?

Esta aprendizagem gerada num contexto de divergências, para algumas lideranças, é considerada como uma qualidade, ou aspecto positivo da existência da divergência.

É interessante destacar a entrevista da liderança egressa do Movimento dos Sem Terra (MST) e que assume a liderança do Movimento Nacional dos Atingidos pela Mineração (MAM), que reconhece na pauta do movimento que o mesmo assume não estar mais pautado na questão agrícola ou no debate agrário, e que é preciso a coalisão das pautas para se unificar o movimento, mas que isso não é empecilho para o desenvolvimento da coletividade, como está explícito na fala<sup>83</sup> abaixo:

Existem sim divergências entre o MST e o MAM, não é agrícola a pauta, também não é um debate agrário, como lidar com outras questões que sejam urbanos, impactos sociais e ambientais? Tem ONGs que tem focado mais em espaços ambientais, temos uma paciência com isso, estaremos realizando o primeiro encontro do Movimento dos Atingidos pela Mineração como um arranjo para dá fruto não tem que ser tão centralizado como o MST, eu considero que é uma qualidade essa diversidade, pois permite liberdade e autonomia para cada grupo... com essas coisas católico, evangélico, diversidade racial com as comunidades tradicionais,

<sup>82</sup>Trecho extraído da fala do representante do Movimento dos Sem Terra e de uma representante da comunidade de Buriticupu respectivamente, localizada no Maranhão, em participação, no I encontro Tripartite África-Canadá-Brasil dos atingidos pela Vale, realizado em Açailândia no Maranhão, em 2011.

<sup>83</sup> Entrevista realizada, com o líder do Movimento Atingidos pela Mineração, na associação de produção e comercialização dos trabalhadores rurais do Assentamento de Palmares (APROCPAR), dia 9 de novembro de 2015.

quilombolas, agora se essa diversidade for incapaz de transportar as diferenças em nome da coletividade, será impossível transformar.

Sinaliza-se aqui que a diferença interna produz variedades que obrigam uma seleção: quanto maior a divergência interna, maior será a possibilidade de escolha entre as pautas que estão sendo impostas, como pode ser percebido nas falas<sup>84</sup> da liderança da Rede Justiça nos Trilhos e do assessor jurídico da Rede Justiça nos Trilhos, ao expor novos instrumentos de intervenção:

“Uma estratégia tem que se unir a outra, ações por si só não resolvem, nem mobilização por si só resolvem, é um momento oportuno para irmos para a rua e também para fazer denúncias no judiciário, não basta denúncia sem fazer a pressão na justiça [...]”.

“Bloquear a ferrovia ajuda para chamar a empresa para negociar, precisa saber negociar, mas isso não dura muito tempo, é importante ir mais para a justiça, o Ministério Público [...]”.

E isso reflete nas mudanças nas formas de protestos e mobilizações. Em 2011, registra-se que o aumento das ações tradicionais de mobilizações e protestos (bloqueios de estradas, bloqueio das portarias de acesso à empresa em Parauapebas) ocorre em paralelo ao aumento das representações dos movimentos sociais junto ao Ministério Público Federal. A busca por esse tipo de resolução de conflitos pode ser percebido na fala do representante da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos<sup>85</sup>:

[...] se está desrespeitando totalmente os direitos ambientais e dignidade da pessoa humana, a conta não fecha [...] tem o IBAMA, MPF, DPU, JF esses órgãos públicos para nos ouvir [...] MPF, DPU, JF não existem no interior, estão em São Luiz e podem ser acessados em Imperatriz e Marabá [...]. Devem ser acessados e devemos transformar isso numa demanda jurídica, é o que queremos [...].

E o maior resultado disso, em termos de produção de novos sentidos e novas formas de resistência, além de novas modalidades de ações que foram difundidas em rede, se refere à unificação das pautas, ambientais, trabalhistas, sociais e econômicas. Difunde-se entre a rede uma nova consciência dos direitos humanos, que ultrapassa a definição estritamente jurídica, que se refere à dignidade da pessoa humana, e se expandem para os direitos sociais, econômicos e ambientais (NETTO, 2009), recentemente denominados por autores e intelectuais da

<sup>84</sup>Entrevista realizada no 3º encontro regional dos Atingidos pela Vale e 1º encontro tripartite Moçambique-Canadá-Brasil, realizado em Açailândia, Maranhão, em novembro de 2011.

<sup>85</sup>Entrevista realizada em outubro de 2013, em Parauapebas, Pará, Brasil.

área jurídica como DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais).

Percebe-se que o discurso dos direitos humanos, no sentido de uma nova consciência de direitos, que inclui todas as formas de impactos causados pelos projetos de exploração mineral, foi absorvido pela rede, como pode ser percebido em algumas das falas <sup>86</sup>abaixo:

Acompanhamos nove comunidades atingidas pelo trem que passa dentro das comunidades, deixando rastro de negação de direitos: atropelamento de animais de pessoas [...]. Em nenhum momento a Vale indenizou as pessoas, as pessoas têm que atravessar para o outro lado do trem para viver, a Vale não construiu passarelas de pedestre, mas tem os carros, as motos, é uma grande movimentação [...]. Eles interditaram a passarela, a Vale construiu uma passarela para transportar as motos, os carros e levar os produtos para as comunidades, mas quase no fim da construção que está se vendo que não tem espaço para isso [...]. Não há estrutura, escolas, médicos, há alagamentos pelo isolamento das ferrovias, há ameaças de retirar o cemitério das comunidades, a Vale já passou medindo a comunidade, a comunidade está com medo [...].  
[...] Assistimos a várias violações dos direitos das comunidades, a cultura das comunidades se desestruturou, rompeu a coesão social, o respeito pelos mortos, os cemitérios das comunidades estão dentro da Vale [...].

Há, de fato, uma variação de escolhas a serem feitas, quando existem concorrências internas, mas esta escolha, para que seja tida como alternativa às comunicações divergentes, de forma coerente, é necessário passar pelo crivo da mídia. É nesse sentido que o movimento promove a amplificação de suas ações e passa a organizar o movimento a partir do uso da internet.

### 5.3 A INTERNET COMO ELEMENTO AMPLIFICADOR E ORGANIZADOR DO MOVIMENTO E AS IMPLICAÇÕES NA REDUÇÃO DA CREDIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES E AUMENTO DE ENDOSSAMENTOS

O movimento social, ao funcionar como espelho da sociedade, torna possível a observação da sociedade pela sociedade. Em sua produção comunicativa, o movimento seleciona as informações que geram irritação aos subsistemas funcionais no intuito de desconstruir a semântica e alterar a estrutura do sistema.

Para Luhmann (2006), a comunicação não se refere à mera transferência de informações entre emissor e receptor e sim à disseminação da informação como a

---

<sup>86</sup> A primeira fala se refere a de um representante da comunidade de Buriticupu e integrante do Fórum de políticas públicas, a segunda fala se refere a de um representante da província de Tete de Moçambique, ambas foram gravadas no I encontro Tripartite África-Brasil-Canadá, realizado em Açailândia, Maranhão, em novembro de 2011.

seleção de repertórios em ambos os lados, capaz de mudar a informação pela informação, bem como o estado do meio no qual a informação cria formas dentro do sistema.

Desta forma, a comunicação está relacionada sempre a uma situação de dupla contingência, ou seja, a transmissão e o entendimento da informação, mas essa informação pode ser aceita ou não, porque a comunicação é improvável. Nesse sentido, a solução para a improbabilidade em cada um dos aspectos isolados reduzem as possibilidades de solução em outros aspectos, no sentido de que se a comunicação for compreendida é maior a probabilidade de ela ser rejeitada, da mesma forma, se a comunicação ultrapassa os limites do sistema de interação, mais suscetível será para a sua rejeição.

Diante dessa redução das possibilidades de solução da improbabilidade comunicacional, de um lado, o corolário que se apresenta é de que nem tudo que se comunica tem a garantia de sucesso. Por outro lado, tem-se a possibilidade de aumentar a probabilidade de aceitação do que é comunicado, por meio do aumento do êxito da comunicação, por meio das mudanças nas técnicas de difusão; foi assim com o surgimento da escrita, imprensa, a mídia de massas, e, atualmente, a internet.

Em meados da década de 1990, nota-se o alarido enaltecido do potencial e eficácia das redes eletrônicas para a capacitação política e a democratização da informação em âmbito global. A partir de então, constata-se a possibilidade de estabelecimento de coalizões, alianças internacionais e *networking* transnacional entre diversas representações em rede, a qual passa a ser vista como capital impulsionador de integração política para os atores da sociedade civil (RIBEIRO, 2000).

De acordo com Ribeiro (2000), além de permitir o armazenamento, organização e difusão das informações por ativistas, o uso da internet possibilita a criação de “comunidade transnacional imaginada virtual”, as quais transitam em fluxos transnacionais de informação, produzindo testemunho e ativismo políticos à distância.

Para Wapner apud Ribeiro (2000), o movimento ambientalista Greenpeace utilizou a mídia para desvelar e transportar os lugares desconhecidos para o cotidiano das pessoas. Com isto, o autor define que testemunhar se refere à uma ação que funciona como força existencial, baseada num compromisso moral ou

religioso. Isto significa que diante de um ato execrável, exige-se que se ateste a sua ocorrência e que se produza indignação para impedir maiores injustiças.

A pesar do conceito de Testemunho à distância não ser novo, por preceder as tecnologias da comunicação como textos, pinturas, discos, fotografias etc., é a partir da chamada era dos meios de comunicação em massas, informação e reprodução eletrônica que o testemunho à distância tem alcance muito maior no curso dos acontecimentos.

Nesse sentido, destaca-se aqui a importância do testemunho à distância para o ativismo político em rede, pois o mesmo pode transformar indignações morais em ações concretas que desconstruam ou alterem os consensos instituídos.

A título de ilustração, Ribeiro (2000) nos traz o desfecho da guerra ocorrida em Chiapas, no México, no ano de 1994, entre o movimento social Zapatista<sup>87</sup> de Liberación Nacional e as forças militares do exército Mexicano. O uso da internet e o testemunho à distância do possível ataque das forças militares do exército mexicano contra o movimento produziu rápida indignação em rede, o que resultou em protestos via inundação do endereço eletrônico do governo Mexicano, e por esse fato o ministro das relações exteriores do México declarou que a guerra de Chipas foi uma “guerra da internet”.

Da mesma forma, em 2011, o testemunho à distância no uso das redes sociais como Facebook, Twitter e Youtube difundiram mobilizações e protestos que tomaram uma dimensão de movimento global, tais como: a) a chamada primavera árabe<sup>88</sup>, que foi a onda de revoltas ocorridas no Oriente médio e Norte da África, contra os efeitos da crise econômica aliado à censuras e repressões dos regimes ditatoriais; b) as ocupações e greves na Espanha, pelos indignados da Puertadel sol

---

<sup>87</sup>O movimento social zapatista, inspirado em uma das grandes lideranças da revolução Mexicana de 1910, Emílio Zapata, é formado por grupos de camponeses e indígenas, objetivam defender uma gestão mais democrática do território, a participação direta da população nas decisões do país, promover a partilha da terra e da colheita, além de preservar o passado e a tradição indígena do povo mexicano e, se auto declaram um movimento antiglobalização.

<sup>88</sup>A primavera Árabe, em alusão à primavera de praga, período de liberalização política na Tchecoslováquia, no momento da dominação da União Soviética, após a segunda guerra mundial em 1968, se refere à onda de protestos e mobilizações ocorridas no Oriente Médio e no Norte da África que impulsionaram revoluções na Tunísia, com a derrubada da ditadura, e no Egito com a dissolução do regime Hosni Murabak. No Iêmen os protestos que se iniciaram contra o desemprego, a crise econômica e a corrupção política, se estenderam para exigência de renúncia do presidente AaliAbidullahSaleh. Desta forma, a onda de protestos se expandiu em largas proporções para Argélia, Bahrein, Djiberti, Iraque, Jordânia e Omã e, em pequenas proporções, no Kwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. As ações concretas de protestos tais como: greves, manifestações em praças públicas, passeatas e comícios precederam a organização, comunicação e o testemunho à distância da comunidade internacional por meio da internet e mídias sociais (Facebook, Twitter e Youtube), portanto, as inconsistências da repressão e censura da internet por parte dos governos ditatoriais foram rapidamente disseminadas e replicadas em forma de indignação. (POLET, 2007)

e a ocupação da praça Syntagma na Grécia; c) as revoltas nos subúrbios de Londres, contra a ação policial no caso Mark Duggan; d) os protestos dos estudantes no Chile, contra os juros abusivos no crédito concedido pelos bancos privados para financiamento de universidade ; e) Occupy Wall Street, nos EUA, contra desigualdade econômica e social, corrupção e ganância de empresas do setor financeiro dos EUA; e) as manifestações na Rússia por mudança radicais e sociais na política econômica do governo de Vladimir Putin.

Alves (2013, p.32) não destaca apenas o papel que a internet desempenha na facilidade de organização e comunicação dos movimentos sociais, das manifestações da globalização, a “dos de baixo”. Ele afirma que as redes sociais ampliaram a área de intervenção territorial e a mobilização social, bem como, aumentaram a capacidade de produzir inovação e criatividade nas estratégias políticas dos movimentos sociais.

No cenário nacional, em 2013, as revoltas populares, conhecidas como movimento “passe livre” ou “manifestações de junho de 2013”, em torno do transporte coletivo, que tomaram as principais ruas das metrópoles brasileiras, cujas demandas por mudanças no sistema de transporte público se expandiram para questões de ampliação dos direitos sociais, tais como saúde, educação e o direito à cidade, foram organizadas e facilitadas por meio da internet.

Isso pode ser percebido por meio dos dados apresentados por Secco (2013), quando sinaliza que a capacidade de arregimentação do movimento em protestos de rua passa de duas mil pessoas, nos dois primeiros atos do protesto, para duzentos e cinquenta mil pessoas, no quinto ato do protesto.

O aumento expressivo do número de manifestantes, em tão pouco tempo, nas ruas, no quinto dia de protesto, indica que a comunicação e o testemunho à distância dos efeitos da repressão policial disseminou sentimento de solidariedade, o que favoreceu a ida às ruas.

Embora a internet ainda tenha credibilidade restrita em comparação à mídia de massas, é considerada tanto ferramenta de informação, comunicação e organização dos movimentos sociais como entidade em si mesma promotora da insatisfação e manifestação social.

O entendimento do papel da internet para os movimentos sociais se aproxima ao que foi defendido por Sakamoto (2013) no que se refere a tecnologias de comunicação não apenas como ferramentas de descrição, mas de construção e



reconstrução da realidade. Entende-se, como já citado anteriormente, que a disseminação da informação como seleção de repertórios é capaz de mudar a informação pela informação bem como o estado do meio no qual a informação cria formas dentro do sistema.

As novas ferramentas de comunicação possibilitam a geração de solidariedade internacional e são imprescindíveis no ativismo Latino-americano. Eles possibilitam novas condições de mobilização e organização social e a interferência no controle midiático dos grupos econômicos hegemônicos como a indústria extrativa mineral que produz o consenso da mineração como a única possibilidade de desenvolvimento e progresso. (DAZA ET AL , 2012).

Nesse sentido, de acordo com Daza et al (2012), diante do imaginário produtivista e dominante construído em área de mineração, os movimentos sociais têm gerado novos mapas cognitivos e novo horizonte de sentido, que são novas formas de resistência na busca por outras soluções tanto na constatação dos conflitos quanto na produção de alternativas.

Importa destacar nesta tese como os movimentos sociais, em área de mineração, tematizam o consenso e geram dissensos para produzir uma comunicação desviante que desconstrua e altere as semânticas propostas pelos sistemas sociais.

Destaca-se que o Movimento Social Atingidos pela Vale busca a mídia como elemento amplificador de suas ações no sentido de disseminar a visão de mundo do movimento, testemunhar à distância, organizar o movimento e publicizar as ações. Ao longo dos anos percebe-se a mudança na produção de sentidos, nos endereços de protesto, o que implica a busca pela construção de uma temática abstrata (proposta de um modelo alternativo de desenvolvimento), que agregue cada vez mais apoiadores do movimento de forma a promover uma proposta coerente contra quem se quer protestar.

É por meio do uso do site e das mídias sociais que o movimento ao disponibilizar a produção de vídeos, notícias, dossiês, revistas, cartilhas, relatórios e pesquisas, cria as suas causalidades, ou o modelo para explicar os conflitos e produzir consensos para generalização de dissensos que possam irritar e desconstruir as estruturas discursivas dos subsistemas sociais.

Esta tendência está presente nos casos apresentados no capítulo anterior, desta tese, dos movimentos Latino Americanos em área de mineração. No Peru e

Equador o compartilhamento das informações fora imprescindível para o alcance da visibilidade internacional dos conflitos, e, na Argentina, a socialização da informação e a construção de redes territoriais foram um dos principais fatores que levaram à sanção de leis de proibição à mineração na Argentina.

Com relação ao movimento dos atingidos pela Vale, constata-se que entre os anos de 2007 e 2009, o movimento aposta na produção de vídeos e filmes como ferramenta de iritação, conforme pode ser visualizado em *timeline A* no apêndice desta tese, que se propaga dentro do que está sendo absorvido. Nesse sentido, ao longo dos anos, principalmente a partir de 2012, o movimento amplia o número de publicações de notícias em sites eletrônicos, blogs e página no facebook.

O site está organizado da seguinte forma: 1) Notícias, as quais estão divididas entre notícias gerais e em destaque; 2) Audiovisual, que inclui vídeos, galerias de fotos e áudios, que em sua maioria são entrevistas realizadas no formato MP3; 3) Publicações, que inclui os relatórios, dossiês e estudos realizados pelo movimento ou por entidades ou representações do movimento, 4) comunidades, que se referem aos casos mais emblemáticos das comunidades atingidas pelo projeto de exploração mineral da Vale; 5) internacional, que apresenta uma entrevista com um pesquisador que estuda os conflitos em torno da mineração; 6) quem somos; 7) quem é a Vale e 8) Contatos.

Apesar do site dispor de links para o acesso em cinco idiomas, a saber; Inglês, francês, italiano, espanhol e Português, ao clicar no link há apenas três documentos disponíveis: 1) a proposta de ação do movimento contra a mineradora, 2) sobre quem é a Vale e 3) o documento base contendo a história e o contexto de atuação do movimento em áreas de atuação da Vale. Isso significa que apesar de se propor a ampliação das informações por meio do site, este parece estar limitado aos usuários da língua portuguesa.

Para cada publicação, notícia ou vídeo publicado no site há uma contagem do número de acesso, que é baixa entre os anos de 2009 e 2010, em média, de 50 acessos para cada informação e que aumenta para, em média 300 acessos entre os anos de 2011 a 2015.

É interessante destacar nesta análise não apenas a possibilidade que a tecnologia oferece de se colocar como amplificador das atividades do movimento, no sentido de dar voz e publicizar as suas ações, ou a facilidade que a tecnologia oferece de organizar o movimento e promover mobilizações; sobretudo, importa

perceber como essa ferramenta promove aprendizagem ao movimento, a partir da mudança de comportamento diante das expectativas ou frustrações produzidas na construção dos consensos e dissensos produzidos.

O lançamento do vídeo “Vale do Rio Doce o maior roubo da história da Amazônia”, em 2007, pelos movimentos sociais, marca o processo da produção comunicativa por meio do uso das mídias sociais. O vídeo mostra como ocorreu o processo de privatização da mineradora por meio da compra e subavaliações dos valores das reservas e a rede organizadora do movimento passou a produzir ressonâncias divergentes em torno da legalidade do processo de venda e privatização da empresa.

A partir do consenso de que todos devem defender a Vale como patrimônio nacional, passam tematizar a proposta da Vale que o movimento quer aceitar como sentido da comunicação, apresentando as semântica entrega/abandono, legal/ilegal/propagando-se; assim, o tema de protesto, o qual não é contra o que o movimento fora criado, como nos trechos explícitos: “a vale é nossa” /“proposta de uma Vale que queremos” /“vale o trabalho e vale a empresa”<sup>89</sup>.

Desta forma tentam convencer que a sociedade, por não ter a devida informação de como ocorreu o processo de privatização, reconhecem que a reestatização é a proposta mais coerente de solucionar as inconsistências geradas pelo governo brasileiro e que por isso merece adesão de toda a sociedade brasileira na busca pela reestatização. Nesse caso, constata-se que o endereço de protesto é o Estado e especificamente o presidente da república, que na visão dos movimentos sociais, possui a capacidade única e exclusiva de responder com a reestatização.

Constata-se aqui uma incoerência no discurso do movimento. Ele se distancia do posicionamento anticapitalista ou anti-imperialista para resgatar os interesses nacionais. Isso pode ser explicado pelo fato de que o movimento sofre a influência dos movimentos de educação e cultura popular, que se desenvolvem na década de 1960, oriundos das camadas populares, os quais contavam com o apoio de intelectuais, forças políticas de esquerda, setores da Igreja Católica, e estavam identificados com os ideais de emancipação política, de reformas sociais, e de lutas nacionalistas.

---

<sup>89</sup> Trecho extraído da fala de um representante da rede organizadora dos movimentos sociais, do vídeo denominado: Vale do Rio Doce o maior roubo da história da Amazônia, disponível em mídia digital (cd) e distribuído no I encontro Regional Tripartite África-Canadá-Brasil dos movimentos dos atingidos pela Vale, em Açailândia, novembro de 2011.

Tratava-se da defesa da consciência política e participação popular e, portanto, da necessidade de um processo de reformulação das questões sociais, o qual seria alcançado principalmente pela valorização da cultura nacional. E por esta razão que se compreende uso da expressão “A Vale é nossa”, no discurso do movimento social.

Sinaliza-se que, até este momento, o movimento Atingido pela Vale não se posiciona contra a mineração nem contra a empresa, pois demandam por oportunidades perdidas tais como perda de royalties e empregos; é o que está explícito em um dos objetivos da campanha “justiça nos trilhos” em texto produzido e publicado no site do movimento<sup>90</sup>:

Os objetivos da nossa ação são principalmente os seguintes:

- a) Avaliar o impacto real das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) ao longo da denominada área de influência da Estrada de Ferro Carajás;
- b) Propor debate sobre a construção de mecanismos que possibilitem a internalização de recursos da Vale, de forma a alavancar o desenvolvimento sustentado das comunidades que vivem na área de influência da EFC (Estrada de Ferro Carajás).

Convém ressaltar que até o momento da sua privatização a Vale tinha a obrigação de contribuir para um fundo de desenvolvimento<sup>91</sup>, que vigorou enquanto era ela estatal e que obrigava a repassar 8 % de seu faturamento para esse fundo, a se investido em favor da população diretamente afetada. A obrigatoriedade de contribuição a esse fundo, porém, deixou de existir com a privatização da companhia. Desde então a Vale, através da Fundação homônima, vem aplicando uma política de “benfeitorias sociais através de pequenos projetos locais, com o aporte de recursos absolutamente desproporcionais aos enormes lucros anuais da empresa e sem nenhum compromisso permanente e obrigatório com a população local.

Tem-se aqui a construção do consenso de que os recursos investidos pela empresa Vale são fundamentais para o desenvolvimento das comunidades no entorno da Estrada de ferro Carajás. Nesse sentido, o reclame do movimento Atingidos pela Vale se restringe ao que a empresa deixou de contribuir em favor dos Atingidos. Isso remete às constatações de Bebbigton (2008, 2013) sobre os movimentos em área de mineração estarem numa tensão entre se posicionarem totalmente contra a mineração e governanças locais ou permitirem que as atividades de mineração tenham continuidade em troca da participação da população local na

---

<sup>90</sup> Este material faz parte de um conjunto de artigos a respeito do contexto e histórico da atuação do movimento e a da criação da campanha Justiça nos trilhos, a qual deu origem à rede Justiça nos trilhos, este material, intitulado Justiça nos trilhos: a vida do povo e a Vale ao longo da Estrada de Ferro Carajás, proposta de ação reivindicando justiça e respeito ao meio ambiente está disponível no site da Justiça nos trilhos: [www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br).

<sup>91</sup> Esta questão já fora esclarecida neste mesmo capítulo.

tomada de decisões sobre os rumos da região e distribuição dos benefícios gerados daquelas atividades.

Para que tais reclames possam irritar o sistema, o movimento reforça a utilização da mídia como meio de condensar o consenso, conscientizar e mobilizar o movimento para as questões levantadas acima, como está explícito nas ações práticas da campanha “Justiça nos trilhos”<sup>92</sup>: “Conscientização e mobilização das pessoas (realização de seminários, produção de materiais de divulgação- pequenos documentários, cartilhas, página na internet, encontros de formação etc.) ”

Em 2009, após o advento da crise financeira do ano de 2008, assiste-se à redução do consumo global de aço e minério e conseqüentemente fez com que as exportações brasileiras de minério tivessem queda de 42,7% em relação ao ano anterior. Isso levou à redução nos preços praticados e redução nos postos de trabalho ligados ao setor mineral.

Nesse sentido, constata-se que com a mudança no cenário econômico, modifica-se o consenso propagado pelo movimento. Do total de doze vídeos produzidos pelo movimento, sete vídeos<sup>93</sup> passam a tratar exclusivamente da relação entre trabalho e a mineradora Vale e, os demais vídeos<sup>94</sup> sobre os conflitos ambientais, destruição do patrimônio cultural das comunidades e tangenciam também as questões trabalhistas.

Nesse mesmo período, o movimento busca tematizar o problema do desemprego por meio da necessidade de reestatização da empresa, para propagar o fato de que a sociedade deva formar o consenso sobre reestatizar a Vale para garantir empregos e soberania nacional em relação à produção de minérios no país, como explicitado na fala <sup>95</sup>do presidente do sindicato METABASE de Cogonhas, Minas Gerais: “[...]E aí a luta da Vale pela Vale, a luta pela reestatização dessa empresa é fundamental, porque não só vai garantir qualidade de vida para as comunidades e soberania nacional[...]”.

---

<sup>92</sup> Idem Ibid

<sup>93</sup> Os vídeos produzidos, cujo conteúdo principal concerne às questões do trabalho e mineração, foram publicados no site da rede justiça nos trilhos com os seguintes títulos: 1) Canadianminersstrike global giant; 2)What it takestobenunberone- Strike in Canadá; 3) trabalhadores da Vale em defesa do Emprego 1; 4) trabalhadores da Vale em defesa do Emprego 2; 5) trabalhadores da Vale em defesa do Emprego 3; 6) trabalhadores da Vale em defesa do Emprego 4; 7) trabalhadores da Vale em defesa do Emprego 5. Já os vídeos que tratam dos conflitos ambientais e perdas do patrimônio cultural e também das questões do trabalho e mineração são intitulados como: 1) o lucro vai a sujeira fica; 2) Pequiá: conflito com as siderúrgicas; 3) Pequiá: reconstruindo um sonho; 4) Controle social sobre a Vale em Barcarena (este vídeo foi produzido pelo IBASE/Ong Betinho e Igreja Norueguesa)

<sup>94</sup>

<sup>95</sup> Fala extraída de um trabalhador no vídeo Trabalhadores em defesa do emprego 1, produzido pelo movimento e publicado no site da Justiça nos trilhos, em 2009.

Na visão do movimento, a inconsistência que está posta diz respeito à perda dos postos de trabalho, no momento de crise, e que é inaceitável que isso recaia sob os trabalhadores porque os mesmos são considerados responsáveis pelos lucros da empresa, como enfatizado nas falas<sup>96</sup> abaixo:

[...] “quando vem a crise o primeiro a pagar a conta tem que ser os trabalhadores? A Vale tem uma grande dívida com o povo” [...].  
 [...] “data que a Vale começou, em 1942, os trabalhadores arrancavam minério no braço, a empresa se modernizou, quem ergueu esse império? Foi o suor dos operários, para onde vai a riqueza? Para o exterior” [...].

Para reforçar essa expectativa divergente, gerada pelo movimento, se utilizar de imagens e falas de trabalhadores em situação precária tais como cenas dos trabalhadores da Serra Pelada<sup>97</sup> como forma de comprar à situação da mineradora Vale, para causar no expectador sentimentos que desaprovem tal situação.

Também, constata-se, por meio dos vídeos, que o movimento utiliza-se de questionamentos para irritar os sistemas, tais como as indicadas nas falas de um trabalhador<sup>98</sup>: “Quem está levando a melhor? Quanto ganha um trabalhador? Quanto paga a Vale de impostos? Quanto ganha um acionista? Quanto ganha os executivos?”

E diante destes questionamentos, indicam-se alternativas tais como lutar pela defesa da empresa e do emprego, para que as próximas comunicações tenham o sentido alterado e seja aderida como proposta coerente, como explicitada na fala do representante do sindicato<sup>99</sup>:

Convocamos todos os sindicatos, comunidades para essa luta [...] todos os movimentos sociais, religiosos, esportivos para defender a Vale como patrimônio nacional que está sendo atacado, neste momento devemos nos unir [...]. Estamos em ampla campanha, exigindo a estabilidade de emprego e a manutenção dos investimentos sociais da Vale.

Escolher uma liderança específica para representar as lutas nem sempre corresponde às demandas do movimento social. Com relação aos sindicatos<sup>100</sup> dos

<sup>96</sup> Fala extraída de um trabalhador no vídeo Trabalhadores em defesa do emprego 2, produzido pelo movimento e publicado no site da Justiça nos trilhos, em 2009.

<sup>97</sup> Embora não haja qualquer relação entre a corrida do ouro da década de 1980, na região sudeste do Pará e a atuação da mineradora Vale na mesma região, o movimento faz uma associação entre a imagem degradante dos trabalhadores na Serra Pelada e o sentido que se quer defender da exploração mineral da empresa Vale, como se em ambas a exploração mineral significasse a mesma “degradação”.

<sup>98</sup> Fala extraída de um trabalhador no vídeo Trabalhadores em defesa do emprego 1, produzido pelo movimento e publicado no site da Justiça nos trilhos, em 2009.

<sup>99</sup> Fala extraída de um trabalhador no vídeo Trabalhadores em defesa do emprego 4, produzido pelo movimento e publicado no site da Justiça nos trilhos, em 2009.

<sup>100</sup> Em visita à cidade de Parauapebas em 2012, foram realizadas entrevistas entre as diferentes representações sindicais, tais como o Sindicato dos metalúrgicos-SIMETAL, Sindicato dos Metalúrgicos-METABASE, Sindicato

trabalhadores na região de atuação da mineradora Vale, constata-se que a Vale exerce um controle muito forte sobre a atuação dos sindicatos e promove conflitos entre os mesmos, conforme está explícita na fala:<sup>101</sup>

[...] não há uma liberdade sindical ampla não, de jeito nenhum, é um enfretamento assim, quando tem greve depende do grau de ...Da construção civil faz mais greves. Eles têm um poder de força muito grande...Sabendo isso, foi que a Vale conseguiu imediatamente o interdito proibitório contra o sindicato, multa de cem mil reais contra dirigente sindical, coisas inéditas aqui na justiça comum [...].

A Vale tem uma visão do sindicato bem populista... Por exemplo, as grandes demandas que os sindicatos podem fazer aqui são os substitutos processuais, aquele que não precisa indispor o trabalhador, ele é o demandante da ação, ela acha que para o sindicato fazer isso tem que pegar autorização de todo mundo, disse não o sindicato já é da classe, para pegarmos isso como verdadeiro temos que entrar com um mandado de segurança contra ela no tribunal, o tribunal decidir, devolve e manda ela cumprir a lei quando ela vai cumprir a lei ela vai dá a decisão contrária [...].

A Vale muda estrategicamente o seu perfil junto aos sindicatos, ela concentrou a produção numa empresa criada por ela, chamada MSE, Serviço de operação manutenção e montagem, por sinal Gilvan é empregado dessa empresa, é uma empresa de metalurgia, onde a Vale concentrou os contratos com esta empresa...Na realidade ela tinha uma empresa de mineração, a Companhia Vale do Rio Doce, na época e tinha a MSE, isso gerou um certo conflito na representação do sindicatos, porque tinha sindicato dos metalúrgico, rodoviários, construção civil, asseio e conservação e vários sindicatos menores...Isso deu um certo conflito porque o sindicato METABASE, que era o sindicato de representação geral da Vale, ficou com uma certa ciúmeira, em função dos outros sindicatos e nas nossas assembleias...Eles interviam, chegavam nas assembleias com faixas, megafones...Tentando impedir que agente se levantasse contra o sindicato, mas talvez com a nossa experiência já de outros locais, agente conseguiu superar, tanto na parte do diálogo como judicialmente, fazendo algumas ações, tipos de interpelação para que eles não viessem para nosso campo[...].

Vale destacar que a postagem no site do movimento de dois vídeos do Canadá, sobre a relação entre os trabalhadores mineiros e a subsidiária da Vale naquele país, indica a construção de uma solidariedade internacional, a qual passa a ser demandada pelo movimento como forma de trocar experiências e fortalecer a luta, como pode ser percebido nas falas do assessor jurídico, da rede Justiça nos Trilhos, e nas falas de representantes sindicais e do trabalhador da INCO, Canadá, respectivamente<sup>102</sup>:

---

dos Trabalhadores da Construção Leve e Pesada de Parauapebas-SINTICLEPLEMP, Sindicato dos Vigilantes e Empresas de Segurança do Pará -SINDIVIPA para compreender a relação entre os sindicatos e a mineradora Vale. Constatou-se que há um conluio entre os sindicatos oficiais e a mineradora Vale, a qual exerce forte controle sobre os sindicatos, os quais findam por exercer mais o papel de prestadores de serviços ou benefícios médicos, odontológicos e de lazer do que o de representante de classe a favor dos interesses dos trabalhadores.

<sup>101</sup> Trecho extraído da gravação de entrevista com o representante do SIMETAL, em Parauapebas, em janeiro de 2012.

<sup>102</sup> Esta greve teve a duração de um ano, a qual envolveu mais de três mil trabalhadores da produção e manutenção da atividade de mineração da empresa INCO (mineradora adquirida pela Vale), no Canadá, para

É importante que essa luta se dê em nível internacional, os atingidos articulem internacionalmente, sabemos que a companhia tem negócios em muita parte do mundo... é importante que essa luta se dê internacionalmente para que esses grupos possam intercambiar as suas experiências e ver de que forma é possível fazer uma luta em união [...].

Em agosto de 2009, dois trabalhadores da INCO Canadá visitaram as regiões mineradoras no Brasil e nos falaram da greve, quando a Vale comprou a INCO em 2006, vimos de cara que isso seria algo ruim, fizemos uma conferência mundial do sindicato em Sudbury, compareceram delegados de todo o mundo, definimos uma aliança estratégica mundial para melhorar os direitos dos trabalhadores em todos os lugares em que a Vale opera, Canadá, Brasil, Nova Caledônia, Moçambique, África, em todos os lugares e agora isso está funcionando porque estamos pela primeira vez estamos negociando com a Vale e agora representamos 3500 trabalhadores em greve, hoje é o trigésimo quinto dia de greve[...].

Essa solidariedade internacional vai nos ajudar a vencer essa luta, por isso é muito importante que fiquemos todos juntos, todos os sindicatos pelo mundo e que estejamos ombro a ombro na luta contra a multinacional como a Vale, os 3500 trabalhadores em greve sairão vitoriosos desta greve e apoiaremos vocês para fazer o mesmo.

Importa ressaltar que a luta referenciada acima tem seis objetivos, os quais correspondem: 1) à compreensão do contexto sob o qual se desenvolvem as atividades minerais. Este contexto se refere ao capitalismo, as estratégias de atuação das empresas mineradoras, no Estado do Pará, no Brasil e ao redor do mundo, e o papel do Estado na sustentação das atividades de mineração; 2) ao fortalecimento dos movimentos sociais em área de mineração; 3) ao incentivo de intercâmbios e alianças entre movimentos sociais de outras regiões, também atingidas em área de mineração; 4) à ações de enfrentamento como ocupações de espaços das empresas, paralização das atividades, mobilizações e protestos; 5) à pressão exercida sobre os três níveis de governo por aplicação de políticas públicas que garantam à produção e reprodução do campesinato; 6) à pressão exercida sobre o parlamento para a criação de um outro código de mineração com a participação da sociedade; e 7) à construção de um projeto que ultrapasse a lógica do capital e que possa ser compreendido e defendido pela sociedade.

Destaca-se que a publicização na internet das ações de movimentos em outros locais nos quais a mineradora Vale atua, amplia os sentidos das lutas e

---

tentar refrear a tentativa da Vale de desrespeitar a garantia de direitos referentes à remuneração e à aposentadoria, construídos historicamente. Esse ato resultou, ao final da greve, na demissão de nove trabalhadores e em uma aposentadoria. Vale destacar que somente após sete meses de greve os administradores da Vale tentaram estabelecer acordos, e que, mesmo diante das tentativas da empresa em qualificar a luta dos trabalhadores como expressão de racismo contra os brasileiros, o árbitro do Conselho de Relações Trabalhistas de Ontário, no Canadá, estabeleceu, em 2012, a reintegração do trabalhador Mike Couchesne, demitido na greve de 2010, declarando ainda que os demais trabalhadores demitidos também tivessem o direito de arbitragem. Em 2013, a Vale torna-se réu numas das maiores ações civis públicas do Canadá por problemas ambientais, foi condenada a pagar trinta e seis milhões de dólares canadenses em indenização aos sete mil moradores de PortColborne e Província de Ontário. Embora a decisão tenha sido revertida, ainda será apreciada pela suprema Corte do Canadá.



consegue congrega novos membros na adesão do consenso, o que, segundo Svampa (2011), gera uma consciência generalizada que impulsiona a elaboração de diagnósticos comuns e ações continuadas, o que leva a diversificação nas estratégias de luta e que finda por estabelecer mudanças.

Em 2010, o uso da internet possibilitou a organização de uma rede internacional, por meio da realização do primeiro encontro internacional dos Atingidos pela Vale, a partir de então, os eventos se multiplicam o debate se expande para outras questões, porque o movimento aposta na troca de experiências para o fortalecimento do movimento, como pode ser visualizado na declaração sobre o objetivo do encontro<sup>103</sup>:

Nós nos unimos porque conhecemos de perto o que existe além da propaganda da Vale. Nesses próximos dias vamos trocar experiências e estratégias de combate à destruição causada pelo atual modelo de desenvolvimento.

Esta articulação permitiu a difusão de diagnósticos comuns, principalmente a partir da realização de Caravanas, uma forma que o movimento encontrou para fazer conexões entre os diferentes organizações, entidades e representações sociais, dos diversos locais de atuação da mineradora Vale, de dentro e fora do país.

As caravanas se iniciam no momento em que o movimento busca apoio e promove a solidariedade aos trabalhadores canadenses ligados à central sindical de trabalhadores na mineração e siderurgia, o United steelworkers (USW), os quais promovem uma greve de um ano e chegam ao Brasil para participar do I encontro dos Atingidos pela Vale e conhecer as regiões afetadas pela mineração.

Nesse sentido, a partir da realização das caravanas, verifica-se que o movimento passa a enfatizar a importância do uso da internet para a divulgação e compartilhamento das informações produzidas por ele, tal como pode ser visualizada na declaração do representante da Rede Justiça nos trilhos<sup>104</sup>: “Sente-se o desafio de recolher as informações e colocá-las a disposição de todos/as em espaços de acesso comum (sites ou redes de comunicação)”.

Esta produção das informações é entendida pelo Movimento Atingidos pela Vale como oportunidade que os movimentos sociais tem para expressar as suas insatisfações e fazer ouvir as vozes dos próprios movimentos, como está explícito na

---

<sup>103</sup> A declaração do objetivo da articulação Internacional dos Atingidos pela Vale foi extraída na notícia produzida pelo movimento, intitulada: Conheça o outro lado da Vale, publicado no site da rede justiça nos trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)), em 2010.

<sup>104</sup> Declaração extraída da notícia intitulada As sementinhas da Caravana Norte, publicada no site da Rede Justiça nos Trilhos, em 2010.

seguinte declaração:<sup>105</sup> “vários movimentos sociais, organizações religiosas, organizações de povos indígenas tem buscado fazer ouvir sua voz, expressado veementemente suas insatisfações e denunciado as injustiças que sofrem”

A partir disso, elaboram-se convocatórias, cujo principal objetivo diz respeito à necessidade do conhecimento, entre os participantes do movimento e as comunidades no entorno da mineração, e ao fortalecimento da adesão dos participantes para o enfrentamento dos conflitos, como está explícito na declaração da convocatória<sup>106</sup>:

É urgente que os povos, os movimentos e as comunidades se unam e se conheçam cada vez mais, para enfrentarem juntos um modelo de desenvolvimento que até hoje está enriquecendo poucos e distribuindo para muitos seus impactos e contradições.

Aliado a isso, verifica-se que há mudança no conteúdo de protesto, criando uma variação no sentido da comunicação dos conflitos, como apontada na declaração<sup>107</sup> sobre o que foi discutido no I encontro Internacional dos Atingidos pela Vale:

Os participantes tinham descrito vários tipos de conflitos: a luta pela terra e a expulsão das famílias camponesas, o impacto ambiental da mineração, o inchaço das cidades ‘em desenvolvimento’, a discriminação contra os trabalhadores lesionados e ‘inúteis’, as próprias artimanhas da Vale em cooptar lideranças e aliciar o povo.

Se antes as temáticas propostas se restringiam à exigência de estabilidade de emprego e a manutenção dos investimentos sociais da Vale e a necessidade de reestatização, após a realização das caravanas, a partir da troca de experiências e expansão das informações entre os que se agregaram ao movimento, as temáticas se ampliam para o entendimento de que as inconsistências do sistema estão ligadas aos consensos produzidos sobre o modelo de desenvolvimento.

Observa-se que as mudanças nos fatos sociais percebidos pelo movimento provocaram mudanças em suas tematizações, o que alterou os endereços de protestos, conforme pode ser visualizado na figura abaixo:

**Quadro 3** – Mudanças nos fatos sociais e nas tematizações do movimento Atingidos pela Vale 2007-2014 fonte a partir das informações no site da rede Justiça nos Trilhos.

<sup>105</sup> Declaração extraída da notícia intitulada Notícias a exploração ambiental na Amazônia e a promessa de desenvolvimento, publicada no site da Rede Justiça nos Trilhos em 2014.

<sup>106</sup> Trecho da convocatória elaborado por um conjunto de movimentos e organizações sociais mineiros, disponível na notícia intitulada por que uma caravana de Minas Gerais? Publicada no site da Rede Justiça nos Trilhos.

<sup>107</sup> Declaração extraída da notícia intitulada as sementinhas da Caravana Norte, publicada no site da Rede Justiça nos Trilhos, em 2010.

<b>Fato Social</b>	<b>Temas</b>
Privatização da Vale de 1997 (2007)	A favor da estatização
Desemprego (2009)	A favor da mineradora em defesa dos empregos
Aumento de conflitos socioambientais em área de mineração	A favor da resolução dos problemas socioambientais
Discussão sobre a duplicação da EFC (2011)	Contra a expansão de novos projetos da mineradora Vale e contra o modelo de desenvolvimento em vigor
Relação da Vale com o modelo de desenvolvimento (2012-2014)	Proposta de um novo modelo de desenvolvimento

**Fonte:** elaborada pela autora.

Se nos anos de 2007 e 2009 o endereço de protesto não era a mineradora Vale, mas o Estado, o qual promoveria a intervenção entre a Vale e os movimentos sociais, a partir de 2011 o endereço de protesto passa a ser a Vale e as consequências dos projetos de mineração para a região, ao mesmo tempo; o movimento protesta também contra o Estado, o qual é considerado co-responsável pelo modelo de desenvolvimento em vigor.

Nesse sentido, constata-se que não há um endereço certo para se exigir a adoção dos consensos que se pretende propagar, mesmo em casos nos quais os protestos aparecem como tendo sido dirigidos contra a indústria da mineração, as demandas demonstram que o movimento requer políticas públicas de Estado, como pode ser visualizado no quadro abaixo, sobre alguns protestos realizados na região de Carajás:

**Quadro 4 – Tipos de protestos, Motivos de Protestos e Demandas.**

<b>Ano</b>	<b>Tipos de protestos</b>	<b>Motivos de protestos</b>	<b>Demandas</b>
<b>2012</b>	Bloqueio ao canteiro de obras da Ferrovia Carajás	Não cumprimento de acordos pela Vale de compensações pelos impactos das obras	Compensações
<b>2013</b>	Acampamento com bloqueio da ferrovia Carajás e ocupação da sede da prefeitura de Açailândia, Maranhão e bloqueio da BR 222	Impactos da duplicação e insegurança na travessia da ferrovia e Falta de compromisso da prefeitura, empresas siderúrgicas e Vale	Exigência da construção de viadutos e Falta de compromisso da prefeitura, empresas siderúrgicas e Vale

<b>2014</b>	Marcha até a sede do Fórum de São Luiz e Bloqueio de 30 horas do acesso das siderúrgicas	Atropelamento de um morador pelo trem e desapropriação de terras	Exigências de travessias seguras e providências financeiras em relação à morte do morador e Cobrança da prefeitura de reassentamento dos bairros
-------------	--	--	--

**Fonte:** quadro produzido a partir da publicação de material no site da rede Justiça nos Trilhos sobre parte dos levantes populares em reação aos impactos da duplicação do complexo logístico norte da Vale.

O movimento dos Atingidos pela Vale, contra as promessas de emprego, também tem modificado o sentido do protesto. Em 2010 requeriam a participação nos benefícios trazidos pelas “oportunidades” de empregos diretos ou indiretos, como está explícito na fala dos representantes do sindicato dos Metalúrgicos (Metabase) de Minas Gerais<sup>108</sup>: “Estamos em ampla campanha exigindo estabilidade no emprego e a manutenção dos investimentos sociais da Vale”.

Em 2011, passaram a disseminar a semântica da ilusão, ao ressoar as expectativas divergentes sobre a geração de empregos na região, como está demonstrado na fala do representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Açailândia<sup>109</sup>:

Cria-se expectativas de ilusão de que as coisas vão melhorar, que vai ter emprego, escolas, estradas, até asfalto é prometido, só que na verdade o que existe são empregos abaixo de 20% do prometido, não chegou a 30 pessoas, as promessas feitas pelos representantes da Vale não foram cumpridas [...].

Além disso, o movimento atingidos pela Vale demonstra também compreender que dos empregos gerados, os mais qualificados não são absorvidos pela mão de obra local, como indicado na fala do representante do sindicato metalúrgico de Açailândia<sup>110</sup>:

Em 1980 cheguei de São Paulo para Açailândia, assistimos ao ânimo do emprego do desenvolvimento alimentado pela empresa, mas isso não aconteceu. De 1980 a 1990, houve a vinda das siderúrgicas, o que provocou um novo ânimo na região, mas não aconteceu novamente, os empregos melhores não foram absorvidos pelos açailandenses, estes trabalharam no caminhão, no carregamento de materiais [...]. Na região de Piquiá de Baixo está a cadeia da produção de aço, muitas promessas da

<sup>108</sup> Esta fala foi extraída do vídeo intitulado trabalhadores da Vale em defesa do emprego 4, produzido pelo movimento Atingidos pela Vale e publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 22 de setembro de 2009.

<sup>109</sup> Fala extraída da matéria produzida por um jornal local e publicada, no site da rede Justiça nos trilhos, com o título Indignados em Piquiá bloqueiam BR, em 2011.

<sup>110</sup> Fala extraída em observação participante no I encontro Tripartite África-Canadá-brasil e III encontro regional dos Atingidos pela Vale, realizado em novembro de 2011, na cidade de Açailândia, Maranhão.

Vale a serem cumpridas, falácia do progresso, do emprego, os empregos são precarizados para os que são da região e para os de outras região, principalmente do sul, o salário é dobrado [...].

A partir de 2011, o movimento propõe desestabilizar as expectativas geradas pela mineradora Vale sobre progresso e desenvolvimento e tentam construir um modelo alternativo. Este modelo alternativo é considerado, pelo movimento, como o mais coerente a ser aderido pela sociedade. Conforme declarado na carta internacional dos Atingidos pela Vale<sup>111</sup>, produzida ao final do I encontro internacional dos atingidos pela Vale, a proposta é fortalecer a luta internacional de enfrentamento à Vale. Esta proposta objetiva realizar denúncias e resistências e construir um modelo alternativo ao modelo produzido pela mineradora Vale:

A propaganda da Vale nos lembra todos os dias que ela é brasileira e que trabalha com “paixão” para promover o “desenvolvimento sustentável” internacionalmente e para garantir um futuro para nossas crianças. Utiliza em suas propagandas a imagem de pessoas ilustres e artistas famosos [...]. Denunciamos as violações dos direitos humanos, exploração de trabalhadores e trabalhadoras, precarização das condições de trabalho, destruição da natureza e o desrespeito às comunidades tradicionais, periferias urbanas e sindicalistas [...]. A partir desse momento, fortaleceremos o seguimento e denúncia de cada passo dessa empresa, ampliando a luta, resistência e a construção de alternativas a esse modelo explorador e depredador [...].

A partir disso, o movimento busca mecanismos para aumentar a adesão e agregar a maior quantidade possível de informações sobre os pressupostos institucionalizados da mineração para promover contestações, como foi declarado na abertura do I encontro internacional dos Atingidos pela Vale<sup>112</sup>:

[...]mudar o quadro demonstra com fatos concretos e estudos de casos o que realmente vem acontecendo à população que vive o entorno dos empreendimentos, aos trabalhadores...O objetivo do encontro é dar voz, trabalhar instrumentos (coletivos, monitoramento) e estratégias comuns para contestar seu poder absoluto e fortalecer os trabalhadores e as comunidades atingidas.

Ao mesmo tempo em que a comunicação produzida pelo movimento social garante efetividade de sua realização, no sentido de atingir o alvo da sua comunicação e irritar os pressupostos defendidos pela empresa, também funciona como “sistema imunológico”. A empresa também aprende com o movimento de que forma deva atuar para minimizar os conflitos gerados. É o caso do programa de

<sup>111</sup>A carta foi elaborada pelos mais de 160 participantes de diversos países do I encontro internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2010. Esta carta está disponível no site da rede justiça nos trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)).

<sup>112</sup> Declaração extraída da notícia, produzida pelo movimento, intitulada Encontro começa em clima de esperança, a qual foi publicada no site da rede justiça nos trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)), em 2010.

relacionamento com as comunidades, também a cooptação por parte da empresa das lideranças comunitárias e até infiltração nos movimentos sociais de funcionários que acompanharão os passos dos movimentos.

A cada novo encontro realizado no movimento, surgem novas ideias como, por exemplo, a do uso de tecnologias interativas como foi a elaboração do mapa de conflitos ambientais, produzido pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e com o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental (NINJA) da Universidade de São João Del Rei (UFSJ).

Com a produção deste mapa de conflitos ambientais, pretende-se, tanto estimular visitas *in loco* e a realização de oficinas com comunidades e movimentos sociais, quanto promover a participação das comunidades, das áreas afetadas, na revisão e atualização do banco de dados online. Isso demonstra como o movimento cria critérios de seleção da informação para transformá-la em comunicação divergente.

O estabelecimento de parceria entre o movimento social e a universidade é importante para o movimento. Espera-se da Universidade a geração de conhecimento para embasar os argumentos. Para o movimento social, os estudos realizados na universidade, funcionam como produção de “verdades” contra as quais é mais difícil contestar.

Nota-se que, ao longo dos anos, devido à importância que alcança o uso da internet para o espriamento das informações do movimento. Há aumento nos endossamentos dos protestos. O movimento passa a tornar público ações e notícias que não foram produzidas pelo movimento, mas que ele atribui a si, ao publicar no site do movimento.

Ao longo dos anos, constata-se que o movimento amplia as fontes de informações de suas notícias publicadas no site do movimento, como pode ser visualizado no timeline B no apêndice desta tese.

O movimento se apresenta com a intuição de contestar e ampliar os discursos vigentes no sistema dos meios de comunicação de massa. Atuando nesse sistema funcional com sucesso requer a produção de notícias, de novidades, já é essa a operação básica desse sistema.

Sinaliza-se aqui, que o movimento, ao produzir informações, pretende crescer, se manter, estabelecer assim a sua autopoiesis. O local onde quer propor

as transformações para a sociedade não no sistema funcional econômico nem no sistema funcional político. O movimento pretende atuar como parte substitutiva do sistema de comunicação em massa.

Observa-se que, entre os anos de 2009 e 2010, todas as notícias e vídeos publicados no site, foram produzidos pelo movimento e que entre os anos de 2011 e 2015, além do aumento do volume de publicações postadas no site, principalmente a partir do ano de 2013, 90% foram endossadas pelo movimento, ou seja, foram assinadas pelo movimento.

Da mesma forma, observa-se algumas ações espontâneas que surgem contra a empresa de mineração Vale, tais como: 1) os protestos contra os impactos socioambientais da duplicação da EFC; dos moradores da Vila União, em Parauapebas; dos moradores da cidade de Buriticupu, no Maranhão e das comunidades quilombolas em Santa Rita, no Maranhão; e 2) e as paralizações da EFC realizadas pelas comunidades quilombolas Moquibom do Maranhão, contra a perda de seus territórios, todas ocorridas no ano de 2014. O movimento assume tendo sido realizado por ele, como pode ser visualizado no trecho extraído da Nota de apoio da Rede Justiça nos trilhos<sup>113</sup>, publicada no site:

A Rede Justiça nos Trilhos (Jnt) apoia a luta dos quilombolas do Maranhão e acredita que a história desse povo não pode ser prejudicada pela chegada do falso desenvolvimento e da ação de grandes empresas como a mineradora Vale S.A. [...] consideramos legítimas as reivindicações das comunidades [...].

A tentativa de concentrar ações espontâneas como estratégia de propagar expectativas divergentes contra a mineradora Vale, é o principal motivo para o aumento dos endossamentos do movimento, como pode ser percebido na fala da liderança do Movimento Nacional dos Atingidos por Mineração (MAM):

Qualquer luta contra a mineração é nossa, embora organicamente não se pode estar em qualquer lugar [...]. Não pode ir o dirigente para estar lá em qualquer lugar, temos que fazer fóruns, seminários, tem que ter uma organização para lidar com essas lutas [...]. Quem está fazendo esse ano, bloqueios em estradas contra a duplicação da ferrovia, se não tem organização, é possível falar que é o prefeito que quer [...]. Se combinassem as ações seriam uma maravilha, mas nem sempre é possível isso, esse potencial existe, nunca esteve tão propício para isso, em se fazer ações contra a mineração, não tem um para organizar isso, queremos ter esse momento de ter de concentrar essas ações, isso é um paraíso.

Endossar os atos de movimentos espontâneos, ao mesmo tempo em que demonstra a capacidade de se agregar novos seguidores, impressionar o adversário

---

<sup>113</sup> Nota de apoio elaborada pela Rede Justiça nos trilhos e publicada no site da rede no ano de 2014.

e desestabilizar o sistema, também significa que há um maior risco de perder o controle sobre o que é produzido e publicado pelo movimento. Com isso aparece a necessidade de o movimento criar mecanismos de seleção para definir, de fato, o que é organizado pelo movimento e o que não representa a sua atuação.

#### 5.4 PRODUÇÃO DE CONSENSOS, GENERALIZAÇÃO DE DISSENSOS

Os relatos das comunidades no entorno dos conflitos são muito importantes para a consolidação da informação e da tematização de sentidos da comunicação sobre o que é inconsistente ou precário. O movimento produziu um Dossiê dos impactos e violações da Vale no Mundo<sup>114</sup>, que contribui para construção de causalidades, conforme está explícito na sua apresentação:

A construção desse dossiê foi coletiva e a partir dos grupos locais (se refere às comunidades) [...]. Priorizamos a visão dos atores e seus processos locais em detrimento de um “rigor” científico e técnico, pois esse corresponderia ao objetivo de fortalecimento destes próprios atores sociais.

O dossiê apresenta inconsistências em relação ao que a Vale tematiza em seus relatórios,<sup>115</sup> programas e slogans para apontar seus impactos, violações as estratégias utilizadas pela empresa para obter lucros e se tornar competitiva no mercado internacional, como está indicado na sua apresentação:

Com a elaboração do documento, queremos também, dar uma maior visibilidade ao outro “lado” dos empreendimentos da Vale. Aquela face que se mostra bem diferente da imagem de sucesso, desenvolvimento sustentável, solidariedade comunitária e redistribuição social dos dividendos propagados pela empresa [...]. Aqui estão contidos alguns dos casos paradigmáticos que possibilitam a articulação global dos atingidos pela Vale [...].

---

<sup>114</sup>O dossiê dos impactos e violações foi elaborado logo após o I encontro internacional dos Atingidos pela Vale, o qual significa a compilação de todos os casos relatados pelos movimentos sociais, por representantes de comunidades e trabalhadores no entorno da área de mineração. O referido documento foi publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2010.

<sup>115</sup> Os relatórios de sustentabilidade da Vale passam a ser publicados, no site da companhia ([www.vale.com](http://www.vale.com)) a partir de 2010 e tem como objetivo mostrar a atuação da empresa em concordância com os princípios internacionais de responsabilidade social Corporativa e ambiental para fazer frente às exigências dos organismos internacionais. Os principais itens que compõem a materialidade da política de desenvolvimento sustentável da empresa são: comunidade; mudanças climáticas; energia; água; saúde e segurança do trabalho; emissões; resíduos; gestão de talentos; desenvolvimento de fornecedores e uso da terra. a empresa é apresentada como líder no quesito respeito aos direitos ambientais e direitos humanos. Os relatórios afirmam que todas as atividades da Vale estão, de forma responsável, comprometidas com o desenvolvimento sustentável, sendo guiadas por uma política de transparência, respeito ao direito dos acionistas, proteção ao meio ambiente, desenvolvimento dos empregados e melhoria da qualidade de vida nas comunidades em que atua.



Desta forma, como foi explicitado acima, a partir da generalização dos discursos contraditórios da Vale em relação às propostas de desenvolvimento sustentável, solidariedade e redistribuição e da tentativa de construção de uma articulação global entre os diversos movimentos, em diferentes países onde há atividade da Vale, o movimento passa a adotar uma semântica mais abstrata ao associar a Vale ao símbolo do modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, há variação nas informações e no sentido da comunicação, como foi sinalizado em declaração publicada no site<sup>116</sup>:

Os participantes que moram em regiões e países de culturas tão diversas mostram que sofrem com o mesmo modelo de desenvolvimento. Por meio de seus depoimentos deixaram claro que a nova forma de produção do sistema capitalista tem globalizado, mais do que tudo, injustiça ambiental e desrespeito aos direitos humanos.

Nesse sentido, constata-se que o núcleo comunicativo, aquilo que mantém a unidade do movimento social sob um sentido que se propõe difundir e generalizar para afetar o sentido estabelecido pela comunicação dominante, passa a girar em torno dos conflitos gerados pelo progresso econômico, bem como o que é propagado deste progresso em campanhas publicitárias pela mineradora, como está explicitado na convocatória da Caravana Internacional dos Atingidos pela Vale<sup>117</sup>:

Progresso econômico para os municípios, geração de emprego, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável fazem parte da campanha publicitária vinculada pela empresa para convencer comunidades e trabalhadores a aceitarem a mineração, mas o que a realidade comprova é a acentuação de conflitos sociais, econômicos e ambientais que modificam a qualidade de vida das pessoas.

Em notícia<sup>118</sup> produzida pelo movimento, sobre o anúncio do I encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, por meio de um *outdoor*, em uma das principais vias de acesso, na cidade do Rio de Janeiro, fica claro o entendimento que o movimento tem de como a campanha publicitária da mineradora Vale cria códigos rígidos que garantem a estabilidade do consenso por ela propagado. Nesse sentido, o movimento elabora uma contrapropaganda, como se verifica abaixo:

<sup>116</sup>Declaração extraída da notícia intitulada Baía de Sepetiba recebe caravana, publicada no site da rede Justiça nos trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)), em 2010.

<sup>117</sup> Declaração extraída da Convocatória: Caravana Internacional dos Atingidos pela Vale em Minas Gerais, a qual foi elaborada por organizações e movimentos sociais, ambientais e sindicais de Minas Gerais, unidos em parceria com representantes de movimentos internacionais que promoveram o I encontro Internacional dos Atingidos pela Vale com o objetivo de convocar toda a sociedade e movimentos sociais para participar da Caravana Internacional realizada em Minas Gerais, este documento foi publicado como anexo do Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, e publicada no site da rede Justiça nos trilhos, em 2010.

<sup>118</sup>Trecho extraído da notícia intitulada contrapropaganda no Rio de Janeiro, a qual traz a informação sobre a elaboração de um *outdoor*, na principal avenida da Cidade do Rio de Janeiro, para anunciar a realização do I encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, naquela cidade.

Um outdoor bem diferente passou a ocupar espaço na Avenida presidente Vargas, uma das mais movimentadas da capital carioca. Nele, uma mensagem provocativa: “trabalhadores explorados, famílias despejadas, natureza destruída. Isso Vale? [...] Essa contrapropaganda faz frente à visão massivamente veiculada pela empresa, que mostra funcionários sorridentes, trabalhando a serviço do “progresso do país”. Mas esse progresso serve a quem? É promovido a custo de quê?”

As semânticas anunciadas acima: serve a quem e a custo de quê, ressoam como variações na comunicação com a pretensão de irritar o consenso que emerge como realidade. Dessa forma, o movimento passa a enfrentar os conflitos pela negação de suas inconsistências. Isto foi destacado em uma declaração, no vídeo<sup>119</sup>, produzido pelo movimento, sobre a campanha “Não Vale”: “Não Vale acolhermos o progresso tendo de pagar o preço violento do desmatamento, do trabalho escravo, da monocultura do eucalipto, da poluição urbana, Não Vale”.

#### 5.5 PROPOSIÇÃO DE UM MODELO ALTERNATIVO: DIFUSÃO DO NÚCLEO TEMÁTICO, AMPLIAÇÃO DO ENDEREÇO DE PROTESTO E AS DIFICULDADES NA MANUTENÇÃO DA COESÃO E NA OBTENÇÃO DE “SUCESSO”

O movimento, ao produzir variações no sentido da sua comunicação, propaga uma semântica mais abstrata. Em 2009, defendiam a luta contra o desemprego. No ano de 2010, passam a defender a luta contra o modelo de desenvolvimento. Isso tanto possibilita uma maior adesão dos participantes ao movimento e produz variações nas propostas sobre os rumos da região quanto modifica o endereço e as formas do protesto e suas mobilizações.

Dessa forma, a possibilidade da propagação de uma semântica mais abstrata para facilitar a adesão da rede é uma constante para o movimento social que sempre requer maiores aderentes para impressionar seus adversários e produzir expectativas divergentes contra o que se quer protestar.

No entanto, a ampliação produz um problema de manter a coesão do movimento, pois à medida que se amplia a temática e o problema, torna-se improvável que a comunicação produzida seja compreendida, dificultando saber o que a motiva, o que leva à mudança no endereço e na produção de resultados. Sendo assim, é difícil mostrar sucessos e resultados para manter os seguidores por muito tempo, como será verificado a seguir.

---

<sup>119</sup> Declaração extraída do Vídeo intitulado Não Vale: aprofundando os conflitos com a empresa, publicado no site da rede justiça nos trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)).

Nesse sentido, a título de ilustração, a busca por adesão foi enfatizada no ato público, realizado na assembleia Legislativa, do Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de abril de 2010<sup>120</sup>, ao final do I encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, sobre o fortalecimento dos apoiadores e a construção de estratégias comuns:

E foram muitas bandeiras, faixas e palavras de ordem pedindo soberania dos povos, justiça ambiental e respeito aos direitos humanos e trabalhistas. Brasil, Canadá, América Central, a luta contra a Vale é internacional[...]. A proposta agora é consolidar frente de resistência entre estes grupos locais e construir estratégias comuns [...].

E com relação à mudança de endereço, constata-se que isso está bem demarcado ao longo dos anos, na mudança da produção de seus diversos núcleos temáticos para dar sentido aos protestos e dissensos propagados e nas semânticas produzidas pelo movimento, como pode ser visualizado no quadro a seguir:

**Quadro 4 – Núcleos temáticos, semânticas e endereços de protestos**

<b>Ano</b>	<b>Núcleos temáticos</b>	<b>Semânticas</b>	<b>Endereços de protestos</b>
<b>2007/2008</b>	A Vale é nossa	traição/abandono	Estado
<b>2009</b>	Não Vale reduzir postos de trabalho	exploração/lucro	Vale
<b>2010</b>	Não vale progresso, desmatamento e trabalho escravo	sofrimento/lucro/sonho/fracasso	Vale e Estado
<b>2011</b>	Não Vale duplicar	justiça/injustiça	Estado
<b>2012</b>	Mitigações e compensações	ilusão/ promessas	Vale e Estado
<b>2013/2014</b>	novo marco regulatório	omissões/garantias/direitos	Estado

Fonte: Elaboração feita pela autora a partir das informações disponíveis no site do movimento.

Ao longo dos anos e por meio de questionamentos a respeito do controle dos territórios pelas comunidades e populações locais no entorno da mineração, abre-se a possibilidade de propor alternativas para que as comunicações seguintes sejam alteradas, no sentido de possibilitar a participação das comunidades e população local no desenvolvimento local, como explicitado na declaração<sup>121</sup>:

Cabem algumas perguntas: De que maneira os povos atingidos ou ameaçados pela cadeia minero-siderúrgica podem participar da construção do futuro em suas terras? Será que um dia vão ser protagonistas dos planos de investimentos em seus territórios?

<sup>120</sup> O ato público que reuniu cerca de 200 manifestantes, ao final do encerramento do I encontro Internacional dos Atingidos, na cidade do Rio de Janeiro, foi noticiado no site da rede justiça nos trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)), sob o título: Brasil, Canadá, América Central... A luta contra a Vale é internacional, em 2010.

<sup>121</sup> Questionamentos proferidos pelo movimento durante a caravana realizada em Barcarena, no Estado do Pará, publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2010.

Como foi declarado no Dossiê citado anteriormente, o movimento passa a buscar não apenas alternativas que busquem alterar as comunicações futuras no sentido de gerar irritação ao consenso estabelecido, mas propor um modelo alternativo de desenvolvimento que possa eliminar as inconsistências geradas pelas contradições do modelo que está posto, as quais são:

Atuação da empresa com isenções fiscais; processos de licenciamento favorecidos; legitimidade e seriedade das audiências públicas, apoio de infraestrutura (não cumpre lei de compensação financeira e falta fiscalização das autoridades locais) e financiamento das campanhas eleitorais.

Para eliminar essas inconsistências do modelo que está posto, o movimento indica no Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, a construção de outro modelo ou outra versão da realidade<sup>122</sup>: “A caminhada é longa, mas a caravana vai fazendo fomentar modelos e perspectivas diferentes na busca de um outro modelo de desenvolvimento”.

Ao longo dos anos, o movimento aprende que há uma ausência de propostas que possam romper e desestabilizar o consenso do desenvolvimento pressuposto tanto pela empresa de mineração, quanto pelos governos locais. Nesse sentido, a partir de 2010, devido ao fato da duplicação da EFC, o que implicou no aumento dos conflitos e cansados das promessas dos “benefícios” da mineração e da convivência dos órgãos públicos locais, o movimento encontra uma forma de reduzir a complexidade, por meio da generalização de um tema de protesto que atenda a interesses diversos, tal qual: a resistência ao “modelo de desenvolvimento”.

Generaliza-se o paradoxo do desenvolvimento em campanhas, notícias que apresentam, de um lado, o crescimento que possibilita determinados grupos garantirem o aumento relativo da qualidade de vida e consumo, por outro lado, outros grupos convivem com a perda dos modos de vida, dos territórios e das bases culturais e econômicas de subsistência.

Nos diversos materiais produzidos e publicados no site, verifica-se que o movimento passa a se posicionar a favor das desapropriações de terras para fins de reforma agrária, demarcações e homologações de terras indígenas, territórios quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, da criação de reservas extrativistas e outras unidades de conservação. Declaram assim, a favor dos povos

---

<sup>122</sup> Trecho extraído do Dossiê de impactos e violações da Vale no mundo, elaborado pelo movimento a partir de denúncias relatadas durante o I encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, em 2010, este documento encontra-se disponível no site da rede Justiça nos Trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)).

e comunidades amazônicas da preservação da natureza e diversidade política econômica e sociocultural, como alternativa, ainda que pouco concreta, para oferecer em troca das inconsistências de um modelo que reduz as possibilidades de escolha de outros, como está explícito na declaração abaixo<sup>123</sup>:

As políticas de desenvolvimento regional são definidas acima da possibilidade de participação de quem habita os territórios, favorecem incentivos fiscais e financiamentos aos empreendimentos ligados à mineração e boicotam outras visões e perspectivas. Essa falta de alternativas joga a favor das mineradoras, gerando mão de obra barata que depende cada vez mais delas e se centraliza, geográfica e economicamente, em volta das minas ou suas infraestruturas, vinculando-se permanentemente a elas.

Essa produção de comunicação destoante, pressuposta pelo modelo de desenvolvimento para as regiões, em área de mineração, é propagada pelo movimento como um modelo que é promovido pelo Estado no intuito de atender aos interesses dos empreendimentos minerais mesmo que isto custe prejuízos sociais, econômicos, políticos, culturais, artísticos e ambientais para as comunidades locais. Em notícia publicada no site do movimento<sup>124</sup>, há uma descrição sistemática do modelo que se quer desconstruir:

O extinto Programa Grande Carajás, cujas continuidades, hoje, são comandadas pela mineradora Vale S/A e seus parceiros, impôs um modelo de desenvolvimento que trouxe enormes prejuízos sociais, econômicos, políticos, culturais, artísticos, ambientais à Amazônia Oriental. Mineração, exploração ilegal de madeira, indústrias poluidoras, pesca predatória, monocultivos, pecuária extensiva, especulação imobiliária no campo e na cidade e obras de infraestrutura provocam profundas alterações nas paisagens e nos modos de vida.

Vivemos sob uma economia de enclaves, controlada por grandes corporações de alcance internacional e, assim como em várias partes do mundo, somos submetidos a: descomunal concentração de terras, a maior do País; poluição, destruição dos ecossistemas; concentração de renda; violência e assassinatos no campo e na cidade; trágicos conflitos fundiários; precarização do trabalho; trabalho escravo e infantil; desmonte da legislação trabalhista, ambiental e territorial; processos compulsórios de migração; aumento da miséria; genocídios de povos e comunidades tradicionais; desigualdade de gênero e marginalização da juventude e dos idosos.

A voracidade da extração de minério de ferro da região Carajás determina o projeto de abertura de uma nova e enorme mina na Serra Sul da Floresta Nacional Carajás, a duplicação da Estrada de Ferro, considerada ilegal pela Justiça Federal, e a construção de novas ferrovias, assim como a expansão do complexo portuário da região. O resultado é a intensificação das agressões aos povos, às comunidades e à natureza.

O agronegócio é inimigo da sociedade, com suas práticas destrutivas da natureza e dos modos de vida, da agricultura familiar camponesa e dos

<sup>123</sup>Declaração extraída de notícia intitulada Nem tudo que reluz é ouro: os impactos da mineração sobre os direitos humanos, produzida pelo movimento e publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2014.

<sup>124</sup> Esta trecho foi extraído da notícia publicada no site da rede justiça nos trilhos( WWW.justicanostrilhos.org.br), intitulada: Um lugar onde se vê o ar, em junho de 2014.

povos das florestas, das águas e das cidades. Trata-se de um modelo de produção que impõe uma alimentação envenenada com seus agrotóxicos. Esse 'desenvolvimento' constitui um crime de lesa-humanidade. Nesse ambiente, denunciemos o Estado como agente promotor e sustentador de tal modelo econômico que oprime e explora. Salvo honrosas exceções, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, em todos os seus níveis, atendem aos interesses dos empreendimentos opressores. A relação é de cumplicidade e submissão, havendo um cordão umbilical entre o grande capital internacional, a estrutura oligárquica e os poderes locais.

Ao propagar este dissenso, o movimento pretende mostrar para sociedade que ela escolheu mal este modelo e que é necessário que a mesma compreenda e defenda um novo modelo proposto pelo movimento.

Para o movimento social Atingidos pela Vale a comunicação é aceita pela sociedade se esta, apresentada como proposta de um modelo alternativo, for compreendida e defendida e isto é um dos principais desafios que o movimento enfrenta, como explicitado no documento produzido pelo movimento intitulado "A mineração no sul e sudeste Paraense", o qual foi distribuído entre os presentes do V encontro regional dos Atingidos pela Vale, em 2013, conforme trecho a seguir: "Construir um projeto para além da lógica do capital, capaz de ser compreendido e defendido pela sociedade".

O movimento apresenta sua proposta de novo modelo a partir do reconhecimento que há um confronto de duas lógicas diferenciadas de apropriação dos recursos e do meio ambiente defendidas pelo Estado, empresa de mineração e pelas comunidades locais. O movimento passa a demonstrar que há outras visões ou referências de modelos de vida que devam ser adotados, os quais são capazes de se constituírem como alternativas ao modelo que está posto. Defende as experiências de formas econômicas baseadas no modo de vida comunitário, e por isso que se ressoam constantemente as semânticas sustentável/insustentável para se referir à tais modelos.

Em 2011, o movimento, que, até o ano de 2010 havia proposto um modelo alternativo, mas sem a definição de seus pressupostos, passa a delinear os sentidos das propostas de um modelo alternativo que pressupõe a permanência das famílias no campo por meio de atividades produtivas de subsistência, conforme explicitado na fala do representante da casa familiar rural de Açailândia, também missionário comboniano ligado à igreja Católica<sup>125</sup>:

---

<sup>125</sup> Fala do representante da Casa Familiar Rural de Açailândia, Maranhão, entidade integrante do movimento atingidos pela Vale, em participação do I encontro Tripartite África-Canadá- Brasil dos atingidos pela Vale, realizado em Açailândia, Maranhão, em 2011.

A escola adota a metodologia da alternância e oferece formação integral ao jovem do campo e motiva a articulação entre as associações locais, principalmente as voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, envolvendo em suas atividades pais, filhos e comunidades em geral [...]. Além da educação técnica, ensina-se valores militantes, busca-se mostrar a causa que estes jovens devem ter para lutarem e defender, lutar pela comunidade onde vivem e passar para a frente, chamamos de pedagogia da alternância, não tira o jovem do seu meio de vida, ele vai para escola e volta para a comunidade, uma semana passa na escola e outra semana na comunidade. É difícil manter uma escola comunitária no Brasil, por isso cria-se uma associação para manter essa escola, muitas comunidades não existem mais porque o agronegócio chegou primeiro. Priorizam-se as culturas, o que a comunidade já conhece, milho, feijão, apicultura, isso é agroecologia, utilização de recursos orgânicos para não ter uma agricultura dependente de produtos adquiridos nas lojas. Valoriza-se as raízes culturais, culturas próprias camponesas, quadrilha, capoeira [...]. Defende-se o desenvolvimento rural, a melhoria alimentar, redução da dependência externa da propriedade, criação de pequenos animais e práticas agroecológicas.

Em 2014, há o reforço da defesa à alternativas do modelo de desenvolvimento a partir de um trabalho de base de formação das comunidades em agroecologia, economia solidária e formação popular, para que as comunidades possam desenvolver de forma autônoma os seus territórios, conforme explicitado em declaração do movimento sobre os principais eixo de atuação<sup>126</sup>:

C) Alternativas a esse desenvolvimento. Trabalhamos intensamente na educação popular, para o protagonismo das comunidades na gestão política e econômica de seus territórios. Promovemos experiências produtivas e de auto-sustentação alternativas ao modelo de enclave imposto pela mineração.

A experiência da criação de um Fórum de políticas públicas de Buriticupu, no Maranhão, considerado espaço para proposição de alternativas no enfrentamento dos impactos provocados pelas atividades ligadas à mineração nas comunidades locais, sinaliza de que forma o movimento constrói os pressupostos do modelo alternativo defendido pelo movimento.

No vídeo intitulado Mutirão da vida, agroecologia como alternativa ao saque da mineração<sup>127</sup>, está evidenciado que a base do novo modelo está pautado na pedagogia de solidariedade, que incentiva trabalhos comunitários e mutirões e associa a ideia de alcance do equilíbrio entre a humanidade e o meio ambiente na utilização dos recursos naturais. Para atingir esse equilíbrio, o movimento propõe a transição do modelo vigente para um modelo pautado na economia local, na

---

<sup>126</sup> Trecho extraído da entrevista do Padre Dario Bossi, fundador da rede Justiça nos trilhos e líder do movimento Atingidos pela Vale, realizada pelo Instituto Humanas Unissinos (IHU), intitulada Um segundo Programa Grande Carajás, publicado no site da rede Justiça nos Trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)), em abril de 2014.

<sup>127</sup> Vídeo produzido pelo movimento e publicado no site da rede Justiça nos Trilhos ([WWW.justicanostrilhos.org.br](http://WWW.justicanostrilhos.org.br)) em setembro de 2014.

produção de bens duráveis, na diminuição do consumo, no desenvolvimento de uma visão de limites de produção e reutilização de recursos.

Com base nestes pressupostos o movimento anuncia um cenário pós-extrativista, cuja ênfase está na valorização da produção ligada ao território e defesa da sabedoria das comunidades tradicionais. Constata-se que o movimento Atingidos pela Vale generaliza as inconsistências do modelo vigente e propõe, para cada inconsistências, semânticas que gerem instabilidade na comunicação dominante, semelhante ao que é produzido pelos movimentos na Região Andina, conforme explicitado no quadro abaixo:

**Quadro 5** inconsistências do modelo atual e semânticas do modelo alternativo produzidos pelos movimentos sociais na América Latina

<b>INCONSISTÊNCIAS</b>	<b>SEMÂNTICAS</b>
Lucratividades	Repartição equânime
Perda de território	Permanência no território
Economias de enclave	Economia solidária
Crescimento descontrolado	Crescimento sustentado
Exploração do trabalho	Trabalho coletivo/dignificante Práticas sociais solidárias
Destruição da natureza	Respeito à natureza Controle biológico Produção orgânica

Fonte: Elaboração Própria

Com base nessas inconsistências e semânticas, os movimentos pretendem informar para a sociedade que é preciso defender uma nova comunicação, se a sociedade escolhe as novas semânticas, tem-se a transição para o modelo pós-extrativista.

No entanto, para que ocorra esta transição, segundo defende o movimento dos Atingidos pela Vale, é imprescindível uma reforma estatal, que possibilite que o Estado transite de uma situação de promotor do modelo vigente para incentivador de práticas econômicas desenvolvidas pelas comunidades locais, conforme está descrito na seguinte declaração do movimento<sup>128</sup>:

Para o desenvolvimento de uma economia pós-extrativista há a necessidade de reforma do sistema estatal. Hoje, o estado é cúmplice de um modelo voltado à exportação e reprimarização da economia e isso se reflete na abertura da legislação ambiental e no privilégio de grandes

<sup>128</sup> Declaração do movimento extraída da notícia intitulada Transições ao Pós-extrativismo, publicada no site da rede Justiça nos Trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)) em 2012.



projetos em detrimento da gestão dos territórios pelas comunidades, por exemplo.

Devem nascer, por iniciativa do Estado, a descentralização das decisões econômicas e o intercâmbio produtivo, mas o primeiro passo que deve ser dado é a simples aplicação das leis, porque nem isso está acontecendo. O próprio Estado age contra as leis para disfarçar impactos sociais e ambientais gerados pelo modelo econômico.

Embora, na visão do movimento, o lugar de atuação do movimento não seja a política, o movimento propõe que este novo modelo será implementado a partir da compreensão da informação pelo subsistema político. Na visão do movimento, isto trará justiça socioambiental, conforme descrito na fala do fundador do Fórum de Políticas Públicas de Buriticupu, no Maranhão<sup>129</sup>: “Quando a política acreditar nesses pequenos projetos e não nesses grandes investimentos multinacionais, haverá finalmente justiça socioambiental e controle popular dos bens públicos”.

Além disto, o movimento Atingidos pela Vale, ao propor novas semânticas para contrapor à comunicação dominante, não se posiciona totalmente contra as semânticas as quais pretendem desconstruir, conforme explicitado nas declarações abaixo <sup>130</sup>:

Ninguém nega que a humanidade continuará precisando utilizar os recursos da terra, até mesmo os não renováveis. A crítica que fazemos é ao ritmo de extração, à lógica do preço e da maximização dos lucros. Quem deve mandar nessa utilização não é mais o mercado nem o lucro, mas a necessidade efetiva dos povos. Uma extração racional de recursos implica em uma revolução cultural, em uma reflexão sobre o que significa realmente viver bem. Os mitos e ilusões construídos pela sociedade, os desejos impostos pela propaganda, devem ser desmascarados.

A gente não defende uma floresta intocável, a gente defende uma floresta sustentável, que seja economicamente viável e que esteja em pé.

Há alguns fatores, a serem pontuados, que indicam falta de coerência e baixa capacidade das alternativas propostas pelo movimento para irritarem os pressupostos do subsistema político ou econômico, tais como: 1) A reforma do Estado, fato considerado importante para transição ao modelo pós-extrativista, independe da atuação do movimento; 2) O funcionamento da economia dificulta a aceitação do modelo alternativo proposto, visto que o modelo agroecológico tem que

<sup>129</sup> Fala extraída do vídeo intitulado Mutirão da vida, agroecologia como alternativa ao saque da mineração, publicado no site da rede justiça nos trilhos em 2014.

<sup>130</sup> A primeira declaração foi extraída da notícia intitulada Transições ao Pós-extrativismo, publicada no site da rede Justiça nos Trilhos ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)) em 2012. A segunda declaração, de uma liderança comunitária de Buriticupu, foi extraída do vídeo intitulado Mutirão da vida, agroecologia como alternativa ao saque da mineração, publicado no site da rede justiça nos trilhos em 2014.

disputar com os “benefícios” de emprego e renda oferecidos pela mineração; 3) Há uma dependência da produção local com as atividades de mineração.

Em visita às comunidades locais, no entorno da mineração, constata-se que há uma tensão entre a escolha pela permanência na terra e a escolha por aceitar os empregos oferecidos pela mineradora para a região. Interessante é que, mesmo quando se aceita permanecer na terra, esta escolha está atrelada às condições da dependência das atividades das mineradoras, porque a maioria das comercializações, realizadas pelos produtores locais, está direcionada para o abastecimento das atividades de mineração.

Na entrevista feita a um representante do Movimento de Trabalhadores Desempregados, na comunidade assentada de Palmares II (na zona rural de Parauapebas), ficou claro que há algumas contradições nas propostas alternativas desenvolvidas pelo movimento para fazer frente ao modelo de desenvolvimento local baseado nas atividades de mineração, conforme está evidenciado a seguir:

A juventude do campo para se afirmar no campo tem que ter políticas públicas para firmar eles no campo, como o governo e a Vale não tem esses convênios, eles estudam no centro agroecológico, mas na perspectiva de serem trabalhadores da Vale, a mineração convence, é uma luta interna para quem vive, estamos no meio de grandes projetos [...].

Para que um modelo alternativo seja coerente e alcance adesão e o consenso de toda a sociedade, é necessário que ele proponha diferentes propostas e promova a alteração dos sentidos das atividades econômicas dominantes. De acordo com Quijano (2010), para que uma proposta seja efetiva, é necessário que as práticas sociais orientadas à produção e reprodução da sociedade tragam um novo sentido próprio e diferente ao modelo que está posto.

Nessa perspectiva, ao analisar as semânticas difundidas pelo movimento para a construção do modelo de desenvolvimento alternativo, constata-se que isto funciona mais como uma estratégia para manter a rede do que de fato propor algo concreto, que produza novidades em termos de desenvolvimento local.

Esta comunicação, de uma temática mais abstrata, a do modelo de desenvolvimento alternativo proposto pelo movimento se encaixa no fato de ser uma comunicação que é entendida, mas que não é aceita pelo fato de o receptor, nesse caso a sociedade, não adotar o conteúdo seletivo da comunicação como premissa do próprio comportamento, incorporando à seleção novas seleções e assimilando assim, os novos conhecimentos propostos. Sendo assim, o problema da proposição

destas alternativas é que a construção de um modelo alternativo se baseia no mesmo alicerce semântico do modelo que se quer rejeitar.

Aliado a isso, o espaço para se pautar o modelo alternativo não é o partido político, ou porque há um descrédito generalizado de sua capacidade institucional ou porque, segundo estudo, elaborado pelo Instituto Brasileiro de análises Sociais e Econômicas (IBASE)<sup>131</sup>, das evidências dos vínculos estabelecidos entre os partidos políticos e as empresas mineradoras por meio dos financiamentos às campanhas políticas, é difícil acreditar que a pauta venha a ser incorporada por esta via.

Ressalta-se aqui que os partidos são identificados como posições ideológicas do movimento; isso gera a possibilidade de evidenciar as contradições internas do movimento, além de colocar em risco a autonomia do movimento. O movimento espera, mesmo que situado fora do sistema político, que este sistema possa absorver as demandas do movimento e transformá-las em políticas públicas, conforme está explicitado na fala da liderança do Movimento Nacional dos Atingidos pela Vale (MAM)<sup>132</sup>:

Todos esses movimentos estão amadurecendo as propostas, é possível que o Estado absorva essas propostas, como foi com Evo Morales, na Bolívia, que passou a tratar com agressividade a questão dos recursos naturais; espera-se que seja igual no Brasil.

Entretanto, a preocupação do movimento em não se misturar com os partidos políticos demonstra também a falta de capacidade do movimento de estabelecer uma forma alternativa de atuar no sistema político e nem dispõe de argumentos para explicar de que maneira o sistema político absorverá as demandas e criará uma agenda de atuação política.

Nesse sentido constata-se que o movimento pretende pautar na política apenas por meio do processo de conscientização política, conforme pode ser visualizado na fala da liderança do Movimento Nacional dos Atingidos pela Vale (MAM)<sup>133</sup>:

[...] tentar colocar isso (aqui se refere ao modelo de desenvolvimento alternativo) na pauta política para que pelo menos as mazelas sejam minimizadas, pelos menos se tenha uma consciência para entrar na política, e isso é fruto da intervenção direta mais do movimento social do que do partido, basta ver quem financia as campanhas desses partidos [...].

---

<sup>131</sup> Estudo elaborado pelo IBASE, intitulado quem é quem nas discussões do novo código da mineração, publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2013.

<sup>132</sup> Fala gravada em entrevista realizada em Palmares II, Parauapebas, em novembro de 2015.

<sup>133</sup> Fala gravada em entrevista realizada em Palmares II, Parauapebas, em novembro de 2015.

A falta de atuação no campo político indica em qual sistema funcional a comunicação do movimento acontece, é no sistema de comunicação, ao tentar atuar como parte substitutiva do sistema de comunicação em massa.

Esta falta de atuação no sistema político promove algumas implicações para a proposição de uma temática ampliada. A primeira implicação se refere ao fato da ampliação de novas seleções e temáticas acarretarem desvios na comunicação. Estas comunicações serão mais improváveis do que a continuidade da comunicação estabelecida nos sistemas funcionais. A segunda diz respeito ao aumento da capacidade de difusão da informação e aumentos dos endereços da comunicação. Isto implica em maior dificuldade para saber o que motiva a informação e para obter resultados na geração de consensos.

Um exemplo dessas implicações se refere à proposta de construção de uma nova sociedade. A amplitude da temática proposta faz com que o movimento modifique o seu endereço de protesto, o movimento passa a requer a participação do Estado, conforme declaração dos bispos na publicação Não Vale<sup>134</sup>:

É urgente que se produzam sinais de uma nova sociedade na qual se proceda efetivamente a uma “inversão de prioridades”, investindo-se maciçamente em saneamento básico universal, em água potável, na distribuição equânime de terras férteis para quem trabalha nela, em unidades hospitalares para todos, em educação formal de qualidade. Está na hora de fazer inversão de prioridades de valores e também em relação ao papel do Estado e de seus representantes. Estes estejam em permanente escuta da sociedade civil, dos movimentos sociais, do povo e das suas legítimas aspirações e propostas para um verdadeiro bem comum.

Desta forma, esta proposta de uma nova sociedade indica qual o endereço escolhido pelo movimento para promover tal mudança, à medida que os fatos sociais se modificam.

A inversão de prioridades, citada na fala acima, nada mais é do que a busca pela atuação do Estado nas consecuições de suas funções, tanto é assim, que no mesmo documento outra declaração deixa claro que não se requer a negação das atividades minerais, mas consente-se a atuação da mineradora desde que, em troca, haja a redistribuição dos “benefícios” da mineração, como se constata nos trechos a seguir<sup>135</sup>:

---

<sup>134</sup>Declaração do bispo da regional nordeste e da conferência nacional dos bispos do Brasil, da igreja católica, extraída do material produzido pelo movimento intitulado “Não Vale”, publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2011.

<sup>135</sup> Trechos extraídos do material produzido pelo movimento intitulado “Não Vale”, publicado no site da rede Justiça nos Trilhos, em 2011.

[...] O que queremos não é acabar com as minas, mas existe um modelo diferente [...] para não achar que quando falamos de sustentabilidade queremos fechar as minas [...]. A luta deve ser pela indenização também, mas tem que dizer chega a esse modelo de desenvolvimento [...].

Isso demonstra que quando o movimento se posiciona a favor do funcionamento das minas, a proposta de modelo de desenvolvimento alternativo perde a sua ressonância, o que fica evidenciado não é a defesa por outro modelo, mas a disputa pela distribuição de ganhos.

Da mesma forma, quando o movimento propõe um novo marco regulatório da mineração, como instrumento de reafirmação e fortalecimento dos direitos coletivos e territoriais, não pretende de forma alguma se posicionar contra as atividades de mineração, mas exigir a participação da população nas decisões sobre o rumo da região, conforme trechos extraídos do texto base do Comitê Nacional em Defesa dos territórios frente à mineração<sup>136</sup>:

Sob o paradigma pós extrativista, o novo marco deveria assegurar a criação de mecanismos de regulação i) que garantam a internacionalização dos custos socioambientais nos projetos, ii) que possibilitem definir mais claramente áreas e situações onde os prejuízos econômicos e ambientais gerados pela mineração inviabilizariam sua implementação, iii) que evitem uma completa dependência da economia local à atividade mineradora cuja vida é relativamente curta e iv) que definam a escala e ritmo em que as atividades mineradoras devam ser instaladas e operadas com vistas a garantir o uso racional dos bens minerais e a preocupação frente aos potenciais impactos socioambientais da atividade.

[...] mais do que um bem da união, o minério é um bem comum, não privatizável, fonte de sustento dessa e das próximas gerações, que deve ser regulado e explorado **segundo uma racionalidade pública baseada em um amplo processo de decisão democrática.** [...] grifo nosso.

Sob essa perspectiva, constata-se que o movimento fundamenta suas ações a partir de três eixos, a saber: 1) dizer não à expansão ou duplicação do sistema

<sup>136</sup>Trechos extraídos do documento produzido pelo Comitê Nacional em defesa dos territórios frente à Mineração, intitulado Frente à mineração, em defesa da vida, o qual foi produzido com intuito de propor mudanças ao projeto de lei 5.807/2013, o qual prevê alterações no código de mineração, este material foi recebido na audiência pública realizada em agosto de 2013, na assembleia legislativa de Belém, Pará. O comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração surgiu em 2013, no contexto do debate sobre as mudanças no código da mineração, com o objetivo de: 1) articular diversas organizações, descritas no texto base do Comitê como: trabalhadores da mineração, quilombolas, assentados, agricultores, familiares, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, cidadãos e comunidades atingidas e ameaçadas pela cadeia da mineração, organizações não governamentais, movimentos sociais, populares e ambientalistas; 2) propor a criação de um espaço aberto e plural para debater as questões relacionadas aos direitos das populações ameaçadas e atingidas pelos projetos de exploração mineral; 3) Construir entendimento coletivo de que a democracia e a transparência sejam garantidas na formulação e aplicação da política mineral, bem como o direito à consulta, consentimento e o veto dos empreendimentos sejam garantidos às comunidades afetadas e ameaçadas pelos projetos de exploração mineral. Portanto, a atuação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração marca ou reafirma a articulação entre diversas entidades e movimentos para representar o maior número de pessoas impactadas pela mineração e o estabelecimento do debate nacional sobre a construção de uma nova política mineral do país.

porto-ferroviário da Vale; 2) Reparação dos danos causados pela mineração por meio de indenizações e compensações; e 3) propor modelo alternativo à mineração.

Diante do exposto acima, pode-se afirmar que há uma variação nos endereços de protestos, que se modificam ao longo do tempo, portanto, para a resolução das inconsistências dos consensos pressupostos pelo sistema político e econômico atribui-se a capacidade de resolução dos problemas ao Estado e para a busca por indenizações, compensações e “benefícios” da mineração, recorre-se à empresa mineradora, sem se colocar totalmente contra às suas atividades.

É por essa razão que se verifica o aumento da demanda por consultas públicas às comunidades, ações civis públicas para embargo de obras de duplicação e audiências públicas, todos esses instrumentos para requerer as mitigações e compensações por parte do Estado e da empresa. Diante da ampliação da temática de protesto e das mudanças de endereçamento, verifica-se a existência de dificuldade para se produzir resultados, o que pode resultar na diminuição dos aderentes.

A partir de 2012, observa-se que, além de realizações de encontros regionais dos Atingidos pela Vale, mobilizações e campanhas e determinados acontecimentos indicam resultados pontuais, como os descritos a seguir:

a) Indicação da Vale como pior corporação do mundo via “the public eye awards”, prêmio conhecido Oscar da Vergonha das multinacionais no mundo. Essa premiação foi entregue pelos movimentos sociais, como ato simbólico, na reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Após esse fato, a Vale é acusada pelo tribunal Federal da Suíça de repatriar irregularmente os lucros de suas atividades pelo mundo, passando a ser investigada após ter deixado de pagar 3 bilhões de dólares em impostos, desde o ano de 2006.

b) O movimento dos Atingidos pela Vale elabora o relatório de insustentabilidade em resposta aos resultados ocultados pela empresa nos seus relatórios de sustentabilidade, produzidos desde o ano de 2010, o que resulta no aumento das denúncias junto ao Ministério Público sobre as irregularidades da ampliação de projetos já existentes pela empresa.

c) No mesmo período, os projetos com problemas ambientais da Vale são suspensos, como o projeto Apolo, em Minas Gerais, por sua localização em área de

reserva ambiental, e o projeto Salobo,<sup>137</sup> no Pará, adiado em um ano por ter sido alvo de denúncias dos movimentos sociais.

d) Realização do I Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Mineração (MAM), no qual se propõe a criação de um movimento anticapitalista, anti-imperialista e classista, nacional, organizado em oito estados brasileiros com o apoio da via campesina.

e) Realização da campanha nacional, justamente no ano em que o governo brasileiro passa a propor mudanças no código de mineração: “Queremos debater o novo código de mineração”. A moção de abaixo-assinado enviado à presidência do Estado brasileiro, reivindicando a abertura de audiências e consultas públicas e a participação dos movimentos sociais no processo de discussão<sup>138</sup> resultou na anulação do caráter de urgência para aprovação do novo código no Governo Federal.

Destaca-se aqui que o movimento social atingidos pela Vale, foi responsável em conjunto com outros movimentos, por fazer pressão para anulação do caráter de urgência do qual resultou na mudança de posicionamento do governo brasileiro em relação a esta questão.

Em 2013, registra-se que o aumento das ações tradicionais de mobilizações e protestos (bloqueios de estradas, bloqueio das portarias de acesso à empresa em Parauapebas) ocorre em paralelo ao aumento das representações dos movimentos

---

<sup>137</sup>A título de ilustração, a Justiça Federal determinou que a mineradora Vale encerrasse as atividades de mineração do projeto Onça Puma, que funcionava no sudeste do Pará entre os municípios de Ourilândia do Norte, Parauapebas e São Félix do Xingu. A decisão atende a uma ação movida pelo Ministério Público Federal de Redenção, que aponta a contaminação de terras indígenas com metais pesados, embora não se tenha feito referência ao documento proibitivo, este fato fora anunciado na maioria dos telejornais locais e em sites jornalísticos em agosto de 2015 e maio de 2016. Na maioria dos casos de suspensão das atividades da mineradora Vale, o problema central que move ação civil pública é a falta de compensação pelos impactos ambientais e culturais na região, no que tange à privação de modos de vida originário, porque as atividades da mineradora afetam o rio, a fauna e a cultura daquelas comunidades.

Para busca de maiores detalhes ver o site do G1 notícias, disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/08/justica-ordena-que-vale-pare-projeto-de-mineracao-no-para.html>. e <http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/05/epoca-negocios-vale-diz-que-acao-civil-pede-suspensao-do-licenciamento-ambiental-de-projeto-bilionario-no-para.html>. No que tange ao S11D, também com relação aos impactos sobre comunidades indígenas, o qual está localizado a 12 km das comunidades indígena Xikrin do Catetê, localizadas próximo ao município de Parauapebas. Embora a Ação Civil Pública tenha exigido a paralização das atividades e o pagamento de uma multa indenizatória no valor de R\$ 72, 4 bilhões, desde fevereiro de 2016, a Vale deu início às fases de testes do projeto, contestando a decisão judicial com argumentos de que realizou estudos comunidades indígenas e as audiências públicas exigidas por lei. Em todos os projetos que foram paralisados, a empresa tem utilizado a mesma semântica argumentativa para a defesa da reabertura ou início dos mesmos, este projeto S11D está previsto para iniciar as atividades em 2018.

<sup>138</sup>Em visita à primeira audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Pará, no dia 23 de setembro de 2013, para debater o novo marco regulatório do setor mineral, observa-se que a discussão está focada em dois eixos principais: no âmbito do Estado, tem-se a discussão sobre aproveitamento de recursos e tributação e, no âmbito do Setor mineral e industrial, tem-se a busca por investimentos em pesquisa e desenvolvimento do setor mineral, redução de entraves burocráticos, caso dos licenciamentos ambientais, e exigência de maior estabilidade legal, fiscal e jurídica para o setor.

sociais junto ao Ministério Público Federal, com resultados financeiros e territoriais: 120 famílias do projeto de assentamento Campos Altos, São Félix do Xingu, no Sul do Pará; 22 famílias do projeto de Assentamento Cosme e Damião, em Canaã dos Carajás; e 48 famílias da Vila Racha Placa, no Sudeste do Pará, conseguiram que a mineradora Vale indenizasse as benfeitorias perdidas com o projeto de implantação e expansão mineral e que adquirisse outra área e implantasse infraestrutura para reassentamentos de outras famílias.

O fato é que são resultados muitos esparsos para dar conta de uma proposição mais ampla como a da sugestão de um modelo de desenvolvimento alternativo. Estes resultados, sob as semânticas compensação/mitigação, propostas pelo movimento, só apontam para as constatações de Bebbigton et al (2007, 2013) sobre que, em áreas de mineração, os movimentos têm demandado maior compartilhamento dos benefícios e maior influência no processo que lhes afetam e o que demonstra exigir ordem e planejamento do Estado para garantir negociações entre o movimento social e a empresa de mineração vale.

É assim que os movimentos no Peru, Equador e Argentina têm buscado apresentar candidatos e inserir suas pautas na política; eles requerem participação organizada da população local e propostas que viabilizem a sua participação nas decisões sobre o futuro por meio das consultas públicas, *referendum*, agenda pública, incorporação do reordenamento territorial e a participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais nos processos de decisões.

## 5.6 PROCESSO DE APRENDIZAGEM: O MOVIMENTO COMO SISTEMA IMUNOLÓGICO DO SEU ENTORNO

A variação proposta na mudança de temas de protesto ainda que não seja aceita no sentido de provocar mudanças no sistema social, leva à produção de expectativas, que o sistema funcional econômico ou político será obrigado a tratar, deste contingente de possibilidades, o que resulta na coevolução do sistema e no aumento da complexidade.

Nesse sentido, as ações do movimento social e da empresa de mineração são reflexo de uma aprendizagem sistêmica, que reflete nas mudanças das dinâmicas territoriais, as quais dependem das estratégias estabelecidas nas relações entre a empresa e movimento social.



Como já tratado anteriormente, sobre os casos emblemáticos de movimentos sociais em área de mineração da América Latina, pode se afirmar que os movimentos sociais funcionam como sistema imunológico para as empresas de mineração, pois as empresas têm se tornado mais resistentes, ao aprender com a atuação dos movimentos sociais, e nesse sentido, têm mudado as suas estratégias de atuação.

Isso está claro, no aumento dos investimentos da mineração em remediação ambiental e investimentos em Responsabilidade Social Corporativa, no Peru e Equador, o que permitiu o “repensar” dos planos de expansão das atividades de mineração, que estavam bloqueados por força da atuação dos movimentos sociais. De forma semelhante é o que ocorreu na Argentina, onde as dinâmicas de lutas produziram aprendizagem para as empresas de mineração e governos locais, que dispunham sempre de novas vias para legitimar o modelo de desenvolvimento com base na mineração, por meio da criminalização dos protestos pelo uso da violência ou pela criação de decretos municipais, que impedem ou denigrem a imagem de qualquer tipo de convocatória a reuniões dos movimentos.

Constata-se que há dois principais processos de aprendizagem que a empresa mineradora Vale tem se apropriado para resistir à atuação do movimento social Atingidos pela Vale e códigos pressupostos pelo sistema jurídico, na região de Carajás. O primeiro se refere às constantes desmobilizações das lideranças locais e o segundo, diz respeito à utilização de mecanismos legais que legitimam a atuação da empresa no local.

Na visão do movimento, com relação às formas de desmobilizações das comunidades e lideranças locais, a empresa Vale se utiliza de duas estratégias principais para isto. A primeira se refere ao oferecimento de vantagens financeiras, seja por meio de doação de dinheiro ou até mesmo da compra de casas ou carros, conforme explicitado nas falas do presidente da associação de moradores de Novo Oriente<sup>139</sup> e do pescador, do Maranhão<sup>140</sup>, respectivamente:

É comum ex-líderes dos trabalhadores atuar em favor da empresa, que oferece benefícios a essas pessoas [...]. A atitude da empresa é tentar cooptar as lideranças na comunidade, oferecer benefícios em troca para desmobilização das ações das lideranças.

---

<sup>139</sup> Entrevista realizada no I encontro Tripartite África-Canadá-Brasil e III encontro regional dos Atingidos pela Vale, realizado em Açailândia, no Maranhão, em novembro de 2011.

<sup>140</sup> Entrevista realizada no V encontro regional dos Atingidos pela Vale, realizado em Parauapebas, ará, em julho de 2013.

Ela caça quem é o líder da comunidade para conquista, a comunidade carece de ser resistente para não cair na lábia da Vale [...]. A Vale paga as pessoas que não são pescadores para enfraquecer as lutas [...].

Destarte, o processo de aprendizagem tanto da empresa quanto do movimento social baseia-se no comportamento. É por esta razão que o comportamento da empresa, ao oferecer vantagens financeiras para lideranças e integrantes do movimento, pode ser considerado racional, no sentido de que corresponde à aprendizagem do comportamento do movimento, o qual tem buscado maior participação nos resultados da empresa, ou os “benefícios” da mineração.

Além disso, outro comportamento a ser observado se refere ao fato de o movimento não conseguir convencer, no nível da formação ideológica, os participantes a recusarem a oferta econômica oferecida pela empresa.

A segunda estratégia para a desmobilização das lideranças e comunidades locais diz respeito à estratégia utilizada pela empresa para modificar o pessoal que trabalha nos projetos de relacionamento com as comunidades. Em cada negociação com a comunidade, muda-se a pessoa que representa a Vale, e isso acaba por inviabilizar qualquer negociação, conforme fala da liderança do Centro de educação, Pesquisa e Assessoria Sindical (CEPASP) e de um assentado da zona rural de Parauapebas<sup>141</sup>, respectivamente:

Nunca vem o mesmo técnico [...] perguntar quem é, fala que não conhece, é um método de enrolar a população, mas temos a esperança de que as coisas melhorem.

A Vale vem aí, às vezes não vai fazer nada, mas é só chegar, que as pessoas mudam as mentes, as vezes estava sentado quieto lá, a Vale chegou e mudou a mentalidade das pessoas [...]. É difícil, temos depressão, problemas nos nervos [...]. Quando a Vale vem, vem diferente do que ela planeja [...]. Quando estão negociando não chega a mesma pessoa, vêm duas, vêm três pessoas diferentes, mudam a história e o discurso dos outros [...]. As pessoas que eles contratam é estudado, são espertos [...]. A gente não sabe como vai vim o outro [...].

O interessante a destacar na relação entre a empresa Vale e as comunidades é que as desmobilizações, que ocorre, no nível individual, demonstram que a argumentação ou consenso difundido pelo movimento não tem alcançado respaldo suficiente naquele nível. Como exposto anteriormente, a internet é percebida como meio para ampliar o alcance da comunicação do movimento. Nesse sentido, constata-se que falta um trabalho maior no nível local, com a população que fica vulnerável e receptiva à atuação da empresa Vale. Investe-se na articulação da

---

<sup>141</sup> Entrevista realizada no V encontro regional dos Atingidos pela Vale, realizado em Parauapebas, ará, em julho de 2013.

rede, no espraiamento das informações via internet, mas, no nível individual, aquelas informações não têm exercido pressão contra as desmobilizações, não têm gerado resistência no nível individual.

O movimento não percebe a Vale como organização que utiliza suas estratégias de atuação de forma racional, mas se referem à empresa como algo abstrato, responsável por tudo e por isso o movimento não consegue estabelecer uma relação com as representações da empresa e sim com a sua personificação. Isso está explicitado nas falas dos representantes de associações de moradores e de assentamentos e alguns trabalhadores, os quais externalizam a personificação da empresa perante suas ações e sobre o consenso da realidade vivenciados por eles. Ou seja, realiza-se uma analogia quando a Vale é comparada a um “gigante”, a uma “cobra” ou a um “demônio”, conforme está ilustrado na fala do representante do sindicato dos metalúrgicos de Açailândia<sup>142</sup>:

No ano passado, essa greve foi importante, as comunidades e os trabalhadores unidos para pedir seus direitos, todos conseguiram ser escutados, a força do movimento social é uma estratégia que precisa ser usada para enfrentar o gigante que não está interessado nos problemas que enfrentamos [...].

No que se refere à acusação por parte do movimento sobre a utilização por parte da empresa de mecanismos que a favoreça, constata-se que ela se utiliza de brechas das legislações ambientais para desenvolver suas atividades.

O movimento propaga a ideia de que a empresa mineradora Vale se aproveita dos conflitos de terras, existentes na região<sup>143</sup>, para se favorecer do uso

<sup>142</sup> Entrevista realizada em novembro de 2011, no município de Açailândia.

<sup>143</sup> Os conflitos de terra na Amazônia tem sua origem na ditadura militar, período no qual há o incentivo da apropriação privada de terras públicas, habitadas por populações tradicionais. Nesse sentido, inicia-se processos de legalizações irregulares de propriedades, o que implicou no surgimento da grilagem das terras que associada com formas de violência como a pistolagem, institucionalizam o quadro de violência e conflitos no campo da Amazônia brasileira. De acordo com dados da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas a Grilagem do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 2016, o estado do Pará possui, em títulos cartorários, Cerca de 24% das terras do Pará são griladas, o que corresponde a quatro vezes a dimensão territorial do estado. O problema da grilagem de terras, até a década de 1990, estava ligado aos conflitos existentes entre sem terra e latifundiários que disputavam terras para produzir segundo o Instituto Ambiental da Amazônia. A partir dos anos 2000, a Amazônia tendo experimentado a supervalorização de suas terras, devido à expansão agropecuária, de mineradoras e empresas de energia, isto tem impulsionado que grandes bancos e conglomerados econômicos adquiram propriedades para obterem altos retornos no mercado de capitais com esta valorização. Nesse cenário, são criados diversos mecanismos para facilitar o acesso à terra, os quais são as principais causas dos conflitos no campo. Os controladores da terra querem negociar essa terra porque ela foi valorizada e como, na maioria dos casos, não tem a posse do título, aparecem os mediadores, os grileiros de terra, e, os pistoleiros para disputarem por isto. Entretanto, estes conflitos não se restringem apenas no nível dos conflitos entre os intermediadores, grileiros e pistoleiros, o Estado também participa desse processo quando dispõe de algumas prerrogativas para aumentar os conflitos, dentre estas está o de conceder propriedades para favorecer determinadas atividades econômicas, como é o caso das atividades de mineração.

A título de ilustração, a empresa Vale foi favorecida com a concessões de terras públicas e eximida de qualquer discussão a respeito da validade de tais concessões. O atual município de Parauapebas surge a partir de um

de títulos de terras, adquiridos de forma ilegal, para expulsar colonos ou assentados de suas terras.

Sob essa perspectiva, o movimento declara que a empresa Vale se exime das etapas de consultas públicas, nos processos de licenciamentos ambientais e subestimam ou superestimam informações para apresentar estudos ambientais que favoreçam a implantação dos projetos de mineração, conforme explicitados nas falas do representante da associação da comunidade de novo Oriente, do assessor jurídico da Rede Justiça nos Trilhos e do representante dos trabalhadores da província de Tete, Moçambique, África<sup>144</sup>, a seguir:

A Vale utiliza a metodologia da grilagem de terras para conseguir títulos de terra ilegais, para expulsar os donos de terras e acessar as obras de mineração e outros interesses da empresa.

[...] Mas na obra de duplicação o processo está sendo feito de maneira ilegal, como em qualquer obra do Brasil, está sendo feito de forma ilegal, ela estima 8 bilhões de reais para isso, muito dinheiro, ela conseguiu do IBAMA dá um jeito para conseguir fazer a obra sem licenciamento, muitas comunidades foram desconsideradas na obra e outros bens ambientais não foram considerados no Estudo[...]. O projeto não está claro, não mostra o sentido nem o IBAMA tem o controle, as obras estão sendo feitas em pedaços, sem uma ordem lógica são trechos 7, 8 9 e 20 [...]. A estratégia é fragmentar para fugir dos processos ambientais.

A Vale em Moçambique chegou em 2004 e foi concedida licença de exploração em 2007, esse período de licenciamento passou por cima de muitos deles, a Vale é uma empresa que não respeita as leis de um país, nosso país no processo de licenciamento há uma etapa fundamental, as consultas públicas[...]. Estas consultas foram realizadas como se fossem simples processo de informação[...], A população foi manipulada como ocorre em todos os países.

O movimento Atingidos pela Vale, na Amazônia brasileira, desde o seu I encontro tripartite Moçambique-Canadá-Brasil e III Encontro Regional dos Atingidos pela Vale<sup>145</sup>, têm levantado a questão da legalidade/ilegalidade dos processos de

---

projeto mineral, com três núcleos distintos, na área do Projeto Grande Carajás, o qual era da ordem de 1.224.000 hectares, mas, depois de estudos procedidos pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado por meio do Decreto-lei nº 1.523, de 3 de fevereiro de 1980, com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, nas áreas de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins, a Companhia Vale obteve do Conselho Interministerial concordância para uma concessão de 429.000 hectares, a fim de atender às necessidades imediatas da atividade. No ano de 1986, o Senado Federal por meio de Resolução n. 331 outorgou à Companhia Vale do Rio Doce a concessão de direito real.

Em 1997, por meio de um Decreto sem numeração, datado de 6 de março de 1997 e publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, o Poder Executivo autorizou novamente a concessão de direito real de uso resolúvel, sob a forma de utilização gratuita, à CVRD de área de 411.948,87 hectares, mas que apresenta, contudo, uma origem parcialmente distinta da concessão original.

Em seguida, essa área foi convertida na Floresta Nacional de Carajás (Decreto n. 2.486, de 2 de fevereiro de 1998), que, garantiu a continuidade das atividades da CVRD. No entanto, essa medida também afastou a discussão sobre a validade da concessão, visto que perdeu o efeito no ato de criação da referida unidade de conservação de uso sustentável, que são de posse e domínio públicos, não sendo compatíveis com concessões de direito real de uso.

<sup>144</sup>Entrevista realizada no I encontro Tripartite África-Canadá-Brasil e III encontro regional dos Atingidos pela Vale, realizado em Açailândia, no Maranhão, em novembro de 2011.

<sup>145</sup> Encontro realizado nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2011, na cidade de Açailândia, Maranhão.

licenciamento ambiental nos locais onde a mineradora Vale atua, como declarado na fala do assessor jurídico da rede Justiça nos Trilhos na fala acima.

Nessa direção, o movimento reclama que além da existência de leis que favorecem a mineração há também o desrespeito aos instrumentos jurídicos estabelecidos nos países onde a Vale atua, como é o caso dos processos de licenciamento e a exigência da realização de consultas públicas.

Isso indica que esta é uma das principais inconsistências contra a qual o Movimento quer combater por meio da propagação semântica da legalidade/ilegalidade jurídica, e assim romper com o consenso ao gerar desconfiança nas instituições jurídicas. Isso está claro na explicação do advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos<sup>146</sup> sobre os principais problemas que motivaram uma ação pública ajuizada, pelo movimento dos Atingidos pela Vale e algumas entidades de direitos humanos, a qual resultou numa liminar que suspendeu a duplicação da estrada de ferro Carajás:

(1) a questão do fracionamento do processo de licenciamento ambiental, você tem uma estrada de ferro que são mais de 800 quilômetros ligando o porto às minas da vale na região de Carajás, mas o órgão ambiental, IBAMA vinha fracionando em trechos o processo de licenciamento dessa estrada, você tinha pequenos trechos de 60, 100 km e por causa de ser um pequeno trecho o IBAMA outorgava a vale a desnecessidade de realizar um estudo de impacto ambiental nesses trechos ...repercutindo prejuízos ambientais, sociais sobre as comunidades...impedindo de realizar um estudo de impacto ambiental mais aprofundado.

(2) Ausência da consulta prévia às comunidades que é uma norma internacional incorporada ao direito brasileiro, consulta prévia livre e informada.

(3) Ferir o princípio da publicidade deve ser amplamente publicizados, para que toda a sociedade diretamente ou não afetadas tomem o conhecimento para discutir, de forma clara e numa linguagem compreensiva.

Nesse sentido, para Campilongo (2012), a interpretação jurídica, como modo de observação da sociedade e da construção de sentido, é o alvo privilegiado dos movimentos sociais, pois contém a possibilidade de realização das alterações nas expectativas geradas pelo sistema jurídico, e mesmo que a variação proposta sob a forma de protesto não seja adotada pelos tribunais como o sentido que fora indicado, as expectativas geradas permitem que o direito lide com o crescente contingente de possibilidades.

---

<sup>146</sup>Esta fala foi extraída de uma entrevista realizada com o advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, instituição que compõe o movimento dos atingidos pela Vale, na Tv assembleia, no dia 7 de agosto de 2012, no Maranhão.

Assim, o movimento Atingidos pela Vale afeta a consistência do sistema jurídico, colocando em risco a sua própria unidade ao expor os paradoxos constitutivos do direito. Isso pode ser constatado na busca do movimento por desdobrar estes paradoxos constitutivos do direito e tentar corrigir as “injustiças”. Em 2013, no V encontro regional dos Atingidos pela Vale<sup>147</sup>, a participação de dois representantes do Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade-ICMBIOS foi importante para esclarecer sobre o processo de licenciamento ambiental:

Há uma correlação de forças, em termos de Brasil, em licenciamento ambiental. O que é mais importante viabilizar [...] os passos para a licença são: 1) Licença prévia é a mais importante e definidora; 2) A instalação do ponto de vista de impacto é mais importante, remoções, desmatamentos [...]. Aqui entram todos os impactos [...]; e 3) A licença de operação para dar lucro para a empresa [...] Duplicação, mina, usina, ferrovia [...]. Em Parauapebas a paisagem vai mudar, vai novamente ser um canteiro de obras de empreiteiras [...]. Depois disso, precisa de licença para o desmatamento, se ninguém protestar, ela tem um prazo, é o momento favorável para esta organização, porque não tem coisa ainda bem consolidada, das passagens [...].

Os estudos demonstram que não foram bem feito, deixa de fora uma vila, qualquer olhar ver que tem uma maquiagem, temos este sentimento, isso não é porque o estudo seja ruim, mas é feito para que seja assim. A legislação define que todos os estudos são feitos pelo interessado, é a lei [...].

A ferrovia pede estudo de impacto, a empresa faz dela mesmo, faz estudo para implantar o projeto, ela contrata o estudo para viabilizar o que ela quer [...]. O tempo até chegar no órgão, há um déficit grande, é desatualizado [...]. Nesses projetos a relação de interesses é muito forte [...]. Temos que ter menos ingenuidade, fazer o debate com estes interesses existentes [...].

Constata-se que os movimento propõem negar as instituições jurídicas, que são consideradas por eles como corrompidas pelos interesses e priorização do governo brasileiro às atividades de mineração. Entretanto, eles se utilizam daquelas instituições para promoverem o acesso à legitimidade dos seus direitos, procuram a judicialização de suas ações. conforme está evidente na fala do trabalhador rural<sup>148</sup>:

O interesse em participar da luta coletiva, questão de educação popular que fazemos, temos dificuldades, vamos na frente ensinando, a Vale vem atrás desconstruindo o que ensinamos, cooptando, desmobilizando o nosso trabalho e o trabalho que a Justiça nos Trilhos vem fazendo [...] as comunidades estão conseguindo enfrentar **colocando na justiça**, criando alternativas como o Fórum de Políticas Públicas para dialogar novas propostas de modelo econômico [...]. Grifo nosso.

<sup>147</sup> Trecho gravado no V encontro regional dos Atingidos pela Vale: por soberania popular frente à mineração, realizado no Instituto Agroecológico Latino-americano (IALA), no Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, Pará, em julho de 2013.

<sup>148</sup>Entrevista realizada no I encontro Tripartite África-Canadá-Brasil e III encontro regional dos Atingidos pela Vale, realizado em Açailândia, no Maranhão, em novembro de 2011.

O movimento ressoa o dissenso das instituições jurídicas para a sociedade, por meio da publicação das informações<sup>149</sup>. Isto está indicado no material, produzido pelo movimento, sobre as características da mineração no Sul e Sudeste Paraense, no item relacionado à CFEM, o movimento relata sobre o descumprimento da Lei Ambiental e trabalhista:

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, não passa de uma migalha. As empresas repassam ao Estado de 1% a 3% calculado sobre o lucro líquido de suas operações na extração, transformação e comercialização do minério. Só que a empresa é que faz os cálculos e em muitos casos procura falseá-los. É tanto que a prefeitura de Parauapebas, através de uma auditoria, identificou uma diferença de aproximadamente R\$ 700 milhões de reais que a Vale nega em pagar.

Os EIA/RIMA'S-Estudos de Impacto Ambiental e relatórios de Impacto ao Meio Ambiente são precários e muitas das vezes cópias de outros projetos. As empresas se monitoram: os órgãos ambientais apenas apreciam os relatórios que as empresas apresentam, que chamam de monitoramento dos falsos programas de controle ambiental. O Estado não conta um quadro técnico suficiente em quantidade e capacidade para fiscalizar os projetos. Não é por acaso, é porque o papel de Estado deve ser facilitador das ações das empresas.

Assim como a empresa mineradora tem aprendido com o movimento social a modificar suas ações, o movimento se utiliza disso como uma constante no seu processo de aprendizagem e na superação de desafios,

Na teoria sistêmica de Luhmann (2007) este processo de aprendizagem tanto para a empresa quanto para o movimento social funciona como uma espécie de sistema imunológico, que os tornam mais resistentes em função do que eles aprendem com a atuação do outro.

Desta forma, há uma aprendizagem, que é percebida pela mudança do comportamento tanto da empresa quanto do movimento social a partir de uma expectativa criada ou de uma frustração vivenciada na relação entre eles. A Vale aprende a organizar os seus processos a partir da atuação do movimento, a forma que se estabelece uma política de Responsabilidade Social Corporativa, a produção dos relatórios de sustentabilidade, da criação de políticas de Direitos Humanos e de relação com as comunidades indicam que a Vale aprende e muda constantemente suas estratégias de atuação

Diante disto, o movimento social Atingidos pela Vale tem a possibilidade de escolher continuar atuando da mesma forma ou mudar conforme as mudanças estabelecidas no ambiente, e isto está evidenciado na fala citada acima da

---

<sup>149</sup> Trecho extraído do material intitulado A mineração, elaborado pelo movimento e distribuído no V encontro dos Atingidos pela Vale, no município de Parauapebas, Pará, em 201\3.

necessidade que o movimento tem de enfrentar e criar alternativas como forma de revalidar a base do movimento e manter o movimento em funcionamento.

Por esta razão, que o movimento social Atingidos pela Vale, ao longo de sua existência tem colocado um espelho para a sociedade para apresentar dentro dela uma leitura e interpretação que vem de dentro da própria sociedade mas que está contra a sociedade pelo fato destas imagens apresentadas no espelho refletirem-se de maneira dissonantes.

O processo de aprendizagem acontece dentro da Vale como algo organizado como estratégia. No nível do movimento há um processo mais estático conforme a pessoa que ocupa o cargo, sua biografia ou sua base organizacional.

O principais objetivos do movimento são: criar uma opinião pública alternativa, construir outra imagem da realidade para a própria sociedade, e, atuar em concorrência com os meios de comunicação.

Desta forma, a referência de atuação do movimento é o sistema de meio de comunicação de massa e a atuação acontece fora do sub sistema política, seja por um consenso estabelecido entre os participantes do movimento sobre a falta de confiança nas instituições políticas ou falta de capacidade para propor alternativas por aquela via. Por isso o movimento pretende estabelecer uma agenda setting do sistema político através da opinião pública. Diante disto, sinaliza-se alguns resultados ou implicações do papel que o movimento tem desempenhado ao atuar sob a lógica do sistema de meio de comunicação e de ampliar a audiência da comunicação:

A partir de 2012 o movimento, com o desejo de ampliar a audiência da comunicação aumenta o número de publicação em site e rede sociais, como o facebook, isto promove, de um lado, a ampliação do compartilhamento dos apoiadores em rede, várias falas citadas ao longo deste capítulo demonstraram a necessidade que o movimento tem em unir as pautas e as dificuldades para que isto seja estabelecido. Isto porque as divergências internas geram complexidades e uma maior variedade de seleção, o que implica maior risco para enfraquecer a adesão.

Por outro lado, apesar da ampliação da comunicação e do compartilhamento dos apoiadores, em rede, ser fundamental para o espraiamento das informações e para o alcance da visibilidade destas, constata-se que falta ao movimento a capacidade da realização de uma comunicação local, visto que a maioria das



comunidades atingidas não possuem acesso à internet e, por sua vez, às informações que se pretendem ampliar.

Nesse sentido, as propostas defendidas, pelo movimento, de modelos alternativos, se constituem como uma comunicação improvável, pelo fato de serem aceitas, mas não são aplicáveis no sentido de que a realização da comunicação se constitui quando o sistema sociedade produz uma diferença a partir de uma comunicação.

Sendo assim, o modelo proposto de um desenvolvimento alternativo só poderá modificar a sociedade com a realização da comunicação. A propagação e defesa de filosofias tais como agroecologia, pacha mama e bem viver, precisa ser adotada pela sociedade de forma que estes modifiquem o modelo que está posto.

Destarte, elaborar outra percepção de realidade com o intuito de influenciar a política por meio da opinião pública é ineficaz, pois embora a política se utilize da opinião pública como insumo para suas ações, para ser capaz de observar e desenvolver estruturas de expectativas correspondentes, a mídia não é isenta, pode ser instrumentalizada pela política ou vice e versa, o que a torna comprometida com a política, por isso as possibilidades do movimento de modificar os rumos da política são reduzidas.

Embora como fora demonstrado neste capítulo que o Estado e a empresa se mostram receptivos para a comunicação do movimento social Atingidos pela Vale, por apresentarem em diversos momentos mudanças de comportamento tanto para evitar os conflitos ali estabelecidos quanto para mostrar o dissenso, as estruturas estabelecidas entre estes reduzem a capacidade do movimento em modificar os rumos da política, portanto, o movimento social como espelho da sociedade reflete as imagens que reforçam o dissenso estabelecidos pela empresa Vale e governos locais, o que significa que a sociedade não tem capturado outra imagem que não seja a do *Status quo*.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 2000, a América Latina vivencia a reafirmação do extrativismo, que tem sido uma constante nas suas institucionalidades políticas, econômicas e sociais.

O *boom* do extrativismo mineral e a coexistência de governos conservadores ou progressistas na defesa do paradigma neoextrativista e exploração predatória dos recursos e a apropriação territorial, como demonstrado por muitos autores (GUDYNAS, 2009, 2012; ACOSTA, 2011, SVAMPA, 2015), tem resultado em grandes implicações para as condições sociais, ambientais, culturais e políticas, as quais são negadas ou minimizadas pela ausência de licença social ou, na maioria dos casos, pela falta de consulta popular ou falta de controles ambientais aliada à ausência do Estado ou sua presença seletiva.

É um modelo predatório porque consolida o que muitos autores (DUMONT E MOTTIN 1982; SHIVA 1988; TORTOSA 2011) têm denominado de modelo de “mau desenvolvimento”, o qual se fundamenta em um paradoxo: de um lado, o alcance de crescimento da produtividade e da riqueza, de outro lado, o mau uso dos recursos e do trabalho, o que provoca problemas que afetam o sistema como todo e reduzem as satisfações e oportunidades humanas, gerando ainda mais conflitos.

Sob o discurso ideológico das “oportunidades econômicas” e vantagens comparativas, o modelo defendido baseado na apropriação e na exploração dos bens comuns não atende às demandas das populações locais nem gera consentimentos. Pelo contrário, tem sido marcado pela geração de conflitos socioambientais, os quais comumente estão relacionados ao acesso e controle dos recursos naturais e do território. (SVAMPA, 2015).

As economias primárias exportadoras e as recentes economias extrativistas vêm apresentando concentração de poucos produtos, densa diversificação

horizontal, baixa complementariedade setorial e inexistente integração vertical, bem com a falta de encadeamentos dinâmicos e sinérgicos para as economias locais.

Assim, as empresas mineradoras assumem o papel principal de agente dinamizador, capaz de influenciar o desenvolvimento regional pelo fato de gerar disposições sobre o futuro que, por sua vez, reduzem as possibilidades de escolhas dos outros.

As possibilidades de escolha dos agentes locais são reduzidas porque existem os consensos que funcionam como a defesa de “oportunidades” apresentadas pelas empresas de mineração para a manutenção do extrativismo como a principal via de desenvolvimento local.

As oportunidades correspondem a um discurso de que há, segundo Bebbigton et al (2013), benefícios dos empregos gerados em área de mineração, ou da distribuição do pagamento dos Royalties em cada região ou mesmo na apregoada participação das comunidades via implantação de projetos de Responsabilidade Social Corporativa.

São consensos gerados pelas promessas de benefícios que findam por reduzir a escolha dos agentes locais, porque dispõem de prerrogativas que não permitem a persecução a outras formas de desenvolvimento local que não estejam baseadas na economia extrativa mineral.

Nesse sentido, os movimentos sociais em área de mineração pretendem irritar o que está sendo difundido como consenso crescente das promessas de desenvolvimento local pretensamente realizadas pelas atividades de mineração. Os movimentos têm apontado as incongruências daquelas promessas que estão presentes nas diferentes formas de desigualdade, tais como discriminações, mercantilização, exclusões sociais e destruição do meio ambiente.

Segundo Luhmann (1997), é na base da promessa da pretensa igualdade, principalmente da inclusão via mercado, que se realiza simultaneamente a exclusão e inclusão material sem precedentes, que abre a possibilidade, para uma parte da população mundial, da escolha da construção de seu futuro enquanto outros são excluídos da cidadania como condição social de sujeitos de direitos nas democracias contemporâneas.

Neste contexto, os conflitos gerados são respondidos por resistências de movimentos sociais, principalmente pelo fortalecimento das lutas dos movimentos indígenas (Argentina, Equador, Peru) e camponeses (Brasil) e com o surgimento de

novas formas de mobilização e participação das comunidades locais, que se posicionam contra os governos locais ou contra as empresas mineradoras.

Em resposta a isso, o objetivo principal dos governos que defendem o “consenso das commodities”, no entendimento de Svampa (2015) é o de coibir as resistências locais e qualquer possibilidade de criação de outras noções de desenvolvimento que não sejam os neoextrativismo, neodesenvolvimentismo e/ou progressistas pautadas na estreita associação com o capital multinacional. (SVAMPA, 2015).

Independente contra o que os movimentos sociais têm se posicionado, o fato é que neste novo contexto se originam novos caminhos de organização social, articulação e resistência (DAZA, HOETMER e VARGAS, 2012). Dentre as diversas novidades destaca-se a capacidade propositiva dos movimentos sociais em defender propostas alternativas, como diversos autores (SEONI, TADE, 2005, 2006) têm vislumbrado como “outro mundo possível”.

Além disso, os movimentos sociais em área de mineração produzem diferentes críticas a diferentes endereços de protestos e produzem diferentes alternativas aos consensos estabelecidos, as quais, de acordo com Bebbigton (2008), se apresentam de duas formas. Por um lado, se posicionam totalmente contra a extração de recursos minerais e os modos de governanças locais, por outro lado, permitem que as atividades de mineração tenham continuidade, desde que haja maior participação da população locais na tomada de decisões em termos de gestão dos recursos e distribuição equitativa dos benefícios econômicos provenientes da exploração. É a partir dessa forma de diferenciação que os movimentos produzem críticas, endereçam seus protestos ou produzem alternativas e estratégias de ação que influenciam nos padrões de desenvolvimento em área de mineração.

Destarte, os movimentos sociais em área de mineração, na América Latina, têm gerado um processo bastante original de produção comunicativa, na defesa de uma pauta ampliada: a de promover um modelo de desenvolvimento alternativo.

Destaca-se que a originalidade da forma como o movimento propaga esta tematização não se refere apenas à ampliação e reforço de alianças entre os diversos movimentos e organizações internacionais em rede. Segundo estudos realizados por Dagnino (2000), os movimentos sociais tem criado novos espaços de aprendizagem e de difusão de modalidades de ação ou da elaboração de

diagnósticos comuns e ações continuadas. Para Svampa (2011), os movimentos sociais em rede permitem a existência da diversificação nas estratégias de lutas em defesa das populações e comunidades tradicionais. Ressalta-se, nesta tese, que a produção de comunicação dos movimentos sociais amplia o tema de protesto para a defesa de um modelo de desenvolvimento alternativo, para contribuir na discussão sobre os rumos da região.

Constata-se que a busca, de diferentes movimentos sociais em área de mineração, por um tipo alternativo de futuro, sociedade e outros modos de vida é expressão das novas práticas, linguagens, condutas, formas de atuação e mobilizações difundidos pelos movimentos sociais na forma de consensos.

Portanto, o aparecimento de temáticas tais como modelo de desenvolvimento alternativo e problemas ecológicos são tratados como novidade nos discursos dos movimentos sociais. Entretanto, estas temáticas não são novidades, porque, de acordo com Luhmann (2007), estes tipos de tematizações estão diretamente ligados à necessidade de se restringir um assunto que afeta a sociedade e o seu próprio entorno, ou porque alteram os efeitos desencadeados pela própria sociedade, ou porque têm efeitos retroativos sobre a mesma.

Os movimentos sociais, em sua produção comunicativa observam a sociedade a partir das conseqüências das decisões tomadas nas organizações políticas e econômicas. A denominação e descrição das conseqüências é originada a partir de um sentimento de atingimento. O risco abstrato que acompanha as tomadas de decisões na sociedade moderna se transforma em ameaça ou perigo para a organização do modo de vida. A percepção de uma decisão alheia no passado como ameaça que prediz as possíveis decisões próprias no presente é a mola que mantém o movimento em atividade. A elaboração de um modelo de desenvolvimento alternativo é a ilusão de se tornar novamente criador ativo do seu futuro, embora as decisões também carreguem riscos para o futuro.

Sob esta perspectiva, as mudanças que ocorrem na sociedade e as conseqüências advindas do modelo de desenvolvimento em vigor estão relacionadas à diferenciação sistêmica da sociedade e ao aumento da complexidade que aquela desencadeia. Nesse sentido, a sociedade, ao mesmo tempo em que aumenta o seu potencial de risco, também aumenta a sua capacidade de recuperação.

De acordo com os argumentos desenvolvidos por Luhmann (2008) sobre a sociologia de risco, a semântica do risco, ligada à condição da existência humana está diretamente relacionada com o processo de modernização da sociedade.

Nessa perspectiva, o risco carrega duplo significado: oportunidade e perigo, o que implica que esta ambiguidade se dissolverá na tomada de decisões entre oportunidades ou perdas. Por esta razão, o risco é sempre probabilístico. Nesse sentido, o risco não tem concretude e espaço-temporal ou social está sempre ligado a acontecimentos futuros que orientam as expectativas e ações da sociedade. As experiências e conflitos dos riscos existentes nela alteram a base de ação e da existência coletiva.

A partir de questionamentos, que surgem para tratar das questões futuras ainda no presente, emergem novas concepções de natureza, cultural e nova ética de responsabilidade planetária orientadas para o futuro.

Nessa perspectiva, de acordo com Beck (2007), a sociedade de risco é a sociedade do exercício da política e da nova condição humana, pois os riscos podem se tornar causa e meio para a mudança social.

Esta mudança pode estar associada ao fato de que os movimentos sociais na América Latina produzem formas de interação as quais exercem influência sobre os padrões de desenvolvimento territorial.

Tanto os movimentos sociais na Argentina, Equador e Peru, quanto o movimento na Amazônia brasileira, passaram a desenvolver ligações com representações internacionais em rede, o que contribuiu para o aumento de intercâmbio e partilha de informações entre os ativistas e organizações envolvidas para a geração e expansão das informações e a obtenção de uma visibilidade internacional.

Desta forma, devido à crescente participação organizada, no âmbito local, os movimentos sociais, em área de mineração, se desenvolveram para além das fronteiras geográficas e criaram parcerias entre diferentes grupos de diferentes localidades. O intercâmbio permite que o movimento dentro de suas restrições sistêmicas aprenda com os sucessos e fracassos dos outros parceiros envolvidos. Isso porque, de acordo como Luhmann (2007), os movimentos estão sempre abertos a novos aderentes para impressionar os adversários e, assim, desestabilizar as expectativas geradas pelos consensos difundidos.

Embora os movimentos sociais em área de mineração apresentem similitudes quanto à existência de diferenças internas dentro do movimento, e da diversidade de motivações de protestos e expectativas quanto as demandas antimineração e pró-mineração, em todos os casos eles exercem influência sobre as relações entre mineração, desenvolvimento local e meios de subsistências, no sentido de que as mobilizações promoveram mudanças sobre as práticas da mineração local. Estas mudanças estão mais visíveis na Argentina, Equador e Peru do que na região Amazônica, principalmente no que se refere à orientação desenvolvida pelos movimentos quanto ao uso de formas participativas mais horizontais e na crescente exigência por consultas públicas e referendos. Os movimentos indígenas e comunidades tradicionais originaram organizações dentro dos movimentos tais como as assembleias barriales, na Argentina, os movimentos que promoveram a guerra da água e a guerra do gás na Bolívia, que demandaram referendos sobre o gás e a convocatória à assembleia constituinte. Isso demonstrou ganhos de experiências na gestão comunitária das comunidades indígenas e comunidades rurais e tradicionais.

Entretanto, toda essa divergência interna nos movimentos sociais gera ainda mais complexidades. É percebida como fonte de problemas pelo fato de congregar lógicas e interesses diversos. Isso que ocasiona algumas implicações, tais como a variedade na escala geográfica da atuação do movimento e a dificuldade em reunir outros movimentos e estabelecer uma pauta unificada na rede que fora criada. Além disso, este aumento da complexidade, de acordo com Bebbigton et al (2008), pode também ser fonte de fraqueza no sentido de que as tensões internas podem resultar na falta de adesão do movimento.

Destas afirmações, apreendem-se alguns corolários: quanto maior a coligação entre movimentos e aderentes, maior as divergências internas e maior a variedade da seleção das pautas. Isso reflete nas mudanças nas formas de protestos e mobilizações, produzindo novos sentidos e formas de resistência, além de novas modalidades de ações difundidas em rede. Entretanto, aumenta-se também o risco do movimento enfraquecer a adesão.

Na tentativa de manter a coesão e adesão do movimento, propaga-se uma semântica mais abstrata. No entanto, ao ampliar a temática e o problema apresentado, é mais improvável que a comunicação produzida seja compreendida. O motivo para tal fato é a mudança no endereço de protestos e, conseqüentemente,

isso dificulta saber o que motiva a comunicação e assim alcançar resultados e manter seguidores por muito tempo.

O que está evidenciado, tanto nos movimentos sociais da região Andina quanto no movimento social dos Atingidos pela Vale, na Amazônia brasileira, é que eles iniciam seus protestos e mobilizações na defesa de um assunto específico, como o uso do território, desemprego, perdas de rendas financeiras, e expandem para outros assuntos como o modelo de desenvolvimento em vigor e o questionamento às concessões das mineradoras nos territórios.

Constata-se que o movimento social Atingidos pela Vale busca se constituir como fornecedor de informações do mundo, entrando em concorrência com os meios de comunicação de massa. O movimento amazônico, diferente dos movimentos sociais andinos, atua como parte substitutiva do sistema de comunicação em massa. Sua atuação se concentra na disputa mais pelos meios de comunicação do que pelo sistema político, e isso explica a falta de atuação deste movimento no campo político.

Para o movimento Atingidos pela Vale, é por meio do sistema de comunicação que as informações serão espalhadas para o campo político, o qual, na visão do movimento, criará uma agenda de atuação.

Em todos os casos, os movimentos utilizam-se da internet para disseminar as suas visões de mundo, organizar e publicizar suas ações. Ao longo dos anos, percebem-se mudanças na produção de sentidos, nos endereços de protesto e na construção de uma temática abstrata. No Peru e no Equador o compartilhamento das informações foi fundamental para o alcance da visibilidade internacional dos conflitos, e, na Argentina, a socialização da informação e a construção de redes territoriais foram um dos principais fatores que levaram à sanção de leis de proibição à mineração na Argentina. Também, na Amazônia brasileira, o movimento social Atingidos pela Vale aposta na produção de vídeos e filmes como ferramenta de iritação, que se propaga dentro do que está sendo absorvido. Nesse sentido, ao longo dos anos, principalmente a partir de 2012, o movimento amplia o número de publicações de notícias em sites eletrônicos, blogs e página no facebook.

Entretanto, embora a internet seja percebida como meio para ampliar o alcance da comunicação, no nível local, nas comunidades que estão vulneráveis à atuação da Vale, esta comunicação não será efetiva, pois na maioria das comunidades não há acesso à internet.



Além disso, a importância que alcança o uso da internet para o espriamento das informações aumenta os endossamentos dos protestos, o que demonstra a capacidade de agregar seguidores, mas implica também no risco de se perder o controle sobre o que é produzido e publicado pelo movimento.

Isto sinaliza que o movimento deva criar mecanismos de seleção para definir o que é organizado pelo movimento e o que não representa sua atuação.

Constata-se que, quando o movimento social Atingidos pela Vale pretende realizar o espriamento das informações, o faz objetivando o seu fortalecimento junto à rede estabelecida, o que corresponde à sua autopoiesis. Ela expande para se manter, para se fortalecer, para existir; é por isso que, ao longo dos anos, a quantidade de informações se multiplicam, as críticas e novos consensos produzidos são propagados em redes, o que não necessariamente implica na resolução de algum problema levantado pelo movimento, porque assim o movimento corre o risco de desaparecer.

Ao fortalecer a rede, os movimentos criam ou fortalecem outros movimentos, o que acaba por incentivar a busca de cada grupo pelos interesses de cada movimento dentro do movimento. Por esta razão, os movimentos sociais em área de mineração, produzem diferentes críticas a diferentes endereços de protestos e produzem diferentes alternativas aos consensos estabelecidos. No que concerne ao posicionamento dos movimentos, eles se posicionam a favor de fazer negociações com as empresas mineradoras ou exigem delas as garantias contra as despossessões. Nesse sentido, as demandas se direcionam principalmente às compensações ou mitigações. Evidencia-se que, com relação à atuação do movimento Atingidos pela Vale, diferente da atuação dos demais movimentos sociais da América Latina, foi dado maior ênfase nas exigências por negociações e compensações, as quais, mesmo que tenham beneficiado as comunidades no entorno dos projetos minerais, principalmente com recursos territoriais e financeiros, geraram aprendizagem para a empresa mineradora, que se utilizou dessa racionalidade para corromper e manipular as lideranças do movimento.

A tentativa de negociar “benefícios” ou compensações da mineração no lugar de se posicionar totalmente contra as atividades de mineração é uma saída para a sobrevivência do movimento, uma forma de manter o movimento em movimento, visto que há uma procura permanente por novos problemas para a sua auto-sobrevivência.

E é a partir dessas críticas produzidas pelos movimentos sociais que estes endereçam seus protestos ou produzem alternativas e estratégias de ação que influenciam nos padrões de desenvolvimento em área de mineração.

As propostas alternativas que surgem com base em propostas ditas sustentadas, no sentido de possuírem um significado prático da necessidade de oferecer alternativas que substituam as atividades de mineração, gerar emprego e desenvolver uma visão compartilhada do desenvolvimento territorial baseado em modos de vida rural, propõem-se, em sua maioria, em desenvolver atividades econômicas e de educação ambiental nas escolas e nas comunidades.

Estas propostas de modelos de desenvolvimento alternativos funcionam como uma comunicação improvável, no sentido de serem aceitas, mas não aplicáveis. Isto porque o receptor não adota o conteúdo seletivo da comunicação como premissa do próprio comportamento e porque a proposição destas alternativas se baseiam no mesmo alicerce semântico do modelo que se quer rejeitar.

Há dois fatores, a serem pontuados, que indicam falta de coerência e baixa capacidade das alternativas propostas pelo movimento para irritarem os pressupostos do sistema econômico. O primeiro se refere ao fato de que o funcionamento da economia dificulta a aceitação do modelo alternativo proposto, visto que o modelo agroecológico tem que disputar com os “benefícios” de emprego e renda oferecidos pela mineração; o segundo se refere à dependência que a produção local tem das atividades de mineração, considerando que a maioria do que é produzido a partir de cooperativas locais é comercializado com empresas que prestam serviços, como é o caso da relação entre as cooperativas de agricultores das zonas rurais, a mineradora Vale e demais empresas, na cidade de Parauapebas.

Para que um modelo alternativo seja coerente e alcance adesão e o consenso de toda a sociedade, é necessário que, primeiro, ele proponha diferentes propostas e promova a alteração dos sentidos das atividades econômicas dominantes. Nessa perspectiva, o modelo de desenvolvimento alternativo proposto funciona mais como uma estratégia para manter a rede do que de fato propor algo concreto, que produza novidades em termos de desenvolvimento local.

Os movimentos em área de mineração na América Latina têm buscado o espaço político para atuar e propor os modelos alternativos de desenvolvimento, como foi o caso do movimento nacional indígena de Cotacachi, Equador, o qual

passou a apresentar candidatos para as eleições municipais. Posteriormente, com a eleição de vários candidatos do movimento, foi incorporado um modelo de governança municipal que impulsionou a criação da Assembleia para Unidade Cantonal (AUC), a qual organizou o Comitê para Gestão Ambiental (CGA) e promoveu a criação de uma lei municipal antimineração.

Entretanto, na Amazônia brasileira, o movimento Atingidos pela Vale, diferente dos demais movimentos da região Andina, não atua no espaço político para pautar o modelo alternativo, visto que não considera o partido político como local onde ocorrerão as mudanças, ou porque há um descrédito generalizado de sua capacidade institucional, ou porque o movimento, a partir da preocupação de não se misturar com o partido, ainda não foi capaz de estabelecer uma forma alternativa de atuar nesse sistema funcional.

Aliado a isto, como na diferenciação funcional, a inclusão não é necessária e sim a produção de diferenças é o que retroalimenta os sistemas. Os movimentos sociais têm atribuído os problemas estruturais, provenientes das diferenças do sistema funcional, como é o caso da economia, à empresa mineradora. Isto significa que o movimento Atingidos pela Vale tem atribuído à Vale o problema estrutural vivenciado pela sociedade e a falta de inclusão no sistema funcional.

Nessa perspectiva, as demandas que surgem são estritamente relacionadas aos problemas provenientes das desigualdades econômicas, tais como: a) o respeito por seus territórios e modos de vida; b) maior compartilhamento dos benefícios da mineração em termos de distribuição de empregos; c) de exercerem maior influência no processo que os afetam; d) e em alguns casos, exigem ordem e planejamento.

A demanda, nesses casos, é por Estado, que se mantém contra algumas das despossessões, ao mesmo tempo que facilita as formas locais de criatividade por regulação da proteção ambiental, que cobre maiores taxas e royalties e retorna o seu poder de governança delegado às companhias mineiras. Os autores concluem que o tema recorrente das mobilizações, ou o que se comunica, é que o único caminho viável para confrontação da despossessão, a longo prazo, é por meio do Estado.

Portanto, considerando o fechamento operativo dos sistemas, pode-se afirmar que o sistema está determinado à sua auto-organização, ou seja, suas próprias estruturas podem construir-se e transforma-se mediante operações próprias, como a adoção do modelo de desenvolvimento alternativo proposto pelos

movimentos sociais, que só poderá modificar-se com a comunicação e não de forma imediata com a defesa das filosofias indígenas de “bem viver” ou “Pachamama”, ou seja, o consenso produzido pelo movimento deverá provocar mudança no comportamento da sociedade, que é a produção de uma diferença sistêmica por meio de uma comunicação.

Mesmo que os movimentos tenham influência sobre as dinâmicas locais, a efetividade das resistências e de suas produções comunicativas depende de como se estabelecem as relações entre as empresas, governos e movimentos sociais, a partir de um processo constante de aprendizagem.

Mesmo que o movimento ao longo de sua existência tenha produzido uma comunicação que irrite os subsistemas funcionais e produzam mudanças de comportamento da empresa Vale e do governo local, onde funcionam os projetos de exploração mineral, no sentido de que estes evitem os conflitos ou mostrem o dissenso produzido pelo movimento social, o papel que o movimento tem desempenhado como espelho tem refletido o reforço a este dissenso. Isto implica que o sistema sociedade está longe de capturar outra imagem que não seja a do Status quo.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (orgs.). *Questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición, México: *Más allá del desarrollo*, 2011.

ACSELRAD, H. BEZERRA, G. das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A.W. B. de (org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Lamparina Editora: Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v.3, n. 2, p.5-015, 2000.

\_\_\_\_\_. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v.107, n.107, p. 25-38, 2004.

\_\_\_\_\_[et al]. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental. *e-cadernos ces*, n.17, p.163-183, 2012.

ALENCAR, A.; NEPSTAD, N; MCGRATH, D; MOUTINHO, P; PACHECO, P; DIAZ, M. D. C. V e FILHO, B. S. *Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica*. Manaus, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 2004.

ALMEIDA, A. W. B. de. O direito étnico à terra. *Orçamento Política Socioambiental*, n.13, p. 1-12, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, ciganos, faxinaleses e ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. *Revista Proposta*, v. 29, n.107/108, p. 25-38, 2006.

ALMEIDA, Oriana; RIVERO Sérgio. Estratégias econômicas e manejo de pesca das famílias de itupiranga, Pará. *Sociedade brasileira de economia ecológica*, Cuiabá, Mato Grosso, 2009.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate, *Lua nova*, São Paulo, 2009.

ALVES, Giovanni. Ocupar wall street...e depois?. In HARVEY, D. [et al.]. *Ocuppy*, tradução João Alexandre Peschanski, São Paulo: Boitempo/ Carta maior, 2012.

ARRIAGA ÁLVAREZ, Emilio Gerardo Convergencia. *La Teoría de Niklas Luhmann*. México: Anuarios L/L, edición especial, Instituto de Literatura y Lingüística, Cuba, n.32, 2003.

AVRITZER Leonardo, *Democracy and the Public Space in Latin America* . Princeton University Press, 2002.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

BEBBINGTON, A. *Minería, Movimientos Sociales Y Respuestas Campesinas, una ecología política de transformaciones territoriales*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Centro Peruano de Estudios sociales, 2011.

BEBBINGTON, Antony e BERY (orgs), Jeffrey. *Subterranean Struggles: new dynamics of mining, oil, and gas in Latin America*, Texas: University of texas press, 2013.

BEBBINGTON, A. (2007b). *Social movements and the politicization of chronic poverty. Development and Change*, 2007b.

BEBBINGTON, A. (Ed.) (2007a). *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/CEPES.

BEBBINGTON, A. Bebbington Denise Humphreys, Bury Jeffrey, Ligan Jeannet, Muñoz Juan Pablo, Scurrah Martin. Mining and Social Movements: Struggles Over Livelihood and Rural Territorial Development in the Andes, *World Development*, Elsevier, Vol. 36, No. 12, 2007.

BECK, Ulrich. *Weltrisikogesellschaft: auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.

BITAR, O. Y. *Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo, 1997. 185p. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.

BRANDÃO, Carlos R. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 121-131.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, V. 20, n. 3, p.5-24, jul./set. 2006.

- BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- CABO, Ana Isabel. *Os novos movimentos sociais e os media*. Novo Horizonte, Lisboa, 2008.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação do direito e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, David Ferreira. Industrialização tardia e grandes projetos. In: D'ÍNCAO, Maria Ângela ; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. *In: A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTRO, E. M. R.; MOURA, E. A.; MAIA, M. L. S. *Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço*. Belém: UFPA, 1995.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. Resistências dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de EDENA, M. R. de, Jean (orgs) *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflitos na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M.A.; BARBOSA, E. J. S. Geografia da Mineração em Mutações: fronteiras de commodities minerais, corredores de exportações e cidades. *Território (UFRJ)*, v. 16, p. 53-83, 2012.
- CORSI, G., Esposito, E., & Baraldi, C. *GLU Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Universidad Iberoamericana A.C., México, 2006.
- CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Cláudio. *GLU: Glossario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Tradução de Miguel Romero Pérez e Carlos Villalobos. México: Universidad Iberoamericana, 1996.
- COSTA, F. A. A racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. In: *Cadernos do NAEA*. Revista do NAEA, Belém, n.2, p.5-48, 1994.
- COSTA, F. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: Elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia. Belém: *Paper do NAEA*, n.12, (1994).
- COSTA, J. M. da. *Redes técnicas e uso privado do território na Amazônia: o caso da Estrada de Ferro Carajás da Companhia Vale do Rio Doce (1997 a 2006)*. 116f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DAGNINO Sonia Alvarez, Evelina and ARTURO Escobar, "The Cultural and the Political in Latin American Social Movements", in: *Cultures of Politics; Politics of Culture*. Re-visioning Latin American Social Movements, Boulder: Westview Press, 2000.

DAZA Mar, HOETMER Raphael, VARGAS Virginia, "Crisis y movimientos sociales en Nuestra América: a modo de introducción" in: id. (eds.) *Crisis y movimientos sociales en nuestra América: Cuerpos, territorios e imaginarios en disputa*, Lima, 2012.

DE NEGRI, F.; ALVARENGA, G. V. (2011) A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. In: *Radar, Tecnologia e comércio exterior*, n. 13, Brasília, IPEA. Disponível em: <[http://perdigital.files.wordpress.com/2011/05/110509\\_radar13.pdf](http://perdigital.files.wordpress.com/2011/05/110509_radar13.pdf). >. Acesso em: 14 dez. 2013.

DIAMOND Larry , "Rethinking Civil Society. Towards Democratic Consolidation", *Journal of Democracy* 5:3 (July 1994).

DIAS, Priscila Tamara Menezes. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: ambivalências e ambiguidades na operacionalização da política*. 2011.266f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará-Belém-2011.  
DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. *Anuário Mineral Brasileiro*, 2012. Brasília, Departamento Nacional de Produção Mineral.

DUMONT, René, and Marie France Mottin. *El mal desarrollo en América Latina (México, Colombia, Brasil) (Bad Development in Latin America [Mexico, Colombia, and Brazil])*. Mexico City: Panorama, 1982.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia*. Peões e posseiros contra a grande empresa. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1987.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI KOINONIA, 1994.

ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. In: Novos estudos, São Paulo: *Cebrap*, n.4, 1984.

FEARNSIDE, P. M. A floresta Amazônia nas mudanças globais. Manaus, *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia* (Inpa), 2003, 134 p.

FEARNSIDE, P. M. The roles and movementsofactors in the deforestationofBrazilianAmazonia. *EcologySociety*, v.13, n.1, p.1-18, 2008.

\_\_\_\_\_. Código Florestal: as perdas invisíveis. *Ciência Hoje*, v.46, p. 66-67, 2010.



\_\_\_\_\_; LAURANCE, W. F. Infraestrutura na Amazônia: As lições dos planos plurianuais. *Caderno CRH*, v. 25, p. 87-98, 2012.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOUCAULT, Michel. Política e Ética: uma entrevista. In: FOUCAULT, Michel *Ética, Sexualidade e Política*, 218-224. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GIARRACA, NORMA y GISELLA HADAD. Disputas manifiestas y latentes en La Rioja minera. Política de vida y agua en el centro de la escena, en Svampa y Antonelli, *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*, Buenos Aires. Editorial Biblos, 2009.

GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e redes de Mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Editora vozes: Petrópolis, 2010.

GOHN, M. da G.. *Sociologia dos Movimentos Sociais: um balanço das teorias clássicas e contemporânea*. Disponível em <http://www.thefreelibrary.com/Sociologia+dos+movimentos+sociais%3A+um+blanca+o+das+teorias+classicas+e...-a0323408811>. Acesso em 12 dez. 2012.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. *Nueva Sociedad*, 1995. v.237, p.128

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual, pp 187-225, En: "*Extractivismo, política y sociedad*", varios autores. Quito: CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social), 2009.

HABERMAS, Jurgen . *Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da ação e racionalidade social*. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2012. Vol. I. Título original: Theorie des kommunikativen Handelns: Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung, 1981

HABERMAS, J. A nova (in) transparência social: A crise do Estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.18, 1987.

HABERMAS, Jurgen. 1981c Kleine politische Schritten I - IV. Frankfurt/M., Suhrkamp Verlag. /(Trad. em português do ensaio). *A modernidade: um projeto inacabado*. In: ARANTES, O.B.F., ARANTES, PE. Um ponto cego no projeto moderno de Jurgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.91-123

HALL, Anthony L. *Amazônia- desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

HARRY E. Vanden. *Social movements, hegemony, and new forms of resistance*. *Latin American Perspectives*, 2007 34: 17.

HARVEY, D. *El "nuevo" imperialismo: acumulación por desposesión*. Socialist register, tradução Ruth Felder. 2004.

HÉBETTE, J. *O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia*. Belém: NAEA/FASE, 1991.

HÉBETTE, Jean, MARIN, Rosa, E, Acevedo. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém Brasília. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando fronteira: 30 anos de estudo de campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA. v. 1, 2004.

HOLT-GIMÉNEZ, E. Territorial restructuring and the grounding of agrarian reform: Indigenous communities, gold mining and the World Bank. In A. Bebbington (Ed.), *Minería movimientos sociales y respuestas campesinas*. Una ecología política de transformaciones territoriales. Lima: Instituto de Estudios de transformaciones territoriales. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/CEPES.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. *Acampamentos: novas relações de gênero (conc), Agrários e Desenvolvimento Rural fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema*. Núcleo de Estudos Agrários - NEAD. 2003.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

ICMBIO. *O avanço da mineração na floresta nacional de Carajás, Pará versus a conservação do ecossistema de canga*. Mimeo, 2011. Disponível em: <[www.justicainstrios.org](http://www.justicainstrios.org)>. Acesso em: 20 out. 2011.

JEFFREY BURY, JEANNET LINGAN, JUAN PABLO MUÑOZ Terranueva, Ecuador and MARTIN SCURRAH. Mining and Social Movements: Struggles Over Livelihood and Rural Territorial, Development in the Andes. *World Development* Vol. 36, No. 12, pp. 2888–2905, 2008.

JUSTIÇA NOS TRILHOS et al. *Dossiê de impactos das atividades da Vale": Organizações Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale de impactos das atividades da Vale produzido pelos Movimentos Sociais (2010)*.

LACLAU, E. ; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista por uma radicalização da democracia*. Madrid: SigloXXX, 1988.

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade social. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n.2. out.1986.

LANG, Miriam. Crisis Civilizatoria y desafios para las izquierdas In: (orgs) *Mas allá del desarrollo*, 2011.

LEFF, E. Ambiente y democracia: los nuevos actores del ambientalismo em el médio rural mexicano. In: H. de Grammont and H. Tejera Gaona (eds), *La sociedad rural mexicana frente al nuevo milênio*. Los nuevos actores sociales y procesos políticos em el campo. Mexico city: Plaza Y Valdés Editores, 1996.

LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: A reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LILLYWHITE, S., Kemp, D. and Sturman, K., *Mining, Resettlement and Lost Livelihoods: Listening to the Voices of Resettled Communities in Mualadzi, Mozambique*. Oxfam: Melbourne, 2015.

LUHMANN, N. *O conceito de sociedade*. In: NEVES, C. B. ; SAMIOS, E. M. B. (Org.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

\_\_\_\_\_. *Organización y decisión. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. México: Universidad Iberoamericana, Santiago de Chile, 2005.

\_\_\_\_\_. *A improbabilidade da comunicação*. Tradução Anabela Carvalho, Lisboa: Veja passagens, 2006.

\_\_\_\_\_. *La sociedad de la sociedad*, México: Universidad Iberoamericana, 2007.

\_\_\_\_\_. *Risk: a sociological theory*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2008.

LUST, Jan. Peru: mining capital and social resistance. In: Henry Veltmeyer and James Petras *The New Extractivism. A Post-Neoliberal Development Model or Imperialism of the Twenty-First Century*, Zed Books, 2014.

MARIN, R.E.A; CASTRO, E.M.R. de. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. *Cadernos do NAEA*, Belém: NAEA; UFPA, v. 2, n.2, 1999.

MARTINS, José de Souza. *A Política do Brasil lúmpem e místico*. São Paulo, Contexto, 2011.

MATHIS, A.; MATHIS, A. A. Responsabilidade social corporativa e direitos humanos. *Rev. Katálysis*, vol.15 no.1, Florianópolis, 2012.

MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge : Cambridge University Press, 1996.

McCarthy, J., & Zald, M. *Resource mobilization*, Cambridge University Press, 1977

MELLO, C. C. A.; LISBOA, M. V. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma DHESCA: um novo campo de possíveis. *Estudos de Sociologia*, v. 18, p. 367, 2013.

MELUCCI, A. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. In: AVRITZER, L.(org.). *Sociedade civil e democratização*. 183-211. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

MONTEIRO, M. A. *Mineração e metalurgia na Amazônia: contribuição à crítica da ecologia política a valorização de recursos minerais da região*. Tese (Doutorado em desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos amazônicos, Universidade Federal do Pará-Belém-2001.

\_\_\_\_\_. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*, v.8, n.1, p. 141-187, 2005.

\_\_\_\_\_. Mineração e desenvolvimento: a valorização do caulim na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA (UFPA)*, v. 288, p. 1-49, 2011.

MORAIS, M. A. F. *O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce*. 232. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2008.

MOREIRA, Edma Silva. *Movimento Social Amazônico em defesa de territórios e de modos de vida rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MUÑOZ-GAVIRIA, E.; TEIXEIRA, W. F. Desregulación, conflictos territoriales y movimientos de resistencia: la miséria em la Amazonía brasileira. *Revista Letras Verdes*, n.14 de setembro, 2013.p.117-138.

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

PICOLI, Fiorelo. *Amazônia e o capital: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira*. Mato Grosso: Fiorelo, 2005.

PINTO, Lúcio Flávio. *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. Belém: Marco Zero e Studio Alfa Foletra e Editora, 1982

POLET, François (edited by) *The state of resistance, struggles in the global south*, New York: Zed books, 2007.

POORE, M. E. D; Fries, C. *The ecological effects of eucalyptus*. FAO, 1985.

Floriano, Eduardo. "Metodologia para avaliação de impactos ambientais na eucaliptocultura para fabricação de celulose". Santa Rosa, 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural, ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada virtual. In: DAGNINO Sonia Alvarez, Evelina and ARTURO Escobar. *Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos*, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p. (Série Os Economistas).

RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Niklas Luhmann: *A sociedade como sistema*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012.

SAKAMOTO, Leonardo. *Conexões sustentáveis São Paulo, Amazônia: quem se beneficia com a destruição da Amazônia*. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas In: MARICATO, E. [et al.]. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo:Boitempo, 2013.

SANKEY, Kyla. Colombia: the mining boom: a catalyst of development or resistance?. In: Henry Veltmeyer and James Petras *The New Extractivism. A Post-Neoliberal Development Model or Imperialism of the Twenty-First Century*, Zed Books, 2014.

SANTOS, B. de S . Os novos movimentos sociais In: LEHER, R; SETÚBAL, M. (org.). *Pensamento crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo. T.A Queiroz, 1980

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice*. O social e o político na “pós-modernidade”, São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único ao pensamento universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, R. L. dos. *O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz - MA*. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2009.

SASSEN, Saskia. Losing control? Sovereignty in *An Age of Globalization* (New York: Columbia University Press, 1996) Series : University seminars — Leonard Hastings Schoff memorial lectures.

SECCO, Lincoln. Jornadas de Junho. In MARICATO, E. [et al.]. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo:Boitempo, 2013.

SEOANE, J.; TADDEI, E. De seattle a Porto Alegre passado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización. *Buenos Aires: CLACSO*, 2001.

SEOANE, J.; TADDEI, E; ALGRANATI, C. The new configurations of popular movements in Latin America, *Buenos Aires: CLACSO*, 2006.

SICSÚ, J; DE PAULA, L.F; MICHEL, R. Por que Novo-desenvolvimentismo? *Revista de economia política*, São Paulo, v. 27, n. 4, dez, 2007.

SHIVA, Vandana. *Staying Alive: Women, Ecology, and Development*. London: Zed Books, 1988.

SMITH, N. J. H., Serrão, E. A. S., Alvim, P. T. & I. C. Falesi. *Amazonia: resiliency and dynamism of the land and its people*. New York: United Nations University.

SOUSA, R. V. de. *A Influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010*. 253f. Tese (Doutorado Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SVAMPA M, ANTONELLI, Mirta. *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales*, Buenos Aires: Biblos, 2009.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina, *Nueva sociedade*, 2013.

SVAMPA, M. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales.? Um giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? In. Más allá del desarrollo: *grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo*, 1era edición: Quito, Ecuador, 2011.

SVAMPA, M.; ÁLVAREZ, M. S. Modelo minero, resistencias sociais y estilos de desarrollo: los marcos de la discusión en la Argentina. Ecuador: *Debate*, n.79, p. 106-126, 2010.

SZABLOWSKI, D. *Transnational law and local struggles: mining, communities and the World Bank*. Portland: Hart Publishing, 2007.

TARROW, S. *Power in movement*. Cambridge : Cambridge University Press. 1994.

TILLY, Charles. *Identities, boundaries, and social ties*. Boulder, CO: *Paradigm*, 2005.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University press, 2006.

TOLEDO, V. El otro zapatismo: luchas indígenas de inspiración ecológica em México. In: TOLEDO, V. *La paz em Chiapas: Ecología, luchas indígenas y modernidade alternative*. Mexico city: Ediciones Quinto Sol, 2000.

TOURAINÉ, A. *Le communisme utopique*. Paris, Seuil, 1972

\_\_\_\_\_. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal entendidos. In: *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n.17, 1989.

TORTOSA, José María. 2011. *Maldesarrollo y mal vivir: Pobreza y violencia a escala mundial (Bad Development and Bad Living: Poverty and Violence on a Global Scale)*. Quito, Ecuador: Abya Yala, 2011.

TURNER, Terence S. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 68-85, 1991.

VAINER, C. Escalas de poder e o poder das escalas, o que pode o poder local In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, 2001. v. p.140-151.

VAINER, C. *O Conceito de Atingido: Uma revisão do debate e das diretrizes*. Mimeo, 2003.

VALE. *Relatório de Sustentabilidade 2010*. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/Annual-reports/Sustainability-reports/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: 24 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Sustentabilidade 2011*. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/Annual-reports/Sustainability-reports/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: 24Jan. 2014.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Sustentabilidade 2012*. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/Annual-reports/Sustainability-reports/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: 24Jan. 2014.

VALE. *Relatório de Sustentabilidade 2013*. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/Annual-reports/Sustainability-reports/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: 12 setembro. 2015.

VALE. *Relatório de Sustentabilidade 2014*. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/Annual-reports/Sustainability-reports/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: agosto. 2016.

VALE. *Relatório de Sustentabilidade 2015*. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/Annual-reports/Sustainability-reports/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: agosto. 2016.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. *Teoria dos sistemas e o direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

WARTOFSKY, Marx W. *Introducción a la filosofía de la ciência*, Madrid, Alianza Editorial, 1973.

# APÊNDICES



APÊNDICE A – **Timeline A**: vídeos publicados no site do movimento -2009 a 2015.

<b>Ano</b>	<b>Título dos Vídeos</b>	<b>Autoria</b>
<b>2009</b>	Controle Social sobre a Vale em Barcarena	IBASE em parceria com igreja católica da Noruega
	Canadian miner strike global giant	Movimentos sociais do Canadá
	What it takes to be number one-strike in Canada	Movimentos sociais do Canadá
	O lucro vai a sujeira fica	Própria
	Pequiá: conflito com as siderúrgicas	Própria
	Pequiá: Reconstruindo um sonho	Própria
	Quanto Vale a nossa fé?	Própria
	Trabalhadores da Vale em Defesa do Emprego 1	Própria
	Trabalhadores da Vale em Defesa do Emprego 2	Própria
	Trabalhadores da Vale em Defesa do Emprego 3	Própria
	Trabalhadores da Vale em Defesa do Emprego 4	Própria
Trabalhadores da Vale em Defesa do Emprego 5	Própria	
<b>2010</b>	Maranhão, seu contexto, seus conflitos	Própria
	Não Vale	Própria
	Não Vale: aprofundando os conflitos com a empresa	Própria
	Protestos contra a Vale em Minas Gerais	Reportagem feita pelo telejornal local de Minas Gerais
	Vale de Lágrimas 2: o conflito no Assentamento Califórnia.	Própria
	Vale de Lágrimas: o conflito no Assentamento Califórnia, Açailândia-MA	Própria

<b>Ano</b>	<b>Título dos Vídeos</b>	<b>Autoria</b>
<b>2011</b>	Audiência pública sobre os impactos da Vale no mundo e em Piquiá	Própria
	Compreendendo a Vale	Própria
	Encontro da Juventude Atingida por Mineração	Própria
	Encontro trinacional dos Atingidos pela Vale	Reportagem feita pelo telejornal local de São Luis
	Indignados em Piquiá bloqueiam BR	Reportagem feita pelo telejornal local de São Luis
<b>2012</b>	Advogado explica porque a duplicação da EFC foi suspensa	Entrevista realizada com o assessor jurídico da rede Jjustiça nos trilhos ao telejornal de São Luiz
	Aprofundando: Sociedade Maranhense explica razões da Ação civil Pública	Entrevista realizada com o advogado da sociedade maranhense de Direitos humanos à tv assembleia

	Conflitos com a ferrovia em Governador Valadares- Minas Gerais	Reportagem feita pelo telejornal local de Minas Gerais
	Entrega oficial Public Eye Award	Própria
	Globo News e o prêmio à Vale	Reportagem feita pelo telejornal nacional- Globo
	Greenpeace força siderúrgica a acordo contra desmatamento	Reportagem feita pelo telejornal local de São Luis
	Juiz Federal suspende duplicação da Estrada de Ferro Carajás	Reportagem feita pelo telejornal local de São Luis
	Mensagem a todos que votaram na Vale como pior do mundo	Própria
	Nosso carvão Não	Própria
	O drama de Piquiá e a luta por reassentamento	Própria
	Vale X Quilombolas em Moju/PA	Própria
<b>Ano</b>	<b>Título dos Vídeos</b>	<b>Autoria</b>
<b>2013</b>	Atingidos pela Vale agradecem título de pior do mundo dada à empresa	Própria
	Audiência pública sobre espionagem da Vale	TV Senadp
	Conflitos comunidades S.Cruz vs siderúrgica TKCSA	Própria
	Documentário Não Vale	Própria
	Encontro trinacional dos Atingidos pela Vale	Própria
	Estrada de Ferro Carajás	Discovery Channel
	Extração mineral brasileira e críticas ao novo marco legal	Instituto de Estudos Socio-econômicos- INESC
	Globo News: Vale é eleita a pior empresa de 2011 em votação popular	Reportagem feita pelo telejornal nacional- Globo
	Lançamento seminário Carajás 30 anos	Própria
	Maranhão, seu contexto, seus conflitos	Própria
<b>2014</b>	Olhai por nós pescadores- conflitos entre pescadores da praia de Boqueirão (São Luis) e a Vale	Própria
	Advogado fala porque relator do marco da mineração deve ser afastado	Reportagem feita pelo telejornal Record News
	Chamada seminário Internacional Carajás 30 anos	Própria
	Espetáculo Teatral "Buraco, um panfleto profundo"	Própria
	Fala da Companheira Rose na Câmara dos deputados em Brasília	Própria
	Filme Peleja do Povo contra o Dragão de ferro	Própria
	Igrejas e mineração na América Latina	Própria
	Minério de ferro viagem sem retorno (da Amazônia brasileira as montadoras alemãs)	Própria
	Morador de Buriticupu-MA denuncia impactos da mineração em audiência em washigton	Própria
	Mutirão da Vida, Agroecologia como Alternativa ao Saque da Mineração	Própria
	Pachamama Amazônia	Própria
	Polmoni d'acciaio	Própria
	Pulmões de Aço	Própria
Tv Brasil Maranhão Notícias-Suspensão da duplicação da Estrada de Ferro Carajás	Reportagem feita pelo telejornal local de São Luis	

TV Senado-Carlos Bittencourt (IBASE) comemora um ano de comitê que defende territórios frente à mineração	TV Senado
TV Senado-João Pedro Stédile (MST) destaca que a mineração tem produzido injustiças sociais	TV Senado- comissão de Direitos Humanos

Ano	Título dos Vídeos	Autoria
2015	Buraco do Rato um filme sobre a Vale S.A.	Própria
	Fala da companheira Rose na Câmara dos Deputados em Brasília	Própria
	Igrejas e Mineração na América Latina	Própria
	PELOS CAMINHOS DA VALE	Própria
	Resistência Akrãtikatêjê	Própria
2016	Ação nacional Rede Justiça nos trilhos	Própria
	Desenhando um sonho: a história de luta de Piquiá de Baixo	Própria
	Documentário Trilhos da Vida	Própria
	Funcionário denuncia descaso da empresa Vale S.A	Própria

APÊNDICE B - **Timeline** B: Principais Fontes de Informações Endossadas pelo Movimento Social Atingidos pela Vale, ao longo dos anos - 2009 a 2012.

Ano	Fontes de informações
2009	Própria
2010	Própria
2011	O Estado de São Paulo
	Própria
	Revista Veja
2012	América Economia
	ASCOM-UFMA
	O Estado de São Paulo
	Própria
	Reuters
	Survival International
	The Canadian Press
	The Sudbury Star

**Timeline B:** Principais Fontes de Informações Endossadas pelo Movimento Social Atingidos pela Vale, ao longo do ano de 2013.

Ano	Fontes de informações
2013	Agência Pública
	Agência Senado
	Apública
	Assessoria de Comunicação e Imprensa da rede Dhesca
	Assessoria de Imprensa Câmara dos Deputados
	Assessoria de Imprensa Justiça Global
	Blog Carlos Lago
	Blog do Zé Dudu
	Blog Jornal Imparcial
	Boletim Coletivo Amazônia de Formação e Ação Revolucionária
	Brasil de Fato
	Carta Maior
	Diário do Pará
	Ecodebate
	Exame
	Facebook Açailândia
	Folha Press
	Instituto Sócio Ambiental (ISA)
	Jornal Pequeno
	Jornalista Claudio Castro
	Lúcio Flávio Pinto
Movimento Reage São Luis	
Pyguara Revista	
Reuters	

Revista Exame
Revista Fórum
Século Diário
Senado Federal
Site Combate ao Racismo Ambiental
Site Corporate Policy
Site EJOLT
Valor Econômico

**Timeline B:** Principais Fontes de Informações Endossadas pelo Movimento Social Atingidos pela Vale, ao longo do ano de 2014.

Ano	Fontes de informações	
2014	Agência EFE	Jornal do Senado
	Agência Estado	Jornal Estadão
	Associação Comunitária dos moradores de Piquiá	Jornal resistência
	Bblog combate ao racismo ambiental	José Neri (liderança MST Parauapebas)
	Blog Bira do Pindaré	Julielli Soares Tuanny Figueiredo (Rede Justiça nos trilhos-JTN)
	Blog do Zé Dudu	Kássia Santos (Rede Justiça nos trilhos-JTN)
	Blog Gilberto Leda	Lúcia de Andrade
	Blog Manuel da Conceição	Lúcio Flávio Pinto
	Blog Pare TKCSA	Marabá Notícias
	Blog Rogério Almeida	Marcelo Cruz (Rede Justiça nos Trilhos-JTN)
	Blog Santa Rita em Debate	Movimento Águas do Gandarela
	Boletim do Comitê Nacional dos Territórios frente à Mineração	Movimento Debate em Ação
	Brasil de fato	O Eco
	Brasil Econômico	O Estado de São Paulo
Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria	O globo	

Sindical e Popular-CEPASP	
Claudio Castro	Observatório Sócioambiental do Sudoeste Paraense
Conjur	Padre Dario e Danilo Chamas
CPT	Padre Dario e Danilo Chamas (Rede Justiça nos trilhos-JTN)
Defensoria Pública do Maranhão	Plataforma DHESCA Brasil
Domingos de Almeida (Rede Justiça nos trilhos-JTN)	Próprias
Ecos de Carajás	RBJA
Folha Press	Redação do Jornal Pebinha de Açúcar
Fórum brasileiro de ONGS e Movimentos sociais	Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
G1 Globo	Repórter Brasil
G1 Pará	Reuters
G1 São Paulo	Revista Science
Greenpeace	Sindicato Metabase Inconfidentes
Idayane Ferreira (Rede Justiça nos trilhos-JTN)	Site MST
Instituto Humanitas Unisinos	Site R7
Instituto Socio ambiental (ISA)	Treaty Movement
Jornal do Estado de São Paulo	Xingu Vivo

**Timeline B** Principais Fontes de Informações Endossadas pelo Movimento Social  
Atingidos pela Vale, ao longo do ano de 2015.

Ano	Fontes de informações	
2015	Adital	Lidiane Ferraz (Rede Justiça nos Trilhos -JTN)
	Agência Brasil	Lúcio Flávio Pinto
	Assessoria de comunicação deputada Eliziane Gama	Mikaell Carvalho (Rede Justiça nos Trilhos -JTN)
	Assessoria de comunicação do Ministério Público Federal (MPF)	Ministério Público Federal (MPF)
	Brasil de Fato	MST
	Bruno Rosa	Notícias UOL
	Carta Capital	Observatório Sócioambiental do Sudoeste Paraense
	Carta Iglesia Abierta	Portal Pebinha de Açúcar
	Carta Maior	Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
	Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular- CEPASP	Repórter Brasil
	CNBB	Repórter Francisco Costa
	Correio do Tocantins	Repórter Ulisses Dom Peru
	Domingos de Almeida (Rede Justiça nos Trilhos -JTN)	Rodrigo Freitas assessor de comunicação Ministério público do Maranhão (MP-MA)
	Ecos de Carajás	Sandorval de Souza
G1	Século Diário	

Greenpeace	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás – STTRC
Hoje em dia	Site MPPA
Iglesia y Minería	Site Município de Mataquescuintla Guatemala
INESC	Site Notícias de Mineração Brasil
Instituto Humanitas Unisinos	The Washington Post
José Rabelo do Repórter Diário	